UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI

Eles não usam macacão:
Crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo

São Paulo
2017

DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI

Eles não usam macacão:
Crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientação: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

fflch UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Daniel Manzione Giavarotti

Data da defesa: 22/02/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Heinz Dieter Heidemann

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/03/2019

Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Autor: Daniel Manzione Giavarotti
Título: Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____ Assinatura: _____

Resumo

Esta tese trata da relação que as dinâmicas sociais e espaciais que historicamente produziram o Jardim Ibirapuera, um loteamento periférico da metrópole da Zona Sul da metrópole de São Paulo aberto em 1964 como uma totalidade particular, estabelecem contemporaneamente com a forma da acumulação de capital à escala mundial. Para esquadrinharmos tal relação tomamos o tempo histórico no Jardim Ibirapuera como uma dialética entre o processo de autonomização das categorias de terra, trabalho e capital e sua manifestação concreta nos agenciamentos contraditórios de nossos interlocutores, tendo como ponto de partida um adensamento inédito e extraordinário da circulação de dinheiro entre os últimos. Observando as trajetórias de mobilidade do trabalho da primeira e segunda geração de moradores, assim como de migrantes chegados mais recentemente, o que aparece como uma expansão de capitais comerciais que, de um lado, reposicionaram o Jardim Ibirapuera como aquilo que atualmente é chamado como uma nova centralidade no tecido urbano da metrópole de São Paulo, de outro, expressa a forma de ser da crise do trabalho e da concorrência cruenta que veio se constituindo no mercado de trabalho. A relação que este processo estabelece atualmente com a forma da acumulação capitalista à escala mundial foi lida a partir da autonomização entre população e trabalho, trabalho e valor e, por fim, entre valor e dinheiro, como pistas para entender o aparente paradoxo de uma totalidade concreta prenhe de relações sociais tanto mais submetidas a expedientes de violência extra econômica quanto mais monetarizadas e contratuais.

Palavras-chave: periferia; autoconstrução; autonomização do capital; dinheiro; crise do trabalho; gestão populacional.

Abstract

This doctorate dissertation deals with the relation between the social and spatial dinamics which historicaly have been producing Jardim Ibirapuera neighborhood, a peripherical settlement in the south side of the metropolis of São Paulo created in 1964 as a particular totality, and the contemporary form of accumulation in a worldwide scale. To adress such a relation we take the historical time within the Jardim Ibirapuera as a dialectical one between the process of autonomization of land, labor and capital and its concrete manifestation through the contradictory agency of our interlocutors, having as a point of departure an extraordinary and unprecedented capilarization of money among the latter. Analysing the first and second generation of dwellers as well as of newcomers migrants which have achieved the neighborhood over the last twenty years, through their mobility of labor experience, what appears as an increase and spread of small enterprises which, on the one hand, changed Jardim Ibirapuera as the so-called new centrality within the urban fabric of the metropolis of São Paulo, on the other express the crisis of labor and the ruthless competition in the labor market. The relation this process currently has been established with the contemporary form of capitalist accumulation in a worldwide scale is read in this dissertation having as point of departure the autonomization between labor and population, labor and value and, at last, value and money, as a clue to grasp the appearent paradox of a concrete totality filled with social relations subdue to extra economical violence as part of its monetarization and contractualisation

Keywords: outskirts; selfconstruction; autonomization of capital; money; crisis of labor; management of population.

Agradecimentos

Nos pouco mais de quatro anos de doutoramento, iniciado em julho de 2013, foram diversas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, na feitura dessa tese. Em primeiro lugar quero agradecer à disponibilidade dos meus interlocutores para conversarem comigo e confiarem suas histórias de vida ao meu olhar e análise: Luís, Roberto, Carla, Cuca, Lelo, Feijão, Maria, Ivanize, Michel, Jennyfer, Claudenice, Gambola, Buiú, Antônio, Ricardo, Rói e Daniel. Mas para além do agradecimento a cada um dos meus interlocutores, quero deixar registrado um agradecimento especial ao Luís, Carla e Bá que, desde a realização do meu mestrado, foram indispensáveis na minha aproximação com aqueles e aquelas que se tornaram meus interlocutores. Ainda nesse rol de relações e amizades que estabeleci a partir dos meus trabalhos de campo quero agradecer aos "mulek" do TAMOVIVO, em especial Dú e Nêgo, que além de oferecerem seus preciosos tempos para uma entrevista, se tornaram verdadeiros parceiros, além de guias nos trabalhos de campo que organizei com os alunos de graduação do Dieter e Carlão para o Jardim Ibirapuera, dentre tantas outras coisas. Espero reencontrá-los em breve depois de tanto tempo sem vê-los. Ainda do TAMOVIVO eu agradeço igualmente ao William, Pedro, Harrison, Lisandra e Dú Branco, com quem tive a oportunidade de manter conversas com uma certa regularidade, lendo partes do livro *Texaco* de Patrick Chamoiseau para pensarmos juntos sobre pobreza, periferia, capitalismo, racismo, identidade e daí em diante. Com eles também compartilhei uma divertida viagem para o Morro da Garça ciceroneado pelo meu orientador Heinz Dieter Heidemann, e pude testemunhar alguns deles se deslumbrando com a "vida no mato", a experiência de não-completa expropriação, como diz Mano Brown na música *Vida Loka parte II*, e as conversas que desdobramos coletivamente a partir desta experiência.

Já do outro lado da ponte, mas sentido Zona Oeste, devo ainda agradecer às conversas de todas as sextas-feiras com os parceiros e parceiras do grupo de estudos de crítica do valor-dissociação do LABUR. Neste particular devo agradecer ao Carlão, Fábio e Cá com quem frequentemente mantive conversas sobre meus trabalhos de campo e os caminhos para interpretar aquilo que vinha testemunhando. Além deles não posso deixar de agradecer ao Dieter e sua orientação amistosa e na maior parte das vezes, leve.

Deixo aqui também meu agradecimento à professora Amélia Damiani e ao professor Gabriel Feltran que se dispuseram a participar da minha banca de qualificação, propondo questões e caminhos. Na medida do que foi possível, busquei lidar com as problemáticas colocadas por eles.

Em novembro de 2016 fui passar nove meses em Chicago por meio de uma bolsa de estágio de pesquisa no exterior financiada pela FAPESP sob a supervisão do professor Moishe Postone. Do período em que fiquei lá sozinho, gostaria de agradecer a Rachel Wong, Nicolae Dragos, Volkan Agar e Tim Cannon, com quem criei um grupo de estudos para estudarmos alguns poucos artigos publicados nas revistas *EXIT* e *KRISIS* traduzidos para o inglês. Esse pequeno grupo foi essencial para fazer minha estadia em Chicago menos solitária e fria. Além deles gostaria de agradecer ao Alfonso Vela, que conheci por ocasião de um curto estágio que realizou sob a supervisão de Moishe Postone. Os encontros com ele, Daniela (mi tucaya) e Flor (sua esposa) também foram providenciais para me entusiasmar assim que meu parceiro de dia-a-dia, Volkan, havia retornado para a Alemanha. Das pessoas com quem compartilhei os momentos cindidos da minha experiência em Chicago (a cozinha do prédio era coletiva) gostaria de agradecer ao Ashishi, Elizabeth, Pablo, Nicole e Kane, Syed e Sara, Kanika e Ahmed. Estes, a despeito de não compartilharem da minha vida acadêmica, também foram indispensáveis na convivência e conversas do dia-a-dia, além de companhia para umas cervejas croatas no The Cove. Deixo ainda meu agradecimento à companhia e hospedagem de Lindsay e Alex, bem como de Needa e Kelly. E, por fim, agradecer à supervisão do professor Moishe Postone que foi muito amistosa e teoricamente muito proveitosa.

Com relação ao processo de concepção e escrita desta tese gostaria de agradecer ao Fábião e Carlão, além das leituras e correções sugeridas por Renatinha e Artur.

Gostaria ainda de registar um agradecimento especial à Cá que, por um bom tempo esteve lado a lado compartilhando a vida e que, a despeito tantos contratempos, não deixou de agir com coragem, o que nos permitiu (dentre outras coisas) recobrar um companheirismo e um carinho que há de durar. Para além disso, ela foi uma parceria e tanto na concepção da forma de exposição adotada por mim nessa tese.

Por fim, um agradecimento aos meus pais Lino e Ângela, à minha irmã Thaís e meu irmão Matheus, que cada um a seu modo reconheceram a importância desses estudos para mim e me apoiaram incondicionalmente.

*

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

"O meu filho ficou triste [pela minha demissão] né, porque, ele tinha orgulho de me falar assim [...] quando ele via um caminhão da Mercedes ele dizia assim: '-Pai, aquele caminhão tem uma peça que o senhor fez'. Então, eu sentia que ele ficava... tinha orgulho de mim, porque '- Olá, tá vendo pai? Todo caminhão que a gente vê da Mercedes, ali tem uma peça que foi o senhor que fez'. Eu falei, é mesmo filho".

João Chapéu, metalúrgico do ABC aposentado,
Filme *Peões* de Eduardo Coutinho

"Admito, seus carro é bonito é, e eu não sei fazer
Internet, videocassete, os carro loco"

Negro Drama, Racionais MC's

Introdução ... 1

Seção I – As trajetórias de mobilidade ... 10

Capítulo 1 - A primeira geração de moradores ... 11
1.1. Leonora, 73 – Ervalia, MG ... 11
1.2 Nelson, 67 – Correntes, PE ... 15

Capítulo 2 - A segunda geração de moradores ... 19
2.1 Max, 33 – São Paulo, SP ... 19
2.2 Augusto e Janaína, 41 e 41 – São Paulo, SP e Teresina, PI ... 24
2.3 Dino, 43 – São Paulo, SP ... 33
2.4 Rubens, 52 – Murutinga do Sul, SP ... 46
2.5 Francisco, 57 – São Paulo, SP ... 55

Capítulo 3 - A mobilidade perfeita do trabalho e da terra no Jardim Ibirapuera ... 61
3.1 Nair, 57 – Paulista, PE ... 61
3.2 Soraia, 47 – Feitoria, PE ... 67
3.3 Paulo, 32 – São Paulo, SP ... 74
3.4 Felipe, 21 – São Paulo, SP ... 80
3.5. Kléber, 35 – São Paulo, SP ... 86

Seção 2 – As trajetórias à revelia ... 94

Capítulo 4 – Uma cartografia do fluxo monetário à escala local ... 95
4.1. Os rendimentos e suas "fontes" ... 97
4.2 O dinheiro e os valores: Simmel ... 109
4.3 O dinheiro e o valor: Marx ... 119
4.3.1 O valor e o(s) tempo(s) ... 125
4.4 A mais-valia e suas remunerações ... 128

Capítulo 5 - O Jardim Ibirapuera e a terra ... 130
5.1 A formação do loteamento periférico Jardim Ibirapuera ... 130
5.2 A autoconstrução aos olhos de Sérgio Ferro ... 133
5.3 A autoconstrução e o processo de autonomização da terra ... 137
5.4 A mobilização da terra nas trajetórias de mobilidade do trabalho ... 140
5.4.1 A primeira geração ... 140
5.4.2 A segunda geração ... 141
5.4.3 A mobilidade perfeita do trabalho e da terra no Jardim Ibirapuera ... 143
5.5 Assim como o valor, a renda da terra não é objetiva (tampouco subjetiva) ... 145
5.6 A mobilidade da terra: autonomização mesmo sem lei? ... 152

Capítulo 6 - O Jardim Ibirapuera e o trabalho ... 156
6.1 Racionalidade empresarial e inconsciência ... 156
6.2 Eles não usam macacão (tampouco black-tie) ... 162
6.3 A autoconstrução à escala nacional ... 168
6.4 Excurso cindido (família e autoconstrução) ... 176
6.5 *PCC*: Hegemonia e inconsciência ... 183

Capítulo 7 - Do capital ao capital fictício ... 187
7.1 Duas vezes consumidor ... 188
7.2 A dessubstancialização do capital ... 193
7.3 A crise do dinheiro e o fundo público fictício ... 198

Considerações finais: A reprodução do colapso da modernização a partir da periferia ... 205

Bibliografia ... 214

Introdução

Esta tese é a síntese provisória do meu percurso de estudos e trabalhos de campo em algumas periferias localizadas na Zona Sul da metrópole de São Paulo. Minha dissertação consubstanciou parte deste percurso e lá o meu ponto de partida teórico foi aquele da mobilidade do trabalho, como formulado por Jean Paul de Gaudemar. A partir das contribuições teóricas desse autor me foi possível pensar sobre a experiência de migração e trabalho de alguns moradores que conheci em minhas incursões de campo no Jardim Ibirapuera e que se tornaram meus interlocutores no mestrado e doutorado. No corpo a corpo que experimentei nestas periferias, fosse por meio do meu trabalho como educomunicador do terceiro setor a partir de 2005 até 2008, fosse por meio de meus trabalhos de campo a partir de 2008 até hoje, as leituras acumuladas por mim sobre o assunto e que informavam meu modo de pensar aquela experiência até 2008 estavam conectadas àquilo que Moishe Postone definiu como marxismo tradicional. Uma crítica ao capital do ponto de vista do trabalho, ou seja, que considera este último como uma totalidade universal com estatuto de verdade ontológica dominada pelos interesses particularistas do capital, ou melhor, da classe capitalista. A essa representação do capitalismo e da experiência social se somava minha recente descoberta do modo de vida da população trabalhadora que residia nessas periferias, que em contraste com o meu modo de vida, me parecia demasiadamente sedutora. Igualmente porque eu supunha estar geograficamente situado no *lócus* da crítica à sociedade capitalista. Nesse sentido, é possível dizer que temáticas caras ao debate acadêmico sobre as periferias já vinham povoando minhas reflexões e experiência junto aos moradores da periferia, antes mesmo de iniciar meus estudos de pós-graduação: migração, trabalho, modo de vida, exploração, autoconstrução, etc.

Este esquema interpretativo que hegemonizou o debate sobre a modernização brasileira no momento mesmo de seu avanço, esteve indissoluvelmente ligado a um projeto de formação nacional, logo não pode ser entendido como um pensamento contingencial ou fora da história, por assim dizer. Era um marxismo modernizador que, ao ter o trabalho como o ponto de vista da crítica ao capitalismo em expansão, elevava sua personificação, a classe trabalhadora e os supostos interesses que portava, ao estatuto de motor histórico da transformação social, como no esquema de Marx e Engels do famoso Manifesto Comunista. A crítica à modernização como dinâmica temporal específica determinada pela valorização do valor estava fora do escopo das reflexões produzidas pelos autores marxistas brasileiros, logo, era um processo desejável em si mesmo porque promessa de superação do subdesenvolvimento. Porém os esforços modernizadores ocorridos durante

o século XX, logo industrializantes, pareciam sempre repor o atraso e não o contrário. No que diz respeito ao debate particular no qual esta tese se insere, as condições de reprodução da classe trabalhadora urbana, as contribuições produzidas por Sérgio Ferro, Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira, nossos principais interlocutores no mestrado e igualmente nesta tese, são representativas daquela esquema interpretativo.

A manifestação empírica das periferias em formação nos arredores de uma São Paulo em intensa urbanização e industrialização, bem como as relações de produção que sua formação consubstanciava, expunha em toda crueza o caráter conservador, incompleto ou selvagem da modernização brasileira. Tal incompletude se expressava numa incorporação espoliadora da classe trabalhadora porque submetida à superexploração de suas forças de trabalho, que por sua vez se manifestava numa forma de acesso à moradia baseada em relações não-tipicamente capitalistas na forma do "mutirão", para usarmos o termo de Francisco de Oliveira. Para este último, que dos três autores mencionados foi o que delineou uma interpretação mais abrangente acerca da forma particular adquirida pela expansão do capitalismo no Brasil, as relações entre os setores que compunham a divisão social do trabalho foram lidas à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e o caráter conservador da modernização remetia à configuração das forças políticas em pugna internamente ao território nacional. Em outras palavras, a modernização brasileira era incompleta ou conservadora porque incapaz de suprimir as forças políticas arcaicas (proprietários de terra) consubstanciadas nas chamadas oligarquias regionais. A *outra* modernização almejada, que deveria ser movida pelos interesses da classe trabalhadora à escala nacional, sobrepujaria as forças políticas conservadoras garantindo uma acumulação interna que, ao incrementar o nível de produtividade do trabalho ofereceria condições de passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa (uma acumulação fundada no barateamento do custo de reprodução da força de trabalho). Tal desenvolvimento das forças produtivas guiada pelos interesses da classe trabalhadora permitiria a supressão de expedientes tais como a extensão da jornada de trabalho e diminuição forçada (política) de seus custos de reprodução, trilhando os passos em direção à ambicionada formação nacional, quiçá na forma do socialismo.

A crítica do valor-dissociação representada por Robert Kurz, Roswitha Scholz e Moishe Postone, a qual tive contato através das leituras que realizei por meio do grupo de estudos do LABUR a partir de 2008 e por alguns anos coordenado pelo meu orientador Dieter Heidemann, ia na contramão das teorias mencionadas e exigia um reposicionamento do ponto de vista da crítica à qual até então eu estava habituado, já que apresentava o próprio trabalho como forma de mediação e dominação historicamente específica, logo, passível de crítica assim como o capital. Tais contribuições exigiam uma revisão da crítica à

sociedade capitalista e moderna, a partir de uma reinterpretação da obra de Karl Marx, bem como acusavam que a crítica imanente ao capital, do ponto de vista do trabalho, estava se tornando obsoleta à medida que a modernização avançava. Tais autores eram herdeiros da crítica à integração da classe trabalhadora acusada pela Escola de Frankfurt, logo, do esgotamento de suas energias utópicas, bem como da crítica à experiência soviética entendida como um capitalismo de Estado, mas também do horizonte de expectativas decrescentes no mundo do trabalho representado pela revolução microeletrônica que já despontava na década de 1970. Em outras palavras, seus escritos criticavam as tais energias utópicas como integrantes e integradas ao processo de modernização e a crise do trabalho como a manifestação do próprio esgotamento do último (em sua forma capitalista ou do socialismo realmente existente).

Nesse sentido os seus escritos poderiam ser pensados como uma advertência aos marxistas do terceiro mundo que ainda não haviam perdido suas esperanças nos "efeitos virtuosos" da modernização, inclusive daquelas movidas pelos interesses da classe trabalhadora. Valendo-me da distância que nos separa daquele momento, parecia haver uma estranha coincidência histórica em curso, manifestas nas teorias mencionadas. De um lado a derrocada do chamado socialismo real e o prenúncio do desmonte do Estado de bem-estar social nos países centrais. De outro, a comemoração das virtudes democráticas impulsionada pelas chamadas forças populares e consolidação do Partido dos Trabalhadores no jogo político institucional até então vedado à participação da classe trabalhadora.

Dois textos que, todavia, nos dedicaremos apenas de maneira tangencial nesta tese, me parecem oferecer uma síntese daquele espírito do tempo: *Quando novos personagens entraram em cena*, de Éder Sader e *Os direitos do antivalor* de Francisco de Oliveira, respectivamente de 1985 e 1988. Apesar das diferenças que marcam suas abordagens interpretativas sobre a classe trabalhadora, a contribuição teórica de cada um dos autores parecia coincidir num ponto: *o retorno do sujeito e a possibilidade da política*. Da parte de Éder Sader a redescoberta do sujeito trabalhador empírico, com seus desejos, agenciamentos e valores, da parte de Francisco de Oliveira a emergência da esfera pública e no encontro dessas duas contribuições teóricas e políticas a prova cabal do fim do assim chamado economicismo analítico. A "economia" não seria mais capaz de explicar os agenciamentos políticos dos movimentos sociais urbanos e tampouco determinar os fundamentos da ação política, já que o fundo público e a esfera pública haviam se anteposto à reprodução do capital e do trabalho. Se de um lado tal perspectiva, de nosso ponto de vista, reduzia o valor e o fetiche da mercadoria a mera determinação antediluviana da reprodução social capitalista; de outro, considerando que o marxismo brasileiro ainda era marcado pela

disputa política e a dominação compreendida como de classe, a hegemonia, em sentido Gramsciano, ganhou projeção no debate político e acadêmico.

Todavia, aquilo que parecia uma virtude talvez trouxesse contigo um vício, desviando a formulação de uma palestra de Francisco de Oliveira de 2006 quando revisitou o debate sobre a autoconstrução no Brasil que ele próprio apresentou em 1972. A emergência da sociedade civil como sujeito político consubstanciado nos movimentos sociais urbanos talvez revelasse um deslocamento mais profundo do que uma modificação no terreno de onde fazer política. A polêmica se instaurou entre aqueles que celebravam o renascimento da política na esfera da reprodução e aqueles que acusavam e perda da centralidade da luta de classes no chão da fábrica, manifesta de maneira caricata na polêmica substituição de Lênin por Paulo Freire mencionada por Éder Sader em seu livro e diante da qual o segundo evidentemente venceu. Nesse processo de reencontro e reconciliação com o sujeito, vale registrar que a contribuição de Éder Sader para pensar nos "comos" da reprodução da classe trabalhadora, para além das abordagens do marxismo estruturalista de Francisco de Oliveira ou Lúcio Kowarick. foi inspirada nas contribuições de Henri Lefebvre presentes em artigo intitulado *A reprodução das relações sociais de produção* publicado por José de Souza Martins no Brasil. Nesse deslocamento, o problema populacional acusado por Lúcio Kowarick na década de 1970 referente à presença de um exército industrial de reserva a deprimir os salários dos trabalhadores, concorrendo para a adesão à autoconstrução nas periferias, deixa de ser tematizado. O deslocamento da esfera da produção para aquela da reprodução como o terreno da política exaltado por Éder Sader foi na minha trajetória de estudos uma sistematização do modo de vida que havia experimentado e que eu encontraria posteriormente teorizado também nas contribuições de Odette Seabra e Amélia Damiani. Estudos que, inspirados pelas sugestões de Henri Lefebvre de que a contradição do capital havia se deslocado para o espaço e sua produção, buscaram um aprofundamento deste programa de pesquisa que tomou a relação entre sujeitos e espaços o foco da contradição do capital, assim como os processos de alienação decorrentes do avanço do valor de troca sobre experiências presididas pelo uso.

Contudo, a abertura democrática, como dissemos acima, coincidiu com os esforços nos países centrais, em especial Inglaterra e Estados Unidos, de implementação da agenda neoliberal que também adquiriu suas feições particulares no Brasil alguns anos depois em que a democracia brasileira havia adquirido ossatura na assim chamada mais avançada constituição do mundo. É significativa a introdução de Lúcio Kowarick em seu livro *A espoliação urbana* de 1993, todavia recheado de artigos escritos na década de 1970, no qual a linguagem da cidadania e da política ganham centralidade em seu argumento em detrimento das relações de classe e de trabalho em seus primeiros escritos. No entanto, as promessas

democráticas seriam frustradas pelo assim chamado neoliberalismo, onde o desmoronamento dava a tônica, para recordar o prefácio de Roberto Schwarz a um livro audacioso publicado em 1993 no Brasil e aparentemente já esquecido. Daí em diante a palavra-chave neoliberalismo ganhou poder heurístico e hegemonia no debate acadêmico e político, inclusive marxista, para interpretar as catástrofes que vieram ganhando corpo na vida brasileira durante a década de 1990 até a ascensão do Lulismo em 2003.

Tal período coincidiu com uma heterogeneização das práticas políticas presentes nas periferias e a aderência ao terceiro setor como projeto que aglutinou uma nova geração de moradores das periferias, como se pode comprovar nas trajetórias de alguns de meus interlocutores nesta tese. E surpreendentemente a esquecida problemática populacional parecia voltar à cena, todavia agora nas palavras cínicas do então presidente Fernando Henrique Cardoso ao declarar abertamente que em 1996 as transformações pelas quais passava o Brasil pudesse relegar cinquenta milhões de brasileiros à fila do "sopão". Vale recordar que desde a insolvência de 1983 o Brasil, assim como outros países da América Latina, se encontrava enredado pelos conhecidos ajustes estruturais impostos pelo Fundo Monetário Internacional, o que reforçava a ideia de que os dramas sociais vividos pela população no Brasil eram fundamentalmente determinados pelos desígnios da política nacional e mundial. Enquanto isso, ao rés do chão, as transformações no Jardim Ibirapuera iam gradativamente ganhando corpo, evidenciada, por exemplo, nas clivagens geracionais das primeiras famílias chegadas ali. A desindustrialização adquiria mais e mais proeminência e as trajetórias de mobilidade do trabalho acompanhavam a continuada desativação dos postos de trabalho nas indústrias, diversificando e ao mesmo tempo estreitando as possibilidades de acesso a dinheiro, com o tráfico de entorpecentes ganhando importância como resposta ao desemprego.

Salvo engano o aparente poder heurístico do neoliberalismo como categoria de interpretação dos desdobramentos que tiveram curso desde então na vida da população trabalhadora permaneceu inabalável, mesmo no contexto do chamado Lulismo, inclusive sofisticando-se a partir da leitura de Michel Foucalt sobre o tema em seu livro *O nascimento da biopolítica*. Municiados com o arsenal teórico oferecido pelo autor, uma nova geração de pesquisadores vem produzindo estudos com forte densidade etnográfica sobre a periferia exigindo repensar os termos pelos quais a classe trabalhadora vinha sendo representada no imaginário acadêmico desde a ruptura representada por Éder Sader, em alusão ao título de um artigo no qual Vera da Silva Telles havia sido co-autora com Éder Sader e Maria Célia Paoli nos idos de 1980. De maneira oposta ao mencionado artigo, o que se encontra agora nas periferias não é a emergência de sus população no cenário político como no processo de redemocratização. Pelo contrário, um léxico que inclui a gestão da precariedade em

Cibele Rizek, a gestão das ilegalidades e administração das urgências em Vera da Silva Telles, ou ainda regimes de normatividade em Gabriel Feltran, só para ficarmos em alguns exemplos, começam a ganhar corpo nestas etnografias para descrever as relações que vem se materializando entre os moradores de periferia e entre estes e a política. Vera da Silva Telles sintetizou de maneira curiosa o desencanto com os rumos d'*A invenção democrática* brasileira, escrevendo em 2007 que seu livro de cabeceira na década de 1980 escrito por Claude Lefort teria sido substituído por aquele de Giorgio Aganbem, *O Estado de Exceção*, acusando que algo havia mudado no cenário político e social brasileiro. Tanto essa nova geração de pesquisadores, quanto a revisão teórica por parte de pesquisadores mais antigos, como no caso de Vera da Silva Telles, foi responsável por trazer à luz a nova figuração da problemática populacional que se instalou no coração da vida social brasileira e mundial: o encarceramento em massa.

A despeito dos achados de campo proporcionados por tais etnografias, o que de nosso ponto de vista vinha de encontro com nossos estudos sobre o capitalismo contemporâneo e a crise do trabalho produzidos pelos autores provenientes da crítica do valor-dissociação, não em sentido teórico, mas na apreensão sensível desse horizonte decrescente de expectativas no qual o desmoronamento continua dando a tônica, uma revisão crítica dos persistentes esquemas interpretativos legados da marxismo tradicional ou da tradição crítica brasileira, se fazia necessária. Todavia, estes mesmos estudos de cunho etnográfico ao qual nos referimos, quando tencionam uma apreensão de caráter mais global daquilo que vem ocorrendo no Brasil atualmente, a herança da chamada tradição crítica brasileira que definiu a modernização brasileira em termos de sua incompletude ou do conservadorismo das elites, parece persistir, como no artigo de Maria Célia Paoli de 2007 publicado no livro *A era da indeterminação*. Esta tese é a nossa tentativa de intervir neste debate teórico, apresentado aqui em traços largos, buscando articular as mudanças que ocorreram no campo das ideias com aquelas que ocorreram concretamente na experiência de formação e reprodução do Jardim Ibirapuera e nas trajetórias de alguns de seus moradores que se tornaram nossos interlocutores.

Como indicamos acima, o ponto de partida de nossa tese e que, de nosso ponto de vista, busca contribuir para compreender a substituição da hegemonia de Marx para Foucalt nos estudos sobre periferia, é uma reinterpretação da teoria do primeiro que redefine a contradição central do capital. Em outras palavras, uma reinterpretação que pensa o capital como uma contradição em processo, como formulado nos *Grundrisse* e não como uma contradição de classe. Uma dinâmica temporal específica que ao se realizar nega seu próprio fundamento e que alcançou sua plenitude catastrófica num processo de autonomização entre população e trabalho que adquire formas particulares em contexto

territoriais distintos. Uma dinâmica temporal intrínseca à modernização e indócil às tentativas de sua regulação pelos meios políticos, sobretudo num contexto de modernização retardatária no qual o desejo de sua realização parecia o remédio para a deletéria persistência do atraso. Um processo histórico de acumulação de capital que ao serrar o galho sobre o qual se assenta, o trabalho compreendido como forma de mediação social, não apenas move processos catastróficos para a população trabalhadora, mas também para o próprio capital e a regulação política correspondente.

Em meus trabalhos de campo no Jardim Ibirapuera, conversando com uma diversidade de moradores, desde as primeiras famílias assentadas no loteamento até filhos de famílias moradoras das favelas consolidadas no entorno do Jardim Ibirapuera, o processo referido ganhava as mais diversas cores. Fosse na presença da violência policial. Fosse no incremento de microempreendimentos nas ruas principais do loteamento e entabulado pelos filhos dessas primeiras famílias. Fosse no encortiçamento de moradias mais antigas ou na verticalização de moradias nas favelas que chegavam a cinco andares. Fosse no uso de antigas moradias para a abertura de microempreendimentos. Fosse na construção de prédios em lotes antigos por empreendedores de fora do bairro. Fosse na presença do tráfico de entorpecentes, culminando na presença do *PCC*. Fosse na presença das organizações não-governamentais e na decadência da Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera. Fosse nas mudanças das trajetórias de mobilidade nas gerações mais novas em comparação com as primeiras famílias. Fosse nas práticas de consumo de meus interlocutores. Enfim, uma miríade de aspectos que fomos buscando tatear e interpretar, por meio de perguntas teóricas que alimentavam o campo e perguntas que se originavam do campo e exigiam reconsiderações teóricas, numa constante dialética entre empiria e teoria, até alcançarmos o resultado que ora se apresenta.

Uma última observação se faz necessária, antes de apresentarmos brevemente os conteúdos dessa tese. Talvez soe estranho aos leitores que, num contexto de barbárie e estado de exceção instalado nas periferias metropolitanas, tematizada por pesquisas produzidas dentro das universidades, representada em filmes e documentários, denunciada em documentos produzidos por movimentos sociais, ou mesmo cantado em prosa e verso pela abundante produção cultural periférica, se gaste muito poucas linhas sobre o assunto. Fizemos a escolha deliberada em abordar a violência econômica porque, como já dissemos, registros sobre a violência à qual a população moradora das periferias se encontra submetida, não faltam. Em segundo lugar porque abordar criticamente a violência econômica, a partir da reinterpretação de Marx já mencionada, é o que nos permite tematizar a dominação social por outro viés, nem em registro marxista tradicional nem em registro foucaltiano, permitindo tematizar sua naturalização pelos sujeitos submetidos a ela.

Em terceiro lugar para que pudéssemos abordar os desdobramentos contemporâneos, à escala local, do processo de reprodução da classe trabalhadora por meio da autoconstrução no contexto de modernização retardatária. E, por fim, para oferecermos uma contribuição ao debate que envolva conjecturar sobre as condições de possibilidade para uma presença incontornável e, aparentemente imparável, da violência extra econômica e da profusão de dispositivos biopolíticos na vida cotidiana de nossos interlocutores, a partir de uma hipótese sobre o colapso da modernização e sua reprodução.

*

A primeira seção da tese se dedica a apresentar as trajetórias de mobilidade do trabalho de cada um de nossos interlocutores, divididos em gerações. O primeiro capítulo apresenta as trajetórias de Leonora e Nelson, respectivamente os primeiros moradores do Jardim Ibirapuera e Jardim São Francisco, loteamento adjacente ao primeiro. O segundo capítulo se dedica à segunda geração, filhos das famílias migrantes que se estabeleceram no Jardim Ibirapuera e seu entorno como Max, Augusto, Janaína, Dino, Rubens e Francisco. Por fim, no terceiro capítulo desta seção apresentamos as trajetórias de nossos interlocutores que parecem expressar a mobilidade perfeita do trabalho e da terra do Jardim Ibirapuera, como Nair, Soraia, Paulo, Felipe e Kléber. Elegemos expor as trajetórias de nossos interlocutores em forma de relatos em terceira pessoa, citando passagens de nossas entrevistas quando a maneira de formular de nossos interlocutores nos parecia significativa.

A segunda seção da tese está dividida em quatro capítulos, cada qual estruturado em torno de uma categoria: dinheiro, terra, trabalho e capital, com incursões teóricas, mas primordialmente discutidas e analisadas a partir das trajetórias de nossos interlocutores e do arco lógico-histórico que envolveu a modernização às escalas local, nacional e mundial. O movimento do argumento desta tese se desenvolve em três dimensões.

A primeira delas está organizada pelas clivagens geracionais e o que elas nos dizem sobre os conteúdos sociais e espaciais que foram se acumulando ao longo dos pouco mais de cinquenta anos de existência do Jardim Ibirapuera, consubstanciada nas trajetórias de nossos interlocutores.

A segunda dimensão é aquela referida às escalas espaciais pensadas a partir das categorias que organizam a segunda seção de nossa tese. A escala local é observada, em registro sincrônico, a partir de uma cartografia do dinheiro a mediar as relações comerciais, portanto contratuais, que vieram se adensando historicamente entre nossos interlocutores. Já em registro diacrônico, investigamos as transformações à escala local, todavia observadas a partir da categoria da terra e de que maneira os negócios com a propriedade da terra e imóveis estão presentes nas trajetórias de nossos interlocutores. No terceiro capítulo é a categoria de trabalho que nos leva à escala nacional, já que envolve a aquisição da

mobilidade do trabalho por parte de nossos interlocutores e o esforço de industrialização nacional ocorrido durante o século XX. No quarto capítulo, por meio da categoria de capital, buscamos inserir a modernização brasileira na divisão internacional do trabalho e nos processos de acumulação ocorridos à escala mundial.

A terceira dimensão da tese, por fim, diz respeito ao incessante reposicionamento das categorias que mobilizamos para interpretar as modificações no Jardim Ibirapuera. A cada novo capítulo da segunda seção a categoria anterior adquire novos contornos, até alcançarmos o capital fictício e sermos carregados de volta à escala local para repensar aquela primeira cartografia do dinheiro a mediar as relações comerciais e contratuais presentes entre nossos interlocutores, exigindo uma reconsideração das próprias categorias utilizadas até ali.

Pretende-se que esta tese contribua para a compreensão da forma de ser da reprodução do colapso da modernização observado a partir das mudanças presentes nas trajetórias de trabalho de nossos interlocutores e simultaneamente nas transformações que vieram modificando a totalidade concreta particular do Jardim Ibirapuera, apontando para aspectos que possam oferecer subsídios para uma interpretação sobre a forma de reprodução da população residente nas periferias de São Paulo, de uma maneira geral.

Seção I – As trajetórias de mobilidade

Capítulo 1 - A primeira geração de moradores

1.1. Leonora, 73 – Ervalia, MG[1]

Leonora, viúva de 73 anos, aposentada, nasceu em 1941 na cidade de Ervalia (MG). Migrou para São Paulo em 1958, já casada com aquele que permaneceria seu marido até sua morte, Darci, também mineiro de Ervalia. Chegando em São Paulo, Leonora e Darci foram morar em um cortiço localizado na Chácara Santo Antônio, Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo, próximo ao Rio Pinheiros e à Avenida João Dias. Leonora nos contou que neste cortiço viviam eles e mais vinte famílias, aprovisionados com apenas um banheiro, sem fogão e tampouco pia para lavar as louças. Permaneceram durante dois anos neste cortiço, período em que tiveram seus dois primeiros filhos, Émerson e Cláudia. Nesta época Darci já trabalhava como pedreiro e a rede de colegas de trabalho, mineiros migrantes como eles já estabelecidos em São Paulo, sabendo da abertura dos loteamentos Jd. São Luís, Piraporinha, dentre outros, resolveram se juntar para conhecerem os terrenos do recém-aberto loteamento do Jd. Ibirapuera (cf. Giavarotti, 2012), descrito por Leonora como um "matagal". Recorda-se que, escolhido o lote que iriam comprar, a prestações, pelo preço de Cr$ 253.000, deram uma entrada de algo em torno de Cr$ 10.000 por meio de um empréstimo adquirido com um amigo de Darci, apesar de Leonora não se lembrar do valor do empréstimo, já que em suas próprias palavras esse tipo de negociação ficava restrita ao marido. Depois de darem entrada no lote viveram um período de transição, morando no cortiço na Chácara Santo Antônio enquanto criavam as condições mínimas de sua definitiva mudança para o Jd. Ibirapuera. Para tanto contrataram um poceiro para a construção de um poço artesiano com mais de 30 metros de profundidade, feito dentro do próprio lote, por meio do qual pudessem acessar água, já que o loteamento não se encontrava aprovisionado por este serviço. Depois de feito o poço, Darci, a muito custo, comprou uma carrada de tijolos, uma porta, uma janela e telhas, tendo em vista levantar o primeiro cômodo, com a ajuda de alguns colegas e novos moradores do Jd. Ibirapuera. Construído esse primeiro cômodo, mudaram-se em meados de 1960, encontrando-se livres do aluguel que pagavam pelo cortiço, porém agora amarrados às parcelas que deveriam honrar pela compra do lote.

Leonora, munida com apenas um fogão a lenha (extraída do "mato" que havia ao redor do loteamento) em seu novo cômodo e uma máquina de costura, comprada por Darci, começou a prestar serviços de costura para fora, de maneira a que não necessitasse sair de casa para "ajudar" no orçamento familiar, e pudesse cuidar de seus filhos, enquanto trabalhava. Após o nascimento de seu terceiro filho, Darci e Leonora construíram mais um

[1] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 03 de abril de 2014.

cômodo, contando com um quarto e uma cozinha. Comenta Leonora que Darci, além do trabalho fixo como pedreiro, fazia bicos de construção para os vizinhos, o que lhe permitiu um relativo aumento da renda familiar e a compra de um fogão.

Nesse ínterim Leonora comenta que Darci estava sempre projetando como seria sua casa, arquitetando o leiaute da mesma, onde ficariam os cômodos, não obstante a falta de dinheiro para realizar seus planos. Resolveu então fazer um acordo com a empresa onde trabalhava para ser mandado embora, investindo a indenização recebida na compra de materiais para a efetiva ampliação da casa, em regime de autoconstrução (cf. Giavarotti, 2012). Para tanto se dedicaram à terraplanagem do terreno, já que o lote era desnivelado, e assim foram definitivamente se estabelecendo no Jd. Ibirapuera.

Sem entrarmos em maiores detalhes do moroso processo de autoconstrução da casa, vale dizer que Darci, em meados de 1966, junto com sua família, construiu um porão que serviria para dar a altura a partir de onde o resto da casa seria erguida, assim como, segundo os projetos de Darci, viria a ser a sala de visitas. Porém, o desuso do cômodo levou a que Leonora e Darci, frente ao pedido de um amigo pernambucano e sua esposa, o alugasse durante três anos, o que gerou uma renda extra, complementando o orçamento familiar. Após os três anos de aluguel do cômodo, esse amigo pernambucano, operário da *Pirespuma* (fábrica próxima ao loteamento do Jd. Ibirapuera) e sua mulher, costureira como Leonora, compraram um lote e contrataram Darci para construir a casa (provavelmente ajudando o amigo que deveria se envolver na tarefa).

De maio a dezembro de 1970 (sete meses), ano em que grande parte da casa já se encontrava pronta, mas sem acabamento, Darci foi preso pelo *DOI-CODI* (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), no auge da repressão da ditadura militar em pleno Governo Médici, devido às atividades políticas nas quais se encontrava envolvido. O período em que ficou cativo desestabilizou a dinâmica familiar, inclusive econômica, impondo que Leonora, junto com seu irmão, menor de idade, que havia vindo para São Paulo estudar em 1964, fossem trabalhar por conta, munidos de um carrinho de mão construído com um caixote e duas rodas de bicicleta. Revendiam frutas, doces e outras guloseimas compradas no Mercado Municipal de Santo Amaro, para "peões" que trabalhavam em canteiros de obras diversos, inclusive na firma em que Darci trabalhava antes de ser preso. Liberto, Darci retornou à firma onde trabalhava, ficou ali apenas mais um mês e foi mandado embora, já que agora era "queimado nas empresas" (Leonora).

Demitido e com uma mobilidade de trabalho restringida, Leonora e Darci buscaram outras alternativas de trabalho, dentre as quais aquelas surgidas por meio da rede construída por militantes, que segundo Leonora eram advogados, médicos, "pessoas com

boas condições" (Leonora). Foi assim que Leonora foi contratada para trabalhar como embaladora na fábrica de sorvetes da *Kibon* entre os anos de 1974 e 1977, e Darci convidado a ser sócio de uma "firma de construção" (Leonora). Darci trabalhou como mestre de obras durante dois anos, período em que a vida família se reestabeleceu financeiramente, quando resolveu abandonar a sociedade já que não gostava de ter que "mandar nos peões" (Leonora). Voltou a trabalhar como autônomo e nesse período os rendimentos familiares aumentaram lhes permitindo investir na construção de um sobradinho ao fundo do lote que já nessa época tinha como finalidade ser alugado com o fito de investir o dinheiro no término da própria casa[2].

Em 1977, Leonora, junto com outras associadas da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera* (cf. Giavarotti, 2012) resolveram abrir uma "escolinha" (Leonora) voltada aos cuidados e alfabetização de crianças do Jd. Ibirapuera e imediações, o que lhes permitiram também acessar uma renda para as respectivas famílias. A "escolinha" oferecia atividades em três horários distintos, das 08h às 11h, das 11h às 14h e, por fim, das 14h às 17h, e eram mulheres moradoras do próprio Jd. Ibirapuera que ministravam as aulas, como Leonora e Francisca (cf. Giavarotti, 2012). Em 1982 Darci candidatou-se a vereador pelo recém-criado *Partido dos Trabalhadores* (PT), mas não venceu a eleição, apesar da memória de sua candidatura ainda permanecer presente para alguns dos nossos interlocutores.

Depois da saída do colega pernambucano e sua mulher do porão alugado no lote de Leonora e Darci, um outro casal de mineiros o alugou permanecendo ali em torno de três anos. De acordo com Leonora seus inquilinos sempre foram pessoas conhecidas ou mesmo indicadas de outros conhecidos, deixando cômodos vagos por até um ano sem alugar, independentemente da existência de pessoas interessadas em sua locação. Nos contou na ocasião de nossa entrevista que seus inquilinos já se encontravam há algum tempo morando em sua propriedade devido ao fato de não aumentar o preço do aluguel anualmente. Justificava essa escolha dizendo que reconhecia as dificuldades que as pessoas vinham vivendo para alugar um imóvel nas periferias de São Paulo. Como exemplo falou de sua neta que se encontrava pagando no momento de nossa entrevista um aluguel no preço de R$ 500,00 por um quarto e cozinha no Jd. Ângela, também uma periferia da Zona Sul de São Paulo.

Depois do fechamento da "escolinha" da *Associação dos Amigos de Bairro do Jd. Ibirapuera* em 2010, Leonora transferiu parte dos serviços para sua casa. Ajudada por Nair e Teresa (sua nora) cuidava de aproximadamente dez crianças, quando de nossa entrevista,

[2] Quando saiu da prisão a família recebeu uma indenização do Estado que também deve ter ajudado na estabilização financeira.

filhos e filhas de moradoras do Jd. Ibirapuera e suas imediações. Leonora contava ainda com uma casa em sua cidade de origem, num lote de tamanho semelhante àquele do Jd. Ibirapuera, e que segundo ela custou apenas R$ 10.000,00 quando comprado. No ano de nossa entrevista esse imóvel era utilizado pela sua irmã e Leonora apenas usufruía dela nas férias. Nos afirmou que não tinha qualquer vontade de morar lá, acostumou-se com a vida no Jd. Ibirapuera.

1.2 Nelson, 67 – Correntes, PE[3]

Nelson, natural de Correntes (PE) chegou em São Paulo em 1967 quando ainda tinha dezessete anos de idade. Depois de ter trabalhado por nove meses como servente de pedreiro para a empresa *Ribeiro Franco* com carteira assinada, foi contratado pela empresa *Kibon* para trabalhar na linha de produção onde permaneceu por quatro anos. Aproximadamente um ano após sua chegada em São Paulo Nelson deu entrada num lote de 150 m^2 no loteamento do Jardim São Francisco, adjacente ao Jardim Ibirapuera. A compra deste lote ocorreu após Nelson ter morado de aluguel em casas localizadas no Jardim São Luís com terceiros e recorda-se de ter sido o décimo quinto morador do Jardim São Francisco. Apesar de não se lembrar exatamente o preço que pagava nos aluguéis destas casas no Jardim São Luís, recorda-se que entre metade e dois terços de um salário mínimo era destinado ao seu pagamento.

Durante os quatro anos em que trabalhou na *Kibon* decidiu terminar o ginásio e fazer uma ficha para a empresa *Caterpillar*. Foi contratado para trabalhar como controlador de ferramentas perecíveis, um cargo acima do almoxarife e aí permaneceu durante 15 anos, recebendo em torno de 7 salários mínimos, segundo ele, devido sua qualificação. Durante cinco dos quinze anos em que trabalhou na *Caterpillar*, dedicou-se a um curso de construção civil, que lhe permitiu deixar o emprego e nunca mais trabalhar como assalariado.

Nelson se recorda que seu lote de 150 m^2 (6m x 25m) foi vendido por uma imobiliária de nome *Luftala* de propriedade da família de Paulo Maluf e que devido ao fato de ser a metade de um lote já consolidado, sua condição não era completamente regular, o que lhe causou empecilhos ao seu posterior desmembramento e regularização definitiva. No que se refere ao preço deste lote, Nelson nos disse ter pago num primeiro momento em torno de Cr$ 35.000,00 por mês, passando posteriormente para Cr$ 64.050 por mês até sua liquidação que perdurou por pouco mais de cinco anos. Nelson recorda-se que o trabalho de terraplanagem de seu lote era muito pesado e diferentemente de todos os nossos interlocutores moradores do Jd. Ibirapuera, contratou trabalhadores para realizarem o serviço, o que, todavia, não o impediu de se envolver neste processo. De maneira semelhante às trajetórias descritas em meu mestrado (Giavarotti, 2012), Nelson decidiu se casar assim que sua casa ficou pronta, reiterando uma ideia partilhada por muitos de nossos interlocutores de que "pra poder me casar eu tenho que ter meu teto" (Nelson). Em 1979 trouxe sua esposa para São Paulo e comprou um fusca "tudo com o pé no chão" (Nelson).

Nelson foi o segundo presidente da *Associação de Amigos de Bairro do Jardim São Francisco*, aproximadamente entre 1969 e 1970. Recorda-se que a sede da associação era um

[3] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 02 de julho de 2015.

barraco de madeira e, não obstante suas precárias condições, contava com uma "escolinha", organizava festas de ruas para as famílias moradoras, dispunha de um alto falante que divulgava os aniversários dos moradores, colaborava com os moradores para conseguirem empregos, documentação, pavimentação, rede de esgoto e coleta de lixo. Lembrou-se com graça que a sede da associação chegou até mesmo a abrigar velório, afirmando que a atividade da associação "era um trabalho social, solidário" (Nelson). Em seus próprios termos, o trabalho da associação era "tocar nos corações dos políticos e trazer melhorias pro povo, foi assim o nosso trabalho aqui na sociedade" (Nelson). De acordo com Nelson os investimentos em infraestrutura como rede de esgoto e pavimentação ocorreram entre 1978 e 1979, época em que comprou seu automóvel.

Em razão do salário que recebia e da liquidação da compra de seu lote, Nelson decidiu sair da *Caterpillar* e investiu na reforma de um imóvel alugado na rua Bento Barroso Pereira onde estabeleceu em sociedade com um parente um depósito de construção que, segundo seus cálculos, funcionou aproximadamente de 1989 a 1994, contando com 10 a 12 funcionários. Enquanto tocava este depósito Nelson também trabalhou produzindo plantas de imóveis localizados em loteamentos periféricos em processos de anistia e nos afirmou ter ganho bons proventos por tais serviços.

Devido à sua desconfiança para com os juros cobrados pelos bancos, Nelson sempre considerou não deixar parada a sua poupança, buscando constantemente novas frentes de investimento: "É isso aí né? Sempre cê vai, vai sobrando um certo dinheiro, você vai investindo né, não é isso? Vai investindo, vai pensando no futuro, embora não enxergue o futuro, mas vai apostando né?" (Nelson). A poupança acumulada por Nelson no período de incremento das vendas de seu depósito de materiais de construção, o qual tinha como clientela principal moradores das favelas e loteamentos do entorno, foi sendo investido em terras e imóveis:

> Só que quando eu pus a loja lá em cima e fiquei com as duas lojas, aqui e lá em cima, a minha visão empresarial mudou. Eu via 4 mil, 5 mil todo dia lá nas vendas, apesar de ser bruto, mas eu via ali né? Teve uma margem muito maior. Aí deixei essa, congelei essa parte de projeto né? Aí eu cheguei e comecei a comprar imóveis aí. Cheguei a ter oito imóveis. Essa casa, uma aqui em cima que eu tenho ainda, uma aqui, três casas, dois terrenos no Horizonte Azul, quatro lotes aqui no interior de São Paulo, condomínio, tudo pago, até asfalto eu paguei, perto de Avaré e tinha um lote de 800 e pouco metros quadrados numa cidade, em Garanhuns, Pernambuco, que eu tinha desejo de ir um dia pra lá. Então, no total, eu tinha oito terrenos e três casas (Nelson).

Os lucros provenientes de seu negócio com a venda de materiais de construção entre 1989 e 1994 levou Nelson à decisão de investi-lo em terras e imóveis, chegando ao número de onze propriedades, sendo cinco terrenos e três moradias espalhadas entre as periferias de São Paulo, Avaré e Garanhuns (PE). Todavia os problemas financeiros e

administrativos que Nelson começou a ter com o seu depósito de materiais de construção o levou à bancarrota em 1994. Em suas próprias palavras:

> O negócio subiu pra cabeça né? [...]. Aí teve a administração, tive uns problemas lá com o parente e acabou... começou a decair também, aos poucos começou a decair. Eu não conseguia descobrir, mas fui obrigado a desfazer da sociedade, vender... vender outras coisas assim sem necessidade, fiquei em estado de... não deprimido, mas fiquei assim, sem querer trabalhar, não passava necessidade, fiquei aqui ajuntado, tinham os aluguéis, tinha as coisas... mas fiquei assim, sem fazer planejamento pra nada né? Nem querer trabalhar mais em firma, percebeu? Perdi um tempo assim né? Aí fiquei assim um tempo parado no tempo [...]. As perdas foram muito grandes, então, eu tentando me recuperar e foi aonde eu encontrei força na própria igreja onde eu participo [...] e voltei a trabalhar, com firmeza, graças a Deus eu tenho meus aluguéis que me sustentam também, me aposentei, e tenho outra casa aqui, bastante aluguel lá, que tirou essa coisa né? Mas eu cheguei a ter tudo isso aí e senti que fui um guerreiro realmente (Nelson).

Não obstante certas conexões entre as dificuldades vividas por Nelson com seu depósito de construção e o fim dado às suas propriedades não terem ficado muito claras em nossa entrevista, supomos que o que "subiu pra cabeça" foi o fato de ter investido em muitas propriedades e a incapacidade de seu gerenciamento.

> Porque assim, eu percebi o seguinte: os [terrenos] que eu tinha lá fora, só aquele condomínio era seguro, porque o resto todo mundo queria invadir, né? E eu pensei assim: '- Olha, crescer sem ter o domínio, não adianta'. Outra lição da vida também né? Cê tem que crescer e também tem que crescer a mente pra acompanhar, ter a estrutura né? De repente cê tem algo, mas o tronco da árvore não pode suportar as flores e os frutos, não é isso? Aí acaba desabando né? A vida é lição.

Nelson se viu incapaz de garantir aquilo que denomina como "domínio" sobre algumas de suas propriedades, em especial aquelas extralegais distantes de seu local de moradia. Na passagem seguinte ele explicita concretamente suas aflições para com as suas propriedades.

> Cê põe um terreno no lugar, tinha lugar que tinha... tinha um local que era manancial né? Essas áreas cê pega de... Horizonte Azul, cê não tem escritura definitiva dela, então cê corre o risco... cê tem a propriedade ali, cê tem um contrato, tem tudo, mas de repente, até você pôr uma pessoa ali, até você provar, né? Ele já acha que tem poder sobre isso né? Aí começa a ter medo né? Essas coisas assim... Eu tinha esse lá no Nordeste, o cara fez uma roça lá, fez uma roça, cê passa um ano sem comunicação, o cara fala: - 'Tem um mandiocal lá', cê percebeu? Aí cê fala assim: ' - Puxa, o cara vai tomar o meu terreno, né meu? O cara usa o usucapião né meu?' Então é esse o medo. Então acho que é melhor ter um pouco e estar bem organizado, cê ter domínio, do que ter muitas coisas e você nem estar presente, né? É nesse sentido que eu vi né? (Nelson).

Das onze propriedades que Nelson adquiriu no período de expansão do seu depósito, no momento de nossa entrevista ele contava com apenas duas, a casa na qual mora no Jardim São Francisco com um pequeno depósito de materiais de construção

estabelecido na garagem e um pequeno prédio na mesma rua que dispõe de três andares e cinco apartamentos. À época de nossa entrevista Nelson nos afirmou que os aluguéis destes domicílios variavam entre R$ 600, R$ 1000 e R$ 2000 reais, e planejava prover o prédio com mais três apartamentos e oferecê-los para aluguel. A decisão de Nelson referente ao estabelecimento da loja de materiais de construção em sua garagem foi formulada da seguinte maneira para nós:

> Eu vou voltar a construçãozinha pra cá, pra não ficar com esse salão parado, pra guardar os carros, aí repus de volta aí, pelo menos vendo algumas coisinhas, vou construindo, comprando de mim mesmo [...] pra construir, pra ter umas outras coisas [...]. Porque assim, pra construir né? Eu tava comprando de um pessoal aí, e é um preço danado né, daí eu compro de mim mesmo, digamos assim, pra fazer minhas obras né, pra gerar outra [inaudível] de aluguel né? Quer dizer, vendo e compro de mim mesmo. Quer dizer, em vez de comprar de outro eu vou comprar o pão na minha padaria, não é isso? Comer o pão da minha padaria. Então assim eu tô fazendo giro né? A loja começou assim, ela tem dois anos mais ou menos, quando recomeçamos. Eu comecei tirando alguns aluguéis e pondo né, aí dei um prazo pra ela mesmo, pensei assim: - 'Olha, vai chegar um dia que você vai sobreviver de você mesmo, até eu fazer retirada', não é isso? Tô trabalhando. Cê vai pagar aluguel em breve, vai pagar aluguel e vai dar mais uma [entrada] pra mim. Vai ter que se virar. Quer dizer, já é um terreno que não tá entrando mais aluguel aqui. Ela tá se virando sozinha, tá comprando, repondo, comprando, repondo, eu já vi um equilíbrio (Nelson).

O capital inicial deste pequeno depósito de materiais de construção localizado na garagem de sua casa originou-se dos aluguéis das propriedades que tem no predinho de sua rua e no mês em que o entrevistamos nos afirmou que havia conseguido aquinhoar R$ 2.000 com as vendas dos materiais de construção. Além das compras que fazia de si próprio Nelson também contava com uma clientela local e no ano de nossa entrevista ele e sua filha administravam a loja. Como grande parte dos microempreendimentos que conheci e consumi durante meus trabalhos de campo, as compras e vendas em sua loja eram em sua maioria realizadas por meio de cartões de débito e crédito. Apesar da aparente banalidade desta informação Nelson comentou com graça que a máquina ajudava a evitar o fiado e que o famoso cheque sem fundo também tinha sido extinto por conta dessa modernização dos processos de pagamento e cobrança. Sua filha era assalariada e ele pretendia colocar a loja em seu nome, como uma empresa SIMPLES, para que pudesse recolher a contribuição pelo INSS. No que se referia às suas condições financeiras quando de nossa entrevista, Nelson nos formulou da seguinte maneira:

> Digamos assim, eu recebo o suficiente pra ficar feliz, digamos assim né, pagar minhas contas. Os aluguéis dão muito mais do que a aposentadoria e a coisa que é vitalícia, digamos assim... por isso que é uma coisa que eu fiz que, claro, não é eterno né? Não é eterno, nem pra mim, nem pra ninguém, de repente dá um problema né, pelo menos é vitalício dentro do [inaudível] uma coisa que eu acho que, eu não estando nesse plano mais na terra, mas é uma coisa que um filho, por exemplo, o pai deixou isso aí, quebra um galho né? A gente fica feliz né? (Nelson).

Capítulo 2 - A segunda geração de moradores

2.1 Max, 33 – São Paulo, SP[4]

Nascido em 1981, no ano de nossa entrevista Max se encontrava empreendendo em sociedade com seu irmão Leon, o restaurante *Macaxera*, localizado na Rua Bento Barroso, em loteamento adjacente ao Jardim Ibirapuera. Antes de assumirem a direção do restaurante, Max e Leon eram sócios de um bar que funcionava dentro do lote de seu pai, migrante de Amargosa (BA)[5], localizado na Rua Macedônia, no loteamento Jd. Leni no qual viviam Leon com sua esposa e filho, além de outras duas irmãs.

Empreenderam este bar por algum tempo até que um amigo de infância dos dois, filho da família Santana[6], lhes ofereceu o ponto durante o período da noite para a instalação do bar, enquanto a mãe daria continuidade ao funcionamento do restaurante durante o dia. Analisam a proposta, mas reconhecem a vantagem de continuarem com o bar no lote de seu pai, isentos do custo do aluguel, ainda que alimentassem uma perspectiva de crescimento de seus negócios (cf. Giavarotti, 2012).

Passados oito meses o amigo retomou a conversa com Max e Leon oferecendo-lhes a venda do ponto para que tocassem o próprio restaurante. Frente à perspectiva de crescimento e munidos de uma "reservinha" (Max) de R$ 20.000 acumulada pelos anos de trabalho no bar, ficam atraídos pela proposta, não obstante apreensivos com a ideia de gerirem um restaurante já que suspeitavam ser um trabalho muito puxado. Ainda mais considerando que não conheciam nada do assunto e tampouco do trabalho concreto de cozinhar. Entretanto, o amigo, conhecedor da "índole" (Max) dos irmãos devido à amizade alimentada entre eles desde a infância lhes ofereceu a possibilidade de parcelar em três anos a compra do ponto, cotado em R$ 200.000. Dadas as condições, Max e Leon resolveram fechar o negócio, que nas palavras do primeiro foi como um "negócio de família", dando como entrada os R$ 20.000 acumulados pelos dois. Enfim, assumiram o restaurante no dia dois de fevereiro de 2011, comprometidos com uma parcela de pouco mais de R$ 5.200,00, somando-se a isso o aluguel do imóvel que chegava aos R$ 2.000 mensais, além de outros gastos com luz, água, telefone, impostos, salários, mercadorias, etc. Max nos disse que justamente a falta de conhecimento empírico do trabalho de gestão do restaurante foi o que

[4] A trajetória de mobilidade do trabalho de Max anterior ao restaurante *Macaxera* está descrita de forma minuciosa em nossa dissertação de mestrado (cf. Giavarotti, 2012), daí nossa escolha por darmos especial atenção à sua experiência enquanto empreendedor do restaurante nesta tese. A entrevista na qual este relato se baseia foi realizada no dia 05 de junho de 2014.

[5] A trajetória de migração e trabalho de Josué, pai de Max e Leon, está também descrita e analisada em nossa dissertação de mestrado (cf. Giavarotti, 2012).

[6] Proprietária de um depósito de materiais de construção localizado também na rua Bento Barroso, além de outros imóveis no entorno, incluso aquele no qual já funcionava o restaurante *Macaxera*.

fez com que ele e Leon não percebessem que por trás da aparência de "mina de ouro" dos números, há toda uma "outra realidade" (Max) impondo-lhes um ritmo de trabalho e um montante de custos antes inimagináveis pelos dois. Este cotidiano empresarial é também o que faz Max afirmar que quando você começa a trabalhar o "dinheiro perde valor", já que o fluxo de caixa é grande, oscilando entre ter R$ 20.000 numa semana e na outra "não ter nenhum centavo" no caixa. Quando compraram o ponto assumiram o restaurante da maneira como estava, e que só necessitaram investir dinheiro na reestruturação da cozinha que consideravam inadequada, sem precisar, no entanto, endividarem-se para tal, investindo dinheiro gerado pelo próprio empreendimento.

Assumiram o restaurante com um corpo de mais ou menos dez funcionários e que devido à falta de conhecimento consideraram necessário contratar outros, entre amigos, colegas e parentes de colegas. Desde então, Max e Leon estão continuamente reestruturando o corpo de funcionários, por um lado porque Max diz que "funcionário é embaçado", já que não fazem as coisas como devem ser feitas, faltam ao trabalho, "enrolam para trabalhar", mas por outro porque estão na constante busca da "receita" da "diminuição de custo com eficiência no trabalho". No mês em que fizemos a entrevista o *Macaxera* contava com Max trabalhando como cozinheiro e cuidando do "operacional" e Leon como responsável pelo administrativo. Além deles, contavam com mais duas funcionárias que trabalhavam na cozinha e dois funcionários para servir as mesas, além de um motoqueiro responsável pelas entregas. Do corpo de funcionários apenas uma mulher naquele momento, segundo Max, não se encontrava registrada e dois outros funcionários, amigos de infância de Max e Leon, que trabalhavam panfletando e divulgando o restaurante, ganhando porcentagens sobre o faturamento.

O único investimento de maior vulto feito pelos irmãos no restaurante foi para reestruturar o ambiente utilizado para almoço até às 16h, tendo em vista aumentar o período durante o qual o restaurante ficasse aberto, com a perspectiva de fazer render o ponto. Fiando-se no conhecimento que tinham como donos do bar no Jd. Leni, resolvem fazer as modificações necessárias no restaurante tendo em vista fazer dele um bar no período da noite. Para tanto, contraem um empréstimo com o banco Bradesco no valor de R$ 75.000 para instalarem um sistema de acústica no ambiente, equipado com janelas antirruído, que lhes permitissem oferecer música ao vivo, garantindo a tranquilidade da vizinhança e a deles próprios, já que a transgressão da *Lei do Psiu* poderia lhes causar problemas, com o risco de que a prefeitura fechasse o negócio. Instalado o sistema começaram a tocar o bar, mas são surpreendidos por algumas dificuldades. A primeira delas diz respeito à época de festa junina, quando o Jd. Ibirapuera e suas imediações são tomados por festas gratuitas, brindadas com shows em todos os cantos, promovendo uma

concorrência desleal com o restaurante. Porém, mesmo frente a essa concorrência não consideraram fechar o bar pois corriam o risco de ter um prejuízo ainda maior do que aquele já previsto com o pagamento das mercadorias, banda, salários dos funcionários, etc. Quando o período junino arrefece, as quermesses por fim diminuem sua presença e o bar muito lentamente vai conquistando sua clientela, estoura uma série de assassinatos e chacinas ocorridas nas periferias de São Paulo, exaustivamente documentadas pelos telejornais e mídia impressa, do qual o bar de um amigo de ambos, localizado no entorno do Jd. Ibirapuera, teria sido alvo. Faltando três parcelas para quitar a dívida Max e seu irmão resolvem fechar o bar, amedrontados com a possibilidade de que seu restaurante viesse a ser alvo das investidas extralegais. No momento em que entrevistamos Max tais dívidas estavam em vias de serem liquidadas e o valor final que deveria ser pago ao banco Bradesco já se encontrava na faixa dos R$ 103.000.

No que diz respeito às particularidades de empreender um restaurante no entorno do Jd. Ibirapuera, Max nos contou que a freguesia costuma ser pequena e instável, formada principalmente por *a)* moradores dali que quando estão pelo bairro almoçam em suas próprias casas; *b)* tantos outros que saem do bairro para trabalhar, logo, não vinham a ser clientes do restaurante, a não ser aos finais de semana; e por fim, *c)* pessoas que trabalham perto do restaurante, mas que devido à ausência de empresas no entorno, costumava ser um número bastante reduzido. Disse ainda que concorrem com mais três restaurantes relativamente próximos ao *Macaxera*, ainda que se recuse a chamar de concorrência já que a distância entre os restaurantes é relativamente grande, o que faz com que o cliente escolha aquele que se encontra mais próximo. Acredita que se o restaurante se mudasse para uma propriedade onde atualmente há uma padaria, numa esquina voltada para a rua José Barros Magaldi, o restaurante poderia ter um maior fluxo de clientes, já que teria maior visibilidade e contaria ainda com um espaço de estacionamento, espaço cada vez mais socialmente necessário para atender a uma periferia demasiadamente motorizada. E apesar de existente há mais de três anos, Max comentou conosco com certo espanto de que pessoas moradoras do Jd. Ibirapuera ainda não conheciam o restaurante.

Max nos disse que tanto ele quanto seu irmão pretendiam fazer do restaurante uma "empresa sólida" que em dez anos pudesse vir a ser a "aposentadoria" de ambos, por isso nos disse que era imprescindível ser uma empresa formalizada, que pagasse corretamente os impostos ao Estado, afirmando que a informalidade poderia pôr tudo a perder. Segundo Max o restaurante só não conta com alvará de funcionamento, assim como todos os empreendimentos existentes na rua Bento Barroso, já que a zona onde estão estabelecidos é residencial, não comportando atividades comerciais. Disse ainda que o alvará era difícil de

conseguir, mas que a prefeitura "libera o papel pra ter comércio" (Max), o que todavia não lhe permitia legalizá-lo enquanto tal.

Em fins de 2013 Max e Leon foram surpreendidos pelo proprietário do imóvel lhes informando a intenção de aumentar o preço do aluguel de R$ 2.000 para R$ 4.000, alegando ser locatário de outros imóveis que tiveram seus preços aumentados e que precisaria aumentar o aluguel cobrado deles tendo em vista cobrir os novos gastos. Consideraram a possibilidade de devolver o ponto, que segundo Max no ano de nossa entrevista estaria valendo em torno de R$ 350.000. No entanto, conversaram com o proprietário e conseguiram negociar um aumento do aluguel de apenas R$ 1.000. Diante desse aumento Max e Leon buscavam novas alternativas de produtivizar todo o tempo que permaneciam trabalhando ali, que no momento de nossa entrevista contabilizava 15 horas diárias, de segunda a sábado.

*

Max, quando de nossa entrevista, havia saído da casa de seus pais havia cinco meses e desde então morava de aluguel, com sua esposa e filha no lote de sua sogra, por opção, já que poderia viver na casa de seu pai na rua Macedônia, no Jd. Leni, junto com seu irmão e suas irmãs, ou então ainda ser "presenteado" (Max) com uma casa por seus pais, o que para ele era inconcebível. Justificou para nós suas escolhas cotejando sua trajetória com a de seus pais, que chegados da Bahia, "sem saber ler nem escrever" (Max), tiveram que alugar uma casa pra morar e no momento de nossa entrevista contavam com três propriedades; enquanto que ele, reconhecendo como uma vantagem ter nascido e sido criado em São Paulo, deveria logicamente alcançar um patrimônio igual ou maior que os de seus pais por seu próprio esforço e mérito. Afirmava isso alegando já ter dependido muito tempo de seus pais, mais exatamente até os trinta e dois anos de idade. O lote onde morava quando de nossa entrevista é bem próximo do restaurante *Macaxera*, o que, por um lado, lhe facilitava as idas e vindas, mas por outro lhe dificultava a vida em família pois estava sempre disponível para acorrer a dificuldades do restaurante, vinte e quatro horas por dia. Pagava pelo aluguel de sua casa R$ 350, já que a proprietária era sua sogra e o preço "de mercado" (Max) seria R$ 500. Além de sua família ainda moravam no mesmo lote a família de sua sogra e outro núcleo familiar. Nos disse que os aluguéis no Jd. Ibirapuera e imediações já estavam altos há algum tempo, em torno de R$ 450 por três cômodos, mas acreditava que devido a algumas desapropriações e a decorrente diminuição da oferta de imóveis os preços foram paulatinamente aumentando, chegando a ser possível pagar naquele ano R$ 700 por três cômodos.

Desde que assumiram o empreendimento Max e Leon não conseguiam garantir um rendimento que os permitisse cobrir seus respectivos custos de reprodução familiares. Max

nos revelou que apenas quatro meses antes de nossa entrevista ambos estavam conseguindo retirar do faturamento do restaurante alguma renda, em torno de R$ 500 por mês cada. No entanto Max contava com outras duas fontes de renda provenientes do aluguel de duas pequenas casas, das quais era proprietário, localizadas na favela da Pinhal Velho, próxima à rua Macedônia. Nos afirmou que havia comprado essas casinhas há algum tempo por um preço que oscilava entre R$ 20.000 e R$ 25.000 cada, sendo que a renda que consegue extrair dessas moradias, R$ 400 em uma e R$ 450 em outra, vinham contribuindo para a reprodução familiar. Reconhecia, contudo, a chance de perder essa fonte de renda a qualquer instante, já que a favela poderia vir a ser removida. Justificava a existência das propriedades afirmando, tanto ele quanto o irmão, sempre terem sido trabalhadores, com a ênfase de quem se orgulhava do próprio esforço e dizendo que o dinheiro utilizado na compra das casas provinha de uma rescisão de um contrato e "outros negocinhos" (Max). Sua esposa trabalhava como atendente de serviço ao consumidor (SAC) da empresa *Polishop* e ganhava nesse serviço em torno de R$ 1.200,00 o que contribuía significativamente no orçamento familiar. Max nos disse que no momento de nossa entrevista faltavam quatro meses para pagar as parcelas de todo o mobiliário de sua casa nova, o que fazia com que não lhes sobrasse qualquer poupança. Resumia sua situação dizendo que "não depende do [*Macaxera*]" (Max), apesar dos R$ 500 que vinha retirando de lá, apesar da instabilidade até mesmo desse rendimento.

Todo o esforço dedicado ao empreendimento, em sociedade com seu irmão, justificava-se por um ideal de futuro almejado por Max que, em linhas gerais se resumia a poderem deixar de trabalhar aos 40 anos, tornando-se apenas gerentes do próprio negócio. Max não tinha ganas de sair do bairro, contanto que pudesse morar numa "casinha legal" (Max), ter um carro, uma moto, viajar para o Nordeste quanto quisesse, com a confiança e garantia de que pode se ausentar do restaurante, sem prejuízos para ele, nem para seu irmão.

2.2 Augusto e Janaína, 41 e 41 – São Paulo, SP e Teresina, PI[7]

Augusto e Janaína, ambos com 41 anos de idade, casados há aproximadamente 20 anos, são fundadores da Associação Cultural Nossa Quebrada. Ambos com passado de trabalhadores da indústria metalúrgica, Janaína trabalhava e morava na Zona Leste de São Paulo, mais exatamente no bairro de Vila Alpina e Augusto8, nascido e criado no Jardim Ibirapuera, trabalhava como ½ oficial ferramenteiro numa indústria, na Capela do Socorro, denominada Moltec, quando se casaram.

Augusto propôs a Janaína que morassem no Jardim Ibirapuera, mas como o primeiro não queria pagar aluguel resolveram construir um cômodo ao fundo do ½ lote de sua mãe e de seu padrasto, tendo em vista morar lá temporariamente, poupando para a compra de uma casa no futuro. Depois de um ano e meio e o cômodo ao fundo do lote já quase terminado, Janaína mudou-se definitivamente para o Jd. Ibirapuera e permaneceu durante aproximadamente seis meses desempregada, enquanto Augusto continuava trabalhando na *Moltec*, até que conseguiu um novo trabalho em uma metalúrgica, estrangeira, agora localizada na Mooca, de nome *Dreco*. Trabalhou lá por dois anos tendo em vista adquirir móveis para o cômodo que até então só contava com um fogão e uma geladeira.

Entre 1994 e 1998, devido ao fechamento de uma escola de samba que funcionava no Jardim São Luís, loteamento adjacente ao Jd. Ibirapuera, substituída por um batalhão da polícia militar, grande parte dos instrumentos antes aí utilizados foram destinados às casas de moradores do entorno e permaneceram sem uso. Augusto, a partir de sua experiência com a bateria da *Gaviões da Fiel* e o conhecimento de que muitos dos moradores do Jd. Ibirapuera desfilavam nas escolas de samba em época de carnaval, propôs a criação de um bloco de carnaval ali mesmo, reunindo os instrumentos antes dispersos e se juntando com outros "batuqueiros" (Augusto) para organizar carnavais de rua no Jd. Ibirapuera. Nesse contexto Augusto foi alimentando a ideia de trabalhar "na área de cultura" [já que] chegava sempre de mau humor do trabalho" (Janaína). Um dia resolveu ir, por conta própria, à Secretaria de Cultura afirmando estar em busca de uma parceria para montar um projeto de cultura, ao que lhe indicaram procurar um lugar mais próximo de sua casa, no caso a *Casa de Cultura do M´Boi Mirim*. Presente há mais de vinte anos à beira da Estrada do M´Boi Mirim, bem próxima do Jd. Ibirapuera, a *Casa de Cultura* era completamente ignorada por Augusto e Janaína já que "não consumiam [...] as coisas [naquela] região [...] faziam as rodas de samba aqui [Jd. Ibirapuera] no boteco [...] mas não curtia um circuito cultural do

[7] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 16 de outubro de 2014.
[8] Para uma apresentação mais detalhada da trajetória de mobilidade do trabalho de Augusto conferir nossa dissertação de mestrado (Giavarotti, 2012).

entorno da região" (Janaína). Nos disseram também que não conheciam a ONG *Monte Azul* que além de atender crianças moradoras da favela da Monte Azul, realizava mostras de arte, próxima ao terminal de ônibus João Dias.

A partir dessa indicação da Secretaria de Cultura Augusto conheceu a *Casa de Cultura* onde foi recebido por Ronaldo, funcionário de lá há algum tempo e que "era um cara que conhecia todo mundo da cultura" (Augusto). A partir desse encontro Ronaldo lhes indicou conhecerem a *Rede Social São Luís*, um projeto piloto fomentado pelo *SENAC* (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) no qual, trabalhadores de entidades sociais que naquele momento já tinham algum tipo de atuação no Jd. São Luís e entorno, se encontravam para fazer cursos ligados ao terceiro setor em expansão e também para fortalecerem mutuamente suas ações. Em 2002 Augusto e Janaína se aproximaram da *Rede* e lá aprenderam mais sobre o terceiro setor e o trabalho social, já que "queriam fazer [...] mas não sabiam como" (Janaína).

A partir de então Augusto e Janaína, relativamente apropriados de alguns conhecimentos concernentes aos "comos" do trabalho social e a "área de cultura" (Augusto), começaram a dar forma às suas ideias a partir do bloco de carnaval do Jardim Ibirapuera do qual já participavam. Todavia dão curso a um afastamento relativo do bloco de carnaval já que o mesmo não contava com grande aceitação no Jd. Ibirapuera pois aqueles que dele participavam eram sempre associados à "maloqueiragem. Uma coisa é batucada de rua, outra coisa é o trabalho social com a molecada" (Augusto) que estavam empenhados em realizar, considerando que o segundo exigia um tipo de compromisso que os músicos não pretendiam ter. Nesta época Janaína e Augusto já ambicionavam utilizar a sede da *Associação dos Amigos de Bairro do Jd. Ibirapuera* para estabelecer a sede da *Associação Nossa Quebrada*, já que o imóvel já se encontrava "subutilizado" (Augusto) devido à denúncia anônima feita no Ministério Público que levou ao seu fechamento. Entretanto, Leonora nunca simpatizou muito com a ideia de que o lugar fosse ocupado por essa iniciativa, já que seus integrantes eram "um bando de maloqueiros que faziam samba e tomavam cachaça" (Augusto). Daí que o imóvel permaneceu inutilizado desde então.

Janaína e Augusto começaram a articular em torno de si moradores do Jd. Ibirapuera que mostravam interesse em mover um processo tal qual começavam a conceber. Reuniram algumas pessoas, dentre elas um advogado que já havia sido diretor da escola de samba do Jd. São Luís, que colaborou na formalização jurídica da organização, registrada como organização social no dia sete de setembro de 2003, enquanto se dedicavam a pensar sobre os desígnios da *Associação Nossa Quebrada.*

Nesta época Janaína se encontrava desempregada enquanto Augusto trabalhava na *Moltec*, com carga horária das 20h às 05h da manhã. Durante o dia faziam as "correrias"

(Augusto) necessárias para dar concretude à organização recém-criada. Alugaram o segundo andar de um imóvel na rua Salgueiro do Campo, no Jd. Ibirapuera, pelo preço mensal de R$ 300, enquanto em seu térreo funcionava uma igreja[9]. Frente à nova demanda de organização da sede e a necessidade de se dedicarem mais à associação, Augusto resolveu deixar o trabalho na *Moltec* por meio de um acordo, recebendo uma indenização correspondente a seis anos de trabalho, o que de seu ponto de vista seria suficiente para que ele e Janaína se mantivessem por aproximadamente dois anos, até que a organização se estabelecesse financeiramente. No entanto, tanto os custos de sua casa (água, luz telefone), que eram todos separados das contas de sua mãe e padrasto, quanto a recusa destes últimos em ajudá-los com seus custos domiciliares, sobretudo porque discordaram absolutamente da escolha de Augusto em largar o trabalho, acrescido dos custos da sede recém-alugada, fizeram aquela indenização durar apenas seis meses. Quando o dinheiro começou a escassear resolveram solicitar apoio financeiro entre os comerciantes do Jd. Ibirapuera que, todavia, permanecia insuficiente para cobrir os gastos com o aluguel, telefone e água da nova sede. Nessa ocasião são convidados por integrantes da *Associação dos Amigos de Bairro do Jd. São Francisco*, no qual Nelson mora, a utilizarem sua sede. No entanto, mesmo frente à possibilidade de que vissem livres dos custos do imóvel onde estavam, recusaram a proposta já que existiam interesses eleitorais em torno do uso do espaço, querendo transformá-los em "moeda política" (Augusto).

Já na sede da Salgueiro do Campo as dificuldades se agravavam, com o serviço de telefone cortado, o nome da *Associação Nossa Quebrada* ficando sujo na praça e como corolário começou "a faltar as coisas em casa" (Janaína). Se encontravam em uma situação na qual "direto cortando luz, cortando água em casa, não tinha dinheiro sequer pra comprar mistura" (Augusto). Permaneceram aproximadamente três anos vivendo enormes dificuldades financeiras, almoçando "pãozinho com mortadela" (Janaína), tendo que recorrer a empréstimo de dinheiro com um agente financeiro informal do bairro (no caso a família Santana, dona da casa de materiais de construção e do imóvel do restaurante *Macaxera*) para pagar aluguéis atrasados, tendo penhorado seus anéis de casamento, algumas joias de ouro para pagar as dívidas contraídas com o último que chegou a ameaçá-los duas vezes "tomando o que tivessem na casa" (Janaína). Em suma, passaram "vários perrengues, vários, vários" (Janaína). Augusto contou na ocasião de nossa entrevista que mesmo diante de sua situação financeira sua mãe e padrasto permaneceram irredutíveis em não os ajudar, já que acreditavam que as dificuldades vividas por eles poderiam servir como lição para que voltassem atrás em sua escolha de empreender a *Associação Nossa Quebrada*. Augusto nos disse que não guardava mágoas da família já que estava com "sangue nos

[9] No ano desta entrevista nesse imóvel funcionava uma academia de musculação.

olhos pra fazer o bagulho" (Augusto) e que desistir da ideia da associação seria como uma "derrota pessoal" (Augusto), portanto não esperava ajuda de ninguém para construir aquela organização. Inclusive dos amigos que se envolveram no começo da formação da associação, que já relativamente estabelecidos em seus trabalhos, com suas responsabilidades familiares, diziam poderem participar apenas indiretamente, com aportes financeiros ou ajudas pontuais.

Nesse período de três anos de funcionamento da associação as atividades que ocorriam na sede eram todas promovidas por voluntários, grande parte deles moradores do Jd. Ibirapuera e entorno, que mais utilizavam o espaço para suas atividades que propriamente para oferecer atividades para o público. Havia um grupo de break/hip-hop coordenado por Henrique[10], morador da favela da Pinhal Velho, um grupo jovem de teatro, composto por netos de Benedito[11], um dos primeiros moradores do Jd. Ibirapuera e um grupo de maracatu que forneceu seus próprios instrumentos para fazer a atividade, além de outros.

Entre 2005 e 2006 Augusto foi indicado pela *Rede Social São Luís* para ser coordenador da *Casa de Cultura do M'Boi Mirim*, recebendo um salário de quase R$ 3.000,00, o que aliviou bastante as dificuldades financeiras que ele e Janaína vinham vivendo, lhes permitindo inclusive utilizar o dinheiro na manutenção da sede da *Associação Nossa Quebrada*. Entretanto esse salário não era suficiente para cobrir seus custos pessoais e simultaneamente aqueles relativos à manutenção da sede, já que o aluguel dos imóveis vinham subindo em consonância com o "Jardim Ibirapuera que [ia] crescendo" (Janaína), lhes impondo a necessidade de pensar novas estratégias de reprodução da organização. Frente ao conjunto de pessoas que já vinham participando da *Associação Nossa Quebrada*, a grande maioria como voluntários, além de outros três projetos financiados pelo *Programa VAI*, e a presença de dois oficineiros pagos por um programa implementado pela Secretaria de Cultura intitulado *Ofício Social*. Janaína e Augusto consideraram fechar a sede como "um choque" (Augusto) nas pessoas que dela participavam, já que não consideravam "justo ficar fazendo trabalho social e pagando" (Augusto).

Em 2007 o proprietário exigiu o imóvel de volta, quando o seu aluguel já chegava na casa dos aproximadamente R$ 600,00 o que se coadunou com os planos de Augusto e Janaína, lhes impondo o desafio de encontrar outras estratégias de reprodução e funcionamento da organização. Deixaram o imóvel e articularam com a escola municipal *Charles de Gaulle* o uso de alguns de seus espaços tendo em vista o término dos três projetos

[10] Henrique é irmão de Felipe que hoje trabalha no corpo administrativo da *Nossa Quebrada* (cf. relato de Felipe).
[11] Para apresentação e discussão acerca da trajetória de Benedito, um dos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera (cf. Giavarotti, 2012).

financiados pelo *Programa VAI*. Durante esse período repensaram as possibilidades de continuidade da associação, quando Janaína soube, por meio da agente de saúde que lhe atendia, do interesse de uma moradora da favela da Erundina em vender seu imóvel. Janaína e Augusto foram conhecer a casa e decidiram adquiri-la, ainda que não pudessem comprá-la, oferecendo a garantia de compra após um período de locação da mesma por R$ 200 mensais. Recordam-se que a "casa parecia um buraco" (Janaína) dada a quantidade de ratos, ainda que se sentissem extremamente motivados com a ideia de ter um espaço de propriedade da associação, semelhante à energia que motiva alguém a ter sua própria casa, como nos afirmou Augusto. Sentiam-se estimulados também por reconhecerem que o desígnio da *Associação Nossa Quebrada* talvez se realizasse mais plenamente naquela favela, já que ali haviam mais crianças para participarem das atividades oferecidas, um "ambiente melhor [com] mais público" (Augusto). Negociaram com o gerente do ponto de droga que territorializava a área de atuação da associação permissão para que dessem início às atividades, sob a condição de que não filmassem a "biqueira". Transferiram as atividades que antes funcionavam na sede do Jd. Ibirapuera, além daquelas que estavam acontecendo temporariamente no colégio municipal *Charles de Gaulle*, para essa nova sede e começaram, lentamente, a se estruturarem para oferecerem atividades à famílias moradoras da favela. Permaneceram aproximadamente dois anos nesta casa pagando aluguel, "enrolando a proprietária" (Augusto), já que não conseguiam os R$ 30.000 necessários à compra da mesma. Enquanto isso foram estabelecendo uma rede de contatos com pessoas que se mostravam interessadas em colaborar com a iniciativa. Aconselhados por um professor do colégio e entusiasta do projeto, conheceram uma organização que lhes doou uma quantia de dinheiro para que pudessem empreender uma reforma da casa, enquanto a construtora *CR Almeida* (segundo Augusto, responsável pela expansão da linha 5 (lilás) do metrô e a oficina de trens do pátio Guido Caloi[12]), lhes doou os materiais de construção necessários à mesma, permitindo melhorar as condições materiais do imóvel.

Durante esse período organizaram eventos, encontros, tendo em vista arrecadar o dinheiro necessário para a compra da casa. Ajudados por um arquiteto[13] e as pessoas que trabalhavam em torno de seu ateliê, Janaína e Augusto arrecadaram a quantia de

[12] A oficina de trens do pátio da Av. Guido Caloi é a obra mais próxima da favela da Erundina e Felicidade, que conjuntamente com a canalização do Córrego Ponte Baixa e da nova Avenida que irá conectar a Av. Guido Caloi com a estrada do M'Boi Mirim à altura da curva do Figueira, tem promovido alterações, inclusive expropriações, nestas favelas e em loteamentos adjacentes ao Jd. Ibirapuera. Não podemos afirmar com certeza, mas todas essas obras parecem ser parte da operação urbana Polo de Desenvolvimento Sul, que inclui também a construção de conjuntos habitacionais à margem da Av. Guido Caloi em terrenos antes ocupados por unidades fabris hoje falidas ou transferidas para outros Estados ou mesmo interior de São Paulo. A priori, nossa pesquisa de doutorado não inclui uma investigação detalhada sobre essa Operação Urbana, ainda que a sua realização venha produzindo mudanças na reprodução dos moradores desses loteamentos e favelas.

[13] Arquiteto que apresentou a *Associação Nossa Quebrada* à Kléber e Vitor, sócios da *Morada Viva.*

aproximadamente R$ 10.000. Os outros R$ 20.000 foram pagos por meio de um projeto do Ministério da Cultura, o primeiro financiamento estatal conquistado pela associação, que transformou a nova sede da *Associação Nossa Quebrada* em um *Pontinho de Cultura*, voltado para atividades que atuassem no campo sociocultural por meio de atividades ligadas à infância. Desta feita conseguiram finalmente comprar o imóvel e ampliar as atividades oferecidas. Vale ainda dizer que esse foi o primeiro projeto que permitiu à *Associação Nossa Quebrada* ter um dinheiro destinado à manutenção do espaço e seu corpo administrativo.

Neste período em que foram contemplados com o mencionado financiamento estatal para o *Pontinho de Cultura*, Augusto e Janaína estavam dando seus primeiros passos "nas técnicas de escrever projetos" (Janaína), já que se encontravam confrontados com um tipo de trabalho que até então nunca haviam feito, exigindo uma alteração de seus saberes. Nessa ocasião em que começaram a se inteirar das formas de financiamento oferecidos por órgãos federais, estaduais e municipais, perceberam que deveriam modificar a "atividade principal" da associação, anteriormente ligada à arte e cultura, para assistência social: "tivemos que se adequar, adequar a associação à assistência social para poder ter possibilidades maiores de sustentabilidade" (Augusto). Procuraram obter alguns registros que os permitissem ampliar o espectro de editais para os quais poderiam concorrer, por exemplo pela Secretaria da Criança e do Adolescente, da qual até aquele momento encontravam-se excluídos[14]. Desde então foram contemplados, no decorrer de três anos, por três projetos anuais, ligados à Secretaria da Criança e do Adolescente. Apenas em 2010 os custos da reprodução familiar de Augusto e Janaína começaram a ser cobertos com o financiamento dos projetos, já que preveem cargos possíveis nos quais poderiam se encaixar a cada financiamento angariado.

Em 2010, aproximadamente, Augusto e Janaína foram procurados novamente por pessoas próximas à *Associação dos Amigos de Bairro do Jd. São Francisco*, lhes informando que não estavam conseguindo manter sua sede e que devido a isso muitos jovens o vinham utilizando para bailes funk, consumo de drogas, "motel" (Augusto), etc. Diante disso oferecem a sede aos cuidados da *Associação Nossa Quebrada* que, todavia, lhes exigiu autonomia para a realização de suas atividades, sem interferências de partidos políticos e/ou lideranças políticas. Augusto lhes propôs a criação de uma nova diretoria, na qual os antigos responsáveis pela sede participariam, a regularização da documentação da associação, assim como uma reforma que incluiu a retirada de "cinco caçambas de entulho" (Janaína) de dentro do imóvel. Desde então coordenam o espaço que abriga diversas

[14] Augusto nos citou o registro do *COMAS* (Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo) e do *CMDCA* (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo).

atividades, inclusive o sarau organizado pelo coletivo *Vivão e Vivendo*, formado por jovens entre 18 e 23 anos, que participaram e participam das atividades do *Nossa Quebrada* há algum tempo, como Felipe e Rafael (apresentaremos a trajetória de Felipe mais à frente).

Desde 2010 não ficaram mais que um semestre sem financiamento externo, já que "sempre alguma coisa ou outra fica pingando" (Augusto). Contudo, Janaína nos que apenas em 2014 recebeu efetivamente um salário mensal no valor de R$ 2.200, referente ao trabalho que coordenava na *Brinquedoteca* que havia sido instalada na sede de favela da Erundina no ano de nossa entrevista, enquanto Augusto recebia algo em torno de R$ 2.000.

Em setembro de 2013, aproximadamente, estimulados por Kléber e Vitor que buscavam um imóvel para estabelecer o escritório do *Morada Viva* (falaremos desse empreendimento mais à frente), Janaína voltou a procurar Leonora para saber da possibilidade de utilização da sede da *Associação dos Amigos de Bairro do Jd. Ibirapuera*, que se encontrava "subutilizada" (Augusto). Depois de muitas negociações Leonora cedeu o imóvel ao funcionamento de ambas organizações.

Em março de 2014 a *Associação Nossa Quebrada* adere à prática do crowdfunding[15] por meio do site *Catarse*[16] para a reforma de sua sede na favela da Erundina. Por meio desta estratégia arrecadaram R$ 20.000 que foram investidos diretamente na reforma da casa, permitindo sua transformação em um espaço adequado ao estabelecimento da *Brinquedoteca*

No ano de nossa entrevista a *Associação Nossa Quebrada* contava com três sedes: um imóvel na favela da Erundina, de sua propriedade; outro imóvel situado no Jd. São Francisco cedido pela associação dos amigos de bairro deste último; e uma última estabelecida na antiga sede da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera*, na rua principal deste último e um corpo de aproximadamente 20 funcionários, sendo apenas a faxineira/cozinheira Soraia (cf. relato mais à frente) naquele ano contratada em regime CLT pela Associação *Nossa Quebrada* e a *Morada Viva*, sendo todos os outros prestadores de serviço, ora contratados a cada projeto granjeado no mercado de editais, ora eles próprios proponentes de projetos para a associação. O que significa que os vínculos destes funcionários com a associação se encerram assim que os períodos de financiamento

[15] "O financiamento coletivo (crowdfunding) consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa" (fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Financiamento_coletivo (Acesso: dia 30 de dezembro de 2014).

[16] "O Catarse é uma ferramenta que possibilita o financiamento de projetos criativos. Aqui artistas, designers, gamers, empreendedores, ativistas, tem uma poderosa ferramenta para conseguirem viabilizar financeiramente seus projetos. Essas iniciativas inovadoras, criativas e ambiciosas se tornam realidade a partir da colaboração direta de pessoas que se identificam com elas" (fonte: http://suporte.catarse.me/hc/pt-br/articles/201982466-O-que-é-e-como-funciona-o-Catarse- (Acesso: dia 30 de dezembro de 2014).

terminam, a não ser que novos projetos sejam aprovados, garantindo a continuidade, ou substituição, das propostas.

Refletindo sobre o futuro, Augusto nos afirmou que não acreditava na possibilidade de alcançarem a "sustentabilidade" (Augusto) da *Associação Nossa Quebrada*, em outros termos, verem-se livres de fontes externas de financiamento. E asseverava isto fundamentado na ideia de que "é papel do Estado fomentar [esse tipo de iniciativa]" (Augusto). Compartilhava da ideia de "diversificar cada vez mais a opção de fonte de recurso" (Augusto), mas defendia que o Estado fosse responsável pela garantia de existência de ações como as promovidas pela associação. Ainda que advertisse "não ser zóião, de querer ficar fazendo um monte de coisa [...] e virar um prestador de serviço do governo" (Augusto). No que se referia ao corpo de funcionários "a meta é todo mundo ter um registro" (Janaína).

Planejavam manter os imóveis que já tinham em bom estado para o uso das pessoas atendidas pela *Associação Nossa Quebrada*, além de almejarem construir um segundo andar na sede localizada no Jd. Ibirapuera, tendo em vista oferecer refeição aos funcionários da associação, pois alguns deles encontravam dificuldade em pagar pelo almoço, uma vez que geralmente almoçavam no restaurante *Macaxera*, de Max e Leon.

Augusto e Janaína orgulhavam-se de, não obstante terem sido muito assediados por vereadores durante a constituição da *Associação Nossa Quebrada*, nunca aceitaram qualquer tipo de benefício, mesmo quando se encontravam em grande dificuldade financeira. Orgulho que se revelava quando Augusto nos asseverou que o sacrifício envolvido naquela inciativa era sua crença de que o trabalho que faziam poderia ajudar as pessoas, abrir novos horizontes para a juventude que de lá participa, estimulando o aprendizado e o conhecimento[17]: "meu, se não tivesse a *Nossa Quebrada*, faria falta para a comunidade? Hoje eu falo com certeza que faria" (Augusto). Orgulhavam-se ainda de que a associação "não é ligada à religião, não tem coisa de Deus sabe?" (Augusto), pois o que os moviam era "acreditar no trabalho social, o trabalho de base, o trabalho de ajudar as pessoas né? De mobilização, né? Para lutar pelas coisas... A gente acredita nisso ainda né?" (Augusto). Nos disseram ainda que "não [tinham] apego material" (Janaína) e por isso estavam preocupados em fazer o projeto acontecer e não ganhar dinheiro. Sabiam, por outro lado, que a postura que tinham com relação ao trabalho social e às modéstias materiais, poderiam determinar um final de vida "que não [sabiam] se [ia] ser muito bom não" (Janaína),

[17] Recordou-se dos garotos integrantes do coletivo *Vivão e Vivendo*, e como muitos deles quando chegaram à *Associação Nossa Quebrada* mal sabiam falar e que chegaram a conhecer o *CEDHEP* (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular) assim como este pesquisador (que fez atividades com alguns deles por aproximadamente um ano), seguido de um comentário de que estavam até fazendo shows e "ganhando grana" (Janaína).

referindo-se particularmente à ausência de aposentadoria. Constatação que repensaram nos seguintes termos: "Ainda bem que o Binho está com a ideia de comprar, de invadir umas fazendas, antes que cada um, construa uma casa, sabe?! Criar os filhos numas comunidades, tô dentro disso daí! [...]. De repente... Um custo de vida baixo, né?! Você plantar suas coisas, é, pode ser uma boa mesmo...". Ao que Janaína retribuiu rindo.

2.3 Dino, 43 – São Paulo, SP[18]

Dino nasceu e cresceu no Jd. Leni, loteamento adjacente ao Jd. Ibirapuera, onde mora até hoje. Seus pais, Pernambucanos, migraram para São Paulo em 1968, logo após a chegada de sua avó: "Minha avó veio primeiro que todo mundo [depois da morte do marido], depois veio vindo, de um em um filho pra cá e cada um que vinha pagava um aluguel, ia comprando terreno pra esses lados que eram muito baratos né? E lá [no Brooklin] onde minha avó morava era caro". Durante aproximadamente um ano os pais de Dino vivem de favor com sua avó no Brooklin, tendo em vista acumular algum dinheiro para se estabelecerem em outro lugar. Casam-se em 1969 e seu pai compra um lote de 182 m^2 (7m X 26m) no Jd. Leni, um loteamento irregular aberto por uma tal de Imobiliária Satélite. Em 1982 a avó de Dino resolve vender a casa na qual estava com sua família e compra, junto com seu tio, dois lotes no próprio Jd. Leni, distante cinco casas do lote de seus pais, totalizando uma área de 364m^2. Segundo a memória de Dino, a casa de sua avó no Brooklin devia valer na época entre 3 e 4 vezes o preço dos lotes comprados no Jd. Leni. Neste mesmo ano, seu pai resolve fazer um "negócio da china", segundo Dino, vendendo o seu lote comprado em 1969 para investir o dinheiro na construção de uma casa no lote recém-comprado de seu tio. Entre a venda do lote e a construção da nova moradia, período de aproximadamente um ano em que moram de aluguel na rua Salgueiro do Campo no Jd. Ibirapuera, seu pai resolve comprar um carro, antes mesmo de fazer o acabamento da nova casa. Dos dois lotes comprados pelo tio e a avó de Dino, um deles já contava com uma casa construída, onde ficou seu tio, enquanto o outro foi herdado por sua mãe.

Recorda-se com graça que os garotos que estudavam com ele na escola acreditavam que sua família era rica, pelo fato de seu pai ser um dos poucos, ou talvez único, proprietário de um automóvel:

> Eu lembro que eu era pequeno e ia pra escola, os moleques achavam que meu pai era rico, que meu pai tinha dinheiro porque ele tinha um carro novo (risadas), mal sabiam que a gente pagava aluguel. Era outra economia, a gente pagava aluguel, duro né, e meu pai tinha um carro novo (Dino).

Os carros adquiridos pelo seu pai foram primeiro uma Brasília 75, aproximadamente em 1977/78, e posteriormente um Corcel 2 "novinho" e que tê-los era motivo para exibição no bairro. Devido à uma demissão em massa ocorrida na empresa *Resmat*, onde seu pai trabalhava na época, seu pai se vê impelido a vender o carro para equilibrar as finanças domésticas: "Eu, daquele molequinho boyzinho, passei prum moleque duro". Dino se recorda que o uso do carro se restringia na maioria das vezes aos

[18] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 20 de junho de 2015.

finais de semana, já que para trabalhar no ABC seu pai contava com um ônibus fretado que passava no abrigo do Jd. São Luís.

No que se refere ao Jd. Leni, loteamento no qual vive também Leon, sócio do restaurante *Macaxera*, Dino diz não ter memórias do bairro antes dos sete anos de idade (1979), quando começou a sair pra rua e "olhar os horizontes", pois sua mãe lhe levava para fazer o pré-primário na Escolinha da Associação Amigos de Bairro do Jd. Ibirapuera. Afirma que nessa época a rua *B*, onde morava, contava com aproximadamente 6 e 7 casas, e que "isso aqui era só morro". Tal rua foi asfaltada, segundo ele, em 1986, mas antes disso a rua Macedônia (rua principal do Jd. Leni) já havia sido asfaltada, assim como a rua *A*. Foi nesse período que, devido à pavimentação, a molecada começou a andar de carrinho de rolimã, no "ladeirão" (Macedônia), enquanto a rua *B* (ainda de terra) funcionava como uma espécie de quadra de futebol, já que é uma rua plana, mas que depois da pavimentação o uso destinado ao futebol decaiu. Dino ainda se recorda da presença de Sr. Darci afirmando/prometendo que a pavimentação chegaria a todas as ruas do Jd. Leni:

> Depois, de uma hora pra outra, começou, sete, dez, 15, 20, hoje deve ter 400 aí... a evolução, parece que chegou o progresso de uma vez assim, um bum! Quando asfaltaram ali em cima, aquela rua do Sr. Benedito, eu lembro, eu era bem pequenininho que eu ficava olhando os tratorzão que eu tinha medo [...] Quando asfaltaram o ponto final, a rua Salgueiro do Campo, a partir dali começou a vir gente, chegou asfalto, chegou luz, chegou água, chegou tudo, aí valorizou isso aqui, começou a chegar muita gente, hoje cê não acha nada aqui, o único terreno que tem vazio nessa rua é esse meu aqui (Dino).

O pai de Dino, falecido em 2008, trabalhava com equipamentos contra incêndio numa empresa chamada *Resmat* e lembra-se com alegria desse período pois no natal a empresa presenteava a família com brinquedos. Depois de sua demissão na *Resmat*, seu pai continuou sempre trabalhando na mesma área, mas em outras empresas. Já a mãe de Dino permaneceu por bastante tempo como dona de casa, desde o nascimento dele até seus 13 anos, idade em que começou a ter "noção de dinheiro". Nesse momento sua irmã, na época com 17 anos (morta num acidente de carro ocorrido no próprio Jd. Ibirapuera) começa a trabalhar juntamente com sua mãe, período no qual Dino se lembra que a "economia [da casa] deu uma melhorada". Nesta época (aproximadamente 1985) sua mãe faz um curso de lactarista, para cuidar da alimentação de crianças entre 0 e 2 anos, e emprega-se nesse setor na creche da Fundação Julita (entre 1990 e 2003), quando teve um problema de saúde teve que se aposentar.

Dino começou a trabalhar na feira com aproximadamente 10 anos, aproximadamente 1982, "puxando carrinho", carregando bolsa e carrinho das "tiazinhas", clientela de um feirante apelidado de Jacaré, que morava na mesma rua que ele. Trabalhava em algumas feiras, inclusive do Jd. São Luís, e sua jornada de trabalho perfazia

aproximadamente 5 horas, pois saía às 08/09h de casa e voltava às 13h com um valor, segundo ele, correspondente a vinte reais atuais. Posteriormente começou a trabalhar na própria barraca, vendendo frutas: "só pôr no saquinho e ficar gritando que nem um papagaio". Conta que o motivo de ter ido trabalhar nessa idade era o desejo de

> ter minhas coisas já. Eu olhava os meus colegas mais velhos, tinham aqueles tênis de marca, umas camisas bonitas que cê via com uns jogador de futebol, e aquilo pra minha mãe e pro meu pai era caro. Não que eles não tivessem dinheiro, [mas] eles falavam eu não vou te dar esse tênis, o dinheiro que esse tênis vale eu te dou três. Aí eu falava, então eu vou trabalhar, pego o meu dinheiro e compro. Daí minha mãe, tudo bem. Pode ir lá. Vai com o Jacaré lá. Era e é ainda amigo da família (Dino).

Dino afirma que sua mãe não tocava em seu dinheiro, e compreendia que era dele e que ele deveria gastar. Comprava as mercadorias em Santo Amaro, lembrando-se que não havia em sua época os comércios que hoje existem no bairro. Faz piada dizendo que já era capitalista desde criança, pois queria dinheiro desde essa época.

Depois deste período consegue um emprego, entre 13/14 anos, na empresa *Fama*, produtora de fechaduras, localizada na Chácara Santo Antônio, atrás da Igreja Universal da Av. João Dias. Permaneceu trabalhando aí com carteira assinada por quase dois anos, tendo uma jornada de trabalho das 07h às 17h, saindo da empresa entre aproximadamente 15/16 anos, retornando para a feira: "Quando eu ficava desempregado eu ia pra feira". Dino foi demitido da Fama em 1987 num corte grande de empregos "que nem tá acontecendo agora, uma crise que apareceu, aí todas as empresas saíram mandando um monte de gente embora". Na *Fama* Dino trabalhava, junto com Augusto, "nas máquinas", mas almejava ascender, tornando-se apontador de produção: "que era o pessoal do escritório, trabalhava tudo bonitinho". Quando o cargo de apontador ficou vago, Dino a disputou com mais três pessoas e foi promovido: "na seção lá eu era o molecão de quinze anos, só passava com a caneta, quantas peças cê fez? Tal! Fazia bosta nenhuma, só anotava, ficava fazendo conta na calculadora e dava pro meu chefe". Entretanto, recém-promovido, Dino é atingido pelo corte das vagas (mais ou menos 30% dos funcionários) e conta que até chorou pela demissão. De 30 apontadores, 3 foram mandados embora. Augusto também foi mandado um pouco antes nessa mesma leva.

Dino se recorda que havia muitas crianças e adolescentes do bairro que trabalhavam na *Fama*, uma vez que

> era uma empresa que empregava criança, adolescente de 13 até 18 anos, com dezessete não pegava por causa do exército [...]. O cara que tinha vinte anos ganhava a mesma coisa que eu que tinha quatorze. Não tinha essa discriminação, de que você é mais velho, cê ganha mais não (Dino).

O trabalho concreto de Dino na seção de montagem de cilindro, era montar 300 "castelos de fechadura", por jornada de trabalho. Seu salário chegava a dois salários mínimos, às vezes chegando até três, por causa de promoções e recorda com graça de seu pai comentava ironicamente com ele sobre a relação entre seus salários: "seu vale é maior que o meu moleque. Mas era mentira, mas ele sabia que eu ganhava bem". Questionado sobre o trabalho como apontador, se ele se sentia mal em ser o responsável por contar o número de peças produzidas por trabalhador, ele nos responde que "era uma realidade", apesar de saber, como alguém que já havia trabalhado "nas máquinas", das pequenas sabotagens com relação às metas de produção.

Com o primeiro dinheiro recebido nesse emprego Dino comprou um videogame Atari, contrariando seu tio que o acompanhou nessa compra, que lhe dizia ter a obrigação de ajudar com os custos familiares. Aproximadamente com quinze anos Dino começa a frequentar os bailes que ocorriam no bairro e acompanhava os garotos de 18 anos por ter dinheiro no bolso, assim como aqueles o acompanhavam devido à sua condição financeira.

Aos dezesseis anos Dino volta a trabalhar na feira, passando a ser "assalariado", tendo mínimo e máximo para ganhar. Era chamado de "meeiro", pois dividia o lucro da venda com o dono da banca. O retorno para a feira é justificado por Dino, devido ao fato de os três salários mínimos que ganhava na Fama não serem alcançados por outras fábricas onde poderia buscar empregos, como office boy, por exemplo. Diante disso resolve voltar à feira, uma vez que sempre tinha algum dinheiro no bolso, pois recebia diariamente, totalizando, no mês, um valor semelhante ao que tiraria em outros trabalhos. Nesse retorno à feira é que diz ter conhecido as drogas e em suas palavras, é o momento em que se "vende pro mundo". Entre seu retorno na feira e o momento em que cria um ponto de venda de drogas na rua em que morava, entre 1992/93, Dino ainda trabalha como motoboy, com uma moto comprada por ele mesmo, para uma agência de turismo, dizendo ter se "acomodado ao mundo dos trabalho temporários".

Aos vinte anos de idade Dino começa a usar cocaína. Segundo ele, nesse período ele ainda estava trabalhando na feira mas a frequência das "mancadas" que começa a dar com seus patrões, faltando alguns dias, chegando atrasado em outros, vai lhe impondo restrições às possibilidades de continuar trabalhando aí: "o círculo começou a ficar fechado, foi se fechando pra mim". Com o fechamento das oportunidades de trabalho na feira, sua semana se resumia a trabalhar de um a dois dias por semana, e "ficar [nos outros dias] tudo aí na rua largado". Tal mudança em seu cotidiano de trabalho foi promovendo o escasseamento de seus rendimentos, enquanto o consumo da cocaína, bem como a vida que levava, ia paulatinamente aumentando seus custos. Nesse momento lhe é ofertado, por um amigo dos "rolês", "segurar uns papel" e ganhar uma comissão em cima da venda da

droga: "eu arrumo um procê, a esse valor, você vai vender a esse. Cada X que você vender você ganha Y". Dino não recusa a proposta e "inventa uma biqueira" em sua rua, conhecida como *Bocada do Dino*. A notícia sobre esse "pontozinho", no qual ficava ele e um outro parceiro vendendo as drogas, começa a se espalhar entre os usuários do entorno. Dino torna-se amigo do fornecedor, já que segundo ele, estava dando lucro para o cara, e o "comércio" começa a crescer até que o lugar torna-se um "ponto" e Dino seu gerente. Segundo sua descrição do funcionamento do ponto, este não era nada além do que ficar encostado em um muro, com a droga escondida, sem qualquer necessidade de ter um imóvel ou espaço para armazená-la. Dino se tornou gerente de três a quatro moleques que trabalhavam com ele e logo seus pais perceberam as atividades nas quais estava envolvido, uma vez que usuários também lhe importunavam em sua casa atrás de droga durante a madrugada, o que lhe impõe a necessidade de andar armado, sintetizando sua vida como gerente de biqueira da seguinte forma:

> eu lembro que eu tinha dinheiro e ao mesmo tempo eu não tinha nada. Por exemplo, cê tem dez mil reais, que cê ganhou vendendo droga, sua comissão, boa, tenho dez mil. Daqui a pouco esse dinheiro sumia cara, não sei como. Gastava tudo com putaria, com balada à noite. Cê tem dinheiro, cê estoura tudo com os cara! Colocando roda cara no meu carro. Som caro no meu carro. Estourava o dinheiro que eu tinha que gastar o dinheiro meu! Se tivesse [ininteligível] teria colocado numa conta no banco. Não, mas eu queria mostrar. O cara da biqueira quer status. Ter uma motona legal. Ter um carro. Esses bagulho bobo aí. Que hoje pra mim não significa nada (Dino).

Para dimensionar o montante de dinheiro que circulava na bocada de Dino vale se ater no exemplo que ele oferece:

> Aí esperava o fechamento na outra semana, aí vinha a sua parte. Tá aqui ó, te dei cinquenta mil de pó, cê vendeu oitenta, cê ganhou trinta mil. Pagava a molecada né? Pegava a minha parte e estourava tudo. Mas não é esse número exagerado... Acho que hoje, um gerente de uma biqueira deve ganhar cinco pau por mês. Uns mil, mil e quinhentos por semana. Eu tinha esse salário aí (Dino).

Diz que sempre percebeu o tráfico como trabalho e que seus funcionários também o percebiam assim.

Dino afirma que se tornou o "gerentão" da rua "B", acima dele haviam aproximadamente 10 funcionários, mas naquela rua ele era a autoridade máxima, todos respondiam a ele, assim como ele respondia ao seu patrão que trabalhava na matriz que fornecia a droga. Contando como era seu trabalho concreto como patrão diz:

> eu vinha de lá até aqui com o butucão de cinquenta, cinquenta gramas de pó. Vinha aqui, trabalhava cinquenta gramas, fazia duzentos papel, dava pros moleques vender. Quando vendia eu pegava o dinheiro, ia lá buscar. Meu trabalho era só pegar o dinheiro, gastar o dinheiro e ir lá comprar. Só fazia isso e ganhava dinheiro. Ficava aí na rua pagando de boy aí no bairro (Dino).

Apesar de dizer que ficava pagando de boy no bairro Dino reconhece que era um "cara mal visto, que não tinha status, só fora" do bairro, nos bares, inclusive tendo amigos que se afastaram dele. No bairro as mães não queriam de jeito nenhum ver seus filhos conversando com ele, uma vez que a

> molecada nova pagava um pau pra mim. A molecada nova de quinze, dezesseis anos, queria ficar do lado dos caras mais velhos. Eu tinha 20, 21, e já tinha carro da hora, moto, aí a molecadinha ficava pagando um pau pra mim, e eu lembro dos pais dele: - Ó, tô de olho em você hein meu. Toma conta do meu filho. Não quero ver ele envolvido com esses negócios seus aí não. Os caras falavam pra mim meu. Sabiam que eu era torto. Eu falava: '- Ah, cabeça do moleque quem conduz é você meu. Quem educa seu filho é você. Não é eu nem a rua não. Quem educa é você'. Eu tive muito bate-boca com meus vizinhos por causa disso aí, muitos. Vixi! E voltando pro dia de hoje, todos eles tinham razão. Cê acha que eu vou querer meu filho andando com traficante? Aonde? Nem a pau! Mesmo sabendo que eu não fazia mal pra ninguém aqui na rua. Minha ideia era ser amigo de todo mundo pra ninguém me denunciar. Tanto que isso daí não aconteceu (Dino).

Questionado sobre o porque de trabalhar armado na biqueira Dino afirma que queria ter segurança: "é uma linguagem meio metafórica, mas não é. Quem tem arma na mão tem o poder. [...] Então você se sente poderoso quando cê tá com aquilo na cinta". As armas que Dino utilizou na época que foi gerente da biqueira foram compradas na rua, da mão de um "moleque" que estava necessitando de dinheiro. Diz que quando precisou de um oitão perguntou para uma rapaziada e diz que "apareceu um monte". Dino afirma que, se por um lado ter uma arma lhe oferecia segurança, esta não se referia propriamente à polícia pois "se fosse pra polícia eu ia perder [porque] cê nunca vê ela chegando [...] Eu andava armado com medo de nego vim querer zuar meu território aqui". Dino dá exemplos de usuários que, por não terem dinheiro, lhe aporrinhavam para conseguir droga fiado, chegando ao ponto de ter que intimidá-los com arma para que fossem embora. Conta que um dia convocou um de seus funcionários a atirar para assustar um usuário importuno:

> já teve vez de dar uns estralos no chão já. [...] Atira pra matar esse filha da puta. O cara sacou e ele correu, eu falei, pode queimar. E corre no meio da rua e o aço comendo nas costas dele". Assevera que os caras que trabalham com tráfico matam mesmo: "Eu lembro do meu patrão mandar matas os outros e eu falava, nossa! Porco hein! Falava: - Ah, vê o jornal lá, o pilantra lá que não me pagou. Cê olhava o jornal tava lá. Um monte de tiro, eu falava: '- Vixi! Cê não pode dever pra esses caras' (Dino).

Segundo Dino a insolvência era central na reprodução dos homicídios promovidos pelo tráfico . Mesmo que pudesse existir credibilidade entre clientes e fornecedores, esta estava constantemente por um fio:

> Os caras [traficantes] sabem, você não tá me pagando, mas tá colocando som no seu carro, roda no seu carro. Aquela mulher da favela, cê tá sustentando a mulher e na sua casa você tá deixando seus filhos com fome?! Cabô [pra você].

> Cê tem que honrar seus compromissos, então é palavra. Cê não ter o dinheiro é uma coisa. Ter o dinheiro e gastar com outra e não pagar quem você deve é outra coisa totalmente diferente (Dino).

Além do fato de que rodas novas nos carros indicam dinheiro circulando na mão dos usuários que afirmam estar sem dinheiro, Dino garante que as fofocas (o assim chamado "zé povinho") que circulam no bairro são uma fonte inesgotável de informações que municiam os traficantes para exercer seus domínios e garantir o negócio em funcionamento. Segundo Dino, uma vez que você se encontra num cargo da estrutura do tráfico que lhe proporcione algum status, como gerente por exemplo, as pessoas sentem-se consideradas quando você conversa com elas, e acabam, sem perceber, lhe fornecendo informações importantes sobre o cotidiano dos moradores, inclusive usuários:

> Na verdade eu não tô querendo ser amigo do cara, eu tô só colhendo informação. [...]. O cara te cagueta sem você saber [...]. Eu aqui, na minha rua, na minha época aqui, eu já tive vontade de tirar a vida de gente já, mas eu não... eu consegui contar até dez (Dino).

Dino afirma que os dependentes químicos tornados inoportunos para os negócios "apanham na rua aí. Hoje apanham mais do que morrem". Até hoje existe a biqueira da qual foi criador e gerente, mas localizada em outra rua do mesmo loteamento.

As armas que já teve também serviram como forma de acessar outras mercadorias, como certa vez em que trocou um "oitão" que teve por uma moto XLX350 roubada, denominada de "bode". Trocou as peças velhas de sua moto antiga moto pelas peças novas da roubada para se desfazer do chassi que poderia incriminá-lo. Nas três ocasiões em que Dino montou seus "bodes", sempre buscou assegurar que seu fornecedor não tivesse roubado as motos no próprio bairro.

Dino diz não ter vivido qualquer tipo de disputa por território quando criou sua biqueira. Lembra que na época em que criou seu ponto havia uma outra boca que atendia a clientela da favelas Erundina e Felicidade, enquanto sua boca viria a atender a clientela do morro do Leni: "esse morro aqui não tinha ninguém que vendia droga. Eu falei, um morro desse aqui e não tem ninguém que vende uma droga eu vou vender. O movimento dele lá deve ter caído pouca coisa, porque muita gente veio comprar de mim, mas continua a clientela dele lá".

O crescimento dos negócios com a venda de drogas vai impondo uma convivência cada vez maior com a polícia, até que Dino acaba sendo detido. Segundo o relato de Dino, nesta ocasião a polícia lhe exige o "acerto" que se resume à moto que Dino tinha na época e mais uma quantia em dinheiro. Seu patrão, para impedir que fosse preso, paga o acerto, que segundo Dino nos dias de hoje estaria na faixa dos cinquenta mil reais. Devido ao acerto Dino se endivida com o seu patrão no valor de aproximadamente 15 mil reais, uma

vez que seu patrão contraiu uma parte do prejuízo, pois a droga apreendida era dele e não de Dino. Diante desta situação Dino assegura ao seu patrão o pagamento do devido valor tendo em vista a sua saída definitiva, não sem dificuldades, do tráfico. Depois do acerto com os policiais houveram outras tentativas de extorsão:

> a PM descolou, a civil veio um dia aqui, me prendeu, depois quis me prender de novo, só que não achou nada, foi obrigado a me soltar. Aí que eu falei: '- Pô, tô sendo perseguido. Cheguei no cara [patrão]: - Pô, vou parar com isso aí que pra mim já deu o que tinha que dar. [Ao que o patrão respondeu] '– Não, tudo bem, tal'. '– Pra mim não tá dando mais, eu tô sendo perseguido, o policial tomou meu dinheiro'. E eu ainda continuei. Mesmo depois que eu tinha decidido parar com esse mundo aí eu ainda continuei. Aqui no bairro eu não tinha muita liberdade, tinha que ficar andando olhando pra trás. E na minha cabeça à noite eu já achava, quando eu usava droga, eu já achava que os caras queriam me matar. Porque eles não me pegavam com dinheiro, com a droga [...] Eles já me pediram pra eu não vender e eu continuei vendendo (Dino).

Dino recorda-se que havia um policial civil que, desde o acerto, permaneceu patrulhando os passos de Dino. Vivendo essa tensão e preocupado com a chance de ser preso ou morto, Dino resolve voltar a estudar para desviar a atenção dos policiais. Se matricula na escola Vianello no primeiro colegial e promete ao seu patrão que continuará gerenciando a boca para acumular o dinheiro necessário ao pagamento da dívida.

Por fim, acumula o dinheiro necessário como gerente da biqueira, paga suas dívidas com seu patrão e larga definitivamente o tráfico, passando o ponto da biqueira para um cara de sua mesma rua: "Na verdade o certo era eu vender a biqueira pra ele pra pegar o meu dinheiro que eu perdi. Eu dei de graça! Falei: - Ó, pega pra você meu ponto. Te dou tudo, não quero nada disso aqui meu". Dino recorda-se que quando largou a biqueira "levou todos os seus funcionários juntos", com exceção de um deles que permaneceu no "mundo do crime", posteriormente encarcerado por sete anos. Segundo Dino não existe qualquer tipo de imposição operando na permanência das pessoas dentro da estrutura do tráfico, a não ser a dívida:

> você entra, você sai, cê só não pode sair devendo né? Eu não saí devendo pra ninguém, eu saí por respeito né? Ou eu respeitava a polícia ou então eu ia dar uma reduzida boa na minha vida. Eu preferi respeitar. Pra mim tá ruim cara, não tô tendo liberdade mais não, onde eu ando aí tô tomando geral, tomando enquadro meu! Pra mim não tá legal isso não, vou começar a dar uma limpada [...]. Porque foi uma coisa que eu aprendi, cê quer mudar de vida, primeiro comece a mudar suas amizades (Dino).

Diz Dino que seus dois braços direitos hoje estão bem "casados, pais de família...". Conta ainda que um outro funcionário dele se tornou policial civil, além de ter uma pizzaria e um salão de cabeleireiro. Afirma Dino que ele se encontra hoje financeiramente bem, apesar de sugerir que ele deve ter "roubado pra caraio" como policial. Ainda assim, depois de ter oferecido a boca para um novo gerente, esta ainda continua sendo chamada de

Bocada do Dino, desdobrando-se numa desconfiança das pessoas próximas a ele com relação à sua escolha de deixar o tráfico, exigindo ao novo gerente a mudança de nome da biqueira.

Nessa ocasião conhece algumas meninas que o levam para o Movimento Católico Sócio-Religioso no Jd. Ângela (FSJC – Final de Semana de Jovens com Cristo) e inicia aquilo que chama de "desintoxicação espiritual [...] tirando o que é ruim de dentro de mim e colocando coisas boas". Parou, por fim, com "preto e com branco [maconha e cocaína]" em 1997. Ou seja, ficou aproximadamente 10 anos entre a dependência e o trabalho no tráfico, neste último por volta de cinco anos. Dino se reconhece como um ex-dependente químico. Se afastou dos amigos do Ibirapuera durante aproximadamente três anos, retornando ao convívio social aí a partir dos anos 2000, aproximadamente. Logo após o abandono do tráfico de drogas, emprega-se como balconista de farmácia, dizendo ter voltado a "valorizar o dinheiro, o mundo capitalista". Conheceu sua esposa atual na igreja responsável pelo programa FSJC e está casado com ela há treze anos. Até hoje Dino é voluntário na FSJC, desde 1997, quando entrou para a sua "desintoxicação espiritual": "Na minha igreja eu aprendi o caminho certo e o caminho errado. Porque antes eu conhecia o caminho errado e o caminho mais errado ainda". O caminho certo segundo Dino é "respeitar o próximo, amar o seu próximo, não querer o mal pras outras pessoas...". Desde então Dino é convidado a "levar seu conhecimento junto com a palavra de Deus" para outras pessoas, mas reconhece que poderia ter se dedicado mais a essas atividades, ao invés de ficar no bar "enchendo o rabo de cerveja". Na época em que voltou a estudar no Vianello foi trabalhar na feira, posteriormente numa construtora. Posteriormente foi trabalhar como motoboy numa farmácia fazendo entrega até aproximadamente 2004. Depois desse período como motoboy, que inclui a tentativa de trabalhar em leilões de carros, fazendo revenda dos mesmos, financia um Corsa branco usado, na faixa de R$ 16.000,00 e começa a trabalhar como taxista em sociedade com um outro motorista, em 2005. Dino entrava com o carro e seu sócio com a licença. Dino "alugava o alvará" de seu sócio, referente ao tempo de serviço que este deixava de trabalhar, para que ele pudesse trabalhar com o carro e acumular algum dinheiro. Há alguns anos comprou definitivamente seu alvará e trabalha apenas como taxista.

A esposa de Dino é cabeleireira e aluga um salão no Jd. Letícia, trabalhando aí de terça à sábado. Dino diverte-se dizendo que "ela é patroa". Com relação à situação do negócio de sua mulher Dino afirma que

> não ganha bem não. O que ganha gasta tudo de luz e... eu sou totalmente contra o trabalho dela, que ela não ganha dinheiro. Mas ela tá bem, é uma ocupação. Não ganha dinheiro assim, eu achava que ela merecia ganhar mais, mas ela não sabe economizar... porque um dos segredos do comércio é saber comprar, ela

> não sabe. Tenho certeza que ela não sabe comprar. Fica comprando coisa no Piraporinha mesmo pra usar no salão dela. Pô, vai comprar dos atacadistas, o cara compra no atacadista pra vender no Piraporinha, então ela poderia comprar no atacadista (Dino).

Com relação à economia doméstica Dino diz que sua esposa é responsável por algumas contas da casa, como água, tv a cabo, pão pro café da manhã, etc., mas que "o grosso é meu. O mercado é meu".

Questionado se sua esposa necessitou pegar algum empréstimo para criar o salão de beleza Dino assevera que não, afirmando, além do mais, que nem deixaria ela fazer isso, até porque o investimento para criar o salão não foi grande, o mais caro sendo o ponto, já que os custos dos equipamentos foram ínfimos. Avalia que o investimento de um salão de beleza como o de sua esposa chegaria a aproximadamente R$ 10.000,00: "uma porta de garagem que cê abre assim, aí tem uma portinha de vidro, bem básico mesmo". Sua esposa conta com uma sócia que faz os serviços de manicure e pedicure, lhe pagando uma comissão pelo uso do espaço. Supõe que ambas dividam o aluguel, sua esposa sendo responsável por 70% do valor e sua sócia por 30%.

*

No que diz respeito ao Jd. Leni, Dino afirmou que muitas pessoas já fizeram ofertas para a compra de parte do terreno onde mora, mas que sua mãe sempre se nega a vendê-lo:

> Teve um cara que ofereceu cem mil reais só na minha garagem, eu nem acreditei. Ele falou assim: '– Quer vender essa garagem pra mim?' '– Não, vou guardar meu carro aonde?' '– Ah, se você quiser vender, cê pode pagar aluguel de garagem'. '– Eu falei, não, pra mim não interessa não'. '– Dou cem mil nessa garagem!' '– Eu falei, oxi!'. Pra ele fazer um bar. Como é que eu vou vender uma coisa que não é minha? Primeiro que se fosse meu eu nem morava nesse bairro, que eu não gosto desse bairro. Eu moro aqui, primeiro porque é meu, não pago aluguel, não pago nada. Mas meus vizinhos, esse pessoal aqui da rua, não gosto muito do jeito que eles cultuam não. Quase todo dia à noite, quando eu chego, tem um carro parado na frente da minha casa, eu tenho que ir na casa do cara, pedir pra tirar o carro. Minha mãe já tem setenta anos, os moleques ficam jogando bola no portão, incomoda. Tem uma série de fatores que só dificultam, mas me dou bem com todo mundo, tranquilo. Só que eu... cê vai falar com o pai do garoto ele acha ruim (Dino).

Não obstante as dificuldades com a vizinhança, Dino diz conhecer quase todos os moradores de sua rua, com exceção de alguns poucos novos moradores que vivem de aluguel nas casas no final da rua, onde começa uma pequena favela, dentre outras que circundam o Jd. Ibirapuera. Com relação à situação jurídica do terreno, Dino afirma que sua mãe tem escritura do imóvel, mas não tem planta, o que segundo ele torna-se um óbice à venda do terreno por meio de financiamentos realizados por bancos. Recorda-se que, mais ou menos na década de 90, os moradores do Jd. Leni foram obrigados a regularizar seus lotes e moradias um vez que começaria a haver cobrança de IPTU dos terrenos, o que

impôs aos moradores apresentarem à prefeitura dados relativos às dimensões de seus lotes. Dino, que responsabiliza-se pelo pagamento do mesmo, se queixa de seu preço atual, R$ 1180,00. Ainda sobre o Jd. Leni e suas imediações, Dino se queixa também da "superlotação de carro, que todo mundo tem carro e não tem onde pôr. O cara tem carro mas não tem garagem. Aí o terreno da minha mãe é quinze metros de frente. Em quinze metros tem vezes que eu não acho lugar pra pôr meu carro".

Além desse aspecto referido à automobilização dos moradores do Jd. Leni e suas imediações, Dino qualifica o Jd. Ibirapuera como "abençoado", pois em termos de homicídio "tem muito pouco", em oposição, segundo Dino, ao Parque Santo Antônio e o Capão Redondo que eram muito mais falados:

> Eu lembro que morria muito maloqueiro por aí, era mais assim, pessoas que aprontavam, que era os ladrão pé de chinelo, aparecia aí esses pés de pato aí, davam esse nome a essas pessoas... teve uma época aí que matou bastante gente, bastante moleque, moleque folgado. A maioria tinha um passado que condenava eles. Mas depois quando começou a chegar o tráfico de drogas mesmo, isso aí eles dão uma segurada, eles tentam controlar isso aí (Dino).

Num esforço de cotejamento e análise, Dino afirma que em relação aos outros bairros há muito mais escola, creche, escolinha no Jd. Ibirapuera e suas imediações, "mais essas coisas aí que ocupa a cabeça do adolescente. Cê pode ver que tem um monte de Escolinha, EMEI, ETEC... Então isso aí faz com que a molecada se direcione", além de citar os outros quatro colégios que existem no entorno: *Vianello*, *Charles de Gaulle*, *Antônio Manoel* e o colégio recente ao lado do *Cebosão* (loja de materiais de construção). Por outro lado afirma, refletindo sobre o passado: "Mas muitos adolescentes se perderam aí nos anos noventa, teve. Em relação às drogas".

Dino diz não ter muita lembrança desses aspectos relativos à violência no bairro por afirmar ter tido, em sua infância, muito pouco contato com esse universo: "não tinha essa liberdade de ficar na rua"; seus pais não lhe deixavam ficar na rua depois das 19/20h, recordando que as ações policiais e dos pés-de-pato ocorriam geralmente na parte da noite. Ao contrário dos dias atuais que "vagabundo atira no cara de dia na frente de todo o mundo". Com relação à presença da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) no bairro, Dino afirma que era algo falado, mas "você não via, você ouvia falar". Dino se recorda que, quando de uma batida policial

> seu documento obrigatório era a carteira de trabalho registrada. Quem não tinha a carteira de trabalho registrada era vagabundo. Hoje a gente anda só com a habilitação ou RG, um documento com foto. Antes não, antes cê tinha que andar com a carteira de trabalho aqui no bairro, que era periferia mesmo... Mas tinha bastante essas blitz aí.

Comparando as práticas criminais na época em que era garoto e hoje, Dino diz que "tinha muito ladrãozinho de varal, hoje não, hoje tá mais moderno o negócio, o cara entra e não quero saber do tênis não, quero saber do cartão de crédito, dá a senha, mais ou menos por aí". Recorda-se também do assalto de um dono de bar que, segundo ele, por ser "miserável e avarento", guardava seu dinheiro em casa e não num banco, o que lhe ocasionou a perda de quinze mil reais por conta da investida de dois garotos armados: "Guarda dinheiro dentro de casa e aí corre esse risco".

Dino acredita que a mudança nos assaltos no bairro está relacionada à "falta de segurança pública", sugerindo que caso houvesse um policiamento melhor, uma base comunitária da polícia, talvez intimidasse a ação dos assaltantes: "O policiamento existe, mas se fosse mais reforçado seria bem melhor pra comunidade". Diz que passam viaturas a cada duas horas no ponto final do Jd. Ibirapuera, sugerindo que se tivesse uma base fixa ali seria bom. Afirma que os problemas de assalto no bairro tem sido na parte da manhã, entre cinco e seis horas da manhã, quando as pessoas estão indo para o trabalho e são assaltadas nos próprios pontos de ônibus, pelos "ladrõezinhos pés de chinelo, que roubam celular", muitas vezes montados em motos: "Se tivesse uma Ronda Ostensiva, mas não tem".

Quando questionado sobre a participação do *PCC* na gestão e contenção desses pequenos assaltos no Jd. Ibirapuera e imediações Dino afirma peremptoriamente que "o objetivo desses caras é vender droga", o que implica na existência de uma "disciplina" com relação a práticas criminosas no bairro que possam atrair policiais, acarretando numa diminuição do consumo de drogas no bairro e na acumulação de dinheiro pelo partido. Ou seja, Dino sugere que tal forma de gestão está associada especialmente às práticas que possam causar prejuízo ao negócio das drogas:

> Você é daqui você não rouba aqui, porque senão você atrapalha o comércio. [...] Esse *PCC* eu acho que ele começou a surgir nos anos 99/2000. E de lá pra cá isso daí diminuiu mesmo. Diminuiu mesmo a onda de assassinato. [...] Os pés de pato matavam muito esses ladrãozinho pé de chinelo. O *PCC* ele já passa a mão na cabeça. Ele já, não, peraí, que nem quando se consulta né, hoje... Você quer quebrar um cara no cassete, esses caras, não, não, vamos conversar, que é que aconteceu... Eles são mais ou menos essa linha aí. Eles são um crime que tentam colocar uma paz no bairro". Segundo Dino, "quem é do comando não fala que é do comando, que entre eles, eles têm um pacto de... quem é não fala que é. Como se fosse uma maçonaria. E se você pergunta qualquer coisa ele te responde pela metade, nunca responde o que é (Dino).

Refletindo sobre sua trajetória Dino afirma que, apesar de ter sido gerente de uma boca, "nunca fui ladrão, não gostava", mesmo quando precisou de dinheiro para financiar seu consumo compulsivo de cocaína. Como síntese de sua trajetória Dino afirma que as pessoas "tem que ter perseverança, acreditar no seu propósito, nunca abaixar a cabeça! [...]

Eu vou pagar minha dívida, pra mim pagar minha dívida eu vou ter que entrar em outra dívida. Mas cê coloca como meta, como objetivo".

2.4 Rubens, 52 – Murutinga do Sul, SP[19]

De origem espanhola, a família de seu avô ao aportar no Brasil em 1925, quando seu pai ainda tinha apenas dois anos de idade, foi encaminhada para Borborema tendo em vista trabalharem como colonos nas fazendas de café.

Os pais de Rubens dedicaram a maior parte de suas vidas ao trabalho na colheita de café e algodão, definindo a relação de trabalho no colonato como "super estranha" (Rubens) pois o que seus pais recebiam "não era exatamente um salário, era a meio né, eles trabalhavam e ganhavam o percentual sobre a colheita, só que todo o comércio da cidade era dominado pelo dono da fazenda" (Rubens). De acordo com Rubens a decisão quanto à ruptura com o trabalho no colonato partiu de sua mãe, já que não enxergava horizonte de ascensão social para seus filhos, caso permanecessem trabalhando no campo. Seus pais decidiram, em 1967, migrarem para São Paulo, inspirados pelo irmão caçula de sua mãe que já havia migrado anos antes. O tio de Rubens que veio primeiramente para São Paulo foi morar de aluguel no loteamento do Jd. São Luís "por um acaso" (Rubens), porque sem referência de amigos e/ou parentes. Aconselhados por esse tio os pais de Rubens chegaram no Jd. São Luís no dia 26 de setembro de 1967.

Ao chegarem no Jd. São Luís a família de Rubens permaneceu alguns dias na casa de seu tio e logo conseguiram alugar a casa de uma família com quem estabeleceram forte vínculo vicinal. Seis meses depois alugaram uma outra casa de dois cômodos bem pequenos com um banheiro do lado de fora onde moraram em oito pessoas durante aproximadamente três anos. Todos os membros da família dividiam o único cômodo disponível para o descanso pois, segundo Rubens, na cozinha era impossível dormir. Recém-chegados em São Paulo o pai de Rubens e seu irmão mais velho, Vladimir, trabalharam por conta vendendo sorvete na rua. Rubens suspeita que durante um ou dois anos a reprodução familiar foi garantida pela venda de sorvetes. Logo depois suas duas irmãs mais velhas começaram a trabalhar como domésticas e seu pai, por volta de 1969, consegue um emprego registrado como faxineiro na empresa *Limpadora Paulista* que à época prestava serviços de faxina para outras empresas, onde permaneceu por dez anos recebendo um salário mínimo:

> Daí meu pai trabalhou dez anos nesta empresa, ganhando um salario mínimo, e mesmo assim conseguimos comprar um terreno, construir uma casinha, era outro tempo né? Hoje, cê imagina, um terreno hoje tá custando R$ 200.000. Um terreno igual ao nosso, na minha rua tá sendo vendido um terreno com uma casinha, grande de cinco cômodos, mas precário, bem precário. Quem comprar tem que derrubar e fazer outro entendeu? Tá R$ 370.000. É uma piada. É uma bolha, uma bolha, vamos ver no que vai dar isso né, porque eu não consigo entender (Rubens).

[19] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 26 de março de 2015.

Em 1972, aconselhado pela esposa, seu pai comprou um lote no Jd. Celeste, loteamento adjacente ao Jd. São Luís no qual Rubens morava até o ano de nossa entrevista junto com seu irmão. Seu pai, além de trabalhar como faxineiro na *Limpadora Paulista* oferecia, a título de amizade, o serviço de poceiro das casas em autoconstrução que nesse período fervilhavam pelo bairro. Recorda-se que as casas de todos os seus primos e tios foram construídas na base do "mutirão familiar" (Rubens).

Sr. Joel, pai de Rubens, depois de trabalhar por dez anos na *Limpadora Paulista* foi empregado como faxineiro na empresa *MWM Motores Diesel* (empresa alemã, localizada na Marginal Pinheiros, na altura do atual *SPMarket*). Lembra-se que seu pai ia todos os dias trabalhar a pé, saindo de casa às 05h da manhã para entrar às 07h, tendo em vista fazer alguma economia pois era um "espanhol pão duro" (Rubens). Sr. Joel, formalmente contratado pela *MWM* com registro em carteira, entrou na empresa ganhando três salários mínimos e aí permanece durante trezes anos, até conquistar sua aposentadoria aos 65 anos de idade. Com menos de um ano de sua aposentadoria, aproximadamente em 1990, Sr. Joel morre devido a um câncer no intestino, ainda que Rubens intua que seu pai tenha morrido "de tanto trabalhar", apesar de reconhecer que como faxineiro da *MWM* seu pai "nem era tão explorado". A aposentadoria de Sr. Joel, transferida para sua mãe como pensão, no valor de R$ 2.500, era o que garantia a reprodução de um irmão de Rubens, doente crônico de epilepsia, que morava no mesmo lote do último e era cuidado por ele. A mãe de Rubens era o oposto de seu pai, "dura e séria" (Rubens) e não se conformava com a situação da família, ou da casa, portanto estava sempre imprimindo uma dinâmica diferente no contexto familiar, "sempre tomava iniciativa" (Rubens).

No que se refere à sua trajetória de trabalho, Rubens atribui à sua condição de caçula ter realizado um caminho diferente daquele trilhado por seus irmãos. Rubens se lembra de ter chegado à sua adolescência tendo as condições materiais da família já relativamente resolvidas, pois a casa já se encontrava construída, todos os membros da família se achavam trabalhando, ou seja, "fome a gente não passava mais, não foi aquele sufoco da chegada em São Paulo. Imagino que meus irmãos mãos velhos passaram um puta sufoco, porque chegaram num momento super crítico da história de nossa família" (Rubens). Nesse sentido Rubens foi o filho da família em que foram depositadas todas as esperanças do dito trabalho qualificado, o que significou que sua tarefa era estudar e nada mais, tendo sido o único da família a ter estudado em uma escola particular. Mas mesmo gozando de tal regalia Rubens começou a trabalhar aos onze anos (1974) num "resto de fazenda" (Rubens) onde atualmente está localizado o cemitério do Jd. São Luís, junto com um vizinho seu, coletando esterco e o vendendo de casa em casa para servir de adubo para as plantas que os moradores tinham em seus lotes. Aos doze anos foi convidado para

trabalhar na feira e aí permaneceu por um ano e meio, recordando da alegria que tinha em acordar de madrugada. De acordo com Rubens em sua casa não havia "imposição dos pais, mas uma cultura do trabalho" (Rubens), o que fez com que fosse trabalhar cedo. Ainda que pondere ter sido um erro trabalhar cedo se lembra do orgulho que sentia ao "acordar de madrugada e ir trabalhar, me sentia bem" (Rubens), estimulado também pelos elogios recebidos dos tios. Nessa época Rubens já estudava à noite. Depois de trabalhar na feira Rubens empregou-se com carteira assinada na empresa *Poliquimio*, localizada na estrada do Campo Limpo e permaneceu dois anos aí, posteriormente sendo empregado numa empresa alemã no bairro da Capela do Socorro, na Estrada do Guarapiranga, onde perseverou por aproximadamente três anos até conseguir um trabalho no *Banco Real*, como caixa, aos dezoito anos (1981), quando sofreu uma acusação por ter descontado um cheque roubado. Foi processado pelo banco e passou "um perreio da porra" (Rubens). A despeito da falta de provas do suposto crime esse acontecimento "mudou a história [de sua] vida" (Rubens), já que o dificultou de conseguir outros empregos posteriormente. Considera esse acontecimento um divisor de águas pois "tem muito a ver com a história mais marginal que rolou" (Rubens). Desempregado, juntou-se com cinco pessoas, entre amigos e amigas do bairro, com os quais montou uma república no Jd. São Luís (no ano de 1984). Dos cinco moradores que se juntaram com Rubens somente dois trabalhavam, os outros três, incluso Rubens, não. Conheceu pessoas "muito politizadas" (Rubens), o que lhe permitiu estudar muito, além de se recordar que sua casa era "uma república cheia de livros, todos roubados" (Rubens). O mentor intelectual da turma nesta época era Willi Corrêa de Oliveira (na época professor de música da ECA/USP), segundo Rubens um "comunista radical" (Rubens) que os levava para roubar livros para que estudassem. O ano que viveram nessa república Rubens considera "revolucionário em sua vida", já que "nunca teve acesso a tantas informações", ocorrendo aquilo que chama de "uma guinada cultural" (Rubens). Pondera, por outro lado, que "o que é que você faz com aquilo é que é o desafio né? Mas foi legal" (Rubens).

Com os amigos com quem construiu a república, Rubens já havia realizado outras atividades, dentre elas o primeiro cineclube do Jd. São Luís, quando tinham em torno de 16 anos. Durante esse período, todos os finais de semana iam em grupo de assistir filmes projetados no *MIS*, *Cineclube do Bexiga*, *Cine Bijou* (na Pça. Roosevelt), o que lhes permitiu acessar todos os clássicos, além da cinematografia brasileira. Encantados com o cinema resolvem fazer um cineclube no Jd. São Luís. Para tanto buscavam projetor e películas para realizar projeções na EMEI do Jd. Brasília. Realizavam suas projeções também numa associação de moradores próxima à padaria *Rainha do Bairro*, que depois de um tempo se tornou uma sede da Polícia Militar, e no ano de nossa entrevista funcionava o *Projeto*

Pinderê, cujo administrador era o vereador de São Paulo eleito em 2014 pelo Partido *DEM*, Jonas Camisa Nova.

A criação do *Cineclube Neo* foi fruto, dentre outras coisas, de um "processo educacional" (Rubens), uma vez que algumas pessoas do bairro começaram a ter um "olhar diferenciado, um pouco mais cultural do mundo" (Rubens), lembrando também que outras pessoas nesta época começaram a se interessar por cultura no bairro, dentre outros amigos e amigas que conseguiram fazer o ensino superior. Por outro lado, Rubens nunca terminou uma faculdade, apesar de ter entrado em três: uma vez na *PUC* e duas vezes na *UNESP* (respectivamente nos cursos de Letras e História).

Nesse período foi que começou uma "revolução em sua vida que tem a ver com trabalho e destrabalho, se é que existe essa palavra" (Rubens) pois começou a "conviver com o crime do bairro e o pessoal do tráfico" (Rubens) daquele momento, simultaneamente à experiência política e cultural construída na república. Nos afirmou que foi por causa dessa época que o crime ficou "como um vírus incubado" (Rubens) em sua vida.

Depois de algum tempo prestou um concurso para a Caixa Econômica do Estado de São Paulo (atualmente *Nossa Caixa*) indo trabalhar em Bauru, no centro de processamento de dados, onde ficou por aproximadamente três meses até conseguir uma transferência de volta para São Paulo, indo trabalhar na praça do Correio, ficando aí por aproximadamente quatro anos e meio, período em que se casou (1990) e se mudou para o bairro da Pompéia, onde morou por sete anos. Neste período Rubens foi convidado por seu cunhado a tocar um bar de propriedade do último e permaneceu aí em torno de três anos. Diante do endividamento do bar e sua iminente bancarrota em 1997, Rubens buscou uma solução levado por "todo aquele vírus que estava incubado que fez com que [eu me] envolvesse no crime, roubo de carro aqui no bairro" (Rubens). Flagrado com um carro roubado, Rubens acabou preso por 18 dias, respondendo a um processo por isso, o que desencadeou uma grande depressão que durou aproximadamente de 1997 a 2000.

No final de 2000 Dora, que na época trabalhava na organização não-governamental *Fundação Julita* localizada no Jd. São Luís, e era amiga de Rubens, convidou Rubens para trabalhar como educador social na organização não-governamental *Casa dos Meninos*, uma vez que, segundo seus critérios, Rubens tinha perfil para aquele trabalho, pois conhecia a história do bairro, tinha passado por uma experiência no chamado "mundo do crime" podendo transformá-la em algo "positivo para a molecada" (Rubens). Segundo Rubens "o salário era uma miséria, R$ 300", apesar de reconhecer que Dora "fez a leitura perfeita" de seu perfil. Rubens disse que "adorava trabalhar lá" e que "reconstruiu sua vida" (Rubens), permanecendo na *Casa dos Meninos* por três anos, sendo posteriormente contratado pela

Fundação Dixtal (também uma organização do terceiro setor), indo mais tarde trabalhar na organização não-governamental *Rainha da Paz*, localizada dentro da favela Fim de Semana, por meio de um projeto chamado *Jovem Cidadão*, implementado pelo Governo do Estado de São Paulo. Segundo Rubens 30% da turma para quem ele dava aula eram jovens provenientes da *Febem* (atual *Fundação CASA*), que iam e voltavam todos os dias de lá. Por esse trabalho Rubens ganhou o prêmio de melhor educador do Estado de São Paulo, bem como sua turma: "Pra mim foi como dar a volta por cima... tudo isso em três para quatro anos, foi tudo muito rápido" (Rubens). Durante esse período em que esteve trabalhando na *Rainha da Paz* decidiu cursar faculdade de história da *UNISA*:

> O que me levou foi essa experiência dentro da favela, que eu percebi que sem um diploma o meu poder de influência é menor, eu tenho menos acesso e daí eu resolvi estudar por isso né? Fiz uma faculdade... aqui a Unisa, foi rápido, mas o diploma era muito importante pra mim (Rubens).

Por meio da organização *Rainha da Paz*, Rubens começou a participar da *Rede Social São Luís*, onde Augusto, da *Associação Nossa Quebrada,* veio a se envolver posteriormente. Por intermédio de uma amiga que trabalhava na Subprefeitura do M'Boi Mirim Rubens foi contratado para implantar um projeto sobre saúde e meio ambiente, em articulação com a Unidade Básica de Saúde (UBS) local da favela Fim de Semana. Posteriormente foi contratado pela subprefeitura do Embú, onde permaneceu por cinco anos. No ano de nossa entrevista Rubens se encontrava trabalhando na *Associação Nossa Quebrada*.

No que se refere às suas posições políticas Rubens reconhece ter experimentado uma mudança importante desde a época em que morava na república, imbuído do "sonho da revolução" (Rubens):

> A coisa mais louca foi trabalhar na favela Fim de Semana. Formação política eu posso dizer que tive, mas eu acho que eu nunca tinha me deparado com uma realidade tão difícil como aquela da favela e como é que você olha pra isso né? Essa vivência na favela me ajudou a canalizar melhor minha revolta social também, sabe? Porque ao mesmo tempo que você poderia se tornar mais revoltado, por ver uma realidade tão dura, me ajudou a ver que na verdade eu tenho que me estruturar pra enfrentar isso. Porque se eu achava que eu tinha problemas, eu passei a ver problemas muito maiores que o meu né? E aí você aprende que se você não se organizar pra tentar superar aquilo, cê nunca vai conseguir né? Mas eu acho que a gente só consegue há muito longo prazo né? A curto prazo a gente não consegue nada mesmo né? Cê não muda uma realidade a curto prazo né cara? (Rubens).

No que se refere ao papel que o terceiro setor tem como agente político dentro das periferias Rubens nos afirmou que:

> A contribuição que o terceiro setor pode dar dentro de uma comunidade, ela pode ser superimportante. Vai transformar aquela comunidade em algo muito melhor? Não, acho que não tem esse poder. Agora, aquela comunidade seria pior sem aquela pequena intervenção? Seria. Então que acho que cê tem que trabalhar dentro dessa realidade. Você tem que tentar fazer o máximo dentro do

> que é possível, sabe? De fato, querem nos transformar num apêndice assistencialista dentro da comunidade. Agora, o que é que a gente faz com isso é que é o diferencial (Rubens).

Os sujeitos que querem ingerir sobre os processos levados à cabo pelo terceiro setor "são os mesmos que conseguem transformar o congresso nacional naquilo que é melhor pra eles" (Rubens), sem excluir os organismos que financiam o terceiro setor. Segundo ele a *Associação Nossa Quebrada* deveria investir no fortalecimento de vínculos com as famílias:

> O nosso poder de intervenção, do terceiro setor, tá muito mais na oportunidade de convivência cotidiana com uma comunidade do que: Ah, é um papel transformador. Sabe, essa possibilidade que nós temos né, de conhecer jovens, conviver com esses jovens, contribuir no papel de formação desses jovens, é que tá o nosso papel e a nossa possibilidade, sabe? Na favela Fim de Semana eu vi isso sabe? Uma comunidade que, onde as referências positivas são quase nenhuma, você ter a oportunidade de ser a referência positiva, ser a possibilidade de visão de novos horizontes, isso é muito rico. Agora, cê vai salvar aquela comunidade? Não. Nesse aspecto, sim, ela é assistencialista, sabe? Mas as pequenas transformações que você consegue dentro desse universo é que contam né? Eu não tenho dúvida de que os jovens que vivenciam experiências dentro do terceiro setor, se ela for de fato boa, ele não esquece. Isso vai ajudar na transformação histórica e social a longo prazo. A curto prazo é só um assistencialismo (Rubens).

Rubens acreditava ser difícil que alguém que tivesse experimentado vivências interessantes no terceiro setor, pudesse ter a cabeça de "pequeno-burguês" de seu sobrinho: "é possível construir um outro Homem. Contribuir pra isso né? Nesse sentido eu sou otimista. Acho melhor ter do que não ter" (Rubens). Segundo ele era necessário que os agentes envolvidos no terceiro setor construíssem estratégias para não o deixar permanecer assistencialista. E o que deveria guiar as ações da *Associação Nossa Quebrada* no Jd. Ibirapuera era tornar-se "uma referência política para qualquer debate que irá acontecer no bairro" (Rubens). Em suas palavras:

> o papel de uma ong dentro de uma comunidade é, antes de tudo isso aí: tem que ser uma referência e tem que ter força política. Por exemplo, o Milton Leite [vereador eleito pela quarta vez pelo partido *DEM*] nada de braçada aqui dentro. Então, qual é o papel da Nossa Quebrada hoje aqui? É só articular parceria com o Milton Leite e fazer pequenas intervenções? Não! O papel de futuro da Nossa Quebrada é acabar com o poder do Milton Leite aqui dentro. Agora, isso é fácil a curto prazo? Não. Tem que ser um plano futuro. Opa, um dia não vai ser mais esse cara que vai mandar aqui, entendeu? (Rubens).

Questionado sobre o poder político do vereador Jonas Camisa Nova no Jd. São Luís, Rubens nos afirmou que ele pensa que tem mais poder do que em realidade tem, mas que o pouco poder de influência que tinha provinha do poder econômico de seu pai que

> foi um grande empreendedor do bairro, que chegou e comprou metade do bairro, entendeu? Tudo isso se transformou em imóveis, toda aquela região do ponto final ali, cinquenta por cento é aluguel dele. A região da padaria Rainha

> do Bairro, todo aquele morro ali, cara, eles são donos de pelo menos trinta por cento, é aluguel que ele recebe hoje. O pai dele construiu um império econômico, mas nunca um império político (Rubens).

Recordou-se que Jonas Camisa Nova "articulou a instalação de uma base comunitária da polícia militar aqui" (Rubens), num espaço onde antes funcionava uma escola de samba, cedido por Luíza Erundina na época em que foi prefeita da cidade de São Paulo, dispersando os instrumentos musicais que foram posteriormente reunidos por Augusto na criação do bloco de carnaval do Jd. Ibirapuera.

*

No que se refere às mudanças que experimentou durante os cinquenta e dois anos em que viveu no Jd. São Luís e circulou pelas suas imediações, Rubens nos disse que não se recorda da existência de favelas no entorno do Jd. São Luís, apesar de não saber como era isso no Jd. Ibirapuera. Segundo ele, na área em frente ao cemitério do Jd. São Luís, foi feita uma das primeiras experiências do *Programa Pró-morar*, pela prefeitura de São Paulo. Nesta época a área onde posteriormente seria formada a favela Fim de Semana, bem como a área onde foi implantado o *Programa Pró-morar*, "era um pasto" (Rubens) e recorda-se que a única área que ele identifica como uma favela localizava-se no Jd. Brasília, um loteamento adjacente ao Jd. São Luís e, segundo ele, tinha o tamanho de um "quarteirãozinho, um monte de barraquinho ali, sabe? Tipo uma favelinha" (Rubens). Rubens também se lembra do processo de formação da favela Fim de Semana, ainda que a tenha conhecido verdadeiramente quando foi trabalhar lá: "Favela a gente conhecia de televisão do Rio de Janeiro, porque no Rio desde a década de 50 existe né?" (Rubens).

> ninguém da minha família, ou de famílias iguais à minha, ou seja, grande parte das pessoas que moram na área mais organizada do bairro, não tem a mínima noção do que é uma favela. Se eu, que sou uma pessoa muito mais bem informada, e muito mais atento, só pude ter uma visão mais... [hesita para qualificar sua visão] realista mesmo do que é uma favela quando eu fui pra dentro. Aquilo mexeu muito comigo (Rubens).

No que concerne às diferenças entre a sua geração e a de seus sobrinhos, Rubens asseverou:

> Meus sobrinhos a tendência deles é ir morar em outro lugar e com certeza o passo seguinte seria ir morar fora do país. Esse êxodo de bairro já acontece. [...]. Meus sobrinhos já viveram outra história, de fato já puderam estudar, todos fizeram faculdade, então a tendência deles é fugir daqui (Rubens).

*

No que diz respeito às práticas criminosas presentes nas periferias da Zona Sul, especialmente aquelas conectadas ao *PCC* (Primeiro Comando da Capital), Rubens nos disse que há uma série de narrativas e mitos que compõem a história desta organização, o

que lhe impedia de saber o que exatamente acontecia no mundo do crime naquele momento. Acreditava ser impossível saber de tudo, ainda que reconhecesse evidências de que o *PCC* tinha adquirido força e legitimidade no comércio de drogas. Como exemplo se recordou de dois traficantes da favela Fim de Semana, que qualificou como "monstros" por causa das práticas de violência por eles perpetradas, obrigados a permanecerem trancados em uma casa, juntos, à espera de irmãos do partido para resolverem uma desavença entre eles. Comparou essa situação com as décadas de 80 e 90, época em que era "tudo mais desorganizado [e a] violência era mais explícita" (Rubens):

> o crime era mais desorganizado [...] existiam pequenas quadrilhas, porque o bandido precisa de quadrilha, sozinho ele não faz nada. No bairro, na época, existiam poucas quadrilhas e hoje, de fato, parece que existe uma equipe mais organizada. Você tem quem fornece armas, isso é um fato. O cara hoje não precisa ter as armas pra um assalto. Ele pode ir lá e alugar. Isso eu soube dentro da favela Fim de Semana. Cê não precisa ter, pô, tenho vinte revolveres, uma metralhadora aqui guardada, não. Cê vai lá, o PCC tem, isso é um fato. Eles querem um percentual do roubo, por exemplo. E se você, se deu errado, você vai ter que pagar pros caras o armamento [...]. Dentro da favela Fim de Semana eu cansei de ver, eu vivi dois períodos, quando eu cheguei ainda era esse período, era os últimos lampejos dessa violência explícita. Toda semana tinha um cabra morto lá. Daí na segunda metade do período que eu vivi lá, até hoje né, porque a minha esposa é de lá, nasceu lá dentro. Então, até hoje eu vou lá, os mesmos bandidos que eu conheci lá na época eu encontro com eles até hoje... Daí chegou um momento que esse monte de mortes parou. Parou porque foi proibido. Ninguém mais tem autorização pra sair matando, ah cê não gosta do cabra e mata? Qué isso! Hoje se alguém odeia um vizinho e fala eu quero matar esse cabra, ele não vai fazer isso sem conversar com o Vini, por exemplo. Ele vai pedir pro Vini. Ó, eu vou matar esse cabra e o Vini vai falar não. Não, cê não pode matar esse cara. Por que? Porque tem um pacto aí feito entre o Estado e o PCC. Não tenho dúvida disso. O Vini é um moleque, malandro, inteligente cara!. Só que nem ele tem essa informação do alto. A informação que ele tem é, não pode matar (Rubens).

O desfecho de um dos conflitos na favela Fim de Semana testemunhado por Rubens foi a exigência, por parte do *PCC*, de que o morador fosse embora da favela, caso contrário seria morto. Assim que a família deixou seu imóvel este foi mobilizado pelo *PCC*: "é mais uma forma dos caras ganharem dinheiro. Aquela família saiu, pá, ele vende aquele barraco, 30 contos... Não teve morte, não teve violência, e ele ganhou trinta mil reais". Rubens resume o procedimento da seguinte maneira: "Diminuiu a violência e os caras estão ganhando dinheiro".

Todavia, no que concerne ao controle do PCC com relação aos furtos ocorridos nas periferias, este parecia vir afrouxando se recordando da história do furto de um carro de sua sobrinha próxima à favela Monte Azul. No dia seguinte, caminhando por entre a favela Fim de Semana, Rubens ouve o comentário de alguns garotos já conhecidos por ele sobre o assalto de um carro que se assemelhava àquele de sua sobrinha. Resolve ir conversar com Vini e conclui, a partir de conversa com ele de que o *PCC* não tem como

controlar todas as práticas de assalto ocorridos nas favelas e suas adjacências. A partir disso lembra que

> antes [quando o *PCC* se expandiu para as favelas e periferias] não era permitido roubar no bairro. Se os caras soubessem disso esses moleques iam levar uma surra com certeza. Daí quando eu falei isso com o Vini, ele falou: '- É, mas agora já fodeu...' (Rubens).

Por outro lado, o desfecho da história é que o carro de sua sobrinha foi devolvido a ela, inclusive com o rádio que havia nele. Rubens acredita que uma hora esse pacto vai por água abaixo e tem medo de quando romper, já que provavelmente irá voltar a violência aberta como era nos anos 80 e 90. Segundo Rubens, Augusto tem a impressão de que o *PCC* "lavou as mãos desses ladrãozinho, deixa os caras roubar, entendeu?" (Rubens), ao menos observada a partir da experiência do Jd. Ibirapuera. Rubens, que no ano de nossa entrevista se encontrava trabalhando na *Associação Nossa Quebrada* disse que ouvia falar direto de roubo de comércio, roubo de casa, etc.

Por fim, um aspecto que consideramos importante ressaltar sobre este tema em particular, diz respeito às redes de contato do *PCC*. De acordo com Rubens, quando Vini se viu obrigado a prestar serviço social para pagar uma pena, lançou mão de um contato com um representante do *PCC* no Jd. Ibirapuera para que lhe fosse aberta a porta da *Associação Nossa Quebrada* abrigar sua pena, chegando para conversar com Augusto acompanhado por este sujeito do PCC, que já conhecia Augusto das negociações relativas à garantia do funcionamento de uma das sedes da associação localizada na favela da Erundina, adjacente ao Jd. Ibirapuera.

2.5 Francisco, 57 – São Paulo, SP[20]

Francisco, 57 anos, mora em Cabo Frio (RJ) desde 2007 e trabalha como funcionário público. Seu pai era metalúrgico e trabalhou na empresa Nalfal, à época localizada na Chácara Santo Antônio e sua mãe trabalhava como como auxiliar de serviços gerais contratada pela prefeitura de São Paulo. De uma família de cinco irmãos (4 homens e 1 mulher) Francisco testemunhou os primórdios do processo de formação do Jardim Ibirapuera[21], uma vez que seus pais se mudaram para lá em 1960. De forma semelhante à trajetória de alguns de nossos interlocutores da primeira geração de moradores do Jardim Ibirapuera, como Dona Leonora, os pais de Francisco moraram primeiramente de aluguel na Chácara Santo Antônio antes de comprarem um lote no Jardim Ibirapuera e para lá se mudarem. Descreve o Jardim Ibirapuera à época de sua infância como "uma casa aqui, uma outra lá, um loteamento do Guerino Banzoli, era uma fazenda, aí loteou...". Recorda-se também que a Chácara Santo Antônio costumava abrigar muitas indústrias que, segundo ele, "debandaram pro interior", além de formular que apesar da Chácara Santo Antônio ter se tornado atualmente um bairro de classe média, quando seus pais moravam por lá "era como se fosse a periferia de São Paulo". Vale ainda sublinhar que Francisco afirma que o Jardim Ibirapuera era também uma "região de muito metalúrgico".

Assim como outros de sua geração, apresentados em nossa dissertação, Francisco recorda-se com nostalgia da escola municipal *Charles De Gaulle*, na qual "pra entrar pras classes antes tinha que cantar o hino nacional e o hino da França". Ainda neste tópico afirma que

> essa era a ordem, o que não vemos isso, a molecada não sabe nem cantar uma música de Chico Buarque, nem de Milton Nascimento. Então a evolução levou pra esse lado que ficou complicado né? Na nossa época, era uma cultura. Pô, na época ali, estudos sociais, essa disciplina né? Estudos sociais, essa disciplina que hoje não existe mais [...] Mas era muito bom nessa época (Francisco).

Francisco quando jovem trabalhou no centro de processamento de dados da empresa *Pial*, adjacente ao Jardim Ibirapuera, antes de servir o exército. Assim que deixou o exército chegou a trabalhar em um hospital na Avenida Giovanni Gronchi, mas pediu demissão tendo em vista trabalhar como camelô vendendo bijuterias finassem faculdades e universidades no interior de São Paulo. Afirma ter conseguido construir uma casa em Ribeirão Preto, entre 92 e 93 quando se casou, e viveu ali no período em que Ribeirão ficou conhecida como "Califórnia Brasileira" devido à expansão do agroindústria conectada à cana de açúcar e álcool naquela cidade. Segundo Francisco, com o Plano Real as vendas de bijuterias caíram e a possibilidade de reprodução de sua condição de autônomo se

[20] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 14 de dezembro de 2015.
[21] Assim como outros de nossos interlocutores apresentados em minha dissertação de mestrado.

enfraqueceu. Diante desse cenário considera por bem vender a sua casa de Ribeirão Preto e voltar para São Paulo, se instalando na casa autoconstruída de seus pais: "Meu pai fez uma casa pros filhos que iam casando, morando e depois ia seguindo suas vidas". Assim que retorna para São Paulo Francisco decide fazer um curso de corretor de imóveis, estimulado por uma demanda de negócios com imóveis e terra que vinha se constituindo internamente ao Jardim Ibirapuera e seu entorno. Neste particular, recorda-se que o período no qual viveu em Ribeirão coincidiu com aquele de formação da favela da Erundina, adjacente ao Jardim Ibirapuera e formula da seguinte maneira tanto a constituição da favela como sua decisão pela corretagem:

> porque o bairro começou a inchar né? Inchar, inchar, inchar e eu viajando muito pra fora, depois que eu fui tomar conta que o bairro cresceu [...] aí fiz um curso de corretor de imóveis, foi aí que eu comecei a investir nesse desempenho de corretagem, e comecei a vender umas casas, uns terrenos de prefeitura, foi onde eu comecei vendendo as casas lá na favela da Erundina. Pessoas que construíram suas casinhas ali, tavam um pouco melhor, já queriam mudar de padrão... porque a vida é assim, a vida vai seguindo. Aí queriam vender, eu começava a vender, eu comecei ali a minha prática de corretor de imóveis... fui fazendo curso, aí depois comecei a pegar casas documentadas. Aí é cartório, banco, certidões e tal... (Francisco).

Segundo Francisco, a ocupação da favela da Erundina "foi bom pra [mim] porque ali [eu] comecei a minha técnica de venda de imóveis (Francisco).

Francisco trabalhou como como corretor de imóveis durante aproximadamente dez anos, de 1995 a 2005, e presume que durante oito desses dez anos chegou a negociar em torno de dois imóveis por mês, o que totalizaria, segundo nossos cálculos, uma média de 192 imóveis negociados entre os loteamentos do Jardim Ibirapuera, Jardim São Francisco, Jardim São Luiz e a favela da Erundina. Um dos cômodos da casa de seus pais funcionava como seu escritório e trabalhava de maneira completamente informal, sem CNPJ, apenas com um documento emitido pelo *CRECI* (Conselho Regional de Corretores de Imóveis). Recorda-se que ser filho de uma das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera lhe proporcionava certa credibilidade entre possíveis negociantes: "- O Chiquinho tem uma casa pra vender, etc.". Também pendurava faixas no ponto final do Jardim Ibirapuera pintadas com o oferecimento de casas à venda na Erundina, evitando o termo *favela* da Erundina. Diferentemente do que pudemos descobrir por meio de nosso mestrado, Francisco nos narrou o processo de formação da favela da Erundina de maneira muito diversa daquela narrada por um de nossos interlocutores à época. Em sua versão o nome da favela (Erundina) deveu-se ao fato de que sua constituição resultou de uma ação deliberada de Erundina como prefeita, uma vez que a área ocupada era de propriedade da prefeitura. Não entraremos nos detalhes de sua versão pois o que nos importa agora é assinalar que, segundo Francisco, o terreno ser de propriedade da prefeitura (área do

chamado linhão) e a ocupação ter tido apoio de Erundina, como prefeita, ofereceu segurança aos ocupantes de que não sofreriam tentativas de desapropriação e simultaneamente proporcionava melhores chances de negócios.

Nosso interlocutor formula da seguinte maneira as razões dos negócios que intermediou, dentre outros que ficou sabendo por conta de outros corretores que trabalhavam naquele mesmo local e que segundo ele também trabalhavam de maneira informal e autônoma, fazendo de suas casas (ou de seus pais) seus próprios escritórios.

> Muita gente que tava pagando aluguel nas casas normais, vamos dizer assim, queriam parar de pagar aluguel. E como eu sou antigo do bairro, aí a gente... as informações chegam. Sempre conversa com um, conversa com outro [...] e da mesma forma que tinham pessoas que tinham interesse em sair do aluguel, tinham pessoas ali que já estavam há algum tempo, na Erundina, que queriam vender suas casinhas que fizeram e mudar de padrão, comprar um terreno em algum outro local. Tipo, saíram dali pra irem pruma periferia onde pudessem ir comprar um terreno legalizado, onde pudessem construir uma casa maior, mudança de padrão de vida. E aí a gente tinha essa informação: '- Ah, fulano ali tá vendendo a casa dele lá. Ele quer 12 mil. Ele quer 8 mil'. Entendeu? As casinhas já prontas lá no terreno da Erundina. E aí a gente levava essa informação pra quem queria sair do aluguel, porque via que ali na Erundina não tinha problema nenhum morar ali, que foi o próprio governo que cedeu aquilo ali. Então acabou aquele medo: '- Ah, morar ali? Pôxa, será? O Governo não vai tomar aquilo ali?'. Não, não existiu esse medo, porque o próprio governo esteve ali e doou. Então as pessoas compravam. Aí eu fazia um contrato de compromisso de compra e venda, reconhecimento no cartório, uma coisa meio que oficial né? Registrou no cartório, reconheceu firma, passa a ser legal. É um compromisso, um contrato de compra e venda. Pessoa entregava o imóvel, vinha um novo morador e morava ali. Quer dizer, saiu do aluguel, já não paga mais aluguel. Já vai tendo chance de fazer uma poupança, pra um dia poder progredir, mudar de vida. E aí [...] a periferia aí do entorno foi crescendo (Francisco).

Além dessas razões já apresentadas, Francisco também apresenta uma outra hipótese curiosa sobre uma mudança qualitativa na dinâmica populacional ocorrida no Jardim Ibirapuera, ao afirmar que a partir de 1993 ou 1994 houve um aumento pela procura de imóveis na Erundina e imediações, atribuindo tal processo a um

> afluxo de gente... os antigos querendo sair, como hoje por exemplo, hoje vem muita gente saindo por causa da evolução do Ibirapuera, inchou, com toda essa situação... Mas na época, gente já mais antigo que os meus pais querendo sair. Ou da época do meu pai, da época do meu pai assim, querendo sair e muita gente diferente chegando [...] Muita gente se aposentando, muita gente querendo voltar pra sua terra natal. Os filhos já estão criados, alguns casaram e deixaram os casados tocando a vida aí e aí foram vendendo os imóveis e mudando (Francisco).

Neste particular vale assinalar que dos cinco irmãos de Francisco apenas dois permaneceram morando no Jardim Ibirapuera, mais especificamente na casa de seus pais, depois que sua mãe faleceu e seu pai retornou para Barbacena (MG). Dos outros dois irmãos de Francisco, um vive atualmente em São José do Rio Preto e o outro no bairro do Tatuapé.

Dos aproximadamente dez anos nos quais os negócios com imóveis se expandiram no Jardim Ibirapuera e seu entorno, de 1995 a 2005, cinco deles (de aproximadamente 1995 a 2000), Francisco reconhece ter sido um período de muita violência no bairro. Em seus próprios termos, foi uma "fase negra em que matava-se por um par de tênis". Ou seja, mesmo com a ascenso da violência, ou ainda por causa desta, os negócios com imóveis se expandiam e Francisco reconheceu aí uma oportunidade de trabalho. Estima que aproximadamente entre os anos de 1994 e 1996 os lotes de 250m^2 no Jardim Ibirapuera custavam em torno de 90 a 110 mil reais, enquanto aqueles de 125 m^2, 40 e 60 mil reais. Os imóveis mais caros nessa época, ou seja, num lote de 250 m^2 com uma área construída em boas condições, alcançava entre 110 e 120 mil reais. Recorda-se que neste mercado informal/ilegal de imóveis, seus rendimentos provinham de um acréscimo de, por exemplo, mil reais (1000 reais) sobre o preço oferecido pelo vendedor do imóvel negociado por ele. Com os rendimentos ganhos nesta época Francisco conseguiu comprar uma casa na cidade de Sorocaba entre 1999 e 2000.

Como corretor, Francisco também testemunhou e intermediou compras de imóveis na favela da Erundina por moradores mais antigos do Jardim Ibirapuera, tendo em vista extraírem alguém tipo de renda desses imóveis. Em suas próprias palavras, tal prática acontecia

> Muito, muito. Tinham alguns que comprava pra alugar lá dentro. Gente daqui [do Jardim Ibirapuera], especulação imobiliária. Porque assim, cê mora na Erundina, aí você vendeu a casa do cara que mora lá, aí o cara avisa, dá um toque pros seus vizinhos ali na Erundina: '– Pô, o sr. Francisco ali, o sr. Francisco, filho da dona Mirtes, ele vendeu minha casa. – Pô, avisa ele pra vim aqui, eu quero vender a minha também, quero sair'. Aí a informação ia passando entre aquele pessoal ali. E aí, tinha pessoas daqui [do Jardim Ibirapuera] que tinham um poder aquisitivo legal e tal, queria ter umas casas de renda e sabia que quem tava na Erundina eram pessoas corretas, trabalhadoras e tal. Nem que pagassem o aluguel, porque o aluguel era bem mais baixo, mas a pessoa aqui queria ter uma renda, uma fonte de renda, ia lá comprava duas, três casas e esse pessoal alugava pra esse pessoal (Francisco).

Francisco afirma peremptoriamente que há muitas famílias (sem falar em números) que investiram suas rendas, poupanças, rescisões de contratos em casas para aluguel. Francisco afirma que a partir de 2006 e 2007 os negócios com imóveis no Jardim Ibirapuera e seu entorno refluíram bastante, atribuindo tal desaquecimento do mercado imobiliário local ao aumento dos preços dos imóveis:

> Depois de 2006 entrou a época difícil de vender, 2006, 2007, dois anos difíceis de vender imóveis aqui. Assim, quem trabalhava com imóveis, as próprias imobiliárias lá de baixo, e nós corretores avulsos, tava difícil de vender os imóveis. O valor tava crescendo e não tinha muito cliente pra comprar. Quer dizer, cliente pra comprar tinha, mas não tinha o poder aquisitivo que dava certo (Francisco).

O refluxo dos negócios imobiliários, ao menos aqueles que passavam pela sua mediação e de outras imobiliárias, forçou Francisco a deixar o trabalho de corretagem. Vendeu sua casa de Sorocaba e se mudou para Cabo Frio, repassando sua carteira de clientes para um outro corretor. Entretanto, suas frequentes visitas ao Jardim Ibirapuera o faz reconhecer os desdobramentos atuais daqueles aumentos de aluguel testemunhados já entre 2006 e 2007, corroborando com a opinião de outros de nossos entrevistados de que

> hoje os valores dos imóveis aqui, meu subiu demais, uma casa aqui só se fala em 400, 500 mil [...] Agora, eu vendi uma super casa, era conhecida como 'a' casa do Jd. Ibirapuera, por 120 mil reais. Era 'a' casa. Hoje, oitocentos mil, na rua Solar dos Quevedos. Se quatrocentos mil tá valendo metade do terreno do meu pai ali... [...] Hoje na favela uma casa lá é 80, 90 mil. 100 mil já fiquei sabendo. Na época era 3, 5, 10... dependendo da estrutura da casinha, 10, 12 mil (Francisco).

Processo que segundo ele tem promovido uma expulsão dos moradores para áreas mais baratas, já que não conseguem pagar pelos aluguéis que os proprietários vem cobrando. E neste particular, as oscilações nos preços dos aluguéis tem importância fundamental nas transformações ocorridas no Jardim Ibirapuera uma vez que, também segundo Francisco

> Os anos foram se passando, aí as pessoas foram vendendo seus imóveis, foi chegando gente de fora, foram se criando casas para aluguéis, que antigamente não tinha, era tudo proprietário mesmo. Aí foram se criando, devido à necessidade, à procura, nego saindo de lá que tava muito caro, Chácara Santo Antônio, Brooklin [...] Hoje cê entra no ônibus e não conhece mais ninguém, um ou outro amigo que cê encontra (Francisco).

Além da dinâmica populacional implicada nesse processo de expansão dos negócios imobiliários no Jardim Ibirapuera e seu entorno, que faz com que os moradores já não mais se reconheçam, os próprios negócios imobiliários também se modificaram, já que os preços altos foram modificando o perfil dos compradores destes imóveis, bem como as finalidades de tais negócios.

> Hoje quem compra uma casa de 800 mil, compra se der pra trabalhar ela pra renda, não pra morar. Porque quem tem 800 mil não mora aqui. Penso eu, aqui no Jd. Ibirapuera, quem tem oitocentos mil pra comprar uma casa aqui não mora aqui e nem quer comprar pra morar, quer comprar pra renda. Hoje a visão do Jd. Ibirapuera é essa. Eu sei porque um comerciante ali, que eu vendi um prédio, sempre teve adega e que já não mora aqui porque o poder aquisitivo dele melhorou... ele compra as casas pra fazer pra renda. Seja 400 mil, seja 500 mil, que é o valor dos imóveis hoje, compra pra fazer renda. Então hoje, quem compra é só quem tem já casas de aluguéis e tem uma renda, ou comerciante forte aqui, que tem esses recursos [...]Tem muita casa de aluguel aqui. E tem muita gente comprando, demolindo muita casa, que é antiga, que aqui tem muita casa antiga, faz uma demolição total e levanta quarto, sala e cozinha. Ou quarto e cozinha. Entendeu? (Francisco).

Não obstante as possibilidades de negócio que o aumento dos preços dos imóveis ofereceu a incorporadores com maiores capitais, Francisco sugere que o que ele denomina como "geografia do bairro" não permitiu o avanço de negócios de maior porte no Jardim Ibirapuera e seu entorno, o que inclui o Jardim São Luís:

> A geografia da região do Jd. São Luiz é muito difícil pra uma incorporadora levantar prédios de vinte, trinta andares [...] o bairro não cresceu, como crescem aí pra fora com prédios, condomínios e tal, devido à geografia do local [...]. Se fosse um bairro tipo Chácara Santo Antônio, plano, teria muitos prédios (Francisco).

Os negócios que foram se expandindo no Jardim Ibirapuera, assim como em seu entorno, e as transformações apontadas por Francisco decorrentes desse processo, seja no que se refere à expansão da moradia de aluguel, a saída dos moradores mais velhos e a chegada de novos moradores, a produção de moradias por incorporadores, o aumento dos preços dos imóveis, incluiu também algo já tematizado em nossa dissertação, o crescimento de atividades comerciais nas ruas do bairro.

> Aqui, o bairro Ibirapuera, eu costumo dizer que é um bairro dormitório [...]. Agora que parece que tá começando a crescer uma atividade de barzinhos e tal, mas muito precário [...]. Essa explosão comercial é muito recente, até uns 10 anos atrás não tinha essa explosão comercial. O centro comercial que tinha no Jd. Ibirapuera era aqui no ponto final, ponto final do ônibus. Padaria, um sacolão, um açougue, um barzinho do fulano, uma granja do cicrano ali, e desses dez, doze anos pra cá, essa rua explodiu de comércio. Aí sim essa rua explodiu, aí começou a explodir a Salgueiro do Campo e aí hoje... não dou mais... vindo do jeito que tá, mais cinco, dez anos, só tem comércio na Salgueiro do Campo, porque ninguém vai suportar mais essa [...] é duas linhas de ônibus [que atendem o bairro], mais carro, fluxo de carro, moto é impressionante (Francisco).

Francisco afirma que as estratégias de uso e construção de imóveis também incluem a possibilidade de que os filhos de famílias moradoras mais antigas do bairro invistam algum dinheiro na construção de casas para renda, tendo em vista garantir algum dinheiro para a reprodução dos pais que desejam permanecer o bairro, muito provavelmente como um complemento às aposentadorias. Em outras palavras, os exemplos de usos e práticas conectados à propriedade territorial e imobiliária arrolados a partir do relato de Francisco, nos ajudam a começar a delinear uma participação desses tipos de negócios no Jardim Ibirapuera, salvo engano, inédito em seu processo histórico de formação e reprodução.

Capítulo 3 - A mobilidade perfeita do trabalho e da terra no Jardim Ibirapuera

3.1 Nair, 57 – Paulista, PE[22]

Nair é separada, tem um filho e uma filha, mora atualmente de aluguel com a filha Simone e seu neto Henrique na rua Solar dos Quevedos, no Jd. Ibirapuera, enquanto seu filho está casado e mora na Rua Satulnino de Oliveira, próximo à favela da Felicidade.

Nair migrou para São Paulo em 1985, com 28 anos de idade, acompanhada de seu marido Jorge e sua filha Simone, na época com apenas nove meses. Em Paulista seu marido havia acabado de comprar a chave do apartamento de um Conjunto Habitacional mas acabou perdendo o emprego como mecânico de manutenção já que, segundo Nair, a cidade "estava muito ruim de emprego". Conta ainda que Jorge recusava-se a trabalhar em outro ramo que não o dele, o que desencadeou uma situação familiar difícil, já que Nair não trabalhava na época, portanto a única fonte de renda familiar provinha do trabalho de Jorge. Frente a isso resolvem vender a chave do apartamento, doar os móveis e migrar para São Paulo em busca de outras oportunidades de emprego, contando com a ajuda de uma prima de Jorge que morava na favela da Pinhal Velho, adjacente ao Jardim Ibirapuera. Chegando ao Jd. Ibirapuera encontram muitas dificuldades para localizar a casa da prima, já que tanto Nair como Jorge não conheciam o que era uma favela. Por sorte, ao cair da noite, uma mulher moradora dali, conterrânea, aborda-os, com Nair já desesperada, e oferece-lhes abrigo, banho e alimentação em sua casa. Depois de devidamente acomodados, descobrem que o marido da família que os abrigou conhecia a prima de Jorge, levando-os no outro dia até lá.

Nair nos descreve 1985 como "uma época de emprego maravilhosa", tendo seu marido conseguido um emprego, depois de 25 dias chegado em São Paulo, como mecânico de manutenção. Com o primeiro salário recebido por Jorge, que segundo Nair ganhava bem[23], saem da casa da prima e alugam um imóvel na própria rua Solar dos Quevedos, muito próximo da casa de Leonora, por um preço considerado caro por Nair[24]. Assim que entram na casa recebem de doação uma cama, cobertores, roupas, já que tudo que tinham em Paulista por lá ficou. Durante os quase sete anos que ficaram em São Paulo (até 1991), morando nesta casa alugada, Jorge trabalhou em muitas empresas tais como *MWM*, *Barbará*, *Motoguias*, enquanto Nair sempre se manteve cuidando da reprodução familiar. Porém, antes de ter o segundo filho, em 1987, Nair resolve fazer um curso de cabeleireira

[22] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 07 de junho de 2014.
[23] Vale destacar que Jorge formou-se pelo SENAI em Pernambuco e em São Paulo fez diversos cursos de especialização na área de mecânica de manutenção.
[24] Nair não se lembrava do preço.

para ocupar as horas livres e obter uma formação profissional, época em que sua irmã vem para São Paulo e fica morando em sua casa, auxiliando nos cuidados com Simone, enquanto Nair se ausentava. Fica em torno de um ano em São Paulo mas não se adapta e retorna para Pernambuco. Nair se recorda que o curso de cabeleireira não foi pra frente, mas não nos revela exatamente os porquês.

Quanto a Jorge, lembra que devido ao seu temperamento "explosivo", nunca conseguiu se manter por muito tempo em um emprego, já que nunca resignou-se com certas atitudes de seus patrões, mas que como na época havia uma oferta grande de empregos isso nunca lhe acarretou grandes períodos de desemprego. Simone lembra que nessa época eles moravam e comiam "super bem", e que Jorge era conhecido no Jd. Ibirapuera como "Jorge Marajá", já que ele, Nair, Simone e o irmão andavam sempre muito bem vestidos; e que atualmente todos o conhecem como "Jorge Molambo", já que anda "largado" e despreocupado com a aparência, mudança ocasionada não só pela questão financeira, mas comportamental também, segundo sua filha.

Conta que não compraram uma casa nesse período em que Jorge tinha relativa segurança no trabalho e bons salários, pois Jorge vivera muitos conflitos em torno de uma propriedade que teve com a esposa anterior, o que lhe fazia rejeitar tal ideia. Nesta época Nair conhece Leonora, já que coloca Simone para estudar na escolinha da Associação Amigos de Bairro do Jd. Ibirapuera, e a partir daí inicia uma amizade, participando de rezas de terço com ela, já que ambas são católicas, além de ser constantemente convidada por Leonora para participar de reuniões políticas, organizadas por Darci no quintal da casa deles, as quais participava mas "não entendia nada".

Em determinado momento Jorge resolve pedir demissão do emprego, mas toma um revés em sua estratégia, já que, segundo Simone, neste momento a oferta de empregos já não era grande como antes, ficando desempregado mais tempo do que esperado e necessitando buscar outras alternativas de trabalho. Já segundo a versão de Nair, Jorge almejava trabalhar para si próprio, ser seu próprio chefe, o que o leva a se demitir, ficar desempregado por um "bom período", gastando toda a poupança que tinha, vivendo apenas de "lazer". Depois desse período resolve voltar a trabalhar, "por conta", como serralheiro, já que conhecia um pouco do serviço de soldador, produzindo portões. Entretanto enfrenta dificuldades para levar a cabo o serviço já que não contava com um espaço próprio para fazê-lo, trabalhando às vezes na rua ou mesmo na casa das pessoas. Frente às condições adversas resolve, em 1991, ir morar no Guarujá (cidade localizada no litoral sul de Estado de São Paulo), aconselhado pela madrinha de Simone que lhe sugeria trabalhar com pesca junto com seu marido, pescador do porto dali. Decide então apostar nessa proposta e vai para o Guarujá, definindo os rumos futuros da família, indo morar de

favor no lote da madrinha, mais exatamente na casa do fundo. Entretanto, para Jorge a escolha de viajar não deu muito certo, já que não conseguiu trabalhar com pescaria, tampouco com serralheria, uma vez que, segundo Nair, as casas usavam portões e janelas de alumínio, devido à maresia. Daí que Nair resolve trabalhar como faxineira duas vezes por semana, deixando o filho caçula com a madrinha de Simone, enquanto esta ficava na escola. Permanecem no Guarujá entre seis meses e um ano até que Jorge resolve ir embora de maneira impulsiva, o que ocasiona conflitos com a madrinha e o padrinho de Simone. Vendem as poucas coisas que tem e retornam para Pernambuco, ainda que Nair nesse momento discorde da escolha de Jorge lhe sugerindo que fosse primeiro, para onde quisesse, ajeitasse as mínimas condições para recebê-los, ela e os filhos, sendo contestada por Jorge que lhe diz que não iria para nenhum lugar sem ela e a família. Chegam em Itapissuma (PE), onde, segundo Nair, as "pessoas só viviam de tomar pinga e pescar", cotidiano ao qual Jorge assente, deixando a mulher e os filhos na casa de sua mãe. Consegue finalmente um emprego numa fábrica de móveis tubulares, vão morar num pequeno cômodo no lote da tia de Jorge e recebem de doação alguns móveis e eletrodomésticos que lhes permite permanecerem morando aí enquanto Jorge trabalhava na fábrica. Depois de algum tempo faz um acordo com a empresa e sai de lá recebendo uma indenização. Com a indenização resolve construir uma casa de cinco cômodos, em regime de autoconstrução, num terreno cedido pela irmã de Nair em Igaraçu, cidade vizinha de Itapissuma. Se estabelecem aí, não obstante a cessão do terreno pela irmã não oferecer garantia de permanência. Diz ainda que Jorge costumava viajar entre Itapissuma e Igaraçu, sem trabalho fixo, tendo problemas com alcoolismo, abastecendo a casa apenas com peixes que, evidentemente, não eram suficientes para a reprodução familiar, já que necessitavam de outras coisas além de comida. Nesse redemoinho de transformações Nair resolve pescar também, marisco, sururu, apenas para consumo próprio, mas que tanto ela quanto Jorge começam a ficar deprimidos com a situação em que estavam, até que Jorge resolve migrar novamente, agora retornando a São Paulo. Em 1995 a família inteira retorna para São Paulo, mobilizada por Jorge, e se instalam provisoriamente, de favor, na casa de Jaciara (amiga de Nair), na favela da Pinhal Velho. Em um mês em São Paulo Jorge já consegue um novo emprego e um "cantinho" para morarem, novamente, na Rua Solar dos Quevedos, em outro imóvel, que não o que haviam ficado da primeira vez, pagando R$ 150 de aluguel. Jorge nessa época estava trabalhando na *Primelétrica* e Nair começou a trabalhar também como educadora da creche da escolinha da Associação de Amigos de Bairro do Jd. Ibirapuera, a convite de Leonora, justificando a procura por um emprego devido à desnecessidade de constante cuidado com os filhos, pela vontade de ter seu próprio dinheiro e poder ajudar em casa, o que lhes permitiu conquistar uma relativa

estabilidade econômica que marcou a memória de Simone a partir da possibilidade experimentada de consumo diário de refrigerante (café, almoço e janta). Nesta época a jornada de trabalho de Nair na escolinha era das 07h às 18h ou 20h, a depender da chegada dos pais na escolinha, de segunda a sexta. Quando a escolinha foi fechada Leonora resolveu transferir os cuidados que lá oferecia às crianças, para sua casa, quando Nair começa a trabalhar de maneira exaustiva, tendo que chegar na casa de Leonora para receber as crianças a partir das 05h da manhã, até mais ou menos 17h, o que deixava Jorge zangado, já que Nair trabalhava de 12 a mais horas por dia.

Mudam-se de casa depois de algum tempo e por indicação de Leonora, vão morar na garagem do lote em que Nair mora atualmente, já que a casa era de propriedade de um dos filhos de Leonora e a inquilina que antes aí morava havia saído. Alugaram a garagem, dividiram-na em dois cômodos, fizeram um mezanino improvisado, construíram um banheiro e lá se instalaram, morando aproximadamente três anos, até 1999, quando Simone começa o primeiro colegial. Jorge ainda substituiu a porta de ferro da garagem por uma parede de tijolos onde instalou uma janela. Depois de algum tempo Jorge resolve largar novamente o emprego e voltar a trabalhar com serralheria, autonomamente, utilizando a laje em cima da garagem para o trabalho; espaço que perdeu assim que uma das filhas de Leonora resolveu construir sua casa, o que o levou a utilizar o quintal, cedido por Leonora.

Jorge e Nair ficaram casados por 25 anos, e separaram-se há oito, mas Jorge utiliza até hoje uma parte do quintal do lote do filho de Leonora e partes da casa de Nair para guardar suas ferramentas e materiais necessários ao trabalho de serralheiro. Mora numa casa comprada por ele na favela da Pinhal Velho, junto com sua nova mulher, e não paga pensão para Nair, não obstante ambos negociarem diariamente as obrigações financeiras de Jorge, como a compra de um gás, ajuda com o aluguel e outras coisas afins.

Em meados de 2009 Nair viajou para a Alemanha a convite de uma de suas irmãs[25], para abrandar as tristezas decorrentes de sua separação. Viajou e permaneceu em torno de três meses por lá, na cidade de Murdoff, na casa de sua irmã. Conviveu grande parte do tempo com suas irmãs e respectivas amigas, por meio das quais fez alguns poucos bicos clandestinos de babá e outros pequenos serviços, não obstante ter como meta uma viagem de passeio. Foi muito incentivada por sua irmã a arranjar um namorado neste período, que acionou redes de encontro amoroso por meio um anúncio de jornal, até que Nair conheceu Eldrick, com quem manteve apenas contato virtual, tanto na Alemanha quanto no Brasil, depois de voltar. Conheceu-o pessoalmente, por fim, numa segunda viagem à Alemanha

[25] Nair tem duas irmãs que moram na Alemanha. Ambas, pelo que pudemos acessar em nossa entrevista, casadas. A irmã que a convidou para viajar e lhe pagou a passagem, está na Alemanha há aproximadamente 19 anos, é casada com um alemão com quem tem dois filhos.

feita um ano depois (2011), quando Eldrick lhe pagou uma passagem de avião. Permaneceu na cidade de Essen durante dois meses e duas semanas, período no qual estreitou laços com Eldrick e até hoje mantém relações com ele, que, segundo ela, já a ajudou com contribuições monetárias, ainda que afirme com ênfase "não gostar de explorar ninguém", em oposição à sua irmã que lhe considera "uma boba" por não querer lhe pedir dinheiro.

Desde então nunca mais voltou para Alemanha, mas diz que depois de conhecê-lo, e de conhecer outro país, "outra cultura" como ela mesma diz, se sentiu motivada em voltar a estudar, ler livros, utilizar a internet, saber outras línguas, especialmente a alemã, inclusive estimulada por sua filha Simone, já que se considerava um "bichinho do mato". Terminou o ensino médio no EJA (Educação de Jovens e Adultos) em 2013, na escola Antônio Manoel, próxima ao Jd. Ibirapuera.

Em suma, Nair já trabalha há 19 anos para Leonora, entre o trabalho na creche da escolinha e na casa de Leonora, cuidando de crianças, e o serviço como doméstica "faz tudo", desde a morte de Darci. Durante esses 19 anos, trabalhou e ainda trabalha informalmente, sem carteira assinada. Ainda na época em que trabalhava na creche, seu ex-marido exigiu de Leonora que ao menos fizesse as contribuições do INSS para Nair, o qual foi atendido por ela. Sua jornada de trabalho atual é das 11h às 19:30/20h, o que perfaz entre oito e nove horas de trabalho por dia, pelo qual recebe um salário mínimo, além da contribuição do INSS. Reconhece não ser "muito" o salário que recebe, não obstante acreditar estar acomodada com sua condição já que Leonora lhe trata como alguém da família, reprovando-a quando se define como "uma empreguete" apenas.

Na casa onde mora atualmente, Nair paga o aluguel de R$ 300 por três cômodos mais um banheiro, de propriedade do filho de Leonora. A outra metade do lote, guarnecido com três cômodos, é de propriedade de outro filho de Leonora, onde mora Cláudia, também filha de Leonora, com seu namorado e filho. Crê que o aluguel que paga atualmente deve subir para R$ 400 ou R$ 450, já que será necessário fazer uma reforma no telhado, não obstante nos ter dito estar completando quatro anos que seu locatário não aumenta o aluguel. Quanto ao Jd. Ibirapuera, Nair diz gostar muito do lugar e das pessoas que aí moram. Considera "tudo muito perto", mercado, centro empresarial, banco, lotérica, o que a permite acessar grande parte desses serviços a pé, sem necessitar percorrer grandes distâncias, apesar de reconhecer a presença da violência cotidiana. Não considera que os preços dos estabelecimentos comerciais próximos de sua casa são muito mais caros do que aqueles das grandes redes de supermercado como o Extra, onde sua filha realiza as compras mensais.

Afirma que gostaria de escrever tudo sobre sua vida, mas que guarda memórias de experiências muito tristes por ela vividas que devem "ficar lá no cantinho". Por isso, quer "ir pra frente e não voltar no tempo".

3.2 Soraia, 47 – Feitoria, PE[26]

Soraia, com 47 anos de idade, é natural de Feitoria (PE) e chegou em São Paulo no ano de 1994, há 21 anos. Penúltima de um família de cinco irmãos, desde seus doze anos de idade Soraia trabalhava na roça como diarista, junto a seu pai, para diversas pessoas. Soraia se lembra também de ter trabalhado na serra, em casa de farinha: "a gente subia pra serra no domingo à tarde e voltava no sábado à tarde, ficava a semana na serra, raspando mandioca". Neste trabalho, que fazia também acompanhada de seu pai, ganhava por produtividade, ou seja, quanto mais raspasse de mandioca, mais recebia, o que justificava uma jornada de trabalho extenuante, iniciada muito cedo e findada à noite. Dormia e se alimentava, durante a semana, nos "aviamentos", espécie de alojamentos construídos na serra para abrigar precariamente os/as raspadores/as de mandioca, além de tomar banho nos "barreiros", semelhantes aos açudes.

Soraia casa-se em Feitoria com aquele que até hoje é seu marido, Simeão, e em sua cidade mesmo dá à luz às suas filhas Mariana (22) e Letícia (21). O casamento com Simeão dá origem a determinados conflitos, uma vez que seu marido lhe impedia de continuar trabalhando. Como maneira de diluir o conflito Soraia não deixava de trabalhar, mas cuidava para que seu horário de trabalho coincidisse com o horário de seu marido, que também trabalhava na roça, o que impedia que este percebesse suas saídas. Depois de algum tempo seu marido descobre suas estratégias mas admite a importância que os rendimentos por ela conquistados assume na reprodução familiar, uma vez que a presença das filhas vinha aumentando os custos, tornando a família dependente da aposentadoria do pai de Soraia.

Frente à uma seca ocorrida em Feitoria, Simeão resolve migrar para São Paulo, sem a companhia de Soraia, tampouco de suas filhas. Sem saber exatamente no que se empregar, Simeão acaba se instalando na casa da irmã de sua mulher que já vivia em São Paulo. Permanece nessa casa durante a primeira semana, até que colegas seus de Pernambuco, já estabelecidos em São Paulo, lhe oferecem serviço como ajudante geral de construção. Através dessa rede de apoio formada por seus colegas, Simeão resolve ir morar junto com eles numa casa de aluguel localizada no Jd. São Luís, loteamento adjacente ao Jd. Ibirapuera. Passados noves meses desde sua chegada em São Paulo, Simeão sinaliza a Soraia a possibilidade de que venha morar com ele em uma casa recém alugada, na rua próxima ao restaurante *Macaxera*, e traga uma de suas filhas junto, deixando a outra aos cuidados da avó, que posteriormente veio para São Paulo, trazendo-a consigo. Simeão e Soraia tomam emprestados alguns móveis da irmã para estruturar minimamente a casa.

[26] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 30 de setembro de 2014.

Apesar de não se recordar do preço pago por eles pelo aluguel, lembra que o mesmo "não era muito caro não".

Depois de algum tempo estabelecidos nessa casa alugada, um colega de Soraia, também de Pernambuco, lhes oferece pelo preço de "mil e poucos reais" um "cômodo pequeno de madeira" na favela Pinhal Velho, adjacente ao Jd. Ibirapuera. Diante do alto preço para a família, Soraia propõe a Simeão tomar um empréstimo com seu cunhado "que emprestava dinheiro a juros". Endividam-se com o cunhado de Soraia no valor de mil reais, que somado a um bujão e um fogão novo, funcionam como pagamento do "barraco": "Do aluguel saímos pra nossa casa, no barraquinho".

Soraia, desde sua chegada em São Paulo, era impedida de trabalhar por seu marido Simeão, uma vez que deveria ficar responsável do cuidado com suas duas filhas, caso contrário teriam que contratar gente para olhá-las, o que era inviável economicamente. Após o nascimento de seu terceiro filho, Rafael (19), Soraia decide voltar ao trabalho, a contragosto de seu marido. Com o acréscimo no rendimento familiar promovido pelo seu salário Soraia propõe ao marido a compra de uma laje para a ampliação de sua casa, até então instalados no barraco de madeira. Trocam com a vizinha a laje pelo barraco, acrescido de alguns materiais de construção (areia, pedra, tijolos...) tendo em vista a suposta igualação dos preços. Começam então a construir, nesta laje, parte do que veio a ser sua casa. Segundo Soraia, o cômodo coberto por essa laje contava com uma infiltração de água, o que o tornava extremamente úmido e quase inabitável. Posteriormente, Soraia e Simeão constroem uma outra laje, acima do cômodo construído na laje anteriormente comprada e erguem um segundo cômodo.

O primeiro trabalho de Soraia em São Paulo, após o nascimento de Rafael, foi como doméstica em uma casa localizada no Parque Santo Antônio, bairro próximo ao Jd. São Luís, que segundo Soraia era de uma família "bem de vida". Conseguiu esse emprego por indicação de uma amiga, mas afirma desgostar de trabalhar como doméstica: "Trabalhar em casa de família não é bom não, tem muita roupa pra lavar, o povo suja muito, aproveita (risadas)". Devido a um acidente sofrido em serviço, Soraia resolve deixar o emprego já que se encontrava grávida novamente, permanecendo aproximadamente dois anos desempregada. Depois de ter sua quarta filha, Amanda (17), é contratada, por indicação de uma conhecida, por uma firma de salgados, segundo ela, "com poucos funcionários", situada no Jd. São Luís, ao lado da Igreja da Paróquia São Luiz Gonzaga, no setor de limpeza, onde permaneceu durante aproximadamente dois anos, quando a empresa mudou sua planta para o Taboão da Serra, entre Taboão e Pirajussara, na Zona Sul de São Paulo, onde permaneceu durante mais quatro anos, totalizando seis anos de trabalho nessa empresa. Durante esse período engravida duas vezes e tem sua filha Daniela

(13) e o caçula da família, Luís Pedro. Quando se encontrava grávida de seis meses deste último, sai de férias, período no qual a empresa fali. Diante da falência da empresa, que lhe ficou "devendo tudo" e a descoberta de que mesmo depois de "quatro anos de ficha na carteira" seu FGTS contava com apenas seiscentos reais (R$ 600,00), Soraia aciona um advogado que consegue, ao menos, liberar as folhas do seguro-desemprego, uma vez que a empresa não havia dado baixa de sua demissão, e o pouco que havia em seu FGTS. Permanece, depois deste revés, um bom tempo sem trabalho formal, realizando "bicos" de limpeza, primeiramente num apartamento localizado na avenida Santo Amaro, posteriormente registrada no Shopping Jd. Sul, contratada por uma empresa de nome Osesp, durante aproximadamente seis meses, até que é impelida a sair deste emprego por conta de problemas familiares que serão abordados mais à frente.

Depois de resolvidas as pendências familiares que lhe exigiram largar o emprego, Soraia volta ao mercado de trabalho fazendo "bicos" novamente, inclusive oferecendo seu serviço para a *Associação Nossa Quebrada*. Dedicava-se à limpeza das sedes dessa associação às quartas-feiras, enquanto aos sábados trabalhava como doméstica em uma casa de família na favela Fim de Semana, próxima ao Cemitério Jd. São Luís.

Depois de um período trabalhando informalmente na associação *Nossa Quebrada*, Soraia é convidada a ser contratada em regime formal, numa parceria entre a associação e a *Morada Viva*, que tem seu escritório na mesma sede da associação. Contratada em regime CLT, Soraia diz que "não tem do que reclamar", já para trabalhar não é necessário pegar condução, acordar às 04h da manhã e enfrentar ônibus lotado, em dez minutos já está na associação. Recebe um salário de R$ 990,00*,* além de um vale-refeição. Sua carga horária é das 07h às 16:45, totalizando oito horas e quarenta e cinco minutos de trabalho diário, e considera "ótimos seus patrões".

Simeão, desde que começou a trabalhar como ajudante geral de construção, nunca mais deixou de trabalhar neste setor. Atualmente trabalha como pedreiro, mas mediado por um agenciador que lhe chama para fazer serviços quando há demanda, caso contrário, fica sem trabalhar. Simeão foi convidado pelo negócio social *Morada Viva* para compor sua equipe de pedreiros, já que seu trabalho consiste em oferecer pequenas reformas de grande impacto social para moradores do Jd. Ibirapuera e favelas adjacentes, mas recusou a proposta uma vez que tinha planos de viajar a Pernambuco para visitar a família, ocasião que seu irmão aproveitou e hoje é empregado do *Morada Viva.*

Nenhuma das filhas de Soraia terminou os estudos, nem o primário, porque, segundo ela, quiseram deixar de estudar. Seu filho Rafael, frequentador ativo das atividades oferecidas pela *Associação Nossa Quebrada*, atualmente trabalha como educador no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP), onde duas de suas filhas Daniela e

Mariana fazem curso, apesar de seu ceticismo com relação ao empenho das duas em dar continuidade a eles.

Mariana atualmente mora em um cômodo doado pela vizinha de Soraia, junto com seu filho, parido durante o período de um ano e oito meses no qual permaneceu encarcerada, decorrente de atividades ligadas ao tráfico de entorpecentes. Este foi o motivo principal que levou Soraia a largar o serviço na empresa Osesp, uma vez que responsabilizou-se sozinha pelos cuidados com o neto. No período no qual sua filha Mariana permaneceu encarcerada, Soraia recorda-se das humilhações sofridas nos ocasiões em que ia visita-la, lhe levando o chamado "jumbo", um pacote abastecido com pão, bolacha, suco, doce, sabão em pó, detergente, desinfetante, sabonete, pasta de dente, papel higiênico, "tudo". Os funcionários da cadeia, responsáveis por receber as visitas e os tais "jumbos", segundo Soraia "humilham muito a gente", rasgam os pacotes, pois é prescrito que as mercadorias sejam entregues em sacos transparentes: "não pode levar nada na embalagem". Isto sem falar no caso das mulheres visitantes, para as quais a revista feita impõe a retirada de suas roupas e, como se não bastasse, a exigência de que se agachem três vezes.

Soraia recorda-se também que, em dias de festa, quando já se encontrava com o neto sob sua guarda, chegou a passar "duas noites na frente da cadeia com ele" por causa do tamanho das filas que, na parte da manhã chegavam a ter de 200 a 300 pessoas. O marido de Mariana se encontrava preso no momento em que fizemos a entrevista e já havia sido preso três outras vezes.

Letícia atualmente está casada, é mãe de duas crianças e mora com o marido na parte de baixo da casa de Soraia, no cômodo que antes havia a infiltração de água, solucionada por conta de uma reforma feita pelo negócio social *Morada Viva*, aspecto que retomaremos mais à frente. Letícia e seu marido solicitam a Soraia o abrigo nesse cômodo uma vez que estes tinham a pretensão de se verem livres dos custos de aluguel.

Sua filha Amanda há aproximadamente três anos viajou para Pernambuco e lá se casou. Retornou para São Paulo com o marido, construíram mais um quarto na laje de Soraia e seu marido empregou-se como pedreiro na *Morada Viva*. Depois de algum tempo dá "a doida em seu marido" e resolvem viajar para Petrolina, onde contam com um casa e permanecem lá até hoje.

Daniela mora atualmente na casa de Soraia depois de ter morado com um garoto envolvido no tráfico. Após a detenção deste na Fundação Casa, localizada na rua Frederico Grote, do próprio Jd. Ibirapuera, Daniela resolve terminar o relacionamento, o que ocasiona preocupações por parte de Soraia, já que o garoto encarcerado promete cobrar pela suposta deslealdade da garota para com ele. Frente à esse contexto Soraia entregou "na

mão de Deus porque deus sabe o que é melhor", mas já sugeriu à sua filha que viaje para Pernambuco e permaneça algum tempo por lá.

Por fim o filho Luís Pedro estuda na escola *Charles de Gaulle* e está ainda no ensino fundamental. Geralmente é cuidado pela filha Mariana e/ou por Rafael, quando Soraia está fora de casa a trabalho.

Soraia é beneficiária de um programa de reforma proporcionado pelo *Morada Viva* que reformou o telhado de sua casa. Suas duas filhas Mariana e Amanda foram contempladas também pelo *Morada Viva*, por uma modalidade de serviço denominada Projeto *LEME* (os detalhes do mecanismo de financiamento de reformas promovido por esse projeto podem ser conferidos no relato de Kléber). Atualmente Soraia se encontra endividada com estas três reformas, inclusive aquela realizada por Amanda, uma vez que Soraia é quem irá se beneficiar deste cômodo recém-construído e reformado. Afirma Soraia que as parcelas mensais das reformas, no total, não alcançam os R$ 300,00 e acredita que "sempre tem um jeitinho de pagar".

Soraia é, há alguns anos, fiel da igreja evangélica *Glória Glória do Poder de Deus*. Desde Feitoria Soraia frequenta a igreja católica, mas devido às suas relações de vizinhança foi convidada para ir em cultos evangélicos e permanece frequentando a igreja até hoje. Afirma não perceber a diferença entre a igreja evangélica e a católica, mas reconhece que desde que se tornou evangélica "muitas coisas ruins aconteceram, mas também muitas coisas boas", como por exemplo ir a Pernambuco duas vezes no último ano, ver seus pais, depois de 13 ou 15 anos sem conseguir sair de São Paulo. Segundo Soraia, foi Deus que deu a benção dessas viagens, pois "Deus responde pras pessoas". Diz ainda que muitos amigos se afastaram depois que escolheu tornar-se evangélica. Uma diferença que Soraia reconhece entre a igreja evangélica e a católica reside no fato de que os fiéis se ajudam mutuamente, quando há um doente as pessoas vão visitar, enquanto que na igreja católica o que havia era indiferença, "um montão de gente mas não tinha amizade com ninguém". Em sua igreja evangélica "Todo mundo se conhece, vai na casa de um, do outro".

Soraia afirma que é muito raro para ela sair de casa, somente em situações nas quais tem algum compromisso, portanto são saídas geralmente rápidas, o que a faz se perceber como alguém conhecedora apenas da favela Pinhal Velho, onde mora, e de sua família. Soraia justifica sua pouca circulação na cidade em primeiro lugar devido aos seus filhos, já que sempre necessitou cuidar deles quando pequenos, enquanto seu marido Simeão ia trabalhar. Diz não ter medo de São Paulo, ainda que tenha se acostumado ao cotidiano confinado em sua casa. Tem a intenção de sair com maior frequência com os filhos, ainda que marido Simeão não se mostre disponível para participar desses momentos, inclusive reclamando que sua esposa tem ficado muito tempo fora de casa. Inclusive justifica sua

reclamação quanto à relativa ausência de Soraia em casa lhe dizendo que, mesmo quando Soraia não trabalhava, nunca deixou faltar coisas em casa. Ou seja, Soraia acredita que os rendimentos de seu marido dariam conta dos custos de reprodução familiar, ainda que ele não tenha preocupação em fazer poupança. Soraia recorda-se que a única vez que faltou comida em casa foi quando seu marido adoeceu e permaneceu seis meses sem conseguir andar, nem sentar, devido a uma dor nas costas.

Soraia ainda afirma, com relação à Pinhal Velho e seu entorno, que os preços dos aluguéis vem aumentando surpreendentemente, uma vez que na época em que chegou ao bairro, início da década de 90, era possível alugar casas por R$ 200,00, enquanto hoje não é possível alugar por menos de R$ 600,00, inclusive dentro da favela. Conta às vezes ser possível arrumar um pequeno quarto entre R$ 400 e R$450 e que sua filha Mariana, antes de se mudar para sua casa, gastava quase R$ 600 entre aluguel, água e luz.

Soraia abastece sua casa de mercadorias por meio de compras feitas no supermercado Ricoy, localizado na rua Maria Coelho Aguiar, no Jd. São Luís, loteamento adjacente ao Jd. Ibirapuera. São poucas as mercadorias que compra nos mercadinhos do Jd. Ibirapuera, só em casos de emergência, já que considera os preços daí mais caros do que aqueles do mercado Ricoy. A família de Soraia não é proprietária de nenhum automóvel, por isso quando necessitam fazer compras grandes solicitam ajuda de vizinhos automobilizados. Diz que não costuma se endividar para "coisa de casa e comida", mas que esporadicamente acabam se endividando, lembrando que há algum tempo atrás era mais consumista, "comprava tudo o que via", mas que tem diminuído seu consumo. Recorda-se que outro dia precisava ir comprar meia e cueca pra família em Santo Amaro e acabou gastando R$150,00 no cartão de crédito da filha.

Soraia ainda alimenta a vontade de voltar para Pernambuco. Por um lado há o desejo de cuidar de seu pai, por outro, razões ligadas à vida em São Paulo e ao bairro. Não sabe ao certo se voltando para Pernambuco "os problemas a acompanham", mas se incomoda com os muitos problemas que acometem o bairro, exemplificando a juventude e as crianças que "só se envolvem com o que não deve". Afirma que estão sempre procurando o lado errado, apesar das mães apresentarem o lado certo:

> estudar pra ser alguém na vida, o primeiro passo, é saber com quem anda, as amizades, é saber o tempo, tipos as meninas, de arrumar um marido" já que "tem que conhecer aquela pessoa, tem que ver se é uma pessoa certa, uma pessoa direita [...] que trabalhe, que tenha planos na vida, que tenha responsabilidade, esse que é o caminho certo (Soraia).

Soraia diz que tenta levar os jovens, inclusive seus filhos, para a igreja, mas "que ninguém quer ir meu!", ao contrário de quando são chamados pra "fazer coisa errada, que

vão correndo". Reconhece, por outro lado, que mesmo sendo frequentadora assídua da igreja, ainda faz coisas erradas, como fumar.

Cotejando a vida vivida em São Paulo com aquela vivida em Pernambuco garante que, no que diz respeito ao trabalho muita coisa melhorou, já que "só fica desempregado quando quer mesmo, pois se quiser trabalhar tem serviço". No que se refere à alimentação considera também mais "fácil" o acesso. Por outro lado, pondera que em São Paulo não há tranquilidade, "sossego", as pessoas não podem descansar "sem barulho, sem bagunça". Comenta ainda do grande número de assaltos, assassinatos, morte por causa de discussão em trânsito, bala perdida, assegurando que em Pernambuco "é mais sossegado".

Soraia está atualmente trabalhando aos sábados, além dos outros dias da semana. Participa de aulas de alfabetização na *Nossa Quebrada*, já que só conseguiu estudar apenas até a segunda-série quando vivia ainda em Feitoria: "não aprendi nada, só aprendi a fazer meu nome", já que deixava de ir pra escola pra ir trabalhar na roça. Resolveu estudar aos 47 anos para "ensinar seu filho Luís Pedro", que sempre precisa da ajuda da família para fazer suas lições, mas a impaciência dos irmãos com essa tarefa sempre a irritou.

Simeão também não sabe ler, apenas sabe escrever o nome, como ela. O irmão mais velho de Soraia, no momento de nossa entrevista, também morador em São Paulo, encontrava-se trabalhando na *Morada Viva* como pedreiro.

3.3 Paulo, 32 – São Paulo, SP[27]

Paulo, filho de pai e mãe naturais de Minas Gerais, nascido em 1981, hoje com 33 anos, é morador da favela Pinhal Velho (adjacente ao Jd. Ibirapuera), próximo à rua Macedônia, desde meados de 1983. Nos informou que seu pai e sua mãe, respectivamente jardineiro e empregada doméstica, se estabeleceram, provavelmente, nas palavras de Paulo, por meio de uma "invasão", entre 1975 e 1980 em área próxima ao lote que vivem hoje. Mas que algum tempo depois conseguiram trocar com um outro ocupante, o lote "invadido" por um lote mais próximo da rua Macedônia Fernandes, onde encontram-se até hoje.

Nos disse que sua mãe trabalha como doméstica, mas que também cuida das crianças na casa da família para a qual trabalha, levando e buscando as crianças na escola, alimentando-as, etc. Disse que seu pai já trabalhou contratado por outras empresas, mas que devido a dificuldades com o alcoolismo hoje trabalha como autônomo e que por não "investir", não ter um "projeto empreendedor" em sua área, não logra ampliar seu negócio.

Paulo é o caçula de três filhos. Sua irmã, mãe de duas crianças e madrasta de mais três, assim que se casou saiu da casa da mãe e foi morar de aluguel. Entretanto, devido ao alto custo do aluguel a ser pago, somado aos outros custos de reprodução familiar e o baixo do salário recebido pelo marido, a mãe de Paulo, preocupada com a vida de seus netos, resolve dividir longitudinalmente o lote onde morava, oferecendo-o à família da filha. Atualmente, cada casa tem em torno de 40 m^2, contando com cozinha, banheiro, um quarto para as crianças, outro para ela e seu marido, além de uma sala no andar de cima. Na outra casa, junto com a mãe, moram Paulo, seu irmão e seu pai. Desde 2009 Paulo é fundador, coordenador e educador social de um projeto denominado *Esporte e letramento* que atende a jovens do Jardim Ibirapuera e imediações.

Paulo começou a trabalhar informalmente aos 13 anos de idade como ajudante de um feirante japonês morador do Jd. Ibirapuera, mais exatamente da rua Solar dos Quevedos. Trabalhou aproximadamente cinco anos na feira, até os 17, e nesse período sua jornada era de terça a domingo, das cinco da manhã até às 15h da tarde, chegando efetivamente em sua casa às 17h, percorrendo feiras das "quebradas" do Jd. São Luís, Piraporinha, Paraisópolis, dentre outras. Largou os estudos aos nove anos de idade, sem mesmo ter cumprido a terceira série, e diz que dos nove aos 13 anos "ficou vagabundando" e "vendo um monte de coisa errada". Foi aos 13 anos que reconheceu a real necessidade de ir trabalhar, dado que seu pai havia exigido que sua mãe saísse do emprego em troca de sua ajuda financeira. Não cumprindo tal promessa e vendo a mãe querendo comprar coisas e

[27] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 02 de julho de 2014.

não tendo dinheiro para tal, resolve ir trabalhar na feira para ajudar em casa, necessitando deixar "os sonhos para trás", especialmente o dos estudos.

Considera que o trabalho na feira era muito explorador, pois ganhava menos de R$ 50,00/dia, não obstante o trabalho ser sempre pesado; como ele mesmo diz, tinha que "lombar as caixas" com apenas 13 anos. Durante os cinco anos que trabalhou na feira lembra que teve muitos conflitos com seu patrão, envolvendo pequenos furtos do caixa por parte dele em conluio com seus amigos, exigências de diminuição do tempo de almoço, discussões abertas sobre as condições de trabalho e que, aos 17, percebe que precisava dar um novo rumo pra sua vida ao invés de ficar "atrasando o lado" de seu patrão. Resolve largar o trabalho na feira e consegue um trabalho com um pintor de parede da própria rua Macedônia, Sr. Jessé. Nos disse que era um patrão íntegro e que pagava o "justo". Lembra do aprendizado que teve com Jessé que lhe ensinou a respeitar a propriedade alheia, as mercadorias expostas nas casas onde iam trabalhar. Permaneceu nesse trabalho em torno de quatro anos mas depois o engenheiro que sempre comprava o trabalho de Jessé o trocou por "uma mão de obra mais barata". Recorda-se ainda que ganhava por dia um pouco melhor que na época em que trabalhava na feira e que de vez em quando fazia serviços que custavam em torno de R$ 3.000,00, o que lhe permitia acessar de uma só vez R$ 1.000,00, o que considerava um bom dinheiro para alguém de sua idade. Este trabalho também era informal.

Depois deste período de trabalho com Jessé, fica um tempo fazendo "bicos" na favela da Pinhal Velho que, segundo Paulo, estava sendo "reformada", aproximadamente nos anos 2002. Os barracos de madeira estavam, em sua maioria, sendo transformados em casas de alvenaria. Segundo Paulo isso fomentava uma espécie de "mercado local", pois jovens como ele cobravam pra levar materiais de construção por entre as vielas para as casas em reforma, cobrando preços distintos de acordo com as diferentes distâncias percorridas dentro da favela. Nesta época conhece o dono de uma pequena fábrica de luvas localizada nas ruas conhecidas como Gêmeas, chamada *Silotex*. Nos contou que conheceu o dono da empresa em um bar do Jd. Ibirapuera, conversou com ele e conseguiu o emprego. Na época recebia dois salários mínimos e era registrado. Nos disse ainda que os dois anos que trabalhou na *Silotex* foi fundamental pois lhe possibilitou fazer a reforma de sua casa, que segundo ele foi a última da favela a ser feita de alvenaria. Não contou com a ajuda financeira de seu pai ou de seu irmão, apenas com o dinheiro de sua mãe que havia voltado a trabalhar e o seu salário. Lamenta-se atualmente por ter se prejudicado e fechado as portas da empresa para si próprio, considerando que o uso das drogas simultâneo ao trabalho na *Silotex* foi fazendo com que perdesse a credibilidade frente a seu chefe, acarretando sua demissão. Após a saída da *Silotex* logo se emprega na Consórcio 7, uma

empresa de ônibus para quem, segundo Paulo, a extinta CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) terceirizava o serviço de manutenção do espaço e lavagem de ônibus no período da noite[28]. Este, segundo Paulo, foi seu segundo e último trabalho registrado em carteira, e sua jornada de trabalho era na madrugada, das 22h às 6h da manhã.

Capítulo à parte, Paulo nos disse que foi usuário de drogas dos 13 aos 28 anos, período em que estabeleceu uma relação próxima com muitas pessoas, não somente usuários mas também diretamente envolvidos no tráfico, não obstante ter nos revelado nunca haver trabalhado efetivamente nas organizações criminosas locais. Nos disse que prestava alguns favores para gerentes das "biqueiras" locais, mas nada que o envolvesse de maneira profunda. Em suas próprias palavras "sempre fui trabalhador, mas [a droga] sempre andou comigo". Até o dia em que, confundido com outra pessoa, foi alvo de uma tentativa de assassinato e resolveu abandonar de vez as drogas, atribuindo ao seu vício e às relações sociais em torno dele a causa desta agressão.

Posteriormente à resolução de que deixaria de usar drogas, aproximadamente aos 28 anos de idade, momento em que também se encontrava desempregado, um amigo que cumpria Medida Socioeducativa em Meio Aberto no NPPE (Núcleo de Proteção Psicossocial Especial, localizado no Jd. São Luís), comenta com Paulo que nesta instituição ele estava fazendo um curso de pintura e que, sabendo do interesse de Paulo, que já pintava na época, o convida para ir fazer o curso junto com ele. Paulo resolve acompanhar seu amigo e chegando lá se depara com uma prática até então desconhecida por ele. Hoje reconhece que o que o espantou no lugar foi o compromisso dos educadores que lá trabalhavam, para com os jovens. Especialmente a confiança depositada neles, que ainda assim, fora dali continuavam praticando delitos, utilizando drogas, etc. Foi tomando gosto pela instituição e passa, depois de um ano participando esporadicamente, "a viver" na instituição, participando de todas as atividades oferecidas, música, teatro, curso de digitação e tantos outros. A partir dessa experiência Paulo começa a vislumbrar uma perspectiva que até então não conhecia, que dizia respeito ao assim chamado trabalho social. Nesse mesmo período Augusto e Janaína, um casal de moradores do Jd. Ibirapuera e coordenadores da associação *Nossa Quebrada* (apresentaremos a trajetória deles mais à frente), já estavam envolvidos na constituição desta, e Paulo se aproxima deles com a intenção de se juntar ao projeto e fortalecê-lo.

[28] Esta informação de Paulo não coincide com o ano de extinção da CMTC, 1995. Por isso acreditamos que Paulo pudesse estar se referindo à SPTrans, empresa que substituiu a CMTC após seu fim.

Trabalhou no *Nossa Quebrada*, no início de constituição de uma de suas sedes localizada na favela da Erundina[29], fazendo um pouco de tudo, "ajudando, organizando, pintando, atendendo telefone, recebendo as pessoas". A partir dessa experiência começa a compreender melhor o que vinha a ser o trabalho de Augusto e Janaína, sempre visto pelos moradores, inclusive por ele, como oportunistas que só tinham como meta ganhar dinheiro, sob a fachada do trabalho social. Mas as adversidades financeiras vividas por Augusto e Janaína, bem como a dedicação dos mesmos à associação, o faz perceber a dificuldade de levar adiante um trabalho social sem que sejam financiados para isso, ao contrário daqueles/daquelas que já tem a vida economicamente estável e podem dedicar parte de seu tempo gratuitamente a um trabalho social.

Permaneceu algum tempo colaborando com a associação *Nossa Quebrada* e devido a alguns desentendimentos resolve empreender, em parceria com um amigo, um novo projeto, também oferecido para crianças moradoras da favela da Erundina, intitulado *Leitura de Viela*, que segundo Paulo "Bum! Explodiu", contando com a visita de diversos educadores, inclusive a diretora do Cieja Campo Limpo que já havia conhecido Paulo em uma apresentação realizada pelo grupo musical do NPPE na *Fundação Dixtal*, outra organização não-governamental localizada no Jd. São Luís.

Nesta última Paulo trabalhou por cerca de um ano embalando kits com giz de cera, lápis e folhas para uso de seus voluntários, até o dia no qual a diretora da organização lhe informou não poder mais mantê-lo no emprego, já que para tal teria que registrá-lo. Ainda assim, mantém por mais tempo vínculo com a instituição, realizando pequenos serviços de pintura, grafite, além de fazer um curso de mediação de leitura, que o ajudou a construir o projeto *Leitura de Viela*. Desenvolve tal projeto em parceria com Roni, projetando filmes e lendo livros, mensalmente, junto com os participantes. Até que concebe a possibilidade de juntar um velho e frustrado sonho seu, de ser jogador de futebol, com o trabalho social que já vinha fazendo e convida seu parceiro Roni que, não obstante reconhecer a importância da ideia prefere não se envolver. Depois de uma semana observando a molecada jogando bola nas vielas, resolve, por conta própria, reunir uma turma dessas e oferecer um projeto de esporte na escola Estadual Comendador Alfredo Vianello Gregório, no Jd. Vergueiro, um loteamento próximo ao Jd. Ibirapuera. Começam a se encontrar todos os sábados e a cada treino Paulo utilizava o tempo final para ler algo para os jovens, com o fito de estimulá-los à leitura. Até que depois de algum tempo Paulo resolve "colocar a regra do projeto" *Esporte e letramento*, definindo-o como uma "troca", na qual Paulo oferece o treino de futebol e os jovens, em troca, se dedicam à leitura de livros apresentados por ele mas

[29] A favela da Erundina é adjacente ao loteamento do Jd. Ibirapuera e seu processo de formação remonta à ocupação de uma terra de propriedade da Eletropaulo em fins da década de 80 (cf. Giavarotti, 2012).

eleitos pelos jovens, caso contrário, o treino não aconteceria. Apesar de reconhecer que a troca aí implicada poderia ter um sentido coercitivo, de imposição, justifica sua estratégia como necessária num lugar onde ninguém impõe limites às crianças e jovens, tampouco os pais dos mesmos. Costuma levar pessoas que se disponham a conversar com os jovens, dentre os quais um delegado do DEIC que simulou para as crianças e jovens participantes a experiência de encontrarem-se presos em uma cela superlotada, ensinando-os o respeito à propriedade alheia, tendo em vista coibi-los à prática de furtos ou assaltos. Ou ainda ensinando-os o respeito aos pais e professores. Em suma, ensinando-os o respeito à autoridade, já que no contexto em que vivem ninguém "impõe as obrigações" para as crianças. O projeto *Esporte e Letramento* ocorre desde 2009, sem qualquer aporte financeiro. E apesar de Paulo reconhecer a impossibilidade de que seu trabalho possa ser gratuito como coordenador e professor do projeto, considera simultaneamente que os frutos de seu trabalho, seja o aprendizado da leitura de um jovem, a entrada no mercado de trabalho de outro, a qualidade do aprendizado dentro da escola por um terceiro, ou mesmo o respeito pelos pais, resultados gratificantes. Em suas próprias palavras "esse é o momento d´eu falar pra ele que a vida dele tem que mudar", e que, portanto, não deixaria de falar por falta de dinheiro. Diz ainda que o projeto está caminhando para conseguir se reproduzir por meio de parcerias, por meio de doações, seja em dinheiro, seja em mercadorias, já que conta com uma rede de contatos que estabeleceu nos últimos anos, que incluem desde um dos mentores do terceiro setor em São Paulo, Gilberto Dimenstein ao apresentador de televisão Marcelo Taz, na qual seu projeto conta com credibilidade.

Atualmente, as fontes de renda de Paulo são provenientes dos bicos de pintura, desenho e grafite que oferece àqueles e aquelas que participam das mesmas redes virtuais que ele. Ou seja, essas "conexões", como Paulo as designa, lhe permite, além de divulgar o projeto e solicitar materiais necessários à sua realização quando necessário, também funcionam como uma rede virtual de agenciamento de seus serviços de artista. Vislumbra reproduzir-se cada vez mais por meio do projeto e para dar novo fôlego a ele tem a intenção de formalizá-lo e também formalizar-se como Micro Empreendedor Individual (MEI). A estratégia pretendida por Paulo inclui oferecer o projeto gratuitamente àquelas instituições que o desejem, mas com a condição de que todo o trabalho conexo de produção de roupas dos participantes do projeto seja feito pelo próprio Paulo, o que inclui agasalho, uniforme, roupa de passeio, bermuda para quando o grupo for jogar fora do Jd. Ibirapuera, já que o projeto "tá virando uma marca". Pretende ainda criar uma parceria com seu amigo pra que cada um deles se responsabilize por uma parte do projeto, ele com o processo educativo e seu parceiro pela confecção das roupas.

Paulo nos disse ainda que além das "conexões" que estabelece com pessoas de outros lugares, também conta com a ajuda de moradores e comerciantes do Jd. Ibirapuera e imediações para conseguir apoio para a continuidade do projeto na escola Vianello, remetendo o aprendizado desta prática a um curso oferecido pela ONG Aprendiz (de Gilberto Dimenstein) por meio da Universidade de São Paulo (USP), na época em que participava no NPPE, de "engenharia comunitária", devendo a este curso seu conhecimento de articulação local.

Paulo, há pouco tempo se converteu à igreja evangélica e reconhece, olhando para o passado, que em "sua caminhada" prejudicou muitas pessoas, especialmente sua mãe. Participa dos cultos da igreja, localizada no Jd. São Francisco, de quinta e domingo, e em alguns outros dias da semana visita casa de famílias que acredita estarem necessitando de ajuda. Participa também, pela igreja, do que chama de "casas de oração", encontros organizados pelos fiéis em suas próprias moradias, hoje em dia atendendo dois jovens entre 15 e 16 anos, ex-participantes do projeto *Esporte e Letramento*, usuários de drogas. Disse a nós que seu papel nesta atividade é mostrar aos jovens que, independente do uso que fazem das drogas e de suas próprias vidas, eles devem reconhecer as obrigações que tem à volta deles, "as prestações" para com suas mães e família, estimulando-os a buscar trabalho, alternativas para conseguirem dinheiro tendo em vista ajudarem com os custos domésticos. Acredita que, devido sua história de envolvimento com as drogas e seu conhecimento de causa, fala como alguém que sabe das consequências trágicas desse "mundo". E que sabe distinguir o certo do errado.

3.4 Felipe, 21 – São Paulo, SP[30]

Felipe, com 21 anos de idade (1992), é natural de São Paulo e desde que nasceu mora na favela Pinhal Velho, próximo à rua Macedônia. Lembra-se de ter se mudado apenas em uma circunstância na qual sua casa necessitou ser reformada, aproximadamente quando estava com treze anos de idade. Nesta ocasião se muda temporariamente para uma casa localizada na própria rua Macedônia, retornado à sua casa ao término da reforma. Na casa de Felipe moram ele (caçula), um irmão, uma irmã e a mãe. Seu pai faleceu quando tinha apenas dois anos. Recorda que sua casa já abrigou outros parentes, como seu primo, proveniente de Pernambuco, que necessitou permanecer durante aproximadamente dois anos morando em sua casa. Quando tinha 14 anos Felipe se lembra igualmente de um tio doente que necessitou de um lugar para ficar, morando em sua casa por um período.

Felipe recorda-se das histórias contadas por seu irmão mais velho que a viela na qual moram "surgiu do barro", passando posteriormente para o "tempo do madeirite e depois foi melhorando as coisas". Felipe relembra que a rua Macedônia tinha muito mato, sendo posteriormente ajeitada com barro, até que finalmente, entre 1998/99, quando Felipe estava com sete anos de idade, a rua foi definitivamente asfaltada e "todo mundo deixou de ser pé de barro". Afirma que a energia elétrica foi regularizada há apenas seis anos, aproximadamente em 2009, anteriormente tal serviço, assim como o de água, sendo fornecido apenas por meio de gambiarras, os famosos "gatos", na linguagem popular. Recorda-se da constante falta de água e luz, supondo estarem relacionada às ligações precárias e informais, não obstante tê-las.

Na época em que era menor Felipe afirma que a separação entre as casas era feita por grades, sendo paulatinamente substituídas por muros, impedindo observar as pessoas que passam nas vielas, mas permitindo, por outro lado, uma maior privacidade entre os moradores: "ninguém olha pra dentro da casa de ninguém". Recorda-se igualmente que quando seu irmão era menor as casas eram divididas por cercas, ao invés de grades.

Com relação a este aspecto Felipe identifica que não experimenta mais, como antes, algo que ele identifica como uma confraternização de bairro, já que as portas das casas costumavam ficar abertas o que permitia uma livre circulação dos amigos entre as moradias. Era só dizer à mãe que estava indo "ali" e "trocava a sua casa por outra casa sua também". As pessoas não precisavam chamar no portão os vizinhos, mas à medida que "o tal do progresso chegou a gente começou a considerar que era perigoso ficar com essas portas abertas, tá ligado?" Por outro lado reconhece que as casas mais próximas da rua é que foram gradativamente sendo trancadas, pois à medida que se adentra nas vielas é ainda

[30] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 12 de maio de 2014.

possível encontrar moradores que deixam as portas de suas casas abertas, como "nas antiga". Reflete que antes os moradores tinham "medo da vida, não de pessoas".

Felipe define o progresso como o processo de "pegar valores que não eram nossos pra ver se dá certo com a gente". Pondera que "a quebrada nunca foi um lugar luxuoso", mas que ainda assim, ninguém reclamava dos "perrengues" que viviam e "um ajudava o outro". À medida que o progresso foi chegando, como "tecnologia", luz, água, "articulação comunitária", "as coisas melhoraram em partes do bairro", "mas as coisas vão se separando mais, cada um no seu cantinho, fica preso no seu sonho de vida, e... comunidade mesmo, o progresso se perde aí... não sei". "O progresso é pegar sonho de fora e trazer pra dentro".

Com relação à chegada do progresso na "quebrada", Felipe identifica este processo a outras condutas de seus moradores pois, segundo ele, as pessoas que tinham o sonho de ter um carro, uma roupa nova, ambições materiais, ao invés de tentarem sair do bairro, trouxeram esses valores, essas coisas, pra dentro do bairro "pra tentarem se sentir bem aqui". Outro aspecto apontado por Felipe decorrente da chegada do progresso é aquele referido ao seu desejo de estudar: "referências de estudo que eram muito distantes e que falavam que não eram pra mim mas agora eu tô ligado que pode ser". Afirma ainda que alimentava a vontade de sair da "quebrada", mas agora quer ficar, considerando ser possível melhorar esse lugar.

Apesar da chegada do "progresso"

> dentro do bairro tem outras cidades, que a diferença é desde a moradia ao vestuário do pessoal, ao tratamento, tem lugar que na rua a gente passa, até conhece, mas vai: - E aí beleza? Agora tem outros que a gente já chega gritando, já chega causando, tipo mano, mó festa. Tem lugar que a gente nem gosta de ir, porque o pessoal só sabe te xingar. Tipo lá na rua [de uma das sedes da associação *Nossa Quebrada*], a gente nem gosta de ficar lá mano (Felipe).

Atualmente na casa de Felipe todos os serviços de água, luz, telefone, internet, são regularizados, já que, segundo ele, a fiscalização sobre tais práticas tem aumentado, o que com certeza vem aumentando "consideravelmente" os custos de reprodução familiar, significando mudanças de conduta de seus moradores preocupados em economizar luz e água. Antes da regularização todos os serviços eram clandestinos, dentre os quais o serviço de TV a cabo, fornecido ilegalmente por uma "cara que tinha o melhor serviço de tv a cabo da quebrada". Por outro lado sua família não paga o IPTU da casa, já que não contam com escritura da propriedade. Recorda-se ainda da presença de representantes da prefeitura que esporadicamente circulam pela quebrada, marcando números nas casas, tendo em vista regularizar os serviços de infraestrutura como energia, água, telefone, etc. Segundo Felipe os moradores ficam satisfeitos com a regularização já que deixam de ser clandestinos.

Os estudos de Felipe foram realizados na *Associação Cedro do Líbano de Proteção à Infância*, localizado no Jd. Vergueiro, um bairro próximo ao Jd. Ibirapuera. Permaneceu aí do berçário até a terceira série quando se mudou para a escola Estadual *Alfredo Vianello Gregorio Comendador*, igualmente localizada no Jd. Vergueiro, terminando aí o primeiro grau. Há dois anos Felipe está na faculdade de administração da *Uninove* e justifica fazê-la porque na época não estava fazendo nada, "tinha que fazer alguma coisa. Tinha dado a hora de escolher o que fazer". Com relação à escolha do curso a ser realizado tinha como referência a sua irmã que já havia feito esta mesma faculdade lhe sugerindo que tentasse e descobrisse o que achava da mesma. Acabou entrando e tem deseja sair o quanto antes, com pouca vontade de terminar o curso.

Sua faculdade, no valor de R$ 600,00/mês, e as conduções diárias necessárias para sua mobilidade na cidade são pagas com o salário que recebe pelo trabalho que realiza na associação *Nossa Quebrada*, além de ajudas esporádicas de sua mãe quando se encontra sem trabalho. Afirma não ter aderido ao FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) já que as pessoas que conhece comentam ser "a maior roubada". Almeja fazer uma faculdade "mais social" como sociologia, pedagogia, formações que lhe permita trabalhar como professor. Felipe assevera que a lógica de sua atual faculdade, assim como dos estudos, é totalmente "empresarial e capitalista" e que os únicos amigos feitos na faculdade são jovens como ele, com trajetórias semelhantes, moradores de periferia como ele (Monte Azul, Interlagos e Capão Redondo). Reclama da ausência de dinheiro para o lazer.

Com relação ao trabalho, Felipe considera que começou a trabalhar cedo, pois como forma de compensar a responsabilidade/liberdade que tinha para estudar, diferente de seus irmãos mais velhos, ele deveria também se responsabilizar com alguns cuidados para com a casa. Aos 13 anos começou a trabalhar efetivamente, em parceria com um amigo do bairro chamado Jonathan, escondido da mãe, cuidando de carros na feira do Jd. Vergueiro, em frente ao Colégio Vianello, aos sábados. Quando foi descoberto pela mãe que andava trabalhando esta depressa o impediu de continuar. Felipe justifica ter começado e trabalhar cedo pois, mesmo com o trabalho da mãe, sempre havia coisas que desejava comprar que não cabiam no orçamento, "não queria esperar pra ter os bagulho, queria ter só", ainda que sua mãe lhe exigisse terminar os estudos antes de começar a trabalhar.

Desde esse período até seus quinze anos (2007), buscou tornar-se jogador de futebol. Foi uma época em que Felipe conheceu muita gente, tendo até hoje muitos antigos amigos conhecidos do futebol de quadra ou de viela. Felipe conta que jogava em três lugares diferentes e que seus professores/treinadores operavam igualmente como "agenciadores", pois tinham contatos por meio dos quais levavam seus alunos para fazerem testes em times profissionais. Segundo Felipe você ficava fiel a um time e o treinador te

levava pra fazer "outros bagulhos". Os conflitos de Felipe com relação ao futebol começam a emergir quando entra na adolescência, pois começa a desejar vestir-se bem, sair, "pegar as menininhas". No choque dessas novas demandas com as longínquas promessas de satisfazê-las por meio do futebol, Felipe resolve voltar a trabalhar, como forma de evitar "fazer outras coisas", conectadas ao chamado "mundo do crime", já que outros amigos vinham trilhando esse caminho, percebendo que futebol não era pra ele. Aos dezesseis anos começa a trabalhar no *McDonald's* do Shopping Boa Vista, em Santo Amaro, permanecendo aí por aproximadamente um ano e meio. Após o McDonald's foi trabalhar como repositor no mercado *San's Club* no Largo do Socorro. Posteriormente foi trabalhar como office boy (sem carteira assinada porque era "uns bagulho de cooperativa") num hospital próximo à Av. Sabará, permanecendo lá por uns oito meses. Depois daí trabalhou no telemarketing na empresa *Atento*. Saindo daí foi trabalhar como garçom em um restaurante no Itaim, de onde saiu decidido a parar de trabalhar "só pra juntar dinheiro e gastar dinheiro". No que diz respeito às saídas de seus empregos Felipe assevera que sempre pediu pra sair porque "nunca aguentou ficar no trampo", já que a rotina o massacrava. Segundo ele, depois de ter aprendido as novidades do trabalho logo se entediava e pedia demissão: "dinheiro era da hora, mas não era um bagulho que me prendia ao trampo". Apenas foi despedido do último emprego que trabalho, o restaurante, pois foi contratado como substituto de uma garota que havia saído de licença. Após a licença a garota retorna ao serviço, acarretando sua demissão. Segundo Felipe, todos os seus empregos foram registrados em carteira.

No que diz respeito ao uso que Felipe fazia de seus salários, recorda-se que nunca necessitou ajudar em casa, já que como caçula a ajuda que oferecia em casa já era o suficiente. Portanto, utilizava seu dinheiro para comprar as mercadorias que desejava, realizar seus passeios, etc.

Depois de sua demissão do restaurante em fins de 2012, Felipe permanece aproximadamente três meses em casa, sustentado pela indenização recebida por sua demissão. Nesse espaço de tempo reencontra Jonathan que o convida pra participar de um sarau e da *Nossa Quebrada* "pra começar a conhecer outros rolês. Daí comecei a ter noção de onde que eu queria estar". Em fins de agosto de 2013 Augusto, um dos coordenadores da associação, lhe chama para sondar acerca do que ele poderia ajudar na associação e Felipe acaba sendo contratado para um trabalho na área administrativa, como Microempreendedor Individual (MEI), recebendo aproximadamente R$ 700,00. Segundo Felipe, este é o primeiro trabalho que realiza no qual não tem perspectiva de largar, mesmo com todo o cansaço aí implicado. Refletindo sobre seu trabalho na associação, crê ser necessário que ela se empenhe para compreender de maneira mais efetiva toda a burocracia

que envolve a reprodução da iniciativa, assaz dependente de financiamentos estatais e/ou privados, geralmente aprendido no dia-a-dia, dificultando o seu trabalho. Felipe diz não se incomodar com a dependência financeira da instituição, a não ser pela necessidade constante de justificar as atividades que realiza para as instituições financiadoras: "no final das contas pra você mostrar pra alguém a justificativa do porquê que você tem que ser remunerado né, entre aspas, pra fazer isso". Já com o sarau *Vivão e Vivendo*, construído com seu amigo Jonathan e outros parceiros e parceiras, assegura: "toda fé do mundo nesse bagulho aí mano, que é um bagulho que... já mudou as nossas vidas, tá ligado? E que pode ser um bagulho que... nunca nem vi bagulho parecido". O sarau, no momento da entrevista, havia ganho um financiamento do Programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais) para financiar a reprodução do sarau. Frente a isso Felipe afirma estarem "entrando num processo mais sério, que tem que ter um amadurecimento nosso, pessoal, pra poder dar conta desse bagulho". Diz que o que ouvem por aí é que eles são "a juventude do momento", mas reclama por "jogarem em suas costas um peso" que eles não conseguem suportar. Quanto ao VAI, acredita que as responsabilidades burocráticas implicadas compensam a expectativa positiva de que "o bagulho tá crescendo, tá tendo acesso e possibilidade de se expandir, mas é uma responsa a mais, é uma articulação a mais, mas no final vale a pena".

*

No que diz respeito às tensões existentes em seu cotidiano referentes às dificuldades no mercado de trabalho e o assim chamado "mundo do crime", Felipe se recorda que quando era menor a ideia de fazer assaltos era "a maior onda", porque caso tivesse a ambição de ser "da hora, conhecido, popular, cê tinha que...". Afirma ainda que "cê não vê maldade nos bagulho" mas que não "ia por medo né mano? Eu falei, mano, eu não quero morrer nesse bagulho. Mas achava da hora, falava: - Mano, se é desse jeito aí que cê tá tendo dinheiro, tio... vai mano!". Felipe diz que não havia convites de outros amigos para realizar assaltos, antes a maneira por ele descrita da relação entre "mundo do crime" e cotidiano oferece uma imagem na qual a prática parecia ser tão naturalizada e capilarizada que se tornava constantemente um assunto entre os amigos, dependendo somente da disposição pra se candidatar e participar dos "rolês".

Já com relação ao tráfico, que não obstante colocarmos indistintamente sob a alcunha de "mundo do crime", parece apresentar clivagens, que não iremos discutir aqui, com a prática de assaltos, faz Felipe afirmar ser impossível não ter jovens que dele participem, ou que tenham participado, inclusive morrendo. Reitera ainda que "droga e esses bagulho ninguém te oferecia, tá ligado, se você fosse era por vontade sua. Mas era comum né mano, tinha gente que andava armada, normal". Felipe se recorda que quando

começou a trabalhar, aos 16 anos, se via confrontado com amigos envolvidos em práticas ilegais que, quando saíam, gastavam R$ 300 numa noite, pois sabiam que teriam de volta esse dinheiro no próximo dia de trabalho, enquanto Felipe se percebia tendo que trabalhar um mês pra conseguir esse dinheiro conquistado em um dia por seus amigos de bairro. Ainda assim, afirma nunca ter pensado "ir pra tomar o bagulho dos outros", ao contrário do tráfico, quando descreve de maneira bem humorada os planos que tinham na cabeça:

> Vender droga, fabricar, a gente tinha mó plano tio. Eu e o Jonathan queria ser o bam bam bam do morro. Tipo, eu vou controlar isso aqui, cê vai controlar esse aqui, primeiro a gente vai vender isso, depois a gente começa a vender outras coisas, e a gente vai pegando uns contato e eu conheço quem mora num outro lugar que pode ajudar... e tipo, era mó plano mano! Mas só que nessa daí a gente nem pôs pra frente, que aí os dois começou a trampar em outros bagulho e... deixa isso aí quieto (Felipe).

Mas além de terem ido trabalhar em outras coisas Felipe também afirma que pesava a grande chance de ser preso, de "passar um veneno", de "deixar a mãe com vergonha", etc.

Segundo Felipe sempre houve uma dupla presença policial na "quebrada", aquela que faz controle à luz do dia, circulando pelas ruas, ao contrário daquela que atua à noite, "que sempre te zoa". Define que a ação policial divide-se em duas: "ou tá te batendo ou tá te acusando". Assegura que é difícil ter policial que te aborda tranquilamente, especialmente depois que o tráfico se tornou presença constante no bairro, já que as abordagens parecem ter se tornado mais hostis, com interrogatório, arma apontada na cabeça, etc. Felipe diz que "nunca apanhou" da polícia, diferenciando-se de outros garotos que ficam "em choque" quando encontram a polícia. Pelo contrário, Felipe parece se mostrar mais frio e racional ao ser abordado pela polícia. Nos contou que certa vez foi abordado por um policial que lhe perguntou onde trabalhava, interrogando-lhe sobre seu salário (à época ganhava dois reais e pouco por hora trabalhando no *McDonald's*). Diante de sua resposta o policial lhe sugere que fosse roubar ao invés de trabalhar, ao que retrucou dizendo que não, que estava trabalhando. Diz que os policiais tem mentalidade "totalmente podre" e que "só acha graça" das suas respectivas performances.

3.5. Kléber, 35 – São Paulo, SP[31]

Kléber, 35 anos, não é morador do Jd. Ibirapuera e imediações conexas, é pós-graduado em História Social e hoje comanda, com mais dois sócios, o *Morada Viva*, iniciativa chamada por Kléber como "negócio social", que tem como atividade-fim o oferecimento de reformas de pequena escala com "alto impacto social" em moradias do Jd. Ibirapuera e favelas adjacentes. Atualmente dividem seu escritório com a associação *Nossa Quebrada* em uma de suas sedes instalada no antigo imóvel no qual funcionava a Escolinha da SAB, com quem estabeleceram contato em 2008, aproximadamente, por meio de um arquiteto que já colaborava com a associação.

A trajetória de Kléber inclui, antes de empreender a *Morada Viva*, o trabalho de dez anos com "habitação de interesse social" na *CDHU* (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), junto com um de seus sócios atuais, Vitor. Logo após ter defendido o mestrado, desempregado, recebe uma proposta para trabalhar numa equipe terceirizada da mesma, com o fito de atuar junto aos movimentos sociais de moradia, tendo em vista fomentar a apropriação do espaço público e a melhora no atendimento com as famílias em contextos de reurbanização de favelas, algo que nunca havia pensado antes em fazer. Mobilizado por sua chefe é enviado a campo para pensar estratégias de tornar o processo de reurbanização menos traumático e mais organizado para os moradores. Frente a esse desafio fica encarregado de levar a cabo um processo, que segundo ele, já ocorria dentro da *CDHU* em contextos de reurbanização, que se referia à convocação dos moradores porta a porta para pequenas reuniões de quarteirão; apresentação do projeto concebido pela *CDHU* para os moradores, tanto aqueles que seriam diretamente afetadas, quanto aquelas que não, as alternativas de atendimento habitacional das primeiras e assim por diante. Elegiam dois representantes entre os moradores, para os quais eram oferecidos cursos sobre urbanização, direito à cidade, cursos de cidadania, tendo em vista "instrumentalizá-los" para conseguirem negociar com o Estado, etc. Trabalho que, segundo Kléber, começava a ocorrer com pelo menos um ano de antecedência à efetivação da reurbanização e que buscava proporcionar um atendimento mais "humanizado", individualizado, para algo que reconhece como uma experiência traumática.

Como desdobramento desse processo, a equipe na qual trabalhava resolve dar início a outro trabalho chamado *Núcleo de Apoio a Projetos Sociais*, já que, segundo ele, um número relativamente reduzido de famílias eram desapropriadas[32] das áreas reurbanizadas, tendo em vista fomentar iniciativas que ajudassem as pessoas a se "repensarem dentro do

[31] Entrevista realizada pelo pesquisador no dia 03 de julho de 2014.
[32] Kléber afirma que, no caso do Jd. Pantanal, de um total de 8.500 habitantes, apenas 30% aproximadamente, necessitou ser removido de fato, o que totaliza em torno de 2.550 pessoas.

bairro urbanizado". O que incluía trabalhos sociais, culturais, de desenvolvimento econômico, estímulo à cooperativa de reciclagem, construção de estruturas de ateliês, visita de artistas renomados e artistas de periferia para criação de intervenções urbanas "nos espaços que a CDHU revitalizava", "cooperativas de artesanato", "viveiros de escola", "paisagismo comunitário", dentre outros trabalhos financiados por recursos provenientes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e de "outras alternativas anteriores ao PAC". Kléber reconhece esse processo como algo "interessante", mas questiona a validade do mesmo como política pública, já que atribui a qualidade do trabalho à sua chefa e à equipe montada por ela, da qual fazia parte, caso contrário, "nada daquilo iria acontecer". Ou seja, não obstante ser um trabalho empreendido por uma instituição estatal, Kléber acredita que não se poderia considerar o processo que levaram a cabo um procedimento padrão da política pública habitacional movida pelo *CDHU*, já que o funcionamento desta é constantemente permeado por interesses partidários, além de ser, de seu ponto de vista, um trabalho de "natureza muito perversa", remover as pessoas de suas moradias, mesmo com um tratamento "humanizado". Em outras palavras, não acredita que estivessem "construindo política pública", mas "começando um caso interessante", o que o leva a demitir-se da *CDHU* em busca de fomentar iniciativas semelhantes, mas "descoladas do Estado", e que proporcionasse "resultados de impacto", já que em suas próprias palavras "o processo de urbanização te dá impacto da porta pra fora, da porta pra dentro, zero". Reflete que todas as tentativas pra que os moradores do Jd. Pantanal se apropriassem do espaço público, cuidasse do mesmo, sempre tiveram "pouco efeito", concluindo que os esforços da equipe partiam do princípio errado, a saber: o trabalho de sensibilização sobre o direito à cidade "deve começar do espaço privado e não do espaço público". Acredita que enquanto as pessoas não tiverem um banheiro decente em sua casa é trabalho jogado fora discutir o uso, por exemplo, de uma praça. Que o trabalho de sensibilização dos moradores deve começar com uma mudança de "ótica" do próprio morador para com sua casa, já que existem famílias que "não entendem que não ter banheiro possa ser um problema". Kléber cita como exemplo o caso de uma família atendida pelo Morada Viva a qual, por ser aprovisionada apenas com um "chão de terra batida", a mãe não permite que a filha, com um ano e meio, exercite seu andar, ficando impedida de desenvolver sua capacidade motora, o que, para Kléber, desdobra-se em, por exemplo, déficits de aprendizagem dessas crianças no futuro.

Depois de sair da *CDHU* Kléber é contratado, junto com Vitor, pelo Instituto Votorantim, para desenvolverem "negócios sociais com foco em demandas locais", ele no sertão de Minas Gerais e Vitor no agreste Sergipano. Segundo Kléber, dentro desse projeto da Votorantim, havia "gente espalhada pelo país inteiro" contabilizando em torno de 12 ou

13 territórios atendidos. Em pouco mais de dois anos conseguiu montar em Minas Gerais aproximadamente 30 negócios, desde turismo rural até agricultura familiar, dos quais, quase a metade, permaneceu funcionando. Relata que seu trabalho consistia em sentar junto com os grupos, reconhecer as demandas locais, conceber projetos, mapear formas de financiamento e "tentava pôr de pé junto com eles". É enfático ao dizer que, em sendo negócios, tais iniciativas deveriam almejar a "autonomia", desvinculando-se de quaisquer subsídios, buscando reproduzirem-se apenas por meio da venda de seus produtos.

Quando voltaram a São Paulo, chegaram com essa experiência "na cabeça", almejando fomentar "situações interessantes" em São Paulo. Convidados pelo arquiteto que já conhecia a associação *Nossa Quebrada*, para "trocar figurinhas", já que o primeiro acreditava que a "expertise" dos dois com projetos de reurbanização de favelas, articulação com movimentos sociais, além da conexão com a área de responsabilidade social empresarial, poderia contribuir nas atividades que a associação vinha fazendo. Assim que conhece Augusto, Kléber começa a conjecturar parcerias, pensando arranjos produtivos, mas identifica que pouca coisa andou nesse começo, a não ser um grupo de educação popular dedicado a pensar uma proposta que, de alguma maneira, se coadunasse com seus interesses e aqueles do *Nossa Quebrada*. Estimulados por esse grupo de educação popular, Kléber, Vitor e David (um dos outros sócios do *Morada Viva*), há aproximadamente dois anos e meio, começam a esboçar ideias do tipo de projeto que gostariam de empreender no Jd. Ibirapuera, mas reconhecem que tais ideias deveriam adaptar-se ao contexto no qual encontravam-se inseridos, nas palavras de Kléber, conceber um projeto "com uma cara de periferia no sentido de quem vai acessar a venda é a população que mora na periferia". Acionam Augusto que lhes ajuda a fomentar um grupo de seis famílias moradoras da favela da Erundina (favela onde o *Nossa Quebrada* já atuava), com quem permaneceram se reunindo semanalmente durante pouco mais de seis meses para discutir, "do ponto de vista dos moradores", que tipo de projeto na área da educação seria interessante de fazer, donde nasce o "tema da reforma". Daí Kléber afirmar que toda a proposta do Morada encontra-se "ancorada nos valores desse grupo de trabalho".

Nesse processo foram mapeando as "necessidades habitacionais" de moradores de favela que "não vão ser removidos" por processos de reurbanização, já que se encontram em favelas já consolidadas, e que tipos de problemas essas pessoas tinham com suas moradias, assim como as dificuldades que tinham para melhorá-las. Chegam por fim em três questões centrais: *a)* dificuldade de acessar crédito para a realização de reformas; *b)* desconhecimento técnico da prática da construção, o que impedia os moradores de "usar o dinheiro da maneira mais eficiente possível", desperdiçando material e por fim; *c)* ausência de mão de obra qualificada, já que, segundo Kléber, os bons pedreiros trabalham fora da

favela, e aqueles que trabalham dentro da favela são costumeiramente chamados, entre os próprios pedreiros, de "meia-colher. Segundo Kléber, há casos em que os pedreiros pedem adiantamento no primeiro dia de trabalho e não voltam para retomar o trabalho, sendo os principais alvos dessas estratégias, famílias de mães solteiras. Kléber e seus sócios também identificaram o escasseamento da prática dos mutirões naquelas favelas, devido ao "processo ser muito desgastante", "muito longo", o que faz com que as famílias não apostem mais nisso.

Frente a esse "diagnóstico" concebem, num primeiro momento, o *Morada Viva* funcionando como uma "ponte" entre "as soluções de mercado e o morador", o que significou a busca por parcerias com bancos, assessorias técnicas e a indústria da construção, mas descobrem a falta de interesse de tais instituições na proposta por eles oferecida. Os bancos, devido ao risco de inadimplência dos tomadores de empréstimo e o desinteresse em financiar crédito não-produtivo; as assessorias técnicas tais como *Peabirú*, escritório piloto da FAU, estudantes do Mackenzie, não se interessam em trabalhar com aquilo que Kléber denominou de "demanda pulverizada", ou seja, indivíduos que não participam de movimentos de moradia. E, por fim, os cursos de formação para pedreiros oferecidos pela indústria da construção para lojistas estão determinados pelo oferecimento de novas mercadorias neste setor, fomentando a demanda dessas por meio da qualificação das mãos de obra existentes no mercado, intermediada pelos lojistas, de uma maneira, segundo Kléber, "muito pouco pedagógica, muito pouco interessante". Percebendo então a impossibilidade de funcionarem como haviam primeiramente previsto, resolvem, eles próprios, internalizarem em sua iniciativa o oferecimento desses três serviços. Não obstante Kléber reconhecer que "vai demorar muito pro morador ver a importância da assistência técnica", já que a contratação da mesma sempre tende a encarecer o serviço das reformas. Kléber prevê a necessidade de aproximadamente "mil reformas" promovidas pelo *Morada Viva* no Jd. Ibirapuera e imediações para que o morador reconheça "o valor agregado do trabalho" especializado de alguém que contêm o uso do material, estabelece um prazo de entrega, produtiviza e controla o horário de trabalho do pedreiro pra que o mesmo "não passe a metade do dia assistindo televisão", etc.

Durante o ano de 2013 o *Morada Viva* se dedicou a fazer projeções financeiras em torno da quantidade de capital necessário para fazer decolar o negócio, a quantidade de reformas/mês para o negócio "girar sozinho", e nesse ínterim foram estabelecendo relações com o que Kléber chamou de "fundo de investimento em negócios de impacto social", um tipo de fundo gerado a partir de fundos de investimento tradicionais que, não obstante almejarem o retorno do dinheiro emprestado, almejam produzir "impacto social", dentre as quais Kléber citou a "Vox Capital", cujo dono é o neto de Antônio Ermírio de

Moraes, ou ainda a "Move", de Pierre Leal da empresa Natura, mas que investem costumeiramente em negócios de tecnologia, desenvolvimento de softwares, e não de "economia real", como seria o caso da *Morada Viva*. Afirma ainda que as pessoas com quem conversaram reconhecem o "baita potencial" que o *Morada Viva* tem, apesar de estarem acostumados a investir em negócios de maior porte. Diante disso resolvem, eles mesmos, tomarem um empréstimo para dar o primeiro impulso no negócio. Por meio de um convite da escola de negócios sociais da ESPM, Kléber realiza uma apresentação da *Morada Viva* e nessa ocasião conhece um "moleque [de trinta anos, com] bermuda" que está atualmente montando um fundo de relacionamento chamado *Rouxinol*, captando dinheiro de empresários amigos de seu pai, também empresário, tendo em vista investir em negócios de economia real. Planeja junto com o *Morada Viva* um retorno, "o mais justo possível", de um empréstimo de R$ 100.000,00 (retirado de seu fundo privado e não do *Rouxinol*). Caso a *Morada Viva* dê certo e consiga fazer reformas suficientes que comecem a pagar seus custos, ela se compromete a pagar os R$ 100.000 acrescido de um "X" estendido no período de dois anos "conforme o fluxo de caixa". Caso o negócio "dê muito certo", o investidor tem uma participação maior no retorno e assim paulatinamente; por fim, caso o negócio da Vivenda não dê certo, estes ficam descompromissados de pagar o empréstimo tomado. Considere-se ainda que a *Morada Viva* conta com um prazo de mais dois anos para começar a repagar o empréstimo. Além desse aporte financeiro a *Morada Viva* conta com outras doações, como da *Artemísia* (uma seguradora de negócios sociais), *Rede Carpet* e *Instituto Rede*, que movimentam seu caixa, já que "a causa da habitação é muito poderosa". Em suas próprias palavras "vira e mexe aparece alguma coisa", inclusive porque, além da causa da habitação ser poderosa, seus resultados são rápidos e facilmente demonstráveis: "foto de antes, foto de depois, resultado é demonstrado". Hoje o capital de giro da *Morada Viva* conta com aproximadamente R$ 200.000, não obstante viverem "todo final de mês um venenasso pra pagar folha de pagamento", já que os contratos de trabalho do corpo de oito funcionários estão regulamentados pela CLT, mas não somente os encargos destes aumentam seus gastos mensais, como veremos mais adiante.

Além do pagamento de todos os custos envolvidos na reprodução do negócio da *Morada Viva*, seu fluxo de caixa serve ao financiamento das obras que realizam para os moradores que contratam seus serviços. Depois de um longo processo de atendimento que inclui visitas às casas, a concepção coletiva com o próprio morador da reforma que se deseja, uma análise socioeconômica, conversas que incluem uma ponderação sobre a renda e os hábitos de consumo da família contratante, tendo em vista considerar se as prestações da reforma podem dificultar a reprodução familiar, assim como um mapeamento de possíveis "patologias oriundas dos problemas das casas", a *Morada Viva* começa o serviço

de reforma. As reformas oferecidas pela *Morada Viva* são pequenas, mas segundo Kléber "com alto impacto social", que custam entre R$ 3.000 e R$ 4.000 e pagam mão de obra (dos pedreiros e deles) e custo dos materiais. Estes preços são financiados pela própria empresa em 12 vezes sem juros, o que resulta em parcelas para as famílias em torno de R$ 350 e R$ 400, para as quais o "nome sujo" na praça não opera como critério de exclusão. As reformas não são feitas em casas alugadas, já que os benefícios devem atender ao proprietário, podendo desdobrar-se num aumento do próprio aluguel do imóvel, assim como em casas localizadas em áreas de risco e com problemas estruturais, (já que a reforma pode, ao invés de minorar, aumentar o problema), além de oferecem garantias, sem custo para o morador.

Atualmente, a *Morada Viva*, como diz Kléber, "come dinheiro da empresa de empréstimo", mas almeja que no prazo de um ano todos os custos do negócio devam começar a ser pagos por meio das próprias reformas, o que significa que necessitam alcançar uma meta de 40 reformas ao mês para garantir a estrutura que tem hoje, "sem aumentar o preço" do serviço para o consumidor final. Para tanto diagnostica que devem, por um lado, diminuir o tempo necessário a cada reforma, aumentando a "eficiência", o que lhes permitiria aumentar o número de reformas por mês para alcançar a meta, por outro lado, economizar na compra de materiais, por meio do acesso direto às indústrias de materiais, ou seja, eliminado o intermediador comercial. O que lhes permitiria fazer estoques, podendo, inclusive, repassar aos consumidores finais 50% desse desconto, sendo os outros 50% reinvestido no crescimento do negócio. Em suas próprias palavras "a ideia é que [a *Morada Viva*] gire simplesmente baseada em reforma, que não tenha mais dinheiro de fora, nada, nada, nada".

Hoje em dia estão em conversa com a empresa Camargo Corrêa em busca de "soluções inteligentes" para alcançar os objetivos apresentados por meio de uma parceria com a *Intersemente*, empresa que produz o cimento *Cauê*. Almejam construir uma parceria com esta empresa no sentido de acessarem "técnicas", incluso aqui a formação dos seus próprios pedreiros, (que a *Intersemente* só oferece às empreiteiras) que os ajudem a "fazer obras mais eficientes e melhores". Buscando equipamentos que tornem o trabalho do pedreiro mais leve, e simultaneamente mais eficiente[33]. Em suma buscam, por meio dessa parceria, "soluções inteligentes que transformem a obra numa coisa melhor tanto do ponto de vista do custo quanto do ponto de vista do trabalho do pedreiro". Kléber acredita que a Camargo Corrêa, assim como a *Cyrella* (Associação Brasileira de Incorporadoras) precisam

[33] Quando fizemos essa entrevista a *Morada Viva* tinha acabado de adquirir uma máquina de fazer reboco chapisco, que é capaz de preencher 40m² de reboco em uma hora, quando o tempo gasto pelo pedreiro para fazer manualmente a mesma metragem seria superior a um dia de trabalho.

investir em responsabilidade social, já que essa "é uma conta que eles tem que pagar", apesar de saber que tais parcerias ainda podem demorar a se efetivar.

Depois de seis anos de conversa com Augusto, da Associação *Nossa Quebrada*, deram início à uma parceria de trabalho financiada pelo Instituto *LEME*. Esse instituto atua como um captador de recursos entre pessoas físicas "endinheiradas" para filantropia, promovendo uma "ponte entre a organização social e o financiador", sendo uma das causas do instituto a questão da moradia. Procurados por esse instituto a *Morada Viva* propõe ao *Nossa Quebrada* o seguinte procedimento: montar um grupo de moradores das favelas do entorno, que não conseguem pagar os preços cobrados pela *Morada Viva* para fazer as reformas, oferecendo-lhes o serviço da reforma, mas exigindo-lhes o pagamento de apenas 30% em dez vezes, sendo os outros 70% financiados pelo Instituto. Entretanto, os 30% retornarão para a *Nossa Quebrada*, o que lhes permitiria "gerar recursos de oficina". Considerando que a *Morada Viva* fechou com o Instituto *LEME* a meta de 100 reformas até o final do ano de 2014 (15 por mês), cada uma custando em torno de R$ 3.000, isso geraria um retorno para a *Nossa Quebrada* de mais ou menos R$ 90.000.

Nessa parceria com a *Nossa Quebrada* começa a ganhar contorno um modelo de atuação social da qual Kléber é um entusiasta, pois crê que o "poder público [...] nem de perto é a primeira" alternativa de financiamento a ser buscada, seja pelos projetos sociais, seja pelos negócios sociais, já que tais iniciativas não podem ficar "dependendo da canetada de um cara que nem sabe o que tá acontecendo aqui [na periferia]". Defende que tais iniciativas devem buscar "autonomia financeira" e, por isso, buscar estratégias que permitam a reprodução das mesmas sem financiamentos externos. Em suas próprias palavras "os projetos tem que circular com grana que circula dentro da própria periferia", já que a periferia hoje "é uma máquina de fazer dinheiro [...] circula muito dinheiro aqui dentro". Entretanto, diz que as pessoas que hoje em dia que atuam com projetos sociais na periferia ainda tem muito preconceito de "enxergar a economia criativa", acreditando estarem abandonando suas ideologias. Considera que na época em que Augusto e Janaína começaram o *Nossa Quebrada* as alternativas de financiamento eram muito pequenas, estando especialmente monopolizadas nas mãos do Estado, mas que hoje tem crescido a "área de responsabilidade social empresarial", abrindo outras possibilidades de financiamento.

Afirma ainda que a *Morada Viva*, assim como outros negócios sociais, não buscam o lucro, já que o "lucro aumenta o bolso do patrão e não o negócio". Tanto Kléber quanto seus outros dois sócios tem salários pré-estabelecidos, que não podem ultrapassar os salários dos outros funcionários até determinada porcentagem, o que significa que toda e qualquer economia feita, ora por meio do aumento da produtividade do trabalho, ora por

meio da redução de custos dos materiais, serão reinvestidos automaticamente no crescimento do negócio e não transferidos para seus respectivos bolsos. Diz que pagam "uma bala" de imposto, já que seu rendimento é um pró-labore.

Por fim, a *Morada Viva* conta com um "mega planejamento pra expansão" no qual, nos próximos três anos, todo o dinheiro captado seja investido na realização de 1.000 reformas, o que lhes permita dominar o processo do começo ao fim, tornando-se capazes de criar "um pacote" de tecnologia social, almejando que cada "comunidade tenha um escritoriozinho da *Morada Viva*" e que possam "ajudar o empreendedor local que mora na comunidade que queira montar uma *Morada Viva*". Hoje Kléber vive de aluguel, com sua mulher, "numa casa bacana" em Santo Amaro, e diz não ter um custo de vida muito alto, mas que "não sobra no final do mês" para uma poupança.

Seção 2 – As trajetórias à revelia

Capítulo 4 – Uma cartografia do fluxo monetário à escala local

Até agora esta tese apresentou as trajetórias de mobilidade do trabalho dos meus interlocutores em um molde semelhante àquele adotado em minha dissertação. Tais relatos registram as vicissitudes no exercício da mobilidade do trabalho ao longo das trajetórias de nossos interlocutores, arrolando as oportunidades, os lugares e os tipos particulares de trabalho concreto aos quais se submeteram. Todavia, a despeito do que tais vicissitudes expressam em termos da contradição imanente do capital, tais não parecem suficientes para lidar com as profundas transformações em curso no que se refere à forma de acumulação do capital hodierna. Em outras palavras, se as alterações na mobilidade do trabalho apresentadas têm validade no sentido de demonstrar transformações concretas que vem ganhando terreno no mundo do trabalho (cf. Telles, 2006), por outro lado a monetarização das relações entre as famílias moradoras do Jardim Ibirapuera exigem uma abordagem distinta da que fizemos até agora.

Não obstante a presença incontornável do dinheiro na vida das famílias moradoras do Jardim Ibirapuera e outras periferias atualmente, aspecto também já verificado por outros pesquisadores (cf. Feltran, 2014; Sciré, 2009), tal não pode ser apreendido, ao menos no sentido empírico aqui apresentado do dinheiro, como uma novidade histórica. Como demonstrado em nosso mestrado (Giavarotti, 2012), o dinheiro encontrava-se já na gênese do loteamento. Em primeiro lugar porque seus primeiros moradores foram incorporados como trabalhadores assalariados do processo de industrialização e urbanização paulistano. E em segundo lugar porque a aquisição dos lotes e materiais de construção para erguer suas moradias por meio da autoconstrução foi apenas possível por meio da compra. Ou seja, o dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento funcionou e foi por mim abordado como o elo que conectava, na "superfície da sociedade" (Marx, 1988: p. 21), a esfera da produção ao âmbito reprodutivo destas famílias, em outras palavras, suas condições como trabalhadores àquelas de moradores. No entanto, além das trajetórias de trabalho se diferenciarem daquelas referidas ao processo de formação do Jardim Ibirapuera, a presença do dinheiro também se deslocou e definitivamente não circula da mesma maneira que antes e tampouco pelos mesmos circuitos. Claramente apontam um adensamento de relações comerciais entre os próprios moradores e não mais apenas um elo entre a esfera produtiva e o âmbito reprodutivo, diante do que o segundo figurava exclusivamente como lugar do consumo. Em outras palavras, mas ainda no registro empírico aqui adotado, o dinheiro que vem circulando entre os moradores do Jardim Ibirapuera parece expressar rendimentos que provém de outras "fontes" que não mais

estritamente aquelas do trabalho. O que significa também que o tratamento em separado dos relatos até agora apresentados não oferece matéria suficiente para apreender a forma contemporânea de reprodução das relações estabelecidas à escala local.

4.1. Os rendimentos e suas "fontes"[34]

Aposentada desde 2006 e proprietária de uma moradia localizada em uma das ruas do Jardim Ibirapuera, as rendas de Leonora quando de nossa entrevista com ela, incluíam duas aposentadorias (sua e de seu marido), além de uma indenização vitalícia, relativa à prisão de Darci ocorrida no ano de 1970. Somam-se às duas aposentadorias e indenização, rendas provenientes do aluguel pago por seus inquilinos que coabitam no mesmo lote de Leonora, em aposentos construídos há algum tempo. Por fim, Leonora conta com rendas oriundas das mensalidades de aproximadamente dez mulheres, até onde pudemos saber moradoras do entorno, que deixam seus filhos para serem cuidados em sua casa, enquanto trabalham fora. As aposentadorias e a indenização vitalícia, provenientes supostamente do orçamento do Estado, são pagas a Leonora como forma de garantir a reprodução de alguém que o mercado considerou prescindível. A despeito da diferença qualitativa com a indenização que articula-se a uma luta de reconhecimento dos efeitos deletérios de diversas ordens que a ditadura infligiu a muitos militantes, a origem desta renda é a mesma, o fundo público (cf. Oliveira, 1988), ou seja, é supostamente afiançado pela "tributação de rendas geradas pelo processo direto de mercado" (Kurz, 1998: p. 104). No segundo caso, as rendas que Leonora recebe provém do poder aquisitivo dos três núcleos familiares que coabitam em seu lote. Quando da realização desta entrevista a configuração era a seguinte: o primeiro deles era habitado por Regiane, que trabalhava como doméstica, seu marido e sua filha maior de idade (que também trabalhava e estudava no ensino superior). Estavam morando desde 2006 numa pequena casa no lote de Leonora que totalizava 27 m^2 e pagavam R$ 350,00. O segundo núcleo familiar é de Renata, que também trabalhava como empregada doméstica, e vivia aí com seu marido que trabalhava como pintor de parede e mais dois filhos, um de 23 anos que na época já trabalhava e um menor. Encontravam-se instalados na casa de Leonora desde 2008 e pagavam R$ 300,00 por três cômodos que somavam 27m^2. Por fim, havia Beatriz, que alugava dois cômodos, totalizando 32 m^2, pelo preço de R$ 350,00. Era separada e trabalhava como encarregada de uma firma de limpeza e vivia com sua filha de doze (12) anos. Dispunha ainda de uma pensão paga pelo marido. No que se refere à sua terceira fonte de renda, a creche, estava vinculada aos proventos granjeados pela clientela que se valia deste serviço e que naquele momento pagava o preço de R$ 80,00 por meio período e R$ 150,00 pelo período integral. O serviço oferecido por Leonora, Nair e Teresa (nora de Leonora) incluía buscar algumas crianças nas escolas, ficar com elas, ajudá-las com as tarefas de casa e lhes dar de comer. De acordo com Leonora, no

[34] O uso da noção de fontes aqui está em claro diálogo com o capítulo XLVIII do livro III d'*O Capital* de Karl Marx intitulado *A Fórmula Trinitária* (1986). Todavia as razões da utilização deste termo aqui entre aspas se explicitará mais adiante.

ano em que a entrevistei, o preço que cobrava das mães não cobria todos os custos necessários à iniciativa, por isso se valia de parte dos aluguéis para garantir sua manutenção. De acordo com Leonora "quase todas as mães [trabalhavam] em casa de família", donde é possível inferir que tais o poder aquisitivo desta clientela provinha destes rendimentos. Nelson, que condensa uma trajetória muito semelhante àquela de Leonora, ao ser da primeira geração de moradores do Jardim São Francisco, conta com "fontes" de renda similares. Uma aposentadoria mensal assegurada pelo Estado, rendimentos provenientes da locação dos apartamentos dos quais era proprietário e finalmente da loja de materiais de construção estabelecida na garagem de sua própria casa. A primeira fonte de renda de Nelson, sua aposentadoria, depende do fundo público estatal, assim como a aposentadoria de Leonora. Sua segunda fonte de seus rendimentos, os aluguéis dos apartamentos, deriva do poder aquisitivo de seus inquilinos, em outras palavras, da capacidade de solvência dos mesmos. No ano de minha entrevista Nelson planejava construir mais três apartamentos no mesmo prédio para ampliar suas "fontes" de renda. Por fim, Nelson contava com os rendimentos oriundos das vendas dos materiais de construção, ou seja, do poder aquisitivo de sua clientela à escala local. Quando da minha entrevista com ele, me afirmou que estava na busca de equilibrar suas contas e garantir que a loja conseguisse se pagar sozinha e não dependesse das rendas provenientes dos aluguéis para sua própria reprodução.

Passemos a observar as trajetórias da segunda geração de moradores do Jardim Ibirapuera e suas imediações (os filhos das primeiras famílias que se assentaram nos loteamentos abertos na década de 1960 e não nas favelas do entorno: Max, Augusto e Janaína, Dino, Rubens e Francisco). O fato de que muitos de nossos interlocutores da segunda geração de moradores do Jardim Ibirapuera e suas imediações se tornaram "empresários de si mesmos" (Kurz, 2003) coloca um problema de ordem epistemológica para a apresentação dos rendimentos, para ficarmos por enquanto apenas com esta ordem de problema. Epistemologicamente se torna intrincado separar aquilo que denominaríamos como custos de reprodução do trabalhador, no sentido marxiano do termo, daqueles custos de reprodução do empreendimento que entabulam, já que os últimos parecem se identificar com os primeiros e provavelmente a frequência com que tais rendas deslizam entre a estrita reprodução pessoal e a reprodução do negócio parecem ser de uma intensa fluidez. Tal emaranhado também se ancora num processo histórico de constituição do loteamento que será abordado posteriormente. Mas por enquanto nos interessa alertar que se torna tarefa impraticável identificar quais rendimentos auferidos por nossos interlocutores pagam a reprodução de seus empreendimentos e quais são destinados aos seus custos de reprodução *strictu sensu*, o que significaria também poder identificar o que aparece como custo e aquilo que aparece como investimento, já que tais escolhas

encontram-se em âmbito privado. Daqui pra frente apresentaremos as "fontes" dos rendimentos de nossos interlocutores sem nos preocuparmos imediatamente com essa distinção.

À época em que conversei com Max, sócio fundador junto com Leon (seu irmão) do restaurante *Macaxera*, as rendas com que contava eram aquelas provenientes do restaurante e de seus dois imóveis na favela da Pinhal Velho. No caso do restaurante, os rendimentos de Max envolviam uma diversidade de clientes impraticável de ser rastreada. Todavia, diante das coisas que me contou sobre as particularidades em ter um restaurante naquela localidade, torna-se possível conjecturar que funcionários públicos ligados às instituições de ensino próximas ao restaurante deviam ter uma participação considerável em sua receita monetária, além de algumas famílias moradoras do entorno que, além de ser uma parte minoritária de sua clientela, incluía uma diversidade também impossível de ser perseguida. Vale dizer também que durante o período em que realizei meus trabalhos de campo, tanto eu quanto os sócios da *Morada Viva*, e alguns funcionários e voluntários da *Associação Nossa Quebrada*, almoçávamos diariamente no restaurante *Macaxera*. Somavam-se a esses rendimentos provenientes do restaurante, rendas oriundas de dois aluguéis, um de R$ 400 e o outro de R$ 450, de imóveis localizados dentro da favela da Pinhal Velho, das quais é Max era proprietário. Max nos contou que pagou por tais imóveis R$ 20.000 e R$ 25.000, respectivamente, fazendo uso da indenização proveniente de uma rescisão de contrato e poupança. Não fica difícil supor, assim como no caso de Leonora e Nelson, que os rendimentos que recebia se encontravam condicionados pelo poder aquisitivo de seus inquilinos, incluindo a diversidade de rendimentos aí implicado já que não sabemos se tratamos aqui de pessoas aposentadas, trabalhadores assalariados, pequenos empreendedores locais, proprietários de outros imóveis que, como Max, lançam mão da mesma estratégia que ele, etc. Voltaremos a isso. No momento em que entrevistei Max, sua esposa trabalhava no serviço de atendimento ao consumidor (SAC) da empresa *Polishop* e seu salário era de R$ 1.200. Por fim vale assinalar que o investimento feito por Max e Leon na abertura do restaurante *Macaxera* originou-se das vendas do bar que montaram na garagem do imóvel de propriedade de seu pai no Jardim Leni (cf. Giavarotti, 2012) e o dinheiro que ali foram capazes de auferir também respondia a uma desmedida diversidade.

As rendas de Augusto e Janaína, como empreendedores e coordenadores da *Associação Nossa Quebrada*, são provenientes dos investimentos/subsídios por meio dos quais a própria organização se mantém. Em outras palavras, seus rendimentos encontram-se condicionados pela conquista ou não de financiamentos no mercado de editais pela *Associação Nossa Quebrada* e são dependentes da oferta destes editais, que não pode ser tomada como uma condição imutável. Ou seja, a *Associação Nossa Quebrada,* assim como

Janaína e Augusto, quando realizei a entrevista com os últimos, vinham se mantendo fundamentalmente por meio de editais públicos (âmbito federal, estadual ou municipal); os resgates do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), conseguidos por meio do Programa *Nota Fiscal Paulista*[35] e além das pequenas taxações decorrentes do empréstimo de seu CNPJ, sobre financiamentos públicos que subsidiavam outros projetos sociais. Apesar dessas "fontes" não serem fixas, implicando em frequentes mudanças, o que pude registrar no momento em que os entrevistei, foram as seguintes.

Em março de 2014 a associação decidiu empreender a reforma do imóvel localizado na favela da Erundina por meio de um *crowdfunding* (organizado pelo site Catarse[36]), o que resumidamente significa o somatório de contribuições financeiras realizadas por pessoas físicas, que neste episódio totalizou R$ 20.000. Nesse caso em particular, a reforma de uma das sedes da associação se valeu da disposição voluntária de uma miríade de pessoas, o que incluiu também uma diversidade enorme de "fontes".

Desde que decidiram alterar a atividade principal da associação para assistência social em 2003, o grosso dos financiamentos regulares procedem do *FUMCAD* (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), vinculado ao *CMDCA* (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), ambos abrangidos pela Secretaria da Criança e do Adolescente da Prefeitura de São Paulo. Os fundos com os quais o *FUMCAD* contam provém do abatimento dos Imposto de Renda de pessoas físicas e/ou jurídicas dispostas a financiarem atividades ligadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Outra fonte de renda era proveniente do *Programa Nota Fiscal Paulista*, o que lhes possibilitava granjear, duas vezes ao ano, a quantia correspondente aos impostos embutidos nas mercadorias, resgatáveis pelo consumidor, relativamente ao valor total cadastrado. Em outras palavras, os rendimentos auferidos por meio desse programa estavam vinculados e condicionados ao poder aquisitivo de milhões de consumidores desinteressados em

[35] A importância deste mecanismo de arrecadação de fundos pode ser observada na carta escrita por diversas organizações (fonte: http://captacao.org/recursos/noticias/1722-carta-das-organizacoes-paulistas (Acesso: dia 28 de setembro de 2015) e endereçada ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, quando declarou que adiaria a liberação dos créditos, bem como diminuiria o repasse do *ICMS* (fonte: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/nota-fiscal-paulista-adia-liberacao-de-creditos-e-reduz-repasse-do-icms.html (Acesso: dia 28 de setembro de 2015), impondo dificuldades à reprodução das organizações que dependem destes resgates. O governador recuou na decisão após a mobilização das organizações, mas para nós importa reter a importância que essa forma de financiamento adquiriu na reprodução das organizações sociais, ao menos em São Paulo.

[36] "O Catarse é uma ferramenta que possibilita o financiamento de projetos criativos. Aqui artistas, designers, gamers, empreendedores, ativistas, tem uma poderosa ferramenta para conseguirem viabilizar financeiramente seus projetos. Essas iniciativas inovadoras, criativas e ambiciosas se tornam realidade a partir da colaboração direta de pessoas que se identificam com elas". Disponível em <http://suporte.catarse.me/hc/pt-br/articles/201982466-O-que-é-e-como-funciona-o-Catarse->. Acesso: dia 30 de dezembro 2014.

resgatar os impostos sobre as mercadorias que lhes seriam de direito[37]. Pelas contas de Augusto o valor resgatado quando realizei minhas entrevista estava em torno de R$ 10.000 mensais, mas almejava conseguir cobrir o custo mensal de manutenção da associação de R$ 25.000 apenas por meio desta forma de arrecadação. Como a presença de Augusto e Janaína adquirem uma função estratégica na reprodução da iniciativa, por terem sido os criadores da associação e seus maiores entusiastas até hoje, nos parece plausível supor que nos R$ 10.000,00 mensais que no momento de minha entrevista conseguiam auferir por meio do *Programa Nota Fiscal Paulista* referentes à reprodução da estrutura administrativa, bem como da manutenção de suas sedes, podem estar inclusos os proventos de ambos, ou de algum deles.

A quarta fonte de renda com a qual Augusto e Janaína dispunham decorria da taxação de projetos externos solicitantes de algum tipo de convênio com o Estado (nível municipal, estadual ou federal), mas desprovidos de uma figura jurídica por meio da qual pudessem receber o aporte financeiro destinado. A *Associação Nossa Quebrada*, nestas ocasiões, funcionava como uma mediadora, já que sua condição jurídica lhe permitia fechar o contrato com tais convênios. O financiamento estatal, nesta situação, era pago à associação que o repassava aos projetos finais, taxando-os em 10%. Neste caso em particular, as rendas provinham da existência de projetos capazes de angariar financiamentos estatais, mas em condições jurídicas informais. Em outras palavras, a possibilidade de formalização destas iniciativas superaria a condição de mediadora da associação, podendo acarretar a perda desta renda, ainda que o fundamento aqui seja o fundo público. Segundo Augusto, nos meses pregressos à entrevista a associação pôde auferir aproximadamente R$ 3.000 mensais, decorrentes dessas porcentagens.

Augusto e Janaína contavam ainda com a parceria com o Instituto *LEME*, que proporcionava a possibilidade de um aporte financeiro proveniente do lento retorno de 30% do pagamento das reformas realizadas pela *Morada Viva*, já que buscavam uma diversificação das "fontes" de financiamento. Nesse caso, uma experiência de diversificação das "fontes" de rendimento estaria ancorada na solvabilidade dos moradores das favelas do entorno beneficiárias do mencionado projeto. Ou seja, no poder aquisitivo destas famílias moradoras. Todos os outros projetos que ocorriam na *Associação Nossa Quebrada* na época em que os entrevistei, já que ela também abrigava atividades propostas por terceiros, reproduziam-se por meio de financiamentos provenientes do fundo público. Pela minha experiência na associação, ela não deveria cobrar qualquer tipo de taxa referida ao uso das sedes pelos proponentes de projetos.

[37] Durante o período em que realizei meus trabalhos de campo, era muito comum ver moradores separando notas fiscais e cadastrando seus valores no CNPJ da associação, provavelmente em troca de alguma renda.

Por fim vale lembrar que Augusto almejava obter certificados que o permitiriam acessar financiamentos privados que não necessitariam mais do aval do Estado para serem repassados às iniciativas solicitantes, sendo aquela alíquota referente ao lucro da empresa que seria paga ao Estado na forma de imposto de renda, destinada diretamente aos projetos sociais. Os financiamentos públicos não deixariam de ter centralidade na reprodução da associação, mesmo que tal modalidade de financiamento pareça contrariar tal perspectiva. Em outras palavras, a perda de poder do Estado em chancelar a transferência de parte de seus impostos para projetos sociais não significa que o dinheiro destinado não fizesse parte do fundo público. Em resumo, interessa explicitar aqui a dependência estrutural que os rendimentos de Janaína e Augusto, assim como a associação, tinha e tem para com o fundo público.

As rendas de Dino à época em que o entrevistei eram provenientes do seu trabalho como taxista, que tinha seu ponto localizado chegado ao Centro Empresarial, próximo ao Jd. Ibirapuera, na Av. Maria Coelho Aguiar e atendia a uma miríade de clientes. Assim como todos os nossos interlocutores que estão se reproduzindo como empresários de si próprios, os rendimentos de Dino se encontravam condicionados à capacidade de pagamento de seus clientes e respondia a uma profusão de "fontes" (assalariados, aposentados, microempresários, etc.). Outra parte das rendas de Dino, segundo ele minoritária, mas com que podia contar, provinham do salão de cabeleireiro de sua esposa, localizado no bairro do Piraporinha, também Zona Sul de São Paulo. Quando de minha entrevista com ele, sua mulher contava com uma sócia que oferecia no salão de sua esposa os serviços de manicure e pedicure, repartindo os gastos com o aluguel de acordo com a seguinte divisão: 70% destes custos eram de responsabilidade da esposa de Dino e os outros 30% de sua sócia. Segundo Dino, a sócia de sua mulher lhe pagava uma porcentagem sobre os rendimentos obtidos pelos seus serviços; como uma espécie de tributo relativo ao uso do imóvel. Assim como para Dino, as "fontes" dos rendimentos de sua esposa era condicionados pelo poder aquisitivo de sua clientela local.

Rubens, apesar de não ocupar a mesma posição que Augusto e/ou Janaína dentro da estrutura da *Associação Nossa Quebrada*, os rendimentos dispunha, quando de minha entrevista com ele, encontravam-se igualmente condicionados aos êxitos da associação em angariar financiamentos no mercado de editais públicos e/ou privados. Todavia, Rubens também ocupava uma posição estratégica no funcionamento da associação, no sentido de fazer parte do corpo administrativo, o que nos autoriza a supor que talvez suas rendas fossem asseguradas pelo recolhimento dos impostos por meio do *Programa Nota Fiscal Paulista*. Sob a forma da última ou de qualquer outra fonte de financiamento já apresentada no caso de Janaína e Augusto, o que importa aqui afirmar é o vínculo necessário que os

rendimentos de Rubens estabelecem com o fundo público. Outra fonte de rendimento que encontrava-se disponível para Rubens e sua família dizia respeito à pensão que seu pai deixou para sua mãe ao morrer e que esta, ao falecer alguns anos mais tarde, transferiu ao filho epilético que mora na mesma residência que Rubens no Jardim Celeste. O que significa que, de uma maneira distinta do seu trabalho na associação, este rendimento se encontra vinculado ao fundo público estatal.

Não obstante Francisco não se encontrar mais morando no Jardim Ibirapuera, o período entre aproximadamente 1995 e 2005, quando voltou a viver na casa dos seus pais no Jardim Ibirapuera e deu início à sua atividade como corretor de imóveis, é de interesse evidente para o desdobramento desta investigação. Durante este período os rendimentos de Francisco originavam-se das negociações que oportunizava entre moradores do Jardim Ibirapuera e suas imediações. Como ele mesmo me explicou, decorria de um acréscimo de valor sobre o preço requerido pelo proprietário para a venda do imóvel que se encontrava negociando. Neste caso em particular as "fontes" de seu rendimento devem ser consideradas de dois pontos de vista. O primeiro deles se refere a que os compradores poderiam ser os mais diversos, o que significa que os rendimentos poderiam provir de salários, aposentadorias, alugueis, etc. O que já implica no reconhecimento da dependência de seus rendimentos do poder aquisitivo de sua clientela. Mas há um outro elemento necessário de ser apontado aqui e que diz respeito à presença de lotes de terra e imóveis disponíveis para serem negociados. Em outras palavras, se os rendimentos de Francisco estavam vinculados ao poder de compra de sua clientela, a última não existiria caso não houvessem terras e imóveis mobilizáveis naquela localidade. Assim como todos os nossos outros interlocutores da segunda geração de moradores do Jardim Ibirapuera e imediações, as possibilidades de rendimento de Francisco se encontravam condicionadas ao êxito ou fracasso de suas negociações, tanto é que quando as transações com imóveis começaram a desaquecer naquela localidade ele decidiu abandonar o negócio. Voltaremos a ambos os problemas posteriormente.

Passemos agora a analisar os rendimentos e as respectivas "fontes" dos meus interlocutores oriundos de uma leva de migrantes e/ou naturais de São Paulo evidentemente heterogênea a qual inclui uma migrante chegada em meados da década de 1980 (Nair) e que vive de aluguel até hoje. A família de Soraia e Simeão que, chegados na década de 90, se estabeleceram como proprietários na favela da Pinhal Velho. A segunda geração de moradores desta mesma favela (Felipe e Paulo), bem como um empreendedor que nunca foi morador do Jardim Ibirapuera e tampouco de suas imediações, mas que enxergou no Jardim Ibirapuera e suas favelas uma oportunidade de levar à frente um "negócio social" (Kléber). Tal conjunto de trajetórias, em sua heterogeneidade, parecem

indicar uma espécie de implosão da experiência vicinal que marcou os primórdios da formação do Jardim Ibirapuera (cf. Giavarotti, 2012) o que buscaremos tematizar e discutir mais à frente.

No caso de Nair, suas rendas eram provenientes daquelas que compunham os rendimentos de Leonora. Considerando o que já foi apresentado sobre a última, é admissível deduzir que as "fontes" dos proventos de Nair podem ser qualquer uma das três já descritas (as aposentadorias, as mensalidades das mães, os aluguéis das inquilinas ou uma combinação de todos). Além desta renda mensal, Leonora também se responsabilizava por fazer a contribuição mensal à previdência para Nair, renda que pode provir de qualquer uma das já citadas. Não obstante a indistinção implicada que envolvem as "fontes" que vinham compondo a renda que afluía para Nair, não podemos esquecer que até onde é possível enxergar, suas possibilidades concretas de permanecer trabalhando para Leonora dependiam de condições distintas: o poder aquisitivo das inquilinas e mães de um lado e de outro a viabilidade financeira do fundo público. Quando de minha entrevista com Nair, ela me contou que recebia esporadicamente ajudas financeiras de seu ex-marido, provenientes dos serviços que o último realizava como serralheiro, aparentemente para uma clientela do Jardim Ibirapuera e imediações. Muito raramente, como Nair insistiu em nos afirmar, recebia ajudas financeiras de seu namorado alemão, Eldrick, supostamente de seu salário. No caso das "fontes" das contribuições de seu ex-marido, elas encontravam-se, assim como no caso de outros de nossos interlocutores, de tal maneira pulverizadas, imiscuídas e capilarizadas nas relações comerciais que vieram se adensando no Jardim Ibirapuera e imediações que poderiam ter qualquer proveniência, portanto dependente do poder aquisitivo de sua clientela.

Soraia, na época em que a entrevistei, contava com uma renda no valor de R$ 990,00 oriunda do serviço que oferecia como faxineira para a *Associação Nossa Quebrada* e a *Morada Viva*, além de um vale-refeição, já que era contratada em regime CLT. Como funcionária das duas iniciativas, a regularidade de seus rendimentos encontrava-se dependente das formas de financiamento públicos e/ou privados que vinham assegurando a manutenção de ambos os empreendimentos, a despeito de seu cargo dentro das estruturas organizativas. Em outras palavras, a renda de Soraia estava condicionada pela suposta viabilidade financeira do fundo público. Além desta renda mensal, Soraia contava com alguns "bicos" que realizava como diarista, o que poderia incluir serviços nas casas de moradores do Jardim Ibirapuera e imediações, assim como Nair, o que significa que sua viabilidade financeira se encontrava dependente do poder aquisitivo daqueles que contratavam seu serviço. No momento em que a entrevistei, Soraia era beneficiária do instituto *LEME*, oferecido pela *Morada Viva*, o que significa que 70% dos custos

necessários às três reformas realizadas por ela, distribuídas entre os cômodos em que suas filhas moravam naquele momento, foram pagos por pessoas físicas abastadas, enquanto 30% do valor da reforma, que segundo Soraia devia chegar no máximo a R$ 300,00 por mês, seria pago por ela. Ou seja, sua condição de beneficiária lhe permitiu acessar uma espécie de subsídio, na forma de doação de endinheirados, completamente dependente da cadeia de mediações oportunizadas pela *Morada Viva* e o instituto *LEME*, portanto era dependente do humor dos empresários. Além da excepcionalidade desta última situação, é preciso diferir o significado deste rendimento encerrado sob a forma de materiais de construção e trabalho, daqueles sob a forma do dinheiro.

Paulo, da segunda geração de moradores da favela da Pinhal Velho, no momento em que o entrevistei, não contava com rendas regulares e esforçava-se para que seu projeto *Esporte e Letramento* continuasse estabelecendo parcerias que lhe fornecesse doações para a sua continuidade, assim como sua "sobrevivência" (Paulo). Quando de minha entrevista, Paulo buscava estratégias para dar impulso ao seu projeto, o que incluía a possibilidade de formalizar-se enquanto Microempreendedor Individual (MEI)[38] e poder atuar em cinco frentes de trabalho diferentes. Segundo ele, tal formalização ancorava-se na ideia de que "o [*Esporte e Letramento*] [estava] virando uma marca" (Paulo), o que significava o oferecimento gratuito do projeto para diversas instituições com a condição de que, caso viessem a abrigá-lo, se comprometeriam em comprar de suas mãos os uniformes e outras peças de roupa que comporiam o vestuário, concebido por ele, das crianças participantes do projeto. Segundo Paulo, a venda desses uniformes geraria uma renda que lhe permitiria "sobreviver", já que o oferecimento do projeto seria gratuito para a instituição. Ou seja, a renda que buscava auferir por meio desta estratégia estaria referida à possibilidade de venda de uniformes produzidos por terceiros, provavelmente agenciados por ele, mas não produzidos, informação que não consegui saber. De um lado, dependeria da capacidade das instituições em conseguir financiamentos ("o local [que abrigaria o projeto] arruma os parceiros, as pessoas que vão ajudar eles lá, né?" (Paulo)) e posteriormente da disposição em comprar os uniformes oferecidos por Paulo. De outro, da sua capacidade de agenciar costureiras para fazer o serviço e aquinhoar alguma renda na intermediação deste negócio.

[38] "Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria". O Microempreendedor Individual tem a obrigação de pagar "apenas o valor fixo mensal de R$ 37,20 (comércio ou indústria), R$ 41,20 (prestação de serviços) ou R$ 42,20 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. […] Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros". Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso: dia 3 de janeiro de 2015.

A outra estratégia que Paulo lançava mão para dar continuidade ao projeto que já estava em funcionamento numa escola municipal próxima ao Jardim Ibirapuera, fundava-se, segundo ele, num curso de engenharia comunitária que lhe forneceu ferramentas logísticas para acessar pequenas doações, seja na forma de dinheiro ou de mercadorias, de empreendimentos existentes no Jd. Ibirapuera e imediações, enquanto este encontra-se sem financiamento regular. Neste caso, estaríamos diante de uma ajuda financeira que se encontrava vinculada ao dinheiro gasto por moradores do próprio Jd. Ibirapuera nos diversos empreendimentos que aí existem, repassados posteriormente a Paulo. Ou seja, como tantos outros microempreendimentos, Paulo dependia do poder aquisitivo dos moradores do Jardim Ibirapuera e seu entorno. Apesar da condição muito irregular vivida por Paulo no momento de minha entrevista, interessa pontuar que o futuro que almejava para o projeto *Esporte e Letramento*, assim como para sua vida, gravitava no mesmo campo de muitas das trajetórias até aqui apresentadas, em especial aquela vivida por Augusto e Janaína, nas quais a possibilidade de sua "sobrevivência" encontraria-se vinculada à possibilidade de expansão e manutenção do projeto que concebeu, e este, por sua vez, dependeria do fundo público do Estado.

A despeito de seus planos e estratégias, no momento em que entrevistamos Paulo as "fontes" de suas rendas eram os "bicos" irregulares que fazia para um público que, supomos, participante de uma rede de pessoas conectadas ao terceiro setor, sejam como trabalhadores, voluntários, gestores destas organizações, ou ainda como mediadores entre estas e possíveis financiadores, o que poderia também incluir rendas provenientes do Estado. Como no caso de outros de nossos interlocutores engajados como empresários de si próprios, as rendas esporádicas de Paulo se encontravam determinadas pelas possibilidades de aquisição de rendas por parte de sua clientela.

Felipe, também da segunda geração de moradores da favela da Pinhal Velho, quando de minha entrevista, alcançava sua renda de R$ 700 como funcionário na área administrativa da *Associação Nossa Quebrada*, formalizado como Microempreendedor Individual (MEI) e como Nair e Soraia, dependia das possibilidades de que a *Nossa Quebrada* conseguisse conquistar financiamentos no mercado de editais públicos e/ou privados. Neste período se encontrava cursando administração na faculdade *Uninove* de Santo Amaro e as possibilidades de pagamento de sua faculdade no preço de R$ 600, já que era ele quem se responsabilizava por esse custo (ou seria investimento?), encontrava-se vinculada à viabilidade financeira de certos projetos em curso na *Associação Nossa Quebrada*. Além desse trabalho que fazia para a associação, Felipe também era integrante do coletivo *Vivão e Vivendo* que, no momento de nossa entrevista tinha acabado de ser contemplado pelo *Programa VAI* (Valorização de Iniciativas Culturais da Prefeitura de São Paulo), o que

permitia ao coletivo investir nos equipamentos de som que os permitiria dar prosseguimento às atividades que vinham fazendo (saraus, bailes, etc.). Nesse caso em particular, as possibilidades de reprodução e expansão do coletivo encontrava-se dependente do fundo público, na forma do *Programa VAI*, mas almejava alcançar uma autonomia financeira e viver da prestação de serviços que ofereceriam às instituições interessadas em suas atividades.

Para finalizar este item devemos agora nos dedicar à análise das "fontes" de rendimento de Kléber, como sócio empreendedor da *Morada Viva*. Em primeiro lugar é mister reconhecer que os rendimentos de Kléber pareciam provir da mesma "fonte" que garantiria a reprodução e ampliação da *Morada Viva*.

No momento em que tive a oportunidade de entrevistá-lo, uma das "fontes" de rendimento era oriunda de um empréstimo de R$ 100.000,00 feito por uma pessoa física. De acordo com Kléber a forma de pagamento deste empréstimo foi concebida junto aos sócios da *Morada Viva* de uma maneira que não viesse a dilapidar o empreendimento. Caso a *Morada Viva* desse certo e conseguisse realizar as reformas suficientes que os permitissem se autonomizar deste financiador, comprometiam-se a devolver, no período de dois anos "conforme o fluxo de caixa" (Kléber), os R$ 100.000,00 acrescidos de uma quantia "x" de juro (definida entre credor e devedor). Caso o negócio gerasse mais dividendos do que o previsto, o investidor teria uma participação maior no retorno, aumentando sua participação de acordo com o aumento daqueles dividendos. Por fim, caso a *Morada Viva* não conseguisse realizar o número de reformas previstas, estes ficariam absolutamente descompromissados de pagar o empréstimo tomado. Nesse sentido, essa primeira "fonte" de renda provinha da disposição um particular em investir na iniciativa, ainda que a maneira como foi desenhado tal empréstimo ele podia resvalar para a doação, já que a bancarrota da *Morada Viva* não significaria permanecerem endividados.

Outra fonte de renda era a parceria feita pela *Morada Viva* junto ao *Instituto LEME*, que atuava promovendo uma "ponte entre a organização social e o financiador" (Kléber). Considerando a posição de mediador desse instituto é possível deduzir que o dinheiro por ele captado parecesse vinculado às poupanças de empresários, banqueiros ou proprietários de terra que resolvessem doar, seja seus lucros, juros ou rendas, para causas sociais. No que se refere a esta parceria, o referido instituto pretendia doar 70% do preço total de 100 reformas destinadas a um público que a *Morada Viva* não alcançava, sendo os outros 30% pagos por estes últimos (parceira a qual Soraia era beneficiária). Entretanto o pagamento desses 30% não retornaria à *Morada Viva*, mas seria destinada à *Associação Nossa Quebrada*. Segundo Kléber, o intento desta parceria era atender um público que não teria acesso aos serviços oferecidos pela *Morada Viva* devido ao preço das reformas oferecidas, mas

também estimular uma parceria com a *Associação Nossa Quebrada* no intuito de abrir novos horizontes de "sustentabilidade" (Augusto) da associação por meio da diversificação de suas "fontes" de recursos.

Deve-se ainda computar como outra "fonte" de rendimento o retorno em 12 meses, não garantido, das reformas vendidas a crédito para todos aqueles que no momento de minha entrevista já eram clientes da *Morada Viva*, composta somente por moradores proprietários das favelas do entorno do Jd. Ibirapuera. Nesse sentido, a proveniência desses rendimentos se assemelha demasiadamente com aquela verificada no caso de todos os nossos interlocutores que se tornaram microempreendedores: difusa, capilarizada e diversa, mas circunscrita às favelas do entorno do Jardim Ibirapuera, portanto dependente da capacidade aquisitiva da clientela. Todavia, no momento em que conversamos com Kléber o número de reformas ainda não era suficiente para movimentar e reproduzir o negócio, incluindo as rendas com os trabalhadores e o corpo administrativo. Diante desse quadro, Kléber nos afirmou que naquele momento a *Morada Viva* "[comia] dinheiro da empresa de empréstimo", ainda que almejassem no prazo de um ano que o negócio estivesse se pagando por meio das próprias reformas. O que naquele momento significava a necessidade de alcançar a meta de 40 reformas ao mês, pelo preço de R$ 3000 a R$ 4000 cada, tendo em vista garantir a estrutura que tinham naquele momento, sem que para isso necessitassem aumentar o preço do serviço para o consumidor final. Em suas próprias palavras "a ideia é que [a *Morada Viva*] gire simplesmente baseada em reforma, que não tenha mais dinheiro de fora, nada, nada, nada" (Kléber), o que significa que aparentemente o desígnio era de que as suas rendas pudessem proceder estritamente do poder aquisitivo de sua clientela.

4.2 O dinheiro e os valores: Simmel

Esta (re)apresentação das trajetórias de meus interlocutores, bem como as relações comerciais e contratuais que historicamente vieram se estabelecendo entre eles aponta para uma gama de questões que já vem sendo tematizadas por alguns sociólogos. A diversidade de trabalhos concretos que meus interlocutores experimentaram e experimentam são evidências óbvias das "mutações do trabalho" tematizadas por Vera Telles (2006), bem como de uma importante reconfiguração das assim chamadas periferias, nas quais a estrita separação entre produção e reprodução parece ter se esboroado, expondo aquilo que Rizek (2012) sugeriu ler como "zonas de indiferenciação" (cf. Rizek, 2012). Importante ainda sublinhar a crescente e manifesta monetarização das relações entre os moradores do Jd. Ibirapuera, suas imediações e além, como já apontou Feltran (2014), sendo que todos esses aspectos se entrelaçam e respondem a transformações de fundo no processo de acumulação do capital à escala global que pretendemos desvelar tendo como ponto de partida o Jd. Ibirapuera e as trajetórias já apresentadas.

Essa cartografia que delineamos referida aos fluxos monetários e relações comerciais e contratuais que historicamente vieram se adensando entre os moradores do Jd. Ibirapuera e aqueles de suas imediações nos permitiu localizar os pontos nos quais, por assim dizer, o fluxo vira coágulo, ao se tornar renda apropriada privadamente, assim como nos forneceu matéria para apontar, em um nível fenomênico, a origem de tais fluxos monetários e as "fontes" de onde o direito à apropriação privada parece emanar. Ou seja, quem é que paga quem e em razão de quê? Num primeiro momento tal cartografia funcionou como um indício dos "fluxos de produção e circulação de riqueza" (Rizek, 2012: p. 42)[39]. Ademais, o diagrama deste circuito monetário que foi se desenhando à medida que fomos articulando as trajetórias de nossos interlocutores é o que igualmente nos permitiu tatear a existência de diferentes "mercados" (Feltran, 2014) no Jd. Ibirapuera e suas adjacências: o mercado imobiliário, o mercado de serviços, o mercado de entorpecentes, o mercado financeiro, o mercado de editais, o mercado alimentício, o mercado da construção civil, nos quais nossos interlocutores ocupam os lugares de consumidores ou vendedores. Contribuiu, simultaneamente, para começarmos a mapear um processo histórico de reconfiguração social do Jd. Ibirapuera, exigindo repensar os próprios conceitos de "periferia", "pobreza" e "classes populares", como sugere Feltran (2014: p. 496). E por fim, tal reconfiguração social nos permitiu começar a identificar novas relações de poder, portanto territoriais (Raffestin, 1993), que foram emergindo entre nossos interlocutores e internamente ao Jardim Ibirapuera e seu entorno, de acordo com novas práticas que ali

[39] À medida que o nosso argumento for se desdobrando a noção contraditória de riqueza discutida por Marx deverá se evidenciar ao leitor, expondo o problema de se tomar a riqueza material como um dado neutro.

emergiram e se desdobraram no decorrer dos pouco mais de cinquenta anos de sua existência (cf. Giavarotti, 2012). Em suma, tal cartografia nos permitiu identificar mudanças na "totalidade concreta" (Scholz, 2010) do Jd. Ibirapuera. Todavia, o objetivo de nossa investigação não se encerra à descoberta, registro e comparação das mudanças concretas verificadas no Jd. Ibirapuera e seus moradores, entendida como uma experiência específica da reprodução social da periferia da metrópole de São Paulo. Pelo contrário, nos interessa conseguir circunscrever as trajetórias até aqui apresentadas como parte (no sentido de uma totalidade concreta particular) daquilo que Karl Marx apontou como o fundamento do capital, uma "contradição em processo" ([1857/58] 2011: p. 588). E, para tal, é preciso enfrentar criticamente, tanto as categorias de renda, dinheiro e "fonte", quanto aquela de riqueza, que até aqui foram empregadas de maneira neutra. Buscaremos daqui em diante dar um salto qualitativo em nossa análise tendo em vista alcançar uma descrição crítica do processo já apresentado.

Feltran (2014), no artigo já citado, busca pensar no dinheiro como uma forma de "mediação de potenciais conflitos" (2014: p. 507) entre "grupos recortados, que, sob outras perspectivas mediadoras – a lei, a ordem, a moral – estariam em alteridade radical" (2014: p. 498). O esforço do autor em analisar o dinheiro como uma "mediação para o conflito social contemporâneo" (2014: p. 495) parte da constatação de uma controvérsia instaurada entre cientistas sociais acerca das periferias no chamado período Lulista, marcada por duas "figurações" (2014: p. 495) bem distintas:

> De um lado, enfatizou-se a expansão da cidadania, comprovada pela maior cobertura das políticas e melhoria dos indicadores sociais (inclusive desigualdade de renda), mas também pela manutenção de marcos legais progressistas, consolidação da participação social em conselhos, estabilidade da democracia institucional, além da enorme expansão das capacidades de consumo e crédito populares. De outro, denunciou-se o recrudescimento da insegurança e a militarização da ordem urbana, a criminalização da pobreza e sua instrumentalização pelos mercados imobiliários e de segurança privada, a ampliação do encarceramento e a tendência à internação compulsória de usuários de drogas, bem como a incriminação do protesto social, atentados aos direitos civis (Feltran, 2014: p. 495-496).

Segundo o autor, a coexistência destas figurações aparentemente contraditórias e as polêmicas em torno delas pode fundar-se num primeiro momento "às perspectivas teóricas, os locais de observação e métodos empregados" (2014: p. 496) pelos pesquisadores empenhados nestas investigações. Mas para além disso o autor também sugere que "uma das causas centrais desse desentendimento é a demasiada agregação analítica, que pressupõe homogeneidade empírica" (2014: p. 496). Tal agregação analítica estaria consubstanciada em categorias analíticas como "pobreza", "periferia", "classes populares", que ao invés de iluminarem os processos sociais em curso, os velariam. A

depender do objeto eleito pelo pesquisador para ser investigado, correr-se-ia o risco de tomar "uma imagem particular [...] como a parte que representaria o todo" (2014: p. 496). Em outras palavras, o procedimento analítico de tomar a parte pelo todo esconderia um processo de evidente heterogeneização da experiência social (como pôde ficar evidente nos relatos arrolados nesta tese até agora) que não caberia mais, por exemplo, sob as categorias de pobreza, periferia, classes populares, etc.

Contrariamente às categorias que tenderiam a homogeneizar uma experiência evidentemente heterogênea, o autor parte do reconhecimento de "duas linhas de conflito social" (2014: p. 497) para oferecer novos contornos para a polêmica apresentada. A primeira linha de conflito se encontraria estabelecida entre "setores populacionais das 'periferias'" (2014: p. 497) e a segunda pelo conflito instalado entre estes setores populacionais das periferias e "grupos sociais mais abastados (entendidos por todos esses como 'playboys', 'madames' ou 'bacanas'" (2014: p. 497). Essencialmente o "conflito social" que parece lhe interessar é aquele relativo às classes sociais, ainda que a menção e, ao que parece, adesão pelo autor às categorias nativas para apresentá-lo não nos permita apreender precisamente o substrato que, de seu ponto de vista, diferenciariam uns e outros. De qualquer maneira, nosso ponto com sua argumentação não é esse, mas sim o que, diante destas duas linhas de conflito instalado, "produz uma forma de vida comum" (2014: p. 497), a saber, o dinheiro. Este último teria sido "objetivamente elevado ao estatuto de forma mediadora entre grupos populacionais em conflito" (Feltran, 2014: p. 497). Mas de que maneira o dinheiro se tornaria esta forma mediadora?

A expressão utilizada pelo autor de que o dinheiro teria sido "objetivamente elevado", assim como o termo "aposta" no subtítulo de seu artigo evidencia que de seu ponto de vista o dinheiro deveria ser compreendido como uma "estratégia governamental" (2014: p. 497) para conciliar os conflitos sociais que atravessam a sociedade brasileira. Em outra parte do artigo o autor explicita seu argumento afirmando compreender "o ideal de expansão de consumo aos pobres e sua integração aos mercados como *projeto político fundamental*" (2014: p. 497 – grifo nosso). A expansão da monetarização é o que permitiria a troca de "bens e serviços" entre trabalhadores e bandidos (alteridades radicais), bem como os últimos e a corporação policial, internamente às periferias. Mas igualmente jogaria água no moinho dos sonhos de consumo alimentados por playboys e manos que cada vez mais convergiriam, produzindo conformidade onde haveria dissenso e conflito. Em seus próprios termos "todos respeitam a riqueza como signo de *status*" (2014: p. 497 – grifo do autor).

Como já localizamos, o dinheiro em seu argumento parece ter dimensão estratégica, o que significa, de nosso ponto de vista, que pode ser compreendido como um

instrumento passível de ser manejado pela instituição estatal de acordo com seus desígnios, em seus próprios termos, como parte de um projeto político. Nesse sentido, está associado à possibilidade de oferecer conformidade onde haveria conflito, seja entre os "regimes normativos" coexistentes nas periferias de São Paulo "provisoriamente chamados de *estatal*, *evangélico* e *criminal*" (2014: p. 504 – grifo do autor), seja entre classes sociais distintas representadas pelas categorias de manos e playboys. Soma-se a isso que o modo como o dinheiro seria introduzido artificialmente na vida social estaria fundamentado num procedimento de objetivação e recorte da população administrada e a posterior monetarização dos últimos, tendo como fundamento de tal procedimento o valor atribuído pela "maquinaria de governo" (2014: p. 497) a cada um destes recortes. O autor nos oferece como referência teórica para suas reflexões sobre o dinheiro o livro de Georg Simmel, *Philosophy of Money* (1990) e o ensaio de Hanna Arendt intitulado *A crise na cultura: sua significação social e política* (2001). Um breve excurso teórico sobre Simmel (1990) se faz necessário para que possamos construir ao longo da tese nossa interpretação sobre o significado da crescente monetarização presente particularmente no Jd. Ibirapuera e de que maneira tal processo se articula com as escalas nacionais e mundiais da reprodução do capital.

No primeiro capítulo que abre sua obra, intitulado *Value and Money* Simmel (1990) busca apresentar os fundamentos que organizam, de seu ponto de vista, a relação entre esses dois conceitos, valor e dinheiro. Esse capítulo é exatamente o que nos interessa, já que parece ser precisamente esta a relação que é apontada por Feltran (2014) quando pensa sobre o processo político por meio do qual a monetarização se impõe na vida social como forma de gestão do conflito social. A primeira passagem que nos parece importante citar se refere àquela na qual o autor afirma que "people have concepts of values" (Simmel, 1990: p. 60)[40]. Em outras palavras, o autor arma uma equação na qual figuram um ser humano genérico associado àquela de representação e valor, donde a segunda parece funcionar como o fundamento e a razão de existência da terceira. Acrescente-se que para Simmel (1990) o valor não se reduz a um fato econômico, e que portanto seu tratado filosófico sobre o valor e o dinheiro envolve simultaneamente uma concepção de homem, implícita na prerrogativa de que as representações de valor emanam dos seres humanos que por sua vez se afirmariam como sujeitos que ao representarem o mundo, lhe atribuem valor. Alguns parágrafos depois ele desdobra a equação, ao afirmar que "value is never a 'quality' of the objects, but a judgement upon them which remains in the subject" (Simmel, 1990: p.

[40] "as pessoas possuem representações de valor" – segundo livre tradução do autor.

63)[41]. O ser humano é compreendido como naturalmente capaz de produzir representações das coisas e atribuir-lhes valores fundados em seus juízos sobre o mundo humano que, todavia, não é estático. O mundo humano se move e a "fonte" de seu movimento é o "desejo", o qual se estabelece como o correlato do valor. Tanto o movimento da história como os valores, entendidos como "the significance that the objects have for us as subjects" (Simmel, 1990: p. 68)[42], estão fundadas no juízo e desejo do sujeito. Contudo tais representações valorativas do mundo não se encontram fundidas na pura subjetividade dos sujeitos, mas ganham uma dimensão separada deles, uma vez que por meio da troca, entendida como "*the purest and most developed kind of interaction, which shapes human life* when it seeks to acquire substance and content" (Simmel, 1990: p. 82 – grifo nosso)[43] os sujeitos confrontam seus valores entre si. Em outras palavras, a sedimentação e expansão das trocas, movidas pelos desejos em interação, faz com que o valor torne-se "supra-subjective, supra-individual, yet without becoming an objective quality and reality of the things themselves" (Simmel, 1990: p. 78)[44]. A troca das coisas que vai se estabelecendo e adquirindo extensão e hábito entre os seres humanos, produz uma situação na qual aquilo que a determina parece ser uma suposta "relationship between the size of the objects" (Simmel, 1990: p. 80) quando, na verdade, segundo o autor, os desejos dos sujeitos em interação, envoltos em relações de gozo e sacrifício, são aquilo que efetivamente fornecem "the substances for which these relationships are valid" (Simmel, 1990: p. 80)[45], a despeito da consolidação de um valor supra-individual.

A economia, entendida "as a particular form of behaviour and communication", "transmits all the valuations through the form of exchange", criando um "creating an intermediate realm between the desires [...] and the satisfaction of needs" (Simmel, 1990: p. P. 80)[46]. Tal domínio intermediário "pressuposes an objective measurement of subjective

---

[41] "valor nunca é uma qualidade dos objetos, mas um julgamento sobre eles que reside no sujeito" – segundo livre interpretação do autor.

[42] "o significado que os objetos tem para nós como sujeitos" – segundo livre tradução do autor.

[43] "o mais puro e desenvolvido tipo de interação, o qual dá forma à vida humana quando procura adquirir substância e conteúdo" – segundo livre tradução do autor.

[44] "supra-subjetivo, supra-individual, sem ainda tornar-se uma qualidade e realidade das coisas mesmas" – livre tradução do autor

[45] "In much the same way, geometry has as its aim the determination of the relationship between the size of objects without refering to the substances for which these relations are valid" (Simmel: 1990: p. 80). "Da mesma forma, a geometria tem como seu ibjetivo a determinação da relação entre a dimensão dos objetos sem se referir às substâncias para as quais estas relações são válidas" – livre tradução do autor.

[46] The desire and sentiment of the subject is the driving force in the background, but it could not be itself bring about the value-form, which is the result of balancing objects against each other. The economy transmits all the valuations through the form of exchange creating an intermediate realm between the desires that are the source of all human activity and the satisfaction of needs in which they culminate" (Simmel, 1990: p. 80). "O desejo e o sentimento do sujeito são as forças motrizes no fundo, mas ele não poderia acarretar a forma-valor, a qual é o resultado da avaliação dos objetos uns contra os outros. A economia transmite todas as valorações através da forma da troca criando um reino intermediário entre os desejos que são a fonte de toda atividade humana e a satisfação e necessidades nas quais elas culminam" – segundo livro tradução do autor.

valuations" (Simmel: 1990: p. 81)[47] porque apenas a possibilidade concreta de trocar esses objetos desejados é que fundamenta a possibilidade de "comparison of demands" (Simmel, 1990: p. 92)[48] fazendo com que os valores aí envolvidos tornem-se valores econômicos. Em outras palavras, a economia é uma forma particular de comunicação e comportamento mediada pela troca e movida por sacrifícios, desejos e gozos dos sujeitos aí envolvidos.

Mas como o dinheiro se articula a essa interação humana dos desejos e valores? O autor é assertivo ao afirmar que no dinheiro "the value of things, interpreted as their economic interaction, has its purest expression and embodiment in money" (Simmel, 1990: p. 119)[49]. Considerando que um dos conflitos sociais, ao menos como Feltran (2014) o apresenta, estaria fundado sobre os valores compartilhados internamente por cada um dos regimes normativos coexistentes nas periferias e seus membros, portanto resultaria de suas subjetividades que, compreendidas como alteridades radicais, seriam potencialmente geradores de violência, compreendemos que a menção do autor ao dinheiro, baseado em Simmel (1990) estaria fundada em sua capacidade de separar cultura objetiva e cultura subjetiva (Santos, 2001). Deduzimos que para Feltran (2014) a potência do dinheiro residiria em unificar os "valores socioculturais não monetários [...] sob o aspecto quantificador do dinheiro" (Santos, 2001: 149). Em outras palavras, a possibilidade medir objetivamente os valores dos pobres significaria permitir que suas alteridades radicais se objetivassem em dinheiro, produzindo apaziguamento onde haveria essencialmente conflito, já que "the fact of economic exchange [...] frees the objects from their bondage to the mere subjectivity of the subjects" (Simmel, 1990: p. 80)[50]. O que não parece significar, por outro lado, a extinção dos valores dos sujeitos como fundamento das interações e, inclusive, do movimento da economia, entendida, segundo Simmel (1990), como uma forma de comunicação e comportamento.

Quando observamos as trajetórias de nossos interlocutores nesse aspecto em particular, ou seja, a relação que estabelecem entre o dinheiro e seus valores, ou ainda os valores que atribuem às mercadorias que tem ou que desejam adquirir, cotejando a primeira e a segunda geração, assim como a geração que personifica a mobilidade perfeita do trabalho e da terra, é evidente reconhecermos diferenças marcantes. Faremos uma brevíssima apresentação destas transformações, conscientes de que não as esgotaremos, mesmo porque este não é o foco de nossa tese, buscando elucidar o outro elemento da

[47] "pressupõe uma medida objetiva de valorações subjetivas" – livre tradução do autor.
[48] "comparação de desejos/demandas" – livre tradução do autor.
[49] "o valor das coisas, entendido como sua interação econômica, adquire sua mais pura expressão e personificação no dinheiro" – livre tradução do autor.
[50] "a realidade da troca econômica [...] libera os objetos de sua sujeição à pura subjetividade dos sujeitos" – livre tradução do autor.

equação (valores e dinheiro) que é tão histórico quanto o primeiro, para pensarmos nos desdobramentos da modernização e sua incidência na vida de nossos interlocutores.

Ao pensarmos, por exemplo, na trajetória de Leonora e a maneira como lida com a cobrança dos aluguéis de seus inquilinos, é notável como a possibilidade de auferir alguma renda por meio da locação dos cômodos de seu lote se encontrava imbuída do reconhecimento das dificuldades financeiras de seus inquilinos, poupando-os do aumento anual dos aluguéis. Somava-se a isso ainda sua resolução em alugar seus cômodos apenas para pessoas conhecidas, mesmo em ocasiões nos quais houvesse demanda personificada por desconhecidos para tal. Por fim vale recordar que as mensalidades que auferia do serviço de creche, a despeito de não alcançarem os custos necessários à iniciativa, não a impedia de continuá-la mantendo, frequentemente cobrindo tais gastos adicionais das rendas provenientes dos alugueis ou aposentadorias. Ou seja, de seu ponto de vista parece que a finalidade de suas atividades não era a aquisição de dinheiro em si, figurando como um efeito secundário de suas ações.

Caso distinto podemos reconhecer na locação do imóvel onde se encontrava estabelecido o restaurante *Macaxera*. Aquilo que nasceu como um "negócio de família" (Max), quase se tornou um verdadeiro empecilho para a manutenção do empreendimento, quando o amigo de infância e proprietário do imóvel decidiu aumentar em R$ 2.000 o aluguel. Tal elevação, segundo Max, se baseava no aumento de preços dos imóveis no mercado, segundo o proprietário. Depois de algumas negociações Max e Leon conseguiram finalmente acordar um aumento de apenas R$ 1.000. Quando qualificamos de distinto do primeiro caso, nos referimos a uma espécie de abstração da relação "familiar" que o proprietário do imóvel tinha com Max e Leon, aparentemente remetendo à "objetividade" das oscilações de preços da economia o imperativo de sua decisão. Pensando nesse caso em particular, a partir da formulação que utilizamos para pensar em Leonora, é como se tivesse havido uma inversão na relação, na qual a possibilidade de ganhar dinheiro tivesse de tornado a finalidade em detrimento da relação "familiar". Ainda refletindo sobre a relação de Max com o dinheiro nos parece interessante registrar seu comentário sobre a perda de valor do dinheiro quando lida com o fluxo de caixa no dia-a-dia do restaurante, aparentemente qualificando valor como a importância que o dinheiro tem para um sujeito, filho de uma família trabalhadora, acostumado a receber salário pelos seus trabalhos.

No caso de Dino a relação estabelecida entre dinheiro e valor, no sentido atribuído por Simmel (1990) fica evidente quando, depois de ter abandonado o tráfico de entorpecentes, reconhece que ter um carro ou uma moto legal na época em que era traficante, exibindo-os para as outras pessoas, se tornaram desejos "bobos" que já não significavam mais nada para ele no ano de nossa entrevista. Neste caso em particular nós

não podemos esquecer que a anuência aos seus novos valores estava baseada em sua conversão ao catolicismo.

Da mesma geração de Dino e que foi seu colega na empresa *FAMA*, Augusto parece sintetizar uma trajetória distinta, quando decidiu empreender a *Associação Nossa Quebrada*. Dizendo de maneira simples, Augusto e Janaína, dado o pouco valor que davam ao dinheiro e ao consumo que tal poderia lhes oferecer, chegaram a "passar fome" devido ao empenho e interesse que compartilhavam com relação ao empreendimento da associação. Em outras palavras, Augusto e Janaína, os valores compartilhados por ambos pareciam encerrar semelhanças com a maneira como Leonora lidava com sua própria iniciativa, a pequena creche estabelecida em sua casa. Valores que estavam primordialmente conectados ao interesse coletivo dos moradores do Jd. Ibirapuera. Interessa ainda registrar as frequentes tentativas de cooptação de Augusto e Janaína por figuras políticas locais que lhes ofereciam ajudas financeiras em troca de favores, as quais sempre se negaram a receber, mesmo num contexto de enormes dificuldades.

Nesse particular podemos pensar também nas observações de Felipe sobre a chegada do "progresso" na favela da Pinhal Velho, onde morava no momento em que fizemos nossos trabalhos de campo, qualificando-o como a assimilação de "valores que não eram [de lá] pra ver se dá certo com a gente" (Felipe), trazendo como resultado uma maior individualização dos moradores. Ele, assim como Rubens e Dino, na condição de caçulas da família, puderam gozar de certa liberdade no que se referia à necessidade de ajuda financeira em casa, o que significa que os trabalhos que fizeram quando jovens, dado o seu caráter eletivo, por assim dizer, eram gastos em mercadorias "supérfluas" como videogames, roupas, tênis, etc. Ou seja, o valor que cada um de nossos interlocutores atribuía a essas mercadorias marca mudanças com relação a seus pais, ou ainda, com as gerações precedentes.

Os distintos valores apresentados aqui, de acordo com a geração da qual participam, mas não só, pois no decorrer de uma trajetória é possível verificar transformações a esse respeito, são certamente uma fonte de investigação que contribui para apreendermos as transformações históricas ocorridas na vida de nossos interlocutores e suas famílias. Nesse sentido, revelam uma periferia paulatinamente mais heterogênea, diferente de quando era um "bairro de metalúrgicos" (Francisco) no qual o regime normativo dos trabalhadores (Feltran, 2014), logo, seus valores e condutas, pareciam hegemonizar a experiência familiar, vicinal e política. Ainda que o foco de nossa tese não seja a discussão sobre os valores de nossos interlocutores e suas mudanças, como já afirmamos anteriormente, buscaremos investigar as condições de possibilidade para que a diferenciação interna já mencionada tenha ganhado a importância que adquiriu à escala

local. A interpretação que ensaiamos nessa tese sobre a trajetória de nossos interlocutores e as mudanças ocorridas no Jd. Ibirapuera busca apresentar as condições de possibilidade para que a pergunta "'quanto custa seu filho?"' (Feltran, 2014: p. 497) pareça tão normal a uma mãe ou um pai quanto a livre negociação daqueles metalúrgicos em torno de um salário pela venda de seus tempos de vida. Em outras palavras, se a naturalização de tais práticas deve passar pelo critério valorativo dos sujeitos envolvidos na negociação, sua existência e reprodução devem igualmente responder a condições que escapam a estes mesmos critérios[51]. Contudo, uma vez que a modernização é um processo que critica a si próprio porque encerra uma dinâmica temporal específica (cf. Postone, 2014) movida por uma contradição, não apenas os valores dos sujeitos se modificam, mas também as leis que lhes aparecem como evidentemente naturais, dada sua determinidade histórica. produzindo as mudanças que buscaremos apresentar.

Em outras palavras, se na equação (dinheiro e valores) o segundo se apresenta com evidente historicidade, logo compondo a constituição de uma periferia cada vez mais diferenciada, culminando na coexistência de alteridades radicais (cf. Feltran, 2014), o dinheiro parece atravessar incólume as mesmas transformações históricas que promoveram tais transformações valorativas e comportamentais. Quase como um dado neutro e ahistórico, o dinheiro apenas mediaria as diferenças comportamentais, ideológicas e/ou morais dos sujeitos que o manipula, seja por parte de nossos interlocutores, seja por parte da classe política que o elevou a projeto político. Em outras palavras buscaremos apresentar a historicidade do próprio dinheiro como forma social mediadora das relações sociais, todavia em sentido distinto daquele de Simmel (1990). De nossa perspectiva a sua existência como forma de mediação é precisamente o que o qualificaria como um desdobramento da forma de dominação do capital. E nesse sentido renunciamos à ideia de que a economia tenha fundamento subjetivo, não obstante a multiplicação das trocas constituírem um reino intermediário diante do qual os objetos estariam livres de sua sujeição à pura subjetividade dos sujeitos. Em chave marxiana, a despeito das diferenças entre os autores, a constituição deste reino intermediário, ou essa cultura objetiva, poderia ser pensado como o próprio processo de constituição da forma de dominação específica do capital. Em outras palavras, tal perspectiva envolve a necessidade de problematizar a concepção de economia apenas "as a particular form of behaviour and communication" (Simmel, 1990: p. 80)[52]. Em outras palavras, a nossa própria forma de interação com o

[51] Discutindo o processo de formação da mobilidade do trabalho no processo de acumulação primitiva Karl Marx escreveu o seguinte: "Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes" (Marx, 1985b: p. 277).

[52] "Como uma forma particular de comportamento e comunicação" – livre tradução do autor

dinheiro, experimentada por nós como algo aparentemente neutro e exterior, logo manejável de acordo com os nossos desígnios e desejos, deve ser localizada em sua própria forma de ser e na liberdade contraditória (Gaudemar, 1977) que gozamos, bem como nossos interlocutores.

4.3 O dinheiro e o valor: Marx

Neste item buscaremos investigar a categoria de dinheiro não apenas como uma forma de mediação dos conflitos sociais potenciais que vem atravessando a vida de nossos interlocutores e nem só como meio de circulação, como figurou em nossa cartografia, mas como forma necessária do valor e do capital, categorias que histórica e simultaneamente deram coesão social e engendraram conflitos, seja entre manos e playboys (luta de classes), seja como "contradição em processo" ([1857/58] 2011: p. 588).

O dinheiro, pela sua própria natureza social, apresenta um movimento que é centrípeto e centrífugo, considerando a escala do Jd. Ibirapuera. Ou seja, seus fluxos apontam tanto para além daquela territorialidade particular, quanto para dentro dela. Em outras palavras, as trocas das quais nossos interlocutores participam estão inseridas em uma infinidade de intercâmbios que implodem a escala local e nacional (cf. Santos, 1999). Só para ficarmos num exemplo, os rendimentos que Nair recebia pelo serviço que fazia na casa de Leonora provavelmente vinha sendo utilizado para fazer as compras do mês em algum mercado próximo ao Jd. Ibirapuera. Os pagamentos dessas mercadorias foram contabilizados pelo empreendimento que provavelmente os destinou ao pagamento de impostos (ou sua sonegação), reposição de mercadorias, trocos para outros consumidores, salários dos empregados e assim em diante, apontando para uma profusão de usos (compras e vendas) que nos permitem deduzir uma divisão social do trabalho organizando a reprodução da sociedade como um todo, que inclui uma diversidade de trabalhos concretos e mercados secundários, nos quais "a independência recíproca das pessoas [que deles participam e/ou operam] se complementa num sistema de dependência reificada universal" (Marx, 1985a: p. 96).

A consideração sobre a divisão social do trabalho e os mercados secundários nos quais nossos interlocutores estão envolvidos nos ajuda reconhecer as relações escalares mais amplas nas quais o próprio Jd. Ibirapuera encontra-se inserido e o entrelaçamento e relação entre elas estabelecidas por meio do dinheiro. Contudo, do ponto de vista da divisão social do trabalho e das escalas geográficas que incluem famílias, bairros, cidades, regiões, estados e países[53], aponta para uma profusão de diferenças qualitativas, enquanto o dinheiro opera por uniformização, transformação de qualitativo em quantitativo. Nosso caminho aqui é de discutir, a partir de Marx (1985a), um nexo que não está à mostra na realidade empírica e que, todavia, dá fundamento às trocas aludidas, portanto à transformação entre quantitativo e qualitativo. Se em Simmel (1990) a multiplicação das trocas dá origem ao dinheiro, inclusive criando a aparência de que o valor das coisas é

[53] "A habitação social contemporânea é a ponta da operação de mercados financeiros transnacionais (Shimbo, 2013). Os garotos estudados por Lyra (2013) trabalham para o tráfico transnacional" (Feltran, 2014: p. 507).

inerente a elas mesmas, quando são, de seu ponto de vista, originadas dos valores dos sujeitos, Marx (1985) dá um passo atrás e vai se perguntar sobre a relação que o processo de trabalho, produção das coisas em suas qualidades particulares antes de chegarem ao mercado, estabelece com a trocabilidade universal das coisas. Em outras palavras, as trocas implicadas nas relações comerciais, logo contratuais, possíveis de localizar tanto internamente ao Jd. Ibirapuera, quanto fora dele, exige uma consideração crítica sobre a teoria do valor-trabalho.

De acordo com Marx (1985a) o dinheiro deve ser compreendido como a "forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho" (Marx, 1985a: p. 87). Num caminho distinto de Simmel (1990), a fonte do valor não é um correlato do desejo dos indivíduos, envolto em relações de sacrifício e gozo, mas fundamenta-se na categoria de tempo e trabalho, que estão autonomizados (cf. Marx, 1988) dos trabalhadores. Ainda que seja possível considerar que a experiência do trabalhador possa se encontrar envolta em relações de gozo e sacrifício e que, inclusive, a compreenda nesses termos, o conceito de trabalho apresentado por Marx (1985a) e sua capacidade de dar substância ao valor não se encontra mediada pelos desejos daqueles, pelo contrário os abstrai. Em outras palavras, a existência de desejos e necessidades não são capazes de produzir capacidade aquisitiva por parte daqueles que os desejam e necessitam. O que nos importa afirmar aqui é que uma consideração sobre dinheiro e valor que inclua o trabalho, enquanto o fundamento de ambos, é a única maneira de enfrentar a historicidade do primeiro, uma vez que tal relação objetivamente fantasmagórica (Marx, 1985a: p. 71), logo contraditória, se modifica no processo temporalmente dinâmico do capital, alcançando sua crise.

Valor é uma categoria temporal (cf. Postone, 2014) uma vez que está fundamentada naquilo que Marx define como "tempo de trabalho socialmente necessário" (Marx, 1985a: p. 48). De acordo com Marx a característica que a mercadoria tem de ser coisa de valor está ancorada no fato de ser produto de "trabalho humano abstrato" (Marx, 1985: p. 47), não obstante a profusão de mercadorias qualitativamente diferentes que caracteriza a "riqueza das sociedades" (Marx, 1985: p. 47) capitalistas. De outro modo, a sociedade capitalista é caracterizada por uma miríade de mercadorias diversas que, não obstante suas qualidades particulares como tênis, livro, prato, cinzeiros, automóvel, habitação, ferro, tecido, originam-se de uma mesma forma de mediação "historicamente específica" (cf. Postone, 2014), o trabalho. A importante contribuição de Marx para se pensar a riqueza das sociedades capitalistas é considerar que ela responde a um fundamento simultaneamente contraditório: a miríade de processos de trabalho concretos que produzem mercadorias sensíveis deve simultaneamente, para não dizer prioritariamente, produzir valor. Tempo de

trabalho abstrato objetivado nos valores de uso produzidos, o que significa que a mercadoria deve ser compreendida como uma "coisa fisicamente metafísica" (Marx, 1985a: p. 70).

Tal já nos permite afirmar que produzir coisas úteis não se define como a finalidade da (re)produção social capitalista e tampouco garante a participação das unidades empresariais no "metabolismo social" (Marx, 1985a: p. 94) das trocas. Nos permite também afirmar que aquilo que move o capitalismo não tem como fundamento o humano e suas necessidades ou desejos, sejam eles originados do "estômago ou da fantasia" (Marx, 1985a: p. 45), mas responde a um processo "objetivo". Portanto, se o dinheiro é a forma necessária e imanente de manifestação do valor, compreendido aqui como o tempo de trabalho socialmente necessário objetivado nas mercadorias, é possível deduzir, em um nível abstrato, que o metabolismo social das trocas que se multiplicam e repetem-se infinitamente na vida social, incluindo o Jd. Ibirapuera, são metamorfoses e simultaneamente realizações (no sentido de consumação) do valor em "objetivado" naquelas mercadorias negociadas, já que resultam de processos de trabalho pretéritos. Todavia, a natureza estruturalmente contraditória das formas sociais nas quais a riqueza material se exprime exige um exame mais acurado e cuidadoso dessa asserção.

A forma-dinheiro que vem circulando nas mãos de nossos interlocutores está sendo aqui compreendida como uma forma de mediação. De um lado mediação de potenciais conflitos entre as pessoas que negociam aquilo que tem, como apontado por Feltran (2014), mas por outro, mediação do valor objetivado nas mercadorias, que em grande medida independe dos julgamentos dos sujeitos. A primeira função do dinheiro apresentada por Marx diz respeito ao seu atributo de ser "medida dos valores" (Marx, 1985a: p. 87). Partindo do ouro como a mercadoria monetária, o autor afirma que sua função é a de "fornecer ao mundo das mercadorias o material para sua expressão de valor" (Marx, 1985a: p. 87) e exemplifica essa formulação com a seguinte equação "1 tonelada de ferro = 2 onças de ouro" (1985a: p. 87). Entretanto o valor despendido na produção desta hipotética tonelada de ferro é não-empírica, dada sua dimensão temporal (uma hora, duas horas, 3 minutos, etc.), daí que sua forma monetária, aqui tomada como o ouro, existe apenas idealmente, exigindo ao seu guardião "meter sua língua na cabeça [da mercadoria] ou pendurar [nela] pedaços de papel para comunicar seus preços ao mundo exterior" (Marx, 1985a: p. 88). Como se vê, nessa passagem Marx já insere a categoria de preço, não obstante ainda estarmos ao nível do valor "objetivado" na tonelada de ferro e a sua expressão em uma determinada quantidade de ouro, no caso duas onças, também resultante do tempo de trabalho "objetivado" no ouro. O preço, incluído por Marx nessa passagem, funciona como "dinheiro imaginário" (Marx, 1985a: p. 88), ainda que a condição

de possibilidade da troca entre mercadorias qualitativamente distintas, porque contabilizadas e validadas socialmente em tempo, logo valor, permaneça como fundamento, inclusive da relação entre as mercadorias e o ouro:

> O valor, isto é, o quantum de trabalho humano contido, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso num quantum imaginário da mercadoria monetária, que contém a mesma quantidade de trabalho (Marx, 1985a: p. 88).

O reconhecimento por parte de Marx de que o tempo de trabalho objetivado em uma dada quantidade de mercadoria corresponde a uma certa quantidade de ouro (onde encontra-se, ainda que imaginariamente, a mesma quantidade de tempo de trabalho, ou seja, valor) é de fundamental importância, já que oferece o fundamento histórico do conhecido lastro, que diante dos desdobramentos históricos do capitalismo parece ter se tornado antediluviano. De qualquer maneira, Marx (1985a) fundamenta tal pressuposto recordando que a depender do metal que sirva de medida de valor, ouro, prata ou cobre, as quantidades necessárias para comprar a mesma tonelada de ferro, se modificam, já que o tempo de trabalho necessário à extração da prata ou bronze tendem a ser menores, tornando-se mais baratas.

De acordo com seu argumento, os valores (não-empíricos) das mercadorias são convertidos em "quantidades imaginárias de ouro de tamanhos diferentes" (Marx, 1985a: p. 89). Tal transformação envolve uma conversão em sentido oposto, ou seja, a necessidade técnica de que a mercadoria monetária se decomponha tendo em vista oferecer as medidas de valores de acordo com os diversos tempos de trabalho "objetivados" na diversidade de mercadorias existentes. Nesse processo técnico de nomear as medidas dos valores, no caso das mercadorias metálicas monetárias, as medidas de peso começam a ocupar um lugar importante como técnica de medição, já que os pesos das mercadorias metálicas correspondem a quantidades específicas de ouro, prata ou bronze. Portanto, por sobre a qualidade da mercadoria monetária ser a "encarnação social do trabalho humano" (Marx, 1985a: p. 89) acopla-se sua qualidade de funcionar, por convenção, como um padrão dos preços, porque é "um peso fixado em metal" (Marx, 1985a: p. 89).

Todavia, as medidas de peso tomadas de empréstimo como medidas de valor e padrão de preços das mercadorias vão se desligando "pouco a pouco, de suas denominações originais" (Marx, 1985a: p. 90). As razões deste desligamento são três: a) "introdução de dinheiro estrangeiro em países menos desenvolvidos" (Marx, 1985a: p. 90); b) substituição dos metais menos nobres como medida de valor, por metais mais nobres, modificando a correlação entre peso, medida e valor (ouro, prata e bronze); e c) a "falsificação de dinheiro" (Marx, 1985a: p. 91) promovida pelos príncipes, fazendo com o que o peso da mercadoria monetária não viesse mais a coincidir com o seu valor. Não

entraremos nos detalhes destes processos históricos, até porque não é o foco de nossa investigação. O que nos interessa aqui reter é o processo por meio do qual as denominações monetárias se autonomizam, no sentido que lhe dá Marx em seu capítulo *A Fórmula Trinitária* (cf. Marx, 1986), dos pesos das mercadorias monetárias[54]. O caráter de convenção e, por outro lado, a necessidade de "validade geral" (Marx, 1985a: p. 91) faz com o que a consolidação dos padrões de preços tenha que passar pelo batismo e regulação da lei, logo, pelo Estado. Portanto, o caminho aqui apresentado deve ser compreendido como a exposição lógica de diversas mediações que constituíram o dinheiro[55], o que implica que o processo de formação dos preços das mercadorias historicamente apagou as conexões internas que a mercadoria monetária estabeleceu com o valor, ou seja, com o tempo de trabalho socialmente necessário objetivado nos "coloridos corpos das mercadorias" (Marx, 1985a: p. 92) bem como naquele objetivado na produção da mercadoria monetária. O que significa que as trocas que realizamos diariamente, assim como nossos interlocutores, "*aparece* como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, *que existe fora dela*" (Marx, 1985s: p. 92 – grifos nossos).

Até aqui, dois pontos nos parecem centrais de serem sublinhados. O primeiro deles se refere à autonomização entre valor e dinheiro que faz com que as mercadorias pareçam "ser meros objetos 'coisais', bens que circulam pelo dinheiro e não objetos automediadores, mas mediações sociais objetivadas" (Postone, 2014: p. 303). Ou seja, que apagam a condição das mercadorias serem produtos do trabalho e que, nessa condição, se igualam e se automedicam, parecendo serem meras coisas externas ao próprio dinheiro e extinguindo a relação imanente e contraditória entre ambos. O segundo ponto, que se desdobra a partir do primeiro, diz respeito à possibilidade de uma "incongruência quantitativa" (Marx, 1985a: p. 92) entre o valor da mercadoria e seu preço, ainda que esta possibilidade esteja inscrita na própria forma preço, compreendida por Marx como "a mais adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra" (Marx, 1985a: p. 92). É por isso que "uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor" (Marx, 1985a: p. 92)[56].

Contudo há muito tempo o ouro não está presente nas relações comerciais cotidianas e tampouco em nossa vida social contemporânea, mas sim o papel-moeda (como signo de valor) e cada vez mais o dinheiro eletrônico. Com isso queremos dizer que,

[54] Esses processos históricos convertem em costume popular a separação da denominação monetária dos pesos metálicos de sua denominação corrente de peso" (Marx, 1985a: p. 91)

[55] Dada a impossibilidade de lidar com o problema do surgimento histórico do dinheiro nesta tese, remeto o leitor ao livro *Dinheiro sem valor* (Kurz, 2014) para compreender as razões de denominar tal exposição aqui apresentada como lógica.

[56] "Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra, etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria" (Marx, 1985a: p. 92).

se o ouro estabeleceu historicamente o lastro do dinheiro e do valor que cada estado nacional tinha em seu poder, inclusive determinando as relações de poder entre eles numa geopolítica internacional, a autonomização entre trabalho, valor e dinheiro e a não-identidade entre todos, produz uma experiência cotidiana que nega tal nexo, parecendo que o estado poderá manejar indefinidamente o dinheiro de forma a regular as relações sociais, independente do que tenha se tornado o trabalho e o valor. O papel de soberania do Estado e do Banco Central como agentes responsáveis pela emissão e circulação da moeda na vida social (o chamado curso forçado), ora decidindo por sua retirada de circulação, devido a surtos de inflação, ora deliberando por sua impressão para além do que teria em caixa para pagar dívidas colossais e salvar instituições financeiras não estatais, como na crise americana de 2008, não pode ser negligenciado[57] mas deve ser tomado com cautela. Em outras palavras, se a "dívida pública [foram] uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva [dotando] o dinheiro improdutivo de força criadora [o transformando] em capital" (Marx, 1985b: p. 288), figurando um Estado soberano que por força de lei e violência foi o sujeito da acumulação e da produção de valor, recusando o caminho da relação entre trabalho, valor e dinheiro que viemos apresentando até aqui, o próprio desdobramento da contradição em processo do capital produzirá uma inversão nesta relação. E é a partir da possibilidade histórica dessa inversão, diante da qual os agenciamentos estatais se tornam dependentes do mercado, porque dependentes do dinheiro como forma de mediação social, como veremos, que buscaremos lidar com a ideia de aposta da política Lulista apresentada por Feltran (2014). Em outras palavras, quais foram as condições de possibilidade para que o dinheiro pudesse ser alçado a projeto político e "distribuído" da maneira como foi de modo a mediar conflitos em gestação? Mas pensando também sobre sua historicidade, qual era a qualidade desse dinheiro?

Por enquanto estas breves considerações a partir de Marx (1985a) nos ajudam a compreender que a relação monetária entre os sujeitos, observada a partir do Estado, nos permite apreender uma parte do problema, mas não ele totalmente. Considerando então que uma apreensão crítica e histórica do dinheiro não pode renunciar à sua relação com o valor (entendido aqui como tempo de trabalho socialmente necessário) continuaremos a discutir esse problema, todavia observando a relação de valor que se estabelece entre a esfera da produção, onde efetivamente o dinheiro torna-se capital, e sua realização (a esfera da circulação).

[57] Provavelmente as formulações de Michel Aglietta e André Orleán do livro *A violência da moeda* ([1982] 1990) contribuam de maneira mais decisiva para o problema apontado por Feltran (2014), uma vez que as categorias de violência e soberania (portanto Estado) são centrais para os autores, oferecendo um caminho instigante para se pensar na coexistência dos regimes normativos nas periferias e a maneira como o Estado buscaria geri-los.

4.3.1 O valor e o(s) tempo(s)

Da maneira como viemos apresentando o problema, não obstante a advertência apontada por Marx (1985a) de que a forma preço, por sua própria natureza social envolve a possibilidade de uma não-correspondência entre ele e o valor, há pressuposta uma lógica identitária na qual o tempo gasto na produção de uma mercadoria (sapato, fone de ouvido, automóvel, cerveja, etc.) corresponda ao valor "objetivado" nela. Ou seja, há implicada uma correspondência imediata entre ambos, donde o tempo gasto na produção de um artigo internamente à unidade empresarial (4 horas, 3 minutos ou 10 segundos) seria precisamente igual ao valor que este alcança o mercado para ser vendido, todavia sob a forma do preço. Contudo, essa correspondência entre o tempo de trabalho gasto dentro da unidade produtiva e o valor das mercadorias disponíveis no mercado também pode não ser idêntica, ou melhor, não pode ser idêntica devido à própria forma social contraditória da mercadoria. Em outras palavras, tomar a mercadoria empírica como o índice de uma suposta verdade pretérita, localizável dentro da unidade empresarial que a produziu, resultante do nível de produtividade do trabalho presente neste capital individual encontra-se envolta num problema de lógica identitária e dedutiva, que portanto também tem que ver com questões de ordem metodológica.

Uma primeira maneira de enfrentar essa problemática é considerar que o tempo de trabalho despendido na produção das mercadorias é *socialmente* necessário. Ou seja, responde a um processo de constituição de uma média social que, como já citamos anteriormente, apenas se realiza como lei cega à falta de qualquer regra[58]. Em outras palavras o tempo despendido em cada unidade produtiva só confirmará sua validade social no mercado diante da capacidade de sua venda, em concorrência com outros capitais produzindo a mesma mercadoria. *Post festum*, portanto, uma vez que a mercadoria já se encontra produzida, ela deve confirmar se o tempo despendido em sua produção participa da média social. Ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário nega o tempo de trabalho "objetivado" em cada processo produtivo, para baixo ou para cima, levado a cabo por cada um dos capitais individuais que participam da divisão social do trabalho, o que compõem aquilo que Marx denominará de "capital global".

Se, de um lado, temos que o tempo de trabalho despendido em cada unidade produtiva é negado pela média do tempo de trabalho socialmente necessário, de outro temos que a dimensão temporal não tem existência empírica, como já ficou claro na relação contraditória que a forma valor estabelece com a forma preço na esfera da circulação. Mas

[58] A média de produtividade à qual nos referimos não é uma média simples, mas o nível de produtividade mais elevado no contexto de concorrência entre as unidades produtivas.

este último problema também está colocado para a esfera da produção, já que da maneira como viemos argumentando o tempo de trabalho parece ser a medida que organiza os processos produtivos internamente às unidades produtivas, quando não é. Ou seja, a dimensão temporal do valor também não é apreensível pela "ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na *consciência costumeira dos agentes da produção*" (Marx, 1988: p. 21 – grifo nosso). De maneira simplificada, tudo aquilo que é comprado pelo capitalista funcionante para levar a cabo os ciclos produtivos também são negociados por meio da forma preço (matérias-primas, força de trabalho e máquinas). Fundamentalmente isso significa que há uma dimensão da reprodução social capitalista não-apreensível, seja por produtores (capitalistas e trabalhadores), seja por consumidores, já que a forma preço por meio da qual enfrentamos e experimentamos o mundo em sua aparência econômica mede e simultaneamente vela o valor.

A relevância destas considerações, para além de um problema de ordem metodológica e/ou epistemológica, ganha sentido crítico e pode ser melhor precisada quando consideramos, como já afirmamos acima, que a finalidade tautológica do processo social capitalista é a "valorização do valor" (Marx, 1985a: p. 129) ou acumulação de capital. E a categoria que nos ajuda a compreender o sentido da acumulação é a mais-valia.

Já afirmamos que, não obstante a dimensão temporal do valor não ser empírica é ela que, segundo Marx (1985a), determina a produção de mercadorias e seus respectivos valores. A categoria de mais-valia é também não-empírica, já que se origina da mesma relação temporal. De acordo com Marx o valor "se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como Deus pai se distingue de si mesmo como Deus filho" (Marx, 1985a: p. 131). Em outras palavras a mais-valia é uma categoria que se refere à relação entre os tempos que se estabelecem internamente à jornada de trabalho à qual os trabalhadores se encontram submetidos. As categorias que explicam a mais-valia são aquelas de tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente. O tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho é aquele que supostamente se transmuta na forma do salário, enquanto que o tempo de trabalho excedente é aquele que, fazendo jus ao nome, excede o tempo necessário à reprodução do trabalhador e, se olhado à escala da unidade produtiva individual, vai para o bolso do capitalista, como afirma Kléber ao definir o oposto desígnio de seu negócio social, não obstante ser produzido pelo trabalhador.

A mais-valia, entendida como um fundamento temporal e não-empírico, assim como o valor, participa socialmente apenas na forma reificada das mercadorias (com seus "respectivos" preços), ou na forma reificada do dinheiro, após sua realização no mercado. Contudo, como já advertimos acima, o tempo despendido internamente à unidade

produtiva para a produção destas mercadorias, pode ser negado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, assim como o preço de venda pode estar abaixo ou acima do valor "objetivado" nas mercadorias. Isto significa, sobretudo, que o tempo de trabalho excedente reificado em mercadorias e vendidas no mercado não necessariamente corresponderá, em termos monetários, àquilo que retornará às mãos do capitalista desta hipotética unidade produtiva. Em outras palavras, os mecanismos da concorrência e o tempo de trabalho socialmente necessário, entendidos conjuntamente como lei cega que se impõe *post festum*, exige considerar a possibilidade de que a mais-valia produzida por esse capital particular não retorne integralmente às mãos do capitalista, ou ainda, que retorne acima do tempo efetivamente gasto (o critério para essa distribuição da mais-valia está referida ao nível de produtividade desta unidade produtiva) o que lhe permitiria reinvesti-lo tendo em vista dar impulso a um novo processo produtivo e à possibilidade de nova acumulação[59].

O que nos interessa apontar aqui, num primeiro momento, é que ao mesmo tempo que mais-valia é extração de excedente da classe trabalhadora, portanto sinal velado de sua exploração, é simultaneamente reinvestimento para dar continuidade ao processo de acumulação, ou para ser mais preciso, de reprodução ampliada dos capitais. O que significa que a compreensão da mais-valia apenas como produto da ganância dos capitalistas ou apenas como a base do consumo perdulário das classes proprietárias é uma compreensão vulgar do processo de acumulação. O que não quer dizer que isto não exista, mas reduzir a mais-valia a isso seria perder o nexo fundamental que organiza a reprodução social capitalista. A possibilidade de compreender a mais-valia como reinvestimento, na forma do dinheiro, é o que pode nos permitir agora compreender o dinheiro como capital e não mais apenas como mediação, meio de circulação e medida dos valores. Para ser mais preciso, quando introduzimos a categoria de mais-valia em nossa argumentação, o dinheiro já havia adquirido a qualidade de capital, mas sua consideração como reinvestimento é o que nos permite circunscrevê-lo precisamente como capital, ou "capital portador de juros' (cf. Marx, 1988), já que é compreendido como momento necessário de um circuito que parte da forma dinheiro para impulsionar um processo de exploração do trabalho, como assinalou Marx se referindo ao processo de acumulação primitiva, e retornar sob a forma dinheiro, mas em uma quantidade maior do que aquela gasta no início do processo produtivo. A tautologia do processo social adquire seu contorno.

[59] Para uma discussão sobre o problema da distribuição da mais-valia entre os diversos setores que compõem o capital global e a formação da taxa média de lucro cf. Livro III d'*O Capital* (1988).

4.4 A mais-valia e suas remunerações

Na brevíssima apresentação que fizemos sobre o processo de produção da mais-valia, duas personificações principais figuraram: os capitalistas e os trabalhadores. Observada do ponto de vista da produção de mercadorias os trabalhadores figuram como produtores de valor e mais-valia e os capitalistas como proprietários dos meios de produção, o que envolve uma relação de poder assimétrica e fundamenta uma crítica à sociedade capitalista, aquela que se funda no ponto de vista do trabalho (cf. Postone, 2014). Já quando observamos o processo de produção do ponto de vista do reinvestimento da mais-valia produzida pelos trabalhadores, as mesmas personificações emergem, todavia não mais estritamente como produtoras, além de uma terceira.

Uma vez que a produção de valor e mais-valia é uma relação estritamente temporal e não-empírica, entretanto determinante do processo histórico capitalista e da acumulação de capital, Marx afirmará que seu intento no Livro III d'*O Capital* é "encontrar e expor as formas concretas que surgem do processo de *movimento do capital considerado como um todo*" (Marx, 1988: p. 21 – grifo do autor). Logo em seguida afirma que as categorias que maneja neste livro são compreendidas como "configurações do capital" (Marx, 1988: p. 21) e que se referem à maneira como estas "*aparecem* na superfície da sociedade [...] e na consciência costumeira dos agentes da produção" (1988: p. 21 – grifo nosso). Ou seja, o que Marx está sugerindo é a possibilidade de se considerar a passagem do Livro I para o Livro III como um movimento que vai da *essência* para a *aparência* do capital, ainda que essência aqui não deva ser considerada nem positivamente, nem trans-historicamente, já que se define pelo trabalho abstrato como fundamento negativo.

No capítulo d'*A Fórmula Trinitária* (1986) Marx vai apresentar este problema da relação entre essência e aparência pensando sobre aquilo que denomina como "os rendimentos e suas fontes" (Marx, 1986: p. 267). Ou seja, o processo de produção de valor e mais-valia que remete à relação entre capital e trabalho internamente às unidades produtivas, donde o último figura como o fundamento da produção de valor e sustento da reprodução ampliada do capital, é exposto neste capítulo a partir da distribuição da mais-valia entre as três categorias centrais que fundamentam a relação capital: terra, trabalho e capital. Porém, dizer que Marx apresenta o chamado metabolismo social apenas a partir da distribuição da mais-valia produzida pelo trabalho é pouco.

Uma vez que seu objetivo manifesto nesse livro (não terminado por ele) era demonstrar as figurações e aparências do movimento do capital considerado como um todo, lhe interessa expor como a distribuição de valor e mais-valia entre terra, trabalho e capital aparecem como rendimentos que parecem brotar dessas fontes e daqueles que as personificam. Como se a produção de valor fosse um atributo imanente a cada uma dessas

categorias. Ou seja, Marx (1986) sugere uma inversão extraordinária para afirmar como o processo de acumulação aparece de maneira invertida aos sujeitos empíricos. A fórmula trinitária que Marx deriva daí é: "capital – juros, terra – renda fundiária, trabalho – salário" (Marx, 1986: p. 269), ou seja, cada uma dessas categorias fornecem aos seus proprietários (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores), portanto personificações, os rendimentos que lhes cabem aquinhoar da mais-valia global, não obstante apareçam como provenientes das próprias categorias que, assim, "comportam-se umas em relação às outras mais ou menos como taxas de cartório, beterrabas e música" (Marx, 1986: p. 269). O fundamento para afirmar criticamente tal processo como inversão é o pressuposto, por parte do autor, de que a única fonte de valorização do capital é o trabalho, entendido como forma de dominação e não em sentido positivo. Portanto o que une as taxas de cartório, beterrabas e música é o valor produzido pelo trabalho. Assim, aquilo que aparece socialmente e economicamente como rendimentos que emanam da propriedade do capital, do trabalho e da terra como direitos que cada uma de suas personificações tem de aquinhoar sua parte na riqueza socialmente produzida, devem ser compreendidas como partes da distribuição da mais-valia global produzida pelo capital. Nesse sentido, tomar fonte e rendimento como categorias que dizem quanto cada um dos fatores (terra, trabalho e capital) são capazes de render e em dinheiro é naturalizar a inversão e não reconhecê-las como deduções reais da mais-valia global produzida pelo trabalho. Voltaremos a esse problema o analisando empiricamente.

Se retornarmos à nossa cartografia dos fluxos monetários a pergunta que se impõe, tendo como ponto de partida o reconhecimento de que aquilo que somos capazes de apreender empiricamente são configurações do capital que o representam ao mesmo tempo que o velam, é: o que aquele dinheiro que vinha circulando entre nossos interlocutores estava remunerando? Um recuo histórico se faz necessário.

Capítulo 5 - O Jardim Ibirapuera e a terra

5.1 A formação do loteamento periférico Jardim Ibirapuera

Como já ficou evidente, as possibilidades de "reprodução" de meus interlocutores, no período em que realizei a maior parte das entrevistas, envolvia uma mixórdia de rendimentos que aparentemente incluíam rendas fundiárias, juros e salários. De um lado o dinheiro que vem circulando nas mãos de nossos interlocutores remete a processos que não podem ser reduzidos à escala local, já que o poder de emissão do dinheiro está monopolizado pelo Estado. De outro, a possiblidade histórica de que esse dinheiro, como meio de circulação, remunere nossos interlocutores simultaneamente como pequenos proprietários de terra, capital e trabalho, nos remete a uma história pregressa, no sentido de constituição de seus pressupostos, que deve necessariamente passar pela escala local, ainda que não se reduza a ela. É a essa história pregressa que passa pela escala local a que nos voltaremos a partir de agora, buscando traçar uma narrativa que está além do somatório das trajetórias de vida já apresentadas na primeira parte dessa tese. Em outras palavras, falamos aqui do processo de formação do Jardim Ibirapuera, apresentado em minha dissertação de mestrado (cf. Giavarotti, 2012).

A formação do loteamento periférico do Jardim Ibirapuera teve início em 1964, quando os proprietários Guerino Banzoli e Roque Petrella resolvem lotear legalmente uma propriedade rural adquirida em 1948 com a extensão de 195.100 m^2. Fracionada em 460 lotes de 250 m^2 tais foram ofertados para famílias de trabalhadores migrantes chegados em São Paulo como Leonora, Nelson e alguns outros arrolados em meu mestrado (cf. Giavarotti, 2012). A propriedade loteada em 1964 remonta a um registro do ano de 1921 (seu proprietário era identificado como lavrador), tendo sido negociada 4 vezes até seu definitivo parcelamento, sem, ao que parece, ter sofrido grandes modificações até a implantação do loteamento. Segundo dados coletados por nós, o loteamento guardava uma distância de aproximadamente 3 quilômetros para o que em sua época era a sede da subprefeitura de Santo Amaro. E perto de 500 metros para a estrada de Ibirapuera, ou para o Guarapiranga (cf. Giavarotti, 2012), o que significa que localizava-se para lá do Rio Pinheiros. Nesse sentido, sua localização geográfica poderia ser considerada periférica em relação às áreas já urbanizadas da cidade de São Paulo no momento de sua implantação

Até onde pudemos saber, a abertura do loteamento resultou de um empreendimento familiar aparentemente pouco capitalizado, diferentemente do loteamento do Jardim São Luís, adjacente ao Jardim Ibirapuera, levado a cabo pela *Sociedade Paulistana de Terrenos S.A*, no ano de 1951 (cf. Giavarotti, 2012). O loteamento, quando de sua implantação, se encontrava completamente desprovido de quaisquer tipos de serviços

urbanos, sejam eles a água encanada, a energia elétrica, o asfaltamento ou o transporte público. De acordo com alguns de nossos interlocutores, a abertura e formação do loteamento do Jardim Ibirapuera se deu num momento no qual as propriedades limítrofes ainda guardavam certas características de chácaras, igualmente loteadas à medida que a urbanização foi avançando.

A abertura deste loteamento foi contemporânea a um aumento populacional extraordinário ocorrido em São Paulo (portanto também a uma demanda por habitação que essa população personificava), especialmente a partir da década de 1950, chegando ao ápice entre as décadas de 1960-1970, quando alcançou um saldo migratório positivo de 2.030.374 (cf. Baeninger, 2011) migrantes. A assim chamada migração interna ocorrida nesse período terá como régua civilizatória, portanto sentido do processo, a incorporação desse exército de expropriados como trabalhadores assalariados e sujeitos do direito (cf. Giavarotti, 2012), ainda que superexplorados e sem direitos, como veremos.

Em nosso mestrado o processo de formação do Jardim Ibirapuera foi pensado como uma simultaneidade entre a reprodução do trabalhador e sua família e a produção das condições mínimas de moradia e urbanização. Todavia, afirmar que a particularidade da modernização nacional levou a que a classe trabalhadora urbana em formação necessitasse se dedicar à produção de seu espaço de reprodução, enquanto ambiente construído, é pouco, já que as relações de produção que envolveram a constituição do Jardim Ibirapuera e tantas outras periferias não foram aquelas do assalariamento. Vejamos.

O monopólio dos meios de produção por parte da sociedade faz com que os "produtos [estejam] autonomizados em relação à força de trabalho viva" (Marx, 1986: p. 269), o que também vale para a urbanização, já que tal processo envolve um rol de atividades que adquirem a forma de setores da produção capitalista. O que queremos dizer com isso é que o trabalho e sua personificação, a classe trabalhadora, é o fundamento da produção de valor e de mercadorias, o que inclui, por exemplo, conjuntos habitacionais destinados à sua própria reprodução. No entanto, a autonomização da força de trabalho viva em relação ao produto produzido significa que a produção de conjuntos habitacionais pela classe trabalhadora não corresponde imediatamente ao seu uso. Assim como todas as outras mercadorias, elas precisam ser compradas. Tal fica patente em toda a produção habitacional financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A classe trabalhadora que a produziu e a financiou compulsoriamente, por meio dos fundos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), acessou moradia por outros caminhos, como atesta a história de formação do Jardim Ibirapuera. Nesse caso em particular, assim como o Jardim Celeste, Jardim São Francisco e o grosso dos loteamentos periféricos que compõem o heterogêneo tecido urbano da cidade de São Paulo, a compra do terreno e a reprodução do

trabalhador foi a pré-condição do erguimento de suas moradias e vice-versa; além da reivindicação política das infraestruturas necessárias à consolidação do loteamento no tecido urbano. Em outras palavras, uma relação de produção na qual os produtos do trabalho pareciam não se encontrar autonomizados da força de trabalho viva destes futuros moradores, já que a forma de acesso à moradia se deu por meio da tão debatida e conhecida autoconstrução[60].

[60] "a característica básica [das casas autoconstruídas] é [de] serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa" (Bonduki 2011: 281).

5.2 A autoconstrução aos olhos de Sérgio Ferro

Salvo engano, pode-se atribuir ao arquiteto Sérgio Ferro, em seu artigo *A produção da casa no Brasil* ([1969] 2006), a primeira tematização de cunho marxista acerca das particularidades presentes no processo de construção da "casa popular" (Ferro, 2006). Neste artigo, o autor decompõe em oito pontos aqueles aspectos que considera centrais para uma análise crítica da produção da casa popular: 1) Construtor; 2) Materiais; 3) Técnica; 4) Produto; 5) Uso; 6) O valor de uso social; 7) A pequena propriedade e, por fim, 8) Baixa de salários.

Segundo Ferro o construtor da casa popular era, em fins da década de 1960, majoritariamente o seu proprietário e a construção era realizada junto "com filhos ou a mulher, raramente em mutirão [...] nos fins de semana, feriados, ou férias" (Ferro, 2006: p. 61). Seu construtor contava com os materiais "de menor preço", tijolos e telhas de barro produzidas em "olarias neolíticas", sendo a escolha dos primeiros orientada também pela sua disponibilidade em áreas próximas ao lote "para evitar o transporte oneroso". Fazia-se necessário também que os materiais pudessem ser comprados em parcelas, acorde às "reservas de cada salário" ou possibilitada pelo "crédito do depósito suburbano". Por fim, deveriam responder à ausência de qualquer "exigência técnica especial no [...] emprego" destes materiais. Em suma, os materiais utilizados resultavam do "baixo nível de consumo permitido por seu [do trabalhador] salário" (Ferro, 2006: p. 62).

No que dizia respeito às técnicas utilizadas pelo construtor, Ferro as identifica como parte do "conhecimento popular quase espontâneo [...] prática compatível com nenhuma especialização" (Ferro, 2006: p. 62). Na medida em que "dispõe do tempo parcelado" encontra-se constrangido a aderir ao "empilhar de tijolos" na construção de sua casa e neste particular Ferro a qualifica sumariamente como "técnica pré-histórica" (2006: p. 63).

Frente a tais condições, o produto resultante deste processo "é o utensílio abrigo puro e elementar dotado exclusivamente do indispensável", majoritariamente contando com apenas um quarto e excepcionalmente com dois cômodos a mais, que servem ao atendimento "franco e imediato" do trabalhador e sua família. No que se refere ao uso da moradia, Ferro reconhece que o trabalhador não busca nada além da "proteção contra chuva e frio, espaço e equipamentos suficientes para o preparo de alimentos e descanso" (Ferro, 2006: p. 63). Donde o autor desdobra que o morador estabelece com seu produto

> a relação direta e *não mediatizada*, como só surge entre homem e seu instrumento de trabalho pessoal. Não é envolvido por qualquer fetiche, usa simplesmente, sem mistério ou respeito exagerado. A casa é feita para servi-lo e serve-se naturalmente dela (Ferro, 2006: p. 63 – grifo nosso).

Deriva daí, a partir de uma certa leitura de Karl Marx, a ideia de que não somente o sujeito produtor constrói um objeto correspondente às suas necessidades, mas que dialeticamente tal objeto produz seu sujeito, determinando um "modo de usar" (Ferro, 2006: p. 63). Por esse caminho o autor escreve que o atendimento às necessidades vitais determinadas "por pressões econômicas, atinge o social" (Ferro, 2006: p. 64), na medida em que esta maneira de produzir as casas se torna a forma dominante e "quase universalmente" válida entre a classe trabalhadora. Em outras palavras, o valor de uso particular representado pelas moradias autoconstruídas por operários, constrangidos pela "satisfação única de imperativos vitais elementares", alcança seu caráter de "valor de uso social entre os danados da terra", já que a ausência de "idiossincrasias" e "particularização" na produção destas moradias expressa a universalidade da classe, não obstante resultar de uma "forma de produção artesanal e arcaica". Em outras palavras, Ferro (2006) parece chamar a atenção para o fato de que a universalidade do trabalho personificada pela classe operária se manifesta na materialidade das moradias produzidas e no "modo de usar" daí decorrente, uma vez que estes dois últimos "evidenciam a classe" (Ferro, 2006: p. 63). Salvo engano, é como se o trabalho humano abstrato (cf. Marx, 1985: p. 47), lido pelo autor em sua aparente positividade ontológica, ganhasse concretude por meio da fisicalidade da casa popular, já que aquelas não pareciam guardar quaisquer idiossincrasias ou particularizações, alcançando algo como uma identidade de classe ancorada em um modo de vida. A despeito de que, para o autor, as relações de produção aí implicadas, em seu primitivismo, fossem a própria negação da universalidade da classe.

Como resultado deste processo de produção da moradia o trabalhador vai sendo alçado à "categoria do 'pequeno proprietário urbano'" (Ferro, 2006: p. 65), donde o rendimento destinado à sua reprodução e de sua família provenientes da venda de sua força de trabalho vai paulatinamente mesclando-se àqueles obtidos por meio da mobilização de sua propriedade. Ainda segundo o autor, em lógica oposta ao "funcionamento habitual da economia capitalista", a produção da casa popular, respondendo às necessidades do trabalhador, é presidida pelo qualitativo, pelo valor de uso. Uma vez que tal produção torna-se excedente, por exemplo na construção de um novo cômodo no lote, dispensável pela família, este termina por ser "empregado como valor de troca", permitindo ao morador realizar "o pressuposto de suas aspirações de ascensão à "categoria dos 'pequenos proprietários urbanos'" (Ferro, 2006: p. 65).

Neste sentido, o construtor/morador parece se encontrar negando a universalidade potencial do trabalhador coletivo, e a "solidariedade orgânica e coletiva fruto do trabalho comum", já que se dedica a enfrentar sua situação de miséria isoladamente. Segundo o

autor, reproduz "a miniatura frustrante do lar burguês" em busca da superação do atendimento às suas necessidades imediatas, afirmando "sua admissão a pequeno burguês senhor de capitalzinho" (Ferro, 2006: p. 66). Em outras palavras, se para o autor as condições generalizadas de produção da casa popular pelos próprios trabalhadores e suas famílias, presididas pelo valor de uso para suprir suas necessidades vitais elementares, produzem uma universalidade das condições entre seus pares, a condição de pequeno proprietário urbano resulta na negação desta potencial identidade, inibindo que a classe trabalhadora, enquanto classe em si, torne-se classe para si, portadora de um projeto político revolucionário.

Por fim, a dedicação do trabalhador, auxiliado por familiares e/ou vizinhos, na construção de sua moradia, alcançada por meio de "nada, mil 'jeitinhos', economizando na já magra mesa" (Ferro, 2006: p. 66) incidiria num "abaixamento relativo dos salários, sempre determinados pelo custo menor do absolutamente indispensável à sua manutenção" (Ferro, 2006, p. 66). Para tanto o autor se vale de informações produzidas pelo DIEESE recolhidas no Boletim Informativo de janeiro de 1968, onde se pode atestar que os custos destinados ao aluguel médio de casas em São Paulo estaria na faixa dos NCR$ 174,19, enquanto que o decreto estatal que regulava o salário mínimo àquela época reservava a quantia de apenas NCR$ 34,65 do salário mínimo para a cobertura do custo relativo à moradia. Tal descompasso entre os dados produzidos por um organismo voltado à defesa da classe trabalhadora e aqueles oficiais do Estado confirmaria, para Ferro (2006), que a estratégia da autoconstrução mobilizada pelos trabalhadores justificariam um rebaixamento salarial promovido pelo Estado. Voltaremos a isso a partir da interpretação de Oliveira (2003) sobre o mesmo problema.

Se o apontamento desta prática feita por Ferro (2006) e reinterpretada por Oliveira (2003) à luz da modernização brasileira, portanto em nova chave como veremos, assinalaram questões importantes sobre a prática da autoconstrução, balizando os termos do debate posterior, tanto provenientes da sociologia urbana (Kowarick, 1993), quanto oriundos da arquitetura e urbanismo (Maricato, 1982; Rolnik e Bunduki, 1979; Bonduki, 2011), os desdobramentos históricos que envolvem a reprodução da população trabalhadora assentada no Jardim Ibirapuera, assim como em tantas outras periferias, exige iluminar um aspecto relegado a segundo plano. Referimos-nos aqui à propriedade da terra compreendida aqui como momento do processo de reprodução destes trabalhadores, formação dos loteamentos periféricos e pré-condição da própria autoconstrução. Como se pode perceber, em Ferro (2006) a discussão sobre a reprodução da classe trabalhadora, observada a partir da autoconstrução, se encontra essencialmente sob o signo da produção

e de todos os outros aspectos derivados como técnica, materiais, relação familiar, financiamento, enquanto que a propriedade da terra adquire uma presença peculiar.

A compra do lote e a autoconstrução da casa faziam do trabalhador assalariado "um pequeno burguês senhor de capitalzinho" (Ferro, 2006: p. 66) já que buscava resolver seus problemas individualmente. Essa experiência de ascensão à "categoria dos 'pequenos proprietários urbanos'" (Ferro, 2006: p. 65) parece figurar em sua interpretação do processo discutido como um problema de consciência de classe. À medida que os trabalhadores se alçam à condição de pequenos proprietários, segundo o autor, parecem minar suas próprias chances de levarem a cabo sua tarefa histórica. Em Oliveira, apesar de nos dedicarmos à sua interpretação acerca da autoconstrução de maneira mais detida posteriormente, o ponto de vista da produção ganha também centralidade, sob o signo do "trabalho não pago [...] Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção" (Oliveira, 2003: p. 59). De um lado, portanto, a não-desapropriação da habitação popular pelo setor privado emerge em Oliveira sob a forma da aparência, o que esconderia um processo de superexploração, a questão crucial a ser acusada segundo o autor, como veremos. Por outro, em Ferro (2006) a aquisição da propriedade da terra é compreendida e interpretada como óbice à formação da consciência de classe. Entretanto, uma certa desimportância atribuída a este aspecto referido à autoconstrução à época da industrialização brasileira parece não mais se sustentar de maneira inequívoca, como sugerem muitos dos relatos apresentados nesta tese. Ou seja, tal não pode ser atribuída apenas a uma problemática de ordem epistemológica e/ou metodológica, mas deve ser encontrada no próprio processo histórico de autonomização das categorias de terra, trabalho e capital e seus respectivos rendimentos, que como já apresentamos, é precisamente distribuição da mais-valia global.

5.3 A autoconstrução e o processo de autonomização da terra

Como já afirmado anteriormente e apresentado em nosso mestrado, o processo de formação do Jardim Ibirapuera envolveu uma simultaneidade entre, de um lado, a reprodução da força de trabalho das famílias que lá se assentaram e, de outro, a autoconstrução de suas moradias e a organização política consubstanciada na criação da *Associação de Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera* para reivindicar a infraestrutura necessária ao loteamento. Deixando de lado, por enquanto, os condicionantes que levaram esses migrantes tornados trabalhadores assalariados em São Paulo a comprarem lotes de 250 m^2 ou 125 m^2 a prestações em loteamentos periféricos como o Jardim Ibirapuera, Jardim São Luís, Jardim Celeste, Jardim Leni, Jardim São Francisco, para constituírem suas condições de reprodução, o que incluía a família, faremos uma breve análise crítica desse processo observado à escala local a partir do capítulo da fórmula trinitária (cf. Marx, 1986: p.269-280).

Como já apresentamos, a autonomização é o processo por meio do qual terra, trabalho e capital parecem gerar rendas para seus proprietários (o proprietário fundiário, o capitalista e o trabalhador) devido às suas qualidades particulares, enquanto a origem do valor e da mais-valia radica no trabalho, e apenas nele. Todavia, o processo de formação dessa *aparência de autonomia* entre as fontes de rendimento, o que é o sentido preciso da noção de autonomização em Marx, tem processo histórico de constituição e não reside apenas na cabeça dos sujeitos imersos nas relações burguesas de produção. A noção de autonomização nos interessa na medida em que a condição de ex-colônia do Brasil exige considerar aquilo que Oliveira denomina de "expansão de uma economia capitalista" (2003: p. 61) como parte de um processo não-simultâneo (cf. Kurz, 1993) de constituição do capital como uma realidade mundial. Em outras palavras, a noção de autonomização nos ajuda a reconsiderar criticamente aquilo que aparece como uma acumulação primitiva (cf. Marx, 1985b) circunscrita à escala nacional como um desdobramento contraditório da acumulação de capital à escala global (cf. Boechat, 2013; Toledo, 2008; Leite, 2015; Kluck, 2016).

Todavia, se há não-simultaneidade entre os diversos países que compõem a economia mundial e os diversos setores que compõem a reprodução do capital, também há não-simultaneidade internamente às economias nacionais. É precisamente essa não-simultaneidade que permitiu a Oliveira (2003) considerar a relação que se estabeleceu historicamente entre os diversos setores da acumulação de capital nacional e a reprodução da classe trabalhadora por meio da autoconstrução, como desigual e combinada, como veremos. O nosso caminho neste momento, todavia, é de interpretar a autoconstrução à luz da propriedade da terra.

Já sabemos, com Marx, que a relação que o trabalhador com pleno exercício de sua mobilidade estabelece com o capital é aquela do completo expropriado que precisa ir atrás de trabalhar para outrem. Um sujeito livre de quaisquer amarras e constrangimentos pessoais, sobretudo dos meios de produção que possa lhe garantir reproduzir-se de outra forma que não por meio da venda de sua força de trabalho, a única mercadoria da qual é proprietário. Já o capitalista se apresenta no mercado como proprietário dos meios de produção, interessado principalmente em comprar a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que tem, a força de trabalho, tendo em vista a acumulação. Como já afirmamos previamente, é da divisão temporal entre tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador e tempo de trabalho excedente internamente à jornada de trabalho, que a acumulação capitalista e a reprodução ampliada dos capitais se realizam. Esta relação temporal mais fundamental que caracteriza a acumulação não pode ser atribuída essencialmente à propriedade privada dos meios de produção, já que o socialismo real não deixou de reproduzir tal dinâmica (cf. Kurz, 1993).

Contudo, se observamos a reprodução ampliada do capital a partir da remuneração dos fatores do capital torna-se necessário considerar a propriedade como aquilo que efetivamente decompõe a mais-valia. Se a relação-capital (Marx, 1985b: p. 262) envolve um contrato entre o proprietário da força de trabalho e o proprietário dos meios de produção, no caso da modernização brasileira tornar-se pequeno proprietário de terra em loteamentos periféricos parece ter sido a condição necessária do proprietário da força de trabalho reproduzir-se enquanto tal. *A personificação do trabalho parece ter se fundido àquela que personificou a terra*. Será da "fusão" destas duas categorias consubstanciada na formação das periferias, personificadas num único e só sujeito, mas junto à sua família, que permitirá à classe trabalhadora urbana em formação acumular algum fundo para si próprios mesmo num contexto de superexploração de suas forças de trabalho[61].

Nesse caso, a pequena propriedade da terra adquirida a prestações e paulatinamente provida de uma moradia autoconstruída será a expressão "material" da remuneração autonomizada dos fatores, em especial aquela parte que remunerou o capital e aquela destinada à remuneração do trabalho, todavia sob a forma de uma pequena propriedade e uma moradia autoconstruída. No entanto, tal formulação só parece fazer sentido *post festum*, quando observamos a centralidade adquirida pelos negócios com terra e imóveis mobilizados por nossos interlocutores moradores, nos quais eles aparecem como vendedores/locadores de algo além de sua própria força de trabalho. Situação oposta ao

[61] Ou talvez pudéssemos inverter a formulação e dizer que apenas por meio da urbanização por reprodução ampliada de periferias é que a classe trabalhadora superexplorada foi capaz de acumular algum fundo para si próprio num contexto de modernização retardatária. (cf. Kurz, 1993)

momento de formação do Jardim Ibirapuera e de outras tantas periferias de São Paulo, quando a aquiescência à autoconstrução e seu caráter supostamente arcaico enfatizava a interdição da população trabalhadora aos frutos esperados da industrialização e da urbanização, a régua civilizatória mencionada acima. Não estamos dizendo com isso que não houve um processo de superexploração lhes inibindo a possibilidade de participarem como "*mercado* para a produção capitalista seja de residência, seja de melhoramentos públicos" (Oliveira, 1982: p. 16 – grifo do autor). Mas contraditoriamente estamos afirmando que tais trabalhadores se realizaram socialmente como precursores do processo de formação de um mercado de terra urbana nos arredores de São Paulo. Em outras palavras, a reprodução da classe trabalhadora por meio dessa "espécie de reprodução ampliada da periferização" (Seabra e Rodrigues, 1986: 24) significou, de um lado, uma extraordinária quebra do monopólio da terra existente no entorno da cidade, manifesta na transformação dessas terras rurais em terras urbanas. De outro, o próprio processo de autonomização da renda da terra urbana. Para delinear essa problemática empiricamente nos detenhamos em como os negócios com terra e imóveis aparecem na trajetória de nossos interlocutores.

5.4 A mobilização da terra nas trajetórias de mobilidade do trabalho

5.4.1 A primeira geração

Leonora e seu marido foram um dos primeiros núcleos familiares a se estabelecerem no Jardim Ibirapuera. Em seu relato é possível verificar que no processo de constituição de suas condições mínimas de reprodução, os negócios com terra já estão presentes. A primeira delas se refere à compra do lote de 250 m^2 existente no Jardim Ibirapuera (cf. Giavarotti, 2012) onde autoconstruíram sua moradia. À medida que a casa se expandia, em meados de 1966, Leonora e Darci abrigaram por três anos um casal de amigos pernambucanos e posteriormente, por mais três anos, um casal de mineiros, auferindo uma pequena renda proveniente dos aluguéis de um dos cômodos da casa, à época em desuso. Quando as condições financeiras da família se encontravam mais estáveis, já em meados da década de 1970, investem parte de seus rendimentos na construção de um pequeno sobrado ao fundo da casa tendo em vista alugá-lo para complementar a renda familiar e garantir a continuidade da construção. Em 2014, quando de minha entrevista com Leonora, três pequenas habitações internas ao seu lote se encontravam sendo alugadas a três diferentes núcleos familiares.

No que se refere à trajetória de Nelson, os negócios com terra motivados por sua mobilidade são dignos de nota. Nelson primeiramente acedeu à compra de um lote de 125 m^2 no ano de 1970, aproximadamente, no loteamento do Jardim São Francisco, adjacente ao Jardim Ibirapuera, tornando-se o décimo quinto morador dali após ter morado de aluguel em três imóveis localizados no Jardim São Luís. Nelson também moveu um segundo negócio quando, com os rendimentos provenientes de seu trabalho, resolveu alugar um imóvel de 1989 a 1994 aproximadamente, para abrir um depósito de materiais de construção na rua Bento Barroso, no Jardim Ibirapuera. Com os rendimentos provenientes da loja de materiais de construção e produzindo plantas das casas de loteamentos periféricos em processo de anistia, resolve investir o dinheiro na compra de imóveis chegando a ter onze imóveis entre Garanhuns (PE), Horizonte Azul (periferia da Zona Sul de São Paulo) e Avaré (interior de São Paulo), além de um pequeno prédio de três andares na mesma rua em que mora, que no momento de nossa entrevista contava com cinco casas. Na ocasião de nossa entrevista nos disse que planejava construir mais três apartamentos nesse mesmo prédio. Este pequeno prédio foi o único imóvel que permaneceu sob seu "domínio" (Nelson) após a bancarrota de seu depósito de materiais de construção, além da casa onde vive com a família.

5.4.2 A segunda geração

Os negócios com terra que surgem no relato de Max remontam à trajetória de seu pai e está fortemente conectada a esta, na medida em que o bar que resolvem empreender no Jd. Leni, também adjacente ao Jardim Ibirapuera, se vale da habitação autoconstruída pelo primeiro (cf. Giavarotti, 2012). O desejo de empreendimento do restaurante *Macaxera* os pressiona não apenas a alugar um dos imóveis de propriedade da família *Santana* mas também a comprar o ponto comercial. Ainda no que se refere ao restaurante, em 2013 são impelidos à renegociação do preço do aluguel deste imóvel diante de um aumento requisitado pelo proprietário. Os negócios com terra mobilizados pela trajetória de Max também surgem no que diz respeito às suas condições de moradia que, por não morar na casa de seu pai, como Leon, e rejeitando a ideia de ganhar uma casa de seus pais, vive como inquilino da sogra. Por fim, somam-se a esses negócios com terra as propriedades que Max tem na favela da Pinhal Velho, que no momento de nossa entrevista se encontravam alugadas.

Os negócios com terra presentes na trajetória de Augusto e Janaína se assemelham àquela de Max, uma vez que Augusto é da segunda geração de uma das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera (cf. Giavarotti, 2012). Nesse sentido, o acesso às condições de moradia do casal se amparou no pequeno patrimônio de seus pais, o que lhes permitiram construir um cômodo ao fundo do lote de 125 m^2. Já na condição de empreendedores da *Associação Nossa Quebrada*, Augusto e Janaína acederam em 2003 ao aluguel do segundo andar de um imóvel na rua principal do Jardim Ibirapuera, Salgueiro do Campo, tendo em vista construírem uma sede para a associação, concluindo o contrato em 2007 devido às dificuldades que tiveram em arcar com seu custo. Acrescente-se a isso o aluguel de uma casa na favela da Erundina, adjacente ao Jardim Ibirapuera, para ser a nova sede da associação, posteriormente comprada. Convidados pelo corpo diretor da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim São Francisco*, onde Nelson vive, inauguram mais um espaço da associação em regime de cessão de uso. Por fim, em 2013 Leonora aceita ceder o espaço da antiga sede da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera*, para uso da *Associação Nossa Quebrada* que, à época de nossa entrevista, pretendia construir um refeitório no segundo andar para uso dos funcionários da *Nossa Quebrada*.

Dino, em sua trajetória experimentou condições semelhantes àquelas de Augusto, Janaína e Max. No momento de nossa entrevista Dino se encontrava estabelecido numa casa construída ao fundo do lote deixado por sua avó à sua mãe, ainda que a trajetória de seu pai tenha incluído a compra e revenda de um lote no Jardim Leni, e o aluguel de uma casa na rua Salgueiro do Campo no Jardim Ibirapuera enquanto autoconstruía a casa para a qual se mudariam posteriormente. Na trajetória de Dino também desponta o comércio

ilegal de entorpecentes que o faz criar um ponto de vendas na rua *B* do Jardim Leni, repassando-o gratuitamente quando resolveu deixar o negócio, ainda que pudesse tê-lo negociado com aquele que viria a ser o novo gerente do ponto. No que diz respeito ao lote de sua mãe vale lembrar a locação de um cômodo existente no lote para uma senhora sua conhecida. Como possibilidades não consumadas de negócios imobiliários e/ou fundiários consideramos interessante ressaltar a oferta de compra da garagem da casa, assediada por um morador para a criação de um bar, e o desejo frustrado de Dino em vender a casa e mudar-se do Jardim Leni. Voltaremos a esse ponto.

Rubens, assim como grande parte dos nossos interlocutores da segunda geração de moradores do Jardim Ibirapuera e imediações, se vale das condições de moradia estabelecidas pelo seu pai à época em que chegaram no Jardim São Luís e compraram um lote no Jardim Celeste. Depois de viver um período de aluguel na república no Jardim São Luís, sair de São Paulo e morar no bairro da Pompéia, se estabeleceu finalmente junto com sua família no lote de seus pais, onde está até hoje, dividindo a casa com seu irmão.

Por fim, devemos lidar com os negócios com terra presentes na trajetória de Francisco, da segunda geração de uma das primeiras famílias do Jardim Ibirapuera. Além do fato de nessa condição se valer do pequeno lote e imóvel comprado por seus pais em 1960, se mudando para o fundo da mesma quando retorna de Ribeirão Preto, a trajetória de Francisco nos interessa também pelo que seu trabalho como corretor de imóveis revela sobre a mobilidade de terra e imóveis à escala local. Estimando ter negociado no período de 1995 a 2005 em torno de 192 imóveis entre moradores do Jardim Ibirapuera, Jardim São Francisco, Jardim São Luís e favela da Erundina, Francisco identificou diferentes finalidades motivando esse mercado ilegal e informal de imóveis: a) famílias inquilinas de imóveis nos loteamentos mais urbanizados buscando se livrarem dos custos do aluguel a partir da compra de uma casa na favela, como no caso de Soraia e Damião; b) moradores proprietários nas favelas vendendo suas casas em busca de moradia em outros loteamentos periféricos, segundo Francisco, em condições mais regulares; c) moradores mais antigos dos loteamentos mais urbanizados adquirindo imóveis nas favelas tendo em vista a locação dos mesmos, como no caso de Max; d) compra e/ou locação de imóveis por moradores dali do entorno como no caso de Leon e Max, ou de outras partes da cidade, para a criação de microempreendimentos; e por fim e) pequenos investidores, aparentemente de fora do bairro, comprando imóveis e demolindo-os tendo em vista a construção de pequenos prédios ou cortiços a serem oferecidos a futuros inquilinos.

5.4.3 A mobilidade perfeita do trabalho e da terra no Jardim Ibirapuera

No relato de Nair os negócios com terra mobilizados pela sua família estão presentes desde sua chegada em 1985 a São Paulo, quando alugou um imóvel em uma das ruas do Jardim Ibirapuera, bem como em seu retorno a São Paulo, quando também aderem ao aluguel de outra casa, mas na mesma rua. Aproximadamente em 1996, Nair e a família se mudam para uma garagem alugada na casa de um dos filhos de Leonora. Depois da separação, Jorge comprou uma casa na favela da Pinhal Velho e Nair mudou-se, em regime de aluguel, para a metade do lote do filho de Leonora. A casa de Nair serve também para Jorge guardar suas ferramentas de trabalho, ainda que não pareça se configurar um negócio entre ele e Nair. Por fim o filho de Nair mora de aluguel em uma das ruas do Jardim Ibirapuera.

Os negócios com terra motivados pela trajetória de Soraia podem ser apontados já na chegada de Simeão a São Paulo que, junto com conterrâneos, aluga uma casa no Jardim São Luís. Assim que Soraia chega a São Paulo mudam-se para uma casa alugada próxima ao restaurante *Macaxera*, ainda no Jardim São Luís. Posteriormente compram um cômodo de madeira na favela da Pinhal Velho e a trocam por uma laje com uma outra moradora da favela, ampliando verticalmente em regime de autoconstrução a casa a partir desta laje. Tal verticalização é o que permite abrigar parte dos filhos e filhas, uma delas evitando os aluguéis. Há também a doação de um imóvel para uma das filhas de Soraia feita por uma moradora da mesma favela. Por fim, devemos incluir a reforma do telhado de sua casa e das casas de cada uma de suas filhas, feitas pela *Morada Viva*.

Já no caso de Paulo, o acesso de sua família à terra se deu por meio de uma ocupação naquela área que veio a se consolidar como a favela da Pinhal Velho, entre 1975 e 1980, trocado posteriormente por um lote mais próximo à rua Macedônia. Os negócios com terra, neste relato particular, despontam de maneira mais indireta, na dificuldade que a família de sua irmã enfrentava em 2014, para alcançar o preço dos aluguéis, fazendo com que a mãe de Paulo dividisse o lote ocupado, oferecendo metade dele para a família da filha. Ainda surgem em seu relato os "bicos" que costumava fazer num contexto de incremento de reforma das casas da favela da Pinhal Velho, incluída aí a casa de sua mãe, onde à época de nossa entrevista ele ainda vivia.

Não obstante os negócios com terra serem raros na trajetória de Felipe, já que permanece morando na casa de sua mãe, num imóvel localizado na favela da Pinhal Velho e provavelmente resultante de ocupação, retomaremos aspectos de seu depoimento sobre a dinâmica de consolidação da favela no tecido urbano e as implicações desta na dinâmica de reprodução de sua família.

Os negócios com terra motivados pela presença de Kléber e da *Morada Viva* no Jardim Ibirapuera estão diretamente vinculados à finalidade do empreendimento, não obstante este negócio social não funcionar como uma agência corretora como no caso de Francisco. Em outras palavras, os negócios com imóveis se conectam apenas de maneira indireta, já que o público atendido por este empreendimento é constituído por proprietários, tendo em vista reforçar a fixação destas pessoas em condições melhores de vida nos imóveis onde se encontram. O que não significa que a despeito desses próprios desígnios não interfiram na dinâmica dos negócios de imóveis ali em curso. Por outro lado, a própria presença do empreendimento no Jardim Ibirapuera envolveu a busca por um imóvel que funcionasse como uma sede, mobilizando negociações por imóveis. À época de nossa entrevista, a sede da *Morada Viva* dividia espaço com a *Associação Nossa Quebrada*, naquele imóvel que historicamente serviu como sede da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera*, cedido ao uso pelo corpo administrativo desta última[62]. Em oposição a Francisco, a trajetória de Kléber e da *Morada Viva* no Jardim Ibirapuera sintetizam algo importante a ser destacado acerca da mobilidade da propriedade no Jardim Ibirapuera e suas imediações, já que apenas oferecem reformas para proprietários das favelas. Em outras palavras, a condição de possibilidade de Francisco historicamente radicava na mobilidade plena da propriedade da terra enquanto os desígnios da *Morada Viva* parecem consubstanciar sua imobilidade. Voltaremos a essa aparente contradição posteriormente.

[62] Em meados de 2016, quando estive em campo, a *Morada Viva* havia transferido sua sede para um imóvel de um particular e se encontrava pagando aluguel devido ao seu uso.

5.5 Assim como o valor, a renda da terra não é objetiva (tampouco subjetiva)

Apontar os negócios com terra e imóveis contraditoriamente agenciados pelas trajetórias de nossos interlocutores não esgota o problema que nos interessa tematizar, já que a formação do Jardim Ibirapuera não deve ser compreendida como a somatória das trajetórias até aqui arroladas, como já advertimos anteriormente. De um lado a autoconstrução das moradias pelos primeiros núcleos familiares que se assentaram no Jardim Ibirapuera, mas também em outros loteamentos adjacentes, foi central no processo de constituição das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora. De outro, seria um deslize abordar a formação e incorporação do Jardim Ibirapuera ao tecido urbano sem incluir as atividades levadas a cabo pela *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera*.

Todas as reivindicações por ela encampadas (cf. Giavarotti, 2012) no que diz respeito à pavimentação das ruas, fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, transporte público, foram progressivamente incrementando materialmente o loteamento e destarte reposicionando-o na metrópole de São Paulo, que continuou se expandido horizontalmente além-Ibirapuera. Portanto, os negócios com terra e imóveis contraditoriamente agenciados por nossos interlocutores não podem ser observados a partir deles mesmos, mas devem ser considerados à luz deste deslocamento do Jardim Ibirapuera na metrópole de São Paulo promovida pela organização política de seus moradores, portanto pelas "políticas do espaço" (cf. Seabra, 2003) que incidiram no Jardim Ibirapuera e em sua reconfiguração. Mas ao invés de reconstituirmos a história da associação (reconstituição que em parte já foi feita em nossa dissertação), já que não é isso o que nos interessa primordialmente aqui, partiremos de certos aspectos daquilo que parece ser a síntese da história de formação do Jardim Ibirapuera, no que se refere ao mercado de terras e imóveis, buscando diferenciá-la daquilo que caracterizou seus primórdios.

Para tal vale pensarmos, por exemplo, na trajetória de Max quando decide empreender o restaurante *Macaxera* junto com seu irmão Leon. Dentre os investimentos que necessitou realizar para levantar o restaurante, havia aquele relativo à compra do ponto comercial consolidado pelo empreendimento que existia no mesmo imóvel e entabulado por um membro da família *Santana*. Ou seja, além de Max e Leon terem se comprometido pelo pagamento mensal relativo ao aluguel do imóvel que, na época em que o entrevistamos estava na faixa dos R$ 2.000, eles também necessitaram pagar o preço de aproximadamente R$ 200.000 pelo ponto comercial do imóvel. Caso semelhante pode ser pensado a partir da trajetória de Dino quando decide abandonar de vez o tráfico de

entorpecentes e afirma que poderia ter negociado o ponto de venda do qual era gerente, ainda que não tenhamos obtido informação sobre seu preço. Sobre este aspecto, relativo às negociações dos pontos de venda de entorpecentes, pudemos saber por meio de conversa com Rafael[63], um dos filhos de Soraia, de que era muito comum entre operadores do tráfico a locação dos pontos de venda de entorpecentes para outros gerentes. Por fim vale observar aqui a estimativa de Francisco feita em 2015 acerca do preço do imóvel onde se encontra a padaria principal do Jardim Ibirapuera. De frente para o ponto final de uma das poucas linhas de ônibus que atendem o bairro, Francisco nos afirmou que ali é "um ponto comercial fortíssimo, um ponto final de ônibus [e que o preço talvez alcançasse] um milhão, um milhão e meio" (Francisco). Estes quatro casos, apesar de não poderem ser tomados como a síntese das trajetórias por nós arroladas e analisadas, indicam algo relativo ao significado do reposicionamento que o Jardim Ibirapuera adquiriu na metrópole de São Paulo e que remetem ao seu processo histórico de incorporação ao tecido urbano, ou seja, nos envia à luta entabulada pela *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera*. O elemento que nos interessa debater a partir destas trajetórias é o popular ponto comercial, já que sua existência parece organizar as possibilidades de apropriação de rendimentos por parte de seus proprietários.

Segundo a organização não-governamental *SEBRAE*[64], quando alguém decide apostar na criação de um pequeno ou microempreendimento, deve-se atentar para as seguintes características relativas ao ponto: a) conferir se sua clientela tem fácil acesso ao seu empreendimento; b) se os produtos vendidos tem o potencial de conquistar o cliente independente do desejo deste último em comprar a mercadoria oferecida; c) como é a circulação de pedestres no local onde se planeja estabelecer o empreendimento; d) qual é o nível de concentração de outros negócios no lugar, incluindo o de concorrentes; e) se é necessário oferecer um estacionamento para a clientela em potencial; e por fim, f) conferir se o público-alvo conta com um acesso adequado ao empreendimento[65].

Antes de extrairmos de tais prescrições os conteúdos que nos interessa debater, vale ressaltar que a dinâmica comercial que se instaurou no Jardim Ibirapuera e suas imediações não podem ser compreendidas como puros reflexos da propagação destas indicações ideologicamente orientadas. Antes, pelo contrário, a condição de existência de tais

[63] Conversa não gravada, realizada no dia 18 de outubro de 2015.
[64] "O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte" (fonte: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos. Acesso: 25 de setembro 2017.
[65] Fonte: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/ponto-comercial,10e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso: dia 25 de setembro de 2017.

enunciações é que respondem a um processo mais profundo de transformações promovidas pela dinâmica temporal do capital. Em outras palavras, não é preciso identificar nas trajetórias de Max, Francisco, Dino, o proprietário do imóvel onde hoje se encontra a padaria, ou outros operadores do tráfico de entorpecentes próximos a Rafael, a realização de cursos oferecidos pelo *SEBRAE* sobre as melhores maneiras de empreender seus respectivos negócios, considerando os aspectos arrolados sobre as características de um bom ponto comercial. O caminho deve ser inverso, ou seja, perguntar quais foram as condições objetivamente fantasmagóricas que fizeram com que os imóveis presentes no Jardim Ibirapuera e seu entorno fossem compreendidos, por potenciais locadores ou virtuais empreendedores, como interessantes pontos comerciais, permitindo a seus proprietários cobrarem tributos que remetem a características da localidade onde tais imóveis se encontram. Nesse sentido, o Jardim Ibirapuera parece apresentar certos atributos prescritos pelo *SEBRAE*, caso contrário o ponto comercial, e em especial as rendas e custos que podem gerar, não fariam parte do léxico e da prática de nossos interlocutores.

Até aqui já parece ter ficado evidente a relação que estamos indicando implicitamente entre as práticas entabuladas pela *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera* e a assim chamada "valorização do espaço" (cf. Seabra, 2003) daí decorrente. Mas a relação aqui indicada não deve ser confundida com qualquer julgamento da associação ou ainda dos seus desígnios, seja de ordem moral ou política. O caminho interpretativo aqui perseguido é outro e diz respeito à possibilidade de considerar que a despeito dos objetivos manifestos da associação, ou seja, reivindicar ao Estado tudo aquilo que favoreceria "as exigências de acomodação e de circulação dos moradores, enquanto trabalhadores, e de mercadorias (insumos e produtos)" (Seabra, 2003: p. 331), trouxessem consigo resultados não previstos pelos próprios envolvidos naquele processo.

Os investimentos estatais no provimento de infraestrutura no Jardim Ibirapuera e suas imediações foi parte de uma gradativa reconfiguração de sua localização na metrópole de São Paulo, o que se desdobrou na possibilidade de uma valorização do espaço, acarretando numa valorização dos imóveis e propriedades que o compunham, chegando ao paroxismo na forma do ponto comercial. Todavia, considerar o espaço dessa maneira indeterminada não nos permite apreender criticamente o assim chamado fenômeno de sua valorização.

Um primeiro ponto a ser considerado para pensar o problema da valorização do espaço do Jardim Ibirapuera deve ser o fato de que este se estruturou a partir das propriedades de 250m^2. Esse primeiro aspecto é central em nosso percurso investigativo na medida em que, segundo Marx, terra não tem valor, uma vez que não é produto do

trabalho, ao menos entendida em sua "natureza inorgânica enquanto tal [...] em todo seu primitivismo selvático" (Marx, 19885: p. 270). Ou seja, os rendimentos que parecem emanar de sua qualidade como propriedade da terra são na verdade partes alíquotas da mais-valia global produzida pelo trabalho. O que significa que é sua condição enquanto propriedade o que permite a seus proprietários capturarem uma parte da mais-valia global, sendo portanto inexato falarmos de valorização da terra, já que seria uma tributação referida à propriedade, que variou historicamente à medida que o processo de urbanização se consolidou, mas que também está sujeita às oscilações da assim chamada economia.

Desse ponto de vista e considerando que as primeiras famílias moradoras a se assentarem no Jardim Ibirapuera foram os móveis da transformação daquela propriedade de terra rural em terra urbana[66], é possível dizer que o tributo pago aos proprietários Banzoli e Petrella, sob a forma preço, foi uma espécie de "renda fundiária absoluta" (Marx, 1986: p. 219-235). Esta última determinada, de um lado, pela quebra do "monopólio exclusivo de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas [da] vontade privada [dos antigos proprietários]" (Marx, 1986: p. 124) e, por outro, por aquilo que esses trabalhadores estavam dispostos a pagar, sopesando entre o pagamento de alugueis caros nas áreas já urbanizadas da cidade de São Paulo e a possibilidade de se tornarem proprietários da própria casa a longo prazo. Sem falar na importância que a família e a possibilidade de constituir um ambiente unifamiliar adquiriram nessa ponderação (cf. Giavarotti, 2012). Voltaremos a isso.

O preço que esses trabalhadores pagaram pelos lotes de terra adquiridos consolidou um processo de transferência de propriedade, mas não imediatamente a possibilidade de que, como novos proprietários, lhes fosse possível fazer dinheiro com isso. Antes, pelo contrário, os antigos proprietários foram quem auferiram renda daquela terra obsoleta, do ponto de vista agrícola.

Se, então, a valorização do espaço não reside na terra, já que sua remuneração é apenas um tributo, faz-se necessário pensar sobre o processo de autoconstrução, já que este parece um nexo objetivo entre valor e trabalho. De acordo com a descrição de Ferro sobre o processo de autoconstrução e tendo como parâmetro as nossas pesquisas empíricas (cf. Giavarotti, 2012) é possível afirmar que o tempo de trabalho despendido na autoconstrução das moradias nas quais vivem nossos interlocutores ultrapassou de longe o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de habitação no momento de

[66] A propriedade loteada contava com uma casa de farinha e algumas benfeitorias (cf. Giavarotti, 2012), o que nos exigiria reconsiderar a terra em seu estado selvático. Por outro lado, essa transformação da terra rural em terra urbana também significou uma diferença nos critérios qualitativos da terra, sendo uma casa de farinha absolutamente dispensável, do ponto de vista da nova divisão social do trabalho que se estruturava, assim como as dimensões do que é um pedaço de chão útil e à altura dos rendimentos de uma classe trabalhadora superexplorada.

constituição da periferia do Jardim Ibirapuera. Ou seja, o nível de produtividade envolvido na autoconstrução se encontrava profundamente abaixo do nível médio exigido à época para se produzir habitação de maneira a acumular capital, de onde extraímos a hipótese de que a valorização do espaço também não poderia ser decorrência da produção destas moradias autoconstruídas[67].

Por fim temos os investimentos feitos pelo Estado no fornecimento de infraestrutura ao Jardim Ibirapuera. O que se pode pressupor desta produção do espaço é que ela seja efetivamente um processo de valorização de capital, no sentido de que as relações de trabalho reificadas sob a forma de pavimentação, fornecimento de energia elétrica, linhas de ônibus e água encanada, estejam fundadas no assalariamento, portanto na extração de mais-valia. Já dissemos que esses investimentos de capital fixo no Jardim Ibirapuera permitiram um rearranjo de sua localização no espaço metropolitano de São Paulo. Tal rearranjo, observado sob a ótica da valorização do espaço, está sendo compreendido por nós como a formação das "vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos" (Singer, 1982: p. 27). Ou seja, à medida que o Jardim Ibirapuera foi adquirindo serviços urbanos, incluídos aqui também a escola municipal *Charles de Gaulle* e tantas outras instituições que desde sua formação até hoje foram estabelecidas em seu entorno, além dos comércios, etc., o espaço foi, digamos assim, se valorizando. Nesse sentido parece possível pensar sobre o popular ponto comercial, ainda mais quando Francisco assinala que uma das coisas que faz do imóvel da padaria um ponto comercial fortíssimo é a parada final do ponto de ônibus da linha que leva os moradores do Terminal João Dias ao Jardim Ibirapuera e vice-versa. Todavia, a valorização que podemos derivar a partir dessa constatação não é nada mais que uma renda diferencial (cf. Marx, 1986) derivada da posição estratégica que certos imóveis adquiriram nesse processo de incorporação e consolidação definitiva do Jardim Ibirapuera e seu entorno ao tecido urbano.

Mas aqui parece necessário distinguir dois usos majoritários dos imóveis presentes no Jardim Ibirapuera: moradia e microempreendimento, muitas vezes conjugando-se, como já pôde ser verificado. O que importa dizer é que a despeito dessas diferenças, a renda diferencial na forma de um aluguel ou um ponto comercial exigem também serem compreendidos sob a forma do tributo que o proprietário subtrai, seja de um salário, no caso de um imóvel destinado à moradia, seja do lucro do microempreendedor, no segundo caso. O que significa que ambos devem ser compreendidos aqui como deduções da mais-

[67] "Se decompusermos o custo de uma habitação popular, ele é basicamente força de trabalho do próprio futuro e feliz proprietário. Aí chegamos ao paradoxo de que isso não cria valor, não se constitui em mercadoria (Oliveira, 2006: p. 72).

valia global. Em outras palavras, o que aparece como valorização à escala local, pode ser compreendido precisamente como seu contrário, subtração da produção total de valor e mais-valia.

A apropriação dos lotes de terra no Jardim Ibirapuera e a efetiva transformação da terra rural em terra urbana, num sentido material, foi personificada por trabalhadores assalariados e não por investidores absenteístas e tampouco por capitais industriais. Com isso não queremos sugerir que até o assentamento dos primeiros moradores no Jardim Ibirapuera aquelas terras não pudessem ter sido cobiçadas, griladas e/ou negociadas por grandes investidores apostando nas possibilidades de "valorização" futura decorrente da industrialização e urbanização (cf. Brito, 2007). O que estamos sugerindo é que as possibilidades concretas de apropriação de rendas a partir de sua negociação exigiu o aparecimento de sujeitos monetarizados que, neste caso em particular, eram trabalhadores assalariados e não capitalistas, frustrando ou não as expectativas de seus antigos proprietários. A especulação com terras, assim como num jogo, não garante os resultados das apostas realizadas[68].

Diante do fato de que a demanda por terra foi personificada por trabalhadores migrantes assalariados, parece plausível considerar que a estes estava vedada a possibilidade de transformar seus rendimentos na forma de salário em outra coisa que não no erguimento de suas moradias, por meio da autoconstrução. A aquisição destes lotes nus implicou na *forçosa* adesão à autoconstrução por parte de seus proprietários, caso contrário não fariam daqueles pedaços de chão um valor de uso que pudesse atender às suas necessidades. Em outros termos, a universalidade do dinheiro na forma do salário se encontrava agrilhoada pela necessidade de metamorfosear-se sob a forma particular da terra e dos materiais de construção. E é precisamente esse encadeamento forçoso que nos interessa assinalar, já que o processo de autonomização observado a partir dos negócios com terra e imóveis envolvendo nossos interlocutores está sendo compreendido aqui por nós notadamente como o *afrouxamento deste vínculo*. Afrouxamento que significou ao menos três liberações simultâneas e fundamentais de serem elencadas, sob o risco de perdermos o sentido desse processo: a) *o uso liberou-se da propriedade*, ou seja, para se usar um imóvel não é preciso ser proprietário e para ser proprietário não é preciso usar o imóvel; b) *a liberação do imóvel de sua aparência de puro valor de uso*, o que talvez seja um outro jeito de apresentar o primeiro aspecto; e c) *a liberação do salário de sua necessidade de metamorfosear-se em terra e ambiente construído*, podendo ser destinado para outros negócios, como a compra de imóveis na

[68] Não podemos, todavia, abstrair as negociações com terra nesse jogo especulativo que envolveram e envolvem proprietários de terra e poder político, em conluio, o que fica evidenciado na mencionada tese de Brito (2007), permitindo diminuir as chances de perda dos investimentos, o que, contudo, nos levaria a um debate que não daremos conta de realizá-lo.

favela e/ou abertura de empreendimentos. O comentário de Francisco de que muitas das famílias do Jardim Ibirapuera e imediações ao se aposentarem voltaram às suas cidades de origem[69], é uma das manifestações desse processo de consolidação da mobilidade da terra, possibilidade que parecia não estar posta no início de formação do loteamento, no qual a mobilidade do trabalho não era perfeita (cf. Gaudemar, 1977). Outra manifestação empírica deste processo se refere aos negócios movidos por Francisco, em especial naqueles casos nos quais a compra de um imóvel tinha como objetivo a possibilidade de apropriação de alguma renda, ou ainda no caso de um "investidor" de fora ao comprar um lote e demolir a moradia existente tendo em vista levantar um pequeno prédio destinado à locação para terceiros.

Se é verdade que estamos aparentemente diante de um processo que se assemelha à consumação da terra como "equivalente da riqueza criada na sociedade" (Seabra, 2003: p. 329), tal afirmação deve ser relativizada já que a aquisição dos lotes por meio da compra, já no momento de abertura do loteamento, é a prova cabal de que ela já circulava como equivalente e já era trocada pelo equivalente universal, o dinheiro. Nesse sentido, a autonomização das categorias à escala local não deve ser confundida com um processo de formação do capital que "no seu movimento foi articulando e integrando segundo sua lógica, nos seus fundamentos econômicos, tudo o que lhe preexistia" (Seabra, 2003: p. 334). A categoria de autonomização observada à escala local, como viemos apresentando, acusa uma alteração na forma de acumulação de capital à escala nacional e mundial, e não uma colonização de relações previamente presididas pelo valor de uso em direção à sua consumação como valor de troca. As mudanças na forma da acumulação de capital à escala nacional e mundial, bem como a manifestação empírica destas a partir das vicissitudes presentes nas trajetórias de nossos interlocutores, serão discutidas nos próximos capítulos.

[69] O filme *Peões* (2004) de Eduardo Coutinho aponta esse processo, dentre outros.

5.6 A mobilidade da terra: autonomização mesmo sem lei?

O processo de autonomização descrito aqui, contudo, não necessita aparecer empiricamente, sendo talvez possível dizer que o mesmo deve aparecer invertido, uma vez que a aparência não coincide com a essência (cf. Marx, 1988). Em outras palavras, o processo de autonomização aqui apontado parece sugerir a transformação completa de uma periferia constituída por proprietários por uma constituída por inquilinos, o que não é verdade. Temos indícios de que o Jardim Ibirapuera e suas imediações envolvem ambas as condições, caso pensemos a partir dos desígnios da *Morada Viva* que oferece reformas apenas a proprietários, caso recordemos o comentário de Francisco sobre a saída dos antigos proprietários ou mesmo a dificuldade em encontrar pessoas conhecidas na linha de ônibus que atende o Jardim Ibirapuera. Nesse sentido, começam a ficar mais evidentes as razões de nossas dificuldades em cartografar os custos de reprodução de uma parte de nossos interlocutores. Seja porque para alguns os custos com moradia se tornaram fontes de renda, seja porque a condição de proprietários (ocupantes ou não) suprimiu os gastos com a moradia efetivamente e não apenas aparentemente.

Com relação à primeira geração de moradores, Leonora e Nelson, na época em que realizamos nossas entrevistas se encontravam totalmente isentos dos custos de reprodução relativos às moradias onde viviam. Pelo contrário, como já apresentado, faziam de suas condições de proprietários uma fonte de rendimento.

Da segunda geração de moradores temos a seguinte configuração: Max, assim como fez seu irmão Leon, poderia se valer da moradia autoconstruída de seu pai para viver, mas preferiu pagar um aluguel de R$ 350,00 pela locação de um imóvel de propriedade de sua sogra. Augusto e Janaína, assim que se casaram, decidiram por autoconstruir uma casa ao fundo do lote de sua mãe e padrasto, e nessa condição também se encontravam isentos dos custos de reprodução relativos à moradia. Dino vivia situação semelhante já que vivia numa casa autoconstruída ao fundo do lote de sua mãe, se encontrando isento dos custos relativos à habitação, a não ser o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)[70]. Rubens, como a segunda geração de uma família de colonos que compraram um lote no Jardim Celeste, se encontrava também isento dos custos de reprodução vinculados à habitação, podendo se valer do pequeno patrimônio deixado por seu pai. Por fim devemos lembrar de Francisco que, quando de seu trabalho como corretor, vivia no quarto do fundo do lote de sua mãe e seu pai, podendo isentar-se dos custos de reprodução vinculados à moradia.

As situações se modificam ligeiramente quando observamos aqueles moradores que parecem personificar a implosão do Jardim Ibirapuera e suas imediações. Temos

[70] Provavelmente a maior parte de nossos interlocutores proprietários anistiados pagam IPTU referente às suas moradias, ainda que esse assunto apenas tenha surgido com Dino.

primeiramente Nair que no ano de nossa entrevista vivia de aluguel junto com a filha Simone e o neto em uma casa ao fundo do lote de 125m^2, de propriedade de um dos filhos de Leonora, e pagavam o preço de R$ 300 por três cômodos mais um banheiro. Naquele momento Nair previu que o aluguel deveria subir para R$ 400 ou R$ 450, já que o telhado seria submetido a uma pequena reforma. Soraia, em companhia de seu marido Simeão, e quatro de seus cinco filhos, viviam na época de nossa entrevista numa casa própria, decorrente de uma ocupação, na favela da rua Pinhal Velho. Paulo vivia situação semelhante àquela de Soraia, já que morava junto com sua mãe e o irmão, numa casa resultante de uma ocupação na favela da Pinhal Velho, próxima à rua Macedônia. Felipe, assim como Paulo e Nair, vivia na ocasião de nossa entrevista a mesma situação na favela da rua Pinhal Velho junto com sua mãe, irmão e irmã. E Kléber que, apesar de morar fora do Jardim Ibirapuera ou mesmo de suas imediações, também vivia de aluguel.

Essa apresentação relativa à subtração dos custos de reprodução conectados à moradia, abstraindo Nair e Max, assim como todas as inquilinas de Leonora e Nelson, nos ajuda a expor o que estamos apontando como o processo de autonomização entre terra e trabalho. A isenção que desfrutam com relação aos custos de reprodução com a moradia, e aqui não estamos abstraindo as condições precárias que envolvem essa situação, em especial daqueles nossos interlocutores que vivem nas favelas do entorno do Jardim Ibirapuera, é precisamente o que veio lhes permitindo liberar os parcos rendimentos que conseguem auferir no mercado de trabalho da necessidade de o reverterem em moradia, seja como casa autoconstruída, seja como aluguel. Em outras palavras, a autonomização pode ser pensada como a condição de possibilidade de uma mobilidade total do trabalho e da terra, ambas passíveis de serem trocadas por dinheiro e, portanto, potencialmente mobilizáveis a depender das estratégias definidas por seus proprietários. Destarte um embaralhamento dos custos de reprodução. Contudo, uma ressalva ainda se faz necessária.

No mês de maio de 2014, período em que realizei os trabalhos de campo para esta pesquisa, testemunhei a ocupação de um terreno da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) batizada de Ayrton Senna, adjacente ao Jardim Ibirapuera por uma centena de famílias moradoras do entorno. Na oportunidade que tivemos de conversar com algumas famílias coletar alguns depoimentos que editados deram origem a um pequeno vídeo disponível na rede[71]. Uma das razões dos ocupantes com que pudemos conversar para se empenharem na realização dessa ocupação era a fuga dos aluguéis que vinham aumentando no Jardim Ibirapuera e seu entorno. Ou seja, até onde pudemos saber era uma iniciativa puxada majoritariamente por inquilinos, ainda que em conversa com o irmão de Paulo, que vivia na mesma casa que ele e que se empenhou na

[71] Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=rOMTfIuaG8c.

ocupação, a possibilidade de sair da casa da mãe e fugir do aluguel, simultaneamente, parecia a melhor opção. Com isso queremos apenas apontar que a supressão dos custos com a moradia garantida pela possibilidade de morar com a mãe e/ou o pai não é uma opção sem conflitos. Por outro lado, escutamos de um de nossos interlocutores um argumento muito comum que dizia respeito à astúcia de moradores que, mesmo tendo moradia, aproveitavam a ocupação para autoconstruírem mais um imóvel e auferiram alguma renda dessa condição. O que importa aqui para nós não é fazer um julgamento moral das razões que levam um ou outro a participarem de uma ocupação, mas apenas abrir a contradição e expor que a condição de existência desses distintos objetivos parece ter como fundamento o processo de autonomização que viemos discutindo até aqui. Como de costume e infelizmente a ocupação sofreu um violentíssimo despejo depois de poucos dias de existência, como se pode verificar em outro pequeno vídeo que realizamos, também disponível na rede[72].

O episódio brevemente descrito acerca da tentativa de reivindicação do direito à moradia por meio da ocupação de um terreno de propriedade da *CDHU* e o violento conflito que se desdobrou a partir da reintegração de posse nos ajuda a iluminar retrospectivamente todo o argumento feito até aqui neste capítulo acerca da propriedade da terra. Mesmo sem informações e/ou documentos que "comprovem" o que estamos argumentando neste caso em particular, nos parece possível dizer que a convocação da força policial por parte da *CDHU* para "resolver" o litígio entre o proprietário e os ocupantes tem com como fundamento algum documento que comprove o direito à propriedade sobre aquela área e, portanto, legitime o uso da força policial para a resolução do conflito. A autonomização entre uso e propriedade se mostra evidente neste caso, e fica mais flagrante quando o comparamos, por exemplo, com uma das situações vividas por Nelson. Nos referimos aqui à sua dificuldade em acumular propriedades sem a devida regulação jurídica, portanto sujeitas a ocupações, como no caso do Horizonte Azul, ou usucapião por parte de um sujeito que cuidava de seu terreno, no caso de sua propriedade em Garanhuns. Diante destas dificuldades Nelson nos afirmou que preferiu manter como propriedade apenas o prédio localizado em sua rua, a três imóveis de distância de sua casa, justificando a necessidade de ter "domínio" sobre ela. Não pudemos aprofundar o que para ele significava praticamente exercer o "domínio" sobre sua propriedade e tampouco desdobrar com Max como ele regulava possíveis litígios entre ele e os inquilinos de suas duas propriedades existentes dentro da favela da Pinhal Velho. O que queremos dizer é que parece possível afirmar que nem Nelson, tampouco Max, tem títulos de propriedade sobre os imóveis que negociam, o que nos coloca uma pergunta sobre os meios pelos quais

[72] Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Kbd2NR_oLmE.

possíveis conflitos decorrentes de inquilinos, em razão de penúria financeira se recusassem a deixar o imóvel por saber que a própria existência daquela propriedade não se funda em negócios legais. Em outras palavras, que não precisariam temer o chamado à lei já que esta poderia se voltar contra ambos, proprietário e inquilino, talvez não dando razão a nenhum dos dois. Nesse sentido, parece ser possível que a autonomização da terra, em especial no que significa a separação entre o uso e a propriedade, foi historicamente contemporânea à emergência de mecanismos de "gestão das ilegalidades" (Hirata e Telles, 2007: p. 177) que, todavia, não estão no espectro de nossa discussão. Esse problema, inclusive, irá perpassar todas as relações comerciais que foram se adensando no Jardim Ibirapuera e suas imediações, não somente aqueles com terra.

Portanto, observado sob o ponto de vista legal, o uso que viemos dando para o termo propriedade da terra e/ou imóveis deve ser considerada frouxa, para não dizer incorreta, já que cobre formas de apropriação do espaço que incluem moradias resultantes de ocupações, usucapião, compras sem título de propriedade, etc.. Ou seja, modalidades de apropriação do espaço que certamente navegam entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito (cf. Telles, 2010). A fragilidade legal que envolve os negócios com terra e imóveis que vem se realizando entre nossos interlocutores impõem uma questão central do ponto de vista da possibilidade de consolidação e permanência de nossos interlocutores nos lugares onde vivem. A formação da renda diferencial II, de um lado, e a debilidade legal e jurídica de nossos interlocutores parecem criar as condições ideais para novos processos de "acumulação via espoliação" (Harvey, 2004: p. 115 - 148). Na formulação de Rolnik "tanto o subprime norte-americano como o informal das cidades do 'Terceiro Mundo' (Rolnik, 2015: p. 34) podem funcionar como "ativos" que "destravados" ampliariam "as fronteiras do mercado" (2015: p. 34). Em outras palavras, a legalidade não parece um bloqueio forte o bastante para barrar processos de acumulação por despossessão, ainda que esta última possa já ter deixado de ser acumulação em sentido categorial, como buscaremos enfrentar posteriormente.

Capítulo 6 - O Jardim Ibirapuera e o trabalho

6.1 Racionalidade empresarial e inconsciência

As trajetórias de mobilidade do trabalho apresentadas e discutidas até agora expressam as vicissitudes experimentadas por nossos interlocutores em sua relação com o mundo do trabalho. Tomadas individualmente tais trajetórias são no máximo capazes de nos oferecer alguns indícios das assim chamadas mutações no mundo do trabalho, incapazes por outro lado de nos proporcionar um arco lógico-histórico que as envolve. A perspectiva teórica da mobilidade do trabalho (cf. Gaudemar, 1977) é o que nos permite um relativo afastamento das trajetórias individuais, sem desconsiderá-las, alçando um nível analítico que as tome como partes (no sentido da particularidade) de uma certa dinâmica populacional própria ao capitalismo (cf. Nun, 1971). Em outras palavras, nos permite pensar a questão populacional em sua relação com os desdobramentos contraditórios da reprodução do capital, uma vez que é a própria aquisição da mobilidade do trabalho que converte a população em recurso para o capital.

Portanto as trajetórias de mobilidade, para serem circunscritas de modo a nos permitir um avanço interpretativo daquilo que veio ocorrendo historicamente no mundo do trabalho, devem ser compreendidas como os agenciamentos contraditórios de nossos interlocutores em face dos constrangimentos específicos que vieram ganhando terreno nos processos concretos de trabalho internamente às unidades produtivas. Aquilo que viemos até então discutindo e apresentando como o "tempo histórico" (cf. Postone, 2014) do Jardim Ibirapuera deve ser confrontada com uma dinâmica temporal que não está presente à escala local do Jardim Ibirapuera e tampouco é empírica, a não ser na forma de transformações concretas nos processos de trabalho. Todavia, mesmo que fôssemos capazes de cartografar e descrever as alterações de cada uma das unidades empresariais pelas quais passaram nossos interlocutores, sejam observando as transformações ocorridas nos processos produtivos, suas falências, seus deslocamentos espaciais, ao longo dos cinquenta e três anos de existência do Jardim Ibirapuera, tal não seriam suficientes para apreender a dinâmica lógico-histórica imanente à modernização. Neste caso vale a mesma advertência que fizemos sobre o processo que envolve a formação e reprodução do Jardim Ibirapuera, ou seja, que a apreensão de seu sentido não é o somatório das trajetórias individuais, uma vez que a reprodução social capitalista se funda num processo no qual o "tempo histórico" é momento necessário do "tempo abstrato" (cf. Postone, 2014), portanto a essência (negativa) do trabalho não coincide com sua aparência.

Tal dificuldade pode ser abordada a partir das considerações de Marx já mencionadas nesta tese sobre a "consciência costumeira dos agentes da produção" (Marx,

1988: p. 21). Ninguém discordaria, liberais ou antiliberais, keynesianos ou críticos do keynesianismo, socialistas ou seus opositores, que o funcionamento do capitalismo se funda na busca do lucro. Ou seja, que aquilo que move a economia capitalista e a produção de "bens" é a possibilidade de que ao fim do processo de trabalho o capitalista alcance um lucro, ou seja, uma quantidade de dinheiro maior do que aquela investida no processo de produção. Diante desse lugar comum é possível afirmar que o funcionamento da sociedade está fundado em uma certa racionalidade, aquela de cunho empresarial, diante do que a unidade empresarial poderia ser compreendida como seu enunciador, dentre outros agentes. Tal racionalidade, *latu sensu*, implicaria uma certa relação que os sujeitos teriam com o mundo e consigo próprios (cf. Dardot e Laval, 2016 [2009/2010]), Do ponto de vista da unidade empresarial tal racionalidade envolveria uma certa conformação dos chamados fatores de produção, incluída a administração com os custos relativos ao salário dos trabalhadores, de forma a garantir a finalidade almejada.

Quando Marx aponta no livro III d'*O Capital* (1988) que seu interesse estaria em lidar com as formas de aparência da reprodução do capital, ou seja, como este último aparece à superfície da sociedade, a racionalidade mencionada fica evidente. Todavia, se a racionalidade empregada pelos agentes da produção fosse a pista para o fundamento do processo social analisado, bem como sua dinâmica temporal, Marx não a definiria como uma forma de aparência. Mas a observação de Marx transcende uma mera advertência de ordem metodológica, já que lhe interessa apresentar como a forma social fundada na mercadoria constitui uma relação objetiva e subjetiva (cf. Postone, 2014). No capítulo mencionado Marx vai dar seus primeiros passos em seu intento de discutir como a racionalidade operante à escala da unidade empresarial ao mesmo tempo que enuncia e põe em movimento uma determinada racionalidade apaga o fundamento do processo de acumulação do capital, movendo sua própria crise. Vejamos.

Nos dois primeiros capítulos do livro III d'*O Capital* intitulados *Preço de custo e Lucro* e *A taxa de Lucro* (1988), Marx vai demonstrar como o fundamento da acumulação de capital ser o consumo produtivo da força de trabalho viva e, portanto, a relação temporal estabelecida entre tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e tempo de trabalho excedente é "mistificada" (1988: p. 27) pela, por assim dizer, grade de inteligibilidade (Foucalt *apud* Feltran, 2014) dos agentes de produção imersos nas relações de produção burguesas. Já afirmamos anteriormente que a mais-valia deve ser considerada não apenas como o trabalho excedente expropriado aos trabalhadores por parte do capitalista, mas simultaneamente como reinvestimento dos próprios empreendimentos, já que apenas concluindo este ciclo é possível haver continuidade dos processo de acumulação em escala ampliada. Também afirmamos que, assim como o valor, a mais-valia

não tem dimensão empírica, ou seja, tais categorias só existem como parte de uma relação temporal relativa aos processos de reprodução ampliada. O capítulo aludido tem como intento discutir a forma de aparência desse processo de acumulação, o que significa pensar sobre as categorias de preço de custo e de lucro.

Marx parte de suas conclusões extraídas do livro I d'*O Capital* sobre o processo de acumulação onde o valor de uma mercadoria "se apresenta na fórmula: $M = c + v + m$" (1988: p. 21), na qual M = mercadoria, c = capital constante, v = capital variável e m = mais-valia. Ou seja, o valor de uma mercadoria é composta pela alíquota de valor transferida dos meios de produção depreciados para as mercadorias e pelas matérias primas que transferem seu valor de uma só vez. O valor do capital variável, ou seja, o valor da força de trabalho é igual a seus custos de reprodução. E, por fim, do trabalho excedente produzido pela força de trabalho. Cada um desses elementos, com exceção da mais-valia que esta não existe na contabilidade de empresa, por ser categoria não empírica, devem retornar ao capitalista por meio da venda das mercadorias produzidas tendo em vista a reposição dos fatores necessários à continuidade do processo de produção. O somatório desses gastos é aquilo que "constitui [para o capitalista] o preço de custo da mercadoria" (Marx, 1988: p. 22). Nesse sentido a equação que sintetizaria o valor da mercadoria é $M = p + m$, onde p é preço de custo. Ou seja, o valor da mercadoria é igual ao preço de custo mais a mais-valia, ainda que a última "não custe nada ao capitalista" (Marx, 1988: p. 22) e, portanto, não faça parte da contabilidade empresarial. Deixemos Marx falar para sintetizar aquilo que notadamente nos interessa no que apresentamos até agora:

> O agrupamento das diferentes partes de valor da mercadoria, que só repõem o valor de capital despendido em sua produção, sob a categoria de preço de custo expressa, portanto, por um lado, o caráter específico da produção capitalista. O custo capitalista da mercadoria mede-se no dispêndio em *capital*, o verdadeiro custo da mercadoria no dispêndio em *trabalho*" (Marx, 1988: p. 22 – grifo do autor).

Deixaremos de lado, por enquanto, o que isso representa em termos das formas mistificadas da acumulação, ou seja, como o lucro acaba por aparecer como um produto da circulação das mercadorias e não da produção fundada na mais-valia.

Por agora nos interessa sublinhar apenas como a representação do valor da mercadoria sob a forma do preço de custo apaga a separação fundamental apresentada por Marx no livro I d'*O Capital* (1985a) entre capital variável e capital constante, ou seja, força de trabalho e meios de produção. Em outras palavras, se a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que tem, sendo a fonte da mais-valia e da possibilidade de reprodução ampliada dos capitais, Marx está advertindo para o fato de que

"dentro do adiantamento de capital, a força de trabalho conta como *valor*, mas no processo de produção ela funciona como *formadora* de valor" (Marx, 1988: p. 23 – grifo do autor).

Para embasar seu argumento relativamente à mistificação que "brota necessariamente do modo de produção capitalista" (1988: p. 27) Marx cita o economista britânico Thomas Malthus ao afirmar que "o capitalista [...] espera o mesmo lucro sobre todas as partes do capital que ele adianta" (Malthus *apud* Marx, 1988: p. 27). O que significa que, se de um lado a força de trabalho é a fonte da mais-valia, de outro a sua realização não pode prescindir dos outros fatores que compõem a unidade empresarial. Mas a compreensão de que o capitalista espera o mesmo lucro de todas as partes que adianta é sinal de um entendimento no qual sua razão de ser está fundada na diferença entre os custos despendidos para produzir as mercadorias e o preço final que se paga por ela, donde a mistificação própria desta sociedade de que a produção de valor provém da esfera da circulação, como no capital comercial, e não da produção. Mas ao fim e ao cabo o que é que a discussão oferecida por Marx e abordada de maneira muito preliminar sobre as formas de mistificação do processo de acumulação tem que ver com o nosso comentário acerca do consenso interpretativo sobre aquilo que define o capitalismo, ou seja, a busca pelo lucro?

Segundo Postone (2014), a interpretação consagrada pelo "marxismo tradicional" acerca da categoria de mais-valia refere-se fundamentalmente ao reconhecimento de que não obstante o trabalho ser o verdadeiro fundamento da acumulação de capital (donde se deriva uma perspectiva transhistoricizante e positiva do trabalho) a classe trabalhadora é expropriada do valor que produz. Ou seja, o contrato entre personas juridicamente iguais (trabalhadores e capitalistas) oculta uma relação estruturalmente desigual no processo produtivo, já que a classe trabalhadora é o sujeito, tanto da produção de valor referido aos seus custos de reprodução quanto da produção da mais-valia apropriada pelos capitalistas. Ou seja, a categoria de mais-valia "revela a exploração *não manifesta* característica do capitalismo" (Postone, [1993] 2014: p. 356 – grifo nosso). Postone (2014), em sua reinterpretação de Marx, assim como Kurz (cf. Kurz, 1993), circunscreve um sentido da mais-valia que sem descartar esse entendimento inicial, vai além dele.

A asserção de Marx de que o capital se caracteriza fundamentalmente por um sentido tautológico de "valorização do valor" (cf. Marx, 1985: p. 129), ou seja, de uma forma social que deve sempre retornar a si própria, todavia aumentada, é o que permite a Postone identificar uma dinâmica temporal específica ao capital que nenhuma outra experiência societária experimentou. Uma vez que o valor é uma categoria temporal, ou seja, radica-se no tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, há duas maneiras de garantir que o valor investido retorne à sua própria forma de maneira

aumentada. A primeira é a mais valia absoluta e a segunda é a mais-valia relativa. A primeira delas se fundamenta na extensão da jornada de trabalho e a segunda no aumento de produtividade. A última, como já afirmamos, se funda na diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador e aumento relativo do tempo de trabalho excedente. Talvez o aspecto mais importante da mais-valia relativa seja o fato de que seus "efeitos virtuosos" envolvam uma dinâmica de aumento da produtividade do trabalho em diversos setores da economia, notadamente naqueles dedicados à produção das mercadorias consumidas pela classe trabalhadora. Será precisamente a diminuição do custo de reprodução da força de trabalho proporcionado pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos itens consumidos pelos trabalhadores que permitirá o aumento relativo do tempo de trabalho excedente por eles produzido. Nesse sentido, é possível desdobrar da afirmação crítica de que o objetivo último do capital é a valorização do valor o reconhecimento de que "o capital tende a gerar uma aceleração constante do crescimento da produtividade" (Postone, 2014: p. 360), donde se vislumbra o delineamento da dinâmica temporal específica ao capital.

Em síntese, a categoria de lucro, além de não ser capaz de apreender a mencionada dinâmica, tende a circunscrever o processo de acumulação como uma decisão subjetiva moralmente condenável, como fica evidente na explicação de Kléber sobre o funcionamento da *Morada Viva* como um negócio social. No que se refere ao entendimento consagrado pelo marxismo tradicional a mais-valia aponta para a exploração e a suposta verdade do trabalho encoberta pelos interesses particularistas dos capitalistas. Já na abordagem de Postone (2014) e também de Kurz (1993) a dinâmica temporal subjacente ao capital radica na própria forma social da mercadoria, ou seja, no valor, o que implica um incessante desenvolvimento das forças produtivas.

Já deve ter ficado claro a importância que a análise de Marx sobre as formas de aparência do capital tem para o desenrolar de nossa investigação. Uma vez que para a consciência costumeira dos agentes de produção não há distinção entre capital variável (a fonte da mais-valia) e o capital constante, a dinâmica temporal do capital que envolve um incessante desenvolvimento das forças produtivas vai crescentemente diminuindo a participação do trabalho vivo nos processos produtivos, porque substituído pela sua gradual automatização. Todavia, tal substituição de trabalhadores aparece aos olhos dos capitalistas, mas não só, pois "também o produtor não capitalista está dominado pelas concepções capitalistas" (Marx, 1988: p. 29) como uma mera redução de custos que, portanto, lhes permitiria auferir maiores lucros. Ou seja, fica evidente como a formulação de Marx sobre as formas de aparência do capital em sua totalidade não são meras advertências de ordem metodológica. Antes pelo contrário, constituem parte de seu

argumento de que o capital é um "processo social [que se dá] por trás das costas dos produtores" (Marx, 1985: p. 52) e que, portanto, produz desdobramentos não planejados.

6.2 Eles não usam macacão (tampouco black-tie)

Dada a importância que estamos atribuindo aos circuitos comerciais que foram paulatinamente se territorializando entre os moradores dos loteamentos e favelas que compõem o nosso escopo territorial de análise, buscaremos lidar com as reconfigurações na mobilidade de nossos interlocutores e a dinâmica temporal apresentada acima por um viés que reposicione tais circuitos numa escala mais ampla de análise. E a primeira coisa a ser dita a esse respeito é: *nenhum dos nossos interlocutores produzem o que consomem*.

Da primeira geração de nossos interlocutores, Leonora e Nelson se encontram aposentados, para os quais o argumento apenas tem validade num sentido que desdobraremos mais à frente. A partir da segunda geração, a despeito de todos participarem da assim chamada população economicamente ativa, nenhum deles, sem exceção, se encontrava empregado em setores da economia dedicados à produção das mercadorias que compunham suas práticas de consumo, seja na forma de bens de consumo duráveis, seja na de bens de consumo não-duráveis. A esmagadora maioria dos trabalhos realizados por esse grupo dos nossos interlocutores tiveram experiências de trabalho no assim chamado setor de serviços, o que inclui também suas iniciativas como microempreendedores. Observadas em registro diacrônico, todavia, algumas trajetórias como as de Max e Augusto (descritas pormenorizadamente em nossa dissertação), mas também Janaína, Dino, Soraia e Jorge (ex-marido de Nair) personificam esse deslocamento que estamos aqui apontando, já que experimentaram alguns trabalhos no setor industrial.

De nosso ponto de vista o significado de tal mutação no mundo do trabalho vai muito além de uma consideração melancólica sobre o fim da classe trabalhadora industrial e sua capacidade organizativa e reivindicatória, ou ainda aquele da desindustrialização nacional e a reprimarização da economia. Voltemos ao problema do preço de custo apesentado anteriormente, mas observado por um ouro viés.

O lampejo extraordinário de Marx relativo ao problema entre aparência e essência tinha como intuito demonstrar como aquilo que pode aparecer como custo vem a ser notadamente seu contrário, a fonte da mais-valia, e que diante dessa aparência a economia de custos pressuposta em empreendimentos devotados à busca de lucro deve paulatinamente cortar o galho sobre o qual se assenta, sem se dar conta disso, dado o sentido tautológico da valorização do valor. Todavia, o ocultamento que as formas aparentes do capital produzem sobre o seu fundamento negativo não suprimem a existência dos custos (independente de seus preços) como realidade da própria reprodução do capital. No caso analisado, Marx o observava à escala da unidade empresarial individual, quer dizer, materializado na forma de capital fixo (instalações e maquinário) e circulante (matérias-primas em geral). Ou seja, uma parte do valor da mercadoria vendida deve

necessariamente cobrir os custos necessários à reposição do capital constante em capacidade produtiva aumentada, caso contrário um novo ciclo não poderá ser iniciado. Sendo um custo à escala da produção de mercadorias de um capital individual, tal adquire a dimensão de um investimento, ou melhor, um reinvestimento da mais-valia produzida no ciclo anterior, tendo em vista o aumento de sua capacidade produtiva.

Assim, há uma distinção fundamental apontada por Marx já que mesmo que o capitalista, como Malthus sugere, espere lucro de todas as partes do capital as quais ele adianta, apenas um tipo de reinvestimento, aquele em capital variável, é o que lhe permite auferir maior valor do que aquele investido, já que este não provém das máquinas. Como já afirmamos, o contínuo desenvolvimento das forças produtivas impelido pelo imperativo da valorização do valor e portanto pela concorrência, veio gradativamente substituindo força de trabalho viva por meios de produção, aumentando exponencialmente o nível médio de produtividade. Tal fica evidente não apenas na emergência do fenômeno do desemprego estrutural, mas também na assim chamada expansão do setor terciário ou de serviços, onde a maior parte de meus interlocutores se encontravam trabalhando, sejam como microempreendedores, sejam como trabalhadores assalariados como a esposa de Max e tantas outras centenas ou milhares trabalhando no conhecido serviço de telemarketing, etc.

Diante deste quadro parece plausível afirmar que a constituição do setor de serviços é tributária, de um lado, do surgimento de novos setores, mas também da autonomização de certos trabalhos concretos que antes integravam as unidades empresarias individuais, a conhecida terceirização. Num artigo seminal intitulado *A ascensão do dinheiro aos céus, os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global* (1995) Robert Kurz rejeita a ideia de que o deslocamento dos trabalhadores para o setor terciário, seja pela terceirização, seja pela criação de novos setores produtivos, se reduziria a um "mero reagrupamento sectorial interno das formas existentes de relações sociais, legadas pela economia de mercado e pelo dinheiro" (Kurz, 1995). Para o autor o que está em causa é notadamente a expansão de *atividades improdutivas* na reprodução global do capital.

Como ponto de partida de sua argumentação Kurz relembra que "o conceito de 'trabalho produtivo' [...] implica logicamente o seu contrário, ou seja, o 'trabalho improdutivo'" (Kurz, 1995), conceito já presente num principais representantes da economia política, Adam Smith (cf. Mello, 2007). De acordo com Marx, trabalho produtivo é aquele capaz de produzir mais-valia, portanto valor, enquanto o improdutivo não. Tal definição é o que permite Kurz distinguir entre o trabalho num sentido formal e substancial:

> Ora, no interior deste sistema, toda a atividade realizada em troca de dinheiro ou que esteja num contexto de valorização do dinheiro é *formalmente* um trabalho

> abstracto, Mas isso não significa que o seja também num sentido *substancial*. Num sentido substancial, trabalho abstracto, isto é, trabalho cujo dispêndio de energia impulsiona realmente a produção capitalista, é apenas aquele trabalho 'produtivo' (produtivo de capital), que efetivamente cria mais-valia" (Kurz, 1995 – grifo do autor).

A partir desta distinção conceitual Kurz buscará delinear a relação que se estabelece dentro da contabilidade de uma empresa entre as atividades de "gestão do pessoal, a contabilidade, a limpeza etc." (Kurz, 1995) e aquelas imediatamente conectadas à produção de automóveis, no caso de uma empresa automobilística. As últimas seriam substanciais enquanto as outras, "indispensáveis, num sentido técnico-organizativo, para o funcionamento geral da empresa" (Kurz, 1995) seriam consideradas formais. Ou seja, a relação entre a assim chamada "atividade-fim" e as técnico-organizativas exige ser interpretada como aquela entre trabalho produtivo e improdutivo, respectivamente, já que os primeiros funcionariam como investimentos e os outros como *faux-frais*, custos falsos. Logo, o movimento de autonomização subjacente à terceirização, que é parte das mutações no mundo do trabalho, aparecerá como, de um lado, enxugamento dos custos "desnecessários" à acumulação de capital no "plano do capital singular" (Kurz, 1995), e de outro, expansão de novos setores lucrativos, aparentemente produtores de valor. Nas palavras de Kurz,

> A terceirização no sentido referido até aqui transforma, portanto, ao que parece, trabalho improdutivo em trabalho produtivo, através da simples autonomização formal em empresa própria" (Kurz, 1995).

Parecemos estar diante neste primeiro momento da possibilidade de que a expansão do setor terciário seja também idêntica à expansão da produção de valor, já que a atividade antes apresentada como despesa geral (seja o trabalho de contabilidade, de limpeza) em nossa hipotética indústria automobilística, ao ser terceirizada, adquire a capacidade de produzir mais-valia explorando faxineiras ou contadores. Todavia, Kurz adverte que tal mutação só tem plausibilidade se observada no plano do capital singular, mas não do ponto de vista do capital conjunto que "como é óbvio não aparece imediatamente no cálculo dos chamados [agentes econômicos]" (Kurz, 1995). Ou seja, "a representação dos 'custos' (da empresa que cria mais-valia) como 'ganhos' (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital conjunto" (Kurz, 1995).

Portanto, quando Kurz articula essas duas escalas da reprodução social, aquela da unidade empresarial individual e a escala do capital conjunto, torna-se plausível considerar que a mutação dos custos em ganhos seja apenas formal e não substancial, já que tais atividades terceirizadas tendem a não fazer mais que "'mediar' as relações mercadoria-dinheiro" (Kurz, 1995). Sob a rubrica de tais serviços "mediadores", segundo Kurz,

estariam a maioria dos trabalhos ligados ao comércio varejista, "todo o trabalho no sistema dos bancos, dos créditos e dos seguros" até aqueles responsáveis pela "'superestrutura' jurídica" (Kurz, 1995). O estatuto de tais atividades seria precisamente aquele de "mediar a redistribuição entre os capitais singulares da mais-valia gerada exclusivamente nos setores produtivos" (Kurz, 1995), ainda que tal mediação possa envolver, como já dissemos, lucratividade no plano individual. Em outras palavras, apropriação da mais-valia global que na forma do dinheiro estaria mediando todas as transações comerciais em curso.

Entretanto, Kurz não se contenta com tal formulação já que de seu ponto de vista a produtividade ou improdutividade ainda estaria sendo circunscrita a partir de uma categoria externa à dinâmica própria da reprodução do capital. E é notadamente nesse ponto que propõe um deslocamento extraordinário, sugerindo que o enfretamento de tal polêmica "só pode ser avançada em última instância *em termos de teoria da circulação*" (Kurz, 1995 – grifo do autor). O que importa ao autor é investigar como se dá a interação entre os diversos trabalhos produtivos e improdutivos no contexto das relações dinheiro-mercadoria que compõem a totalidade das trocas. A depender do lugar que certo trabalho ocupa na reprodução social ele poderia ser considerado produtivo ou improdutivo, independente das características particulares do produto desse trabalho, se "materiais" ou "imateriais" (máquinas de lavar roupa ou segurança privada).

Como afirmamos no início desse capítulo, todos os nossos interlocutores que participavam da população economicamente ativa quando de nossa entrevista, não se encontravam trabalhando em setores que produziam aquilo que consumiam. Talvez já esteja começando a ficar claro ao leitor o interesse que esta anotação adquire, considerando a sugestão de Kurz de que o problema do trabalho produtivo ou improdutivo deveria ser enfrentado em termos de uma teoria da circulação.

Para o autor só pode ser considerado trabalho produtivo "aquele cujo *consumo* é recuperado de novo na reprodução ampliada" (Kurz, 1995 – grifo do autor). Ou seja, a produtividade do trabalho se definiria pela sua característica de compor os custos de reprodução de um trabalhador empregado pelos setores produtores de mais-valia. Em seus termos, "cujo consumo não se esgota em si, mas retorna na forma de energia produtiva de capital, num novo ciclo de produção de mais-valia" (Kurz, 1995).

Consideremos essa sugestão de Kurz observando a parte de nossos interlocutores que se encontram dedicados ao comércio varejista, quais sejam: Leonora e Nelson (que apesar de aposentados oferecem serviços para a população do entorno), Max, Dino (e sua esposa), Francisco, Soraia, Paulo e Kléber. Como consumidores empenhados em cobrir seus custos de reprodução, essa parcela de nossos interlocutores parece não participar do circuito de troca e consumo que caracterizaria o trabalho em sentido substancial, já que

tudo o que consomem apenas retorna na forma de energia produtiva para darem continuidade aos seus respectivos microempreendimentos. O que não significa que não possam estar acumulando dinheiro por meio deles, mas tal acumulação participa apenas mediando a redistribuição da mais-valia global. Já como trabalhadores, ou seja, prestadores de serviços, oferecem-nos a uma miríade de trabalhadores e trabalhadoras impossíveis de serem rastreados, não obstante as informações que temos sobre essas clientelas tendam a nos confirmar suas participações no setor de serviços Neste aspecto em particular vale a citação de um desdobramento das formulações do autor, mas formulada em registro empírico:

> Produtivo seria o trabalho do barbeiro, no caso de cortar o cabelo a trabalhadores produtivos (o que entra nos custos para renovar sua energia produtiva de capital); o mesmo serviço seria então improdutivo se prestado a trabalhadores improdutivos" (Kurz, 1995).

Do ponto de vista do consumo, a participação de nossos interlocutores é improdutiva, já que todos os bens duráveis e não-duráveis que se encontravam consumindo no momento em que os entrevistamos, não retornavam como energia produtiva para processos substanciais de produção de mais-valia. Já como trabalhadores, os serviços que prestam atendem a uma miríade de trabalhadores que podem ou não incluir trabalhadores produtivos. Ou seja, parece muito provável que as trocas comerciais que vem se reproduzindo entre nossos interlocutores e a população que se vale de seus serviços sejam provenientes do assim chamado setor terciário, diferentemente dos primeiros quinze ou vinte anos do Jardim Ibirapuera quando era um "bairro de metalúrgicos" (Francisco).

Outra fonte de rendimento de nossos interlocutores, como já descrevemos exaustivamente, é aquela do fundo público, seja na forma das aposentadorias de Leonora e Nelson, seja nos financiamentos públicos e/ou privados que faziam parte dos rendimentos de Augusto, Janaína, Rubens, Felipe, Nair, Soraia e Kléber. Todos, com exceção de Nair, que no ano de nossa entrevista trabalhava para Leonora e Soraia que complementava o salário recebido pela *Associação Nossa Quebrada* e a *Morada Viva* com "bicos" como faxineira, majoritariamente nas casas de moradores do entorno, consumiam as mercadorias necessárias com dinheiro proveniente do fundo público. Voltaremos a discutir este problema mais à frente.

Por fim, valeria recordar, como já apresentamos, que terras e imóveis também se encontram dentre as mercadorias consumidas por moradores do Jd. Ibirapuera e seu entorno, ainda que a posição de nosso interlocutores mudem com relação a esse aspecto em particular. Ou seja, Leonora, Nelson ou Max recebiam rendimentos por serem proprietários, enquanto que Nair, Kléber e o mesmo Max pagavam aluguéis pelo uso dos

mesmos. Tais relações comerciais e contratuais também devem ser consideradas à luz das sugestões teóricas aqui apresentadas, já que parecem majoritariamente imersas no mesmo circuito de trabalhos improdutivos que vieram se constituindo no Jardim Ibirapuera e suas imediações.

O reposicionamento destas transações comerciais numa escala mais ampla de análise, qual seja, aquela do capital global, as discutindo a partir das categorias de trabalho produtivo e improdutivo, é o que nos permite olhar com certa desconfiança para a ideia de uma espécie de produtivização da periferia. Assim como, no capítulo da terra, procuramos desdobrar e apresentar a hipótese de que a valorização do espaço deveria ser compreendida como o seu oposto, assim também é para a produtivização fenomênica da periferia do Jd. Ibirapuera consubstanciada na expansão de comércios varejistas em sua rua principal. Ampliação que do ponto de vista dos nossos interlocutores, ainda tem lhes garantido precariamente a reprodução, enquanto que do ponto de vista da produção de valor e reprodução ampliada do capital, não se possa dizer o mesmo, a despeito da proliferação destas atividades serem experimentadas como trabalho.

6.3 A autoconstrução à escala nacional

No quinto capítulo desta tese nos dedicamos a discutir a formação e reprodução do Jardim Ibirapuera do ponto de vista do processo de transformação da terra rural em terra urbana até a consolidação de seus rendimentos na forma da renda diferencial. Eram três os elementos que compunham o quadro interpretativo deste processo num movimento que compreendia escala local e nacional: a formação das pequenas propriedades por meio do parcelamento da propriedade rural; o processo de autoconstrução agenciado pelas famílias moradoras; e, por fim, os investimentos em infraestrutura feitos pelo Estado, puxados pelas atividades da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera*. Nessa parte de nossa tese retornaremos ao problema, todavia lidando com o exercício da mobilidade do trabalho por parte de nossos interlocutores em sua relação com os processos de acumulação do capital à escala nacional nos setores "nitidamente capitalistas" (Oliveira, 2003: p. 69), constrangendo a massa de migrantes tornados trabalhadores assalariados em São Paulo a aquiescerem a uma forma de reprodução "tipicamente não-capitalista" (2003: p. 65), a autoconstrução.

A autoconstrução, de acordo com Francisco de Oliveira, remeteria imediatamente ao Estado. Vejamos.

> Nas pesquisas sobre custo de vida, hoje bastante amplas (naquele tempo já eram suficientemente sofisticadas, feitas em diversos níveis e graus de abrangência diferentes), o item habitação quase desaparece. Isso vai se refletir na avaliação do custo de sobrevivência. É assim que a lei define: salario mínimo é a cesta de bens necessária para a reprodução de uma família clássica, de tipo nuclear. *Quando os governos, para orientar a política econômica, calculam o salario mínimo, o custo da habitação desaparece e influencia na fixação do valor. É isso que tem o efeito de rebaixar o salário.* O círculo se fechava. O capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário.
>
> Desse ponto de vista, a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital (Oliveira, 2006: p. 88 – grifo nosso).

Nesta síntese apresentada em sua conferência *O vício da virtude, autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil* (2006), a supressão com os custos relativos à habitação no processo de instituição do salário mínimo ocupam um lugar de centralidade no processo de rebaixamento do salário aquém do custo de reprodução da força de trabalho. Rebaixamento forçado que, segundo o autor, proporcionaria aos capitais urbano-industriais um aumento das taxas de exploração, já que economizariam com o preço de custo das forças de trabalho mobilizáveis para os processos produtivos.

Para o autor, portanto, a autoconstrução seria a confirmação de um processo de superexploração das forças de trabalho em âmbito produtivo promovida pelos desígnios da "'especificidade particular' do modelo brasileiro" (Oliveira, 2003: p. 65) de "expansão de

uma economia capitalista" (2003: p. 61). Tal especificidade particular envolveu, segundo o autor, a consumação de uma revolução burguesa que "preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia" (2003: p. 65). De um lado a autoconstrução e de outro a agricultura, ambas qualificadas "audazmente, de 'acumulação primitiva'" (2003: p. 59).

De sua perspectiva, a "regulamentação dos fatores, isto é, da oferta e demanda dos fatores no conjunto da economia" (2003: p. 36), o que inclui o fator trabalho e seu rendimento, o salario, é o que conformará e produzirá a relação desigual e combinada entre os setores da economia. A supressão dos custos com habitação do salario mínimo regulado pelo Estado a partir de 1930 "['institucionalizou'] as regras do jogo" (2003: p. 37) entre os fatores de produção que, configurados de determinada maneira, deram impulso à acumulação urbano-industrial. Nesse conjunto de diretrizes estatais acerca dos termos nos quais a modernização brasileira pós-1930 deveria ocorrer, entendido como um "novo modo de acumulação" (2003: p. 35), a superexploração da força de trabalho, implícita na regulação do salario abaixo de seus custos de reprodução, será central e funcional.

O primeiro aspecto ressaltado por Oliveira (2003) e aquele que mais nos interessa aqui, relativamente aos desígnios da legislação trabalhista, residia na "conversão de enormes contingentes populacionais em 'exército de reserva'" (2003: p. 38), provendo, de um lado, um "horizonte médio para o cálculo econômico empresarial", e de outro, a homogeneização quantitativa do preço da força de trabalho, convertendo toda a população trabalhadora disponível em trabalhadores simples. O rebaixamento forçado do custo de reprodução da força de trabalho viabilizaria a elevação das taxas de mais-valia já que o "salario mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dito" (2003: p. 66).

Se a legislação trabalhista, dentre outros aspectos que não estão aqui tematizados, joga um papel central de institucionalizar as regras do jogo entre trabalho e capital na gestação do modo de acumulação que caracterizará a modernização brasileira pós-1930, salvo engano falta-lhe uma pergunta sobre o processo que funda a possibilidade de existência do próprio Estado e sua capacidade de despontar como sujeito da redefinição dos termos nos quais a acumulação de capital se daria daí em diante. Em outras palavras, nos referimos aqui ao processo de, para usar seus próprios termos, a formação do jogo.

Tal problemática está debatida nas pesquisas de Toledo (2008), Boechat (2013), Leite (2015) e Kluck (2016), discutindo a partir de outro importante livro de Francisco de Oliveira intitulado *Elegia para uma re(li)gião* (1981). Para o intuito desta investigação nos importa apenas mencionar que a tese acerca do jogo defendida por estas pesquisas é

precisamente aquele da formação de "lei geral da acumulação capitalista" (cf. Marx, 1985) ou ainda de um mercado de trabalho de dimensão nacional e de monopolização (centralização) do exercício da violência extra econômica (cf. Marx, 1985) por parte do Estado. Em outras palavras, as regras do jogo vão ser fundamentadas num lento processo de autonomização das categorias de terra, trabalho e capital provocada pela crise das "regiões" (Oliveira, 1981: p. 25), o que também consistirá na destituição do poder de violência extra econômica exercido pelas oligarquias regionais, doravante centralizado pelo Estado. Nos termos nos quais estamos pensando esse problema o que está aqui em causa é a própria formação do trabalho como fonte de rendimento autonomizada e forma de mediação social (Postone, 2014).

Voltando ao argumento do autor, a condição de possibilidade de que o Estado movesse uma regulamentação dos *fatores* de produção é a evidência incontestável de que o trabalho tornou-se um fator autonomizado dos outros, passível de legislação e precificação, independente dos outros fatores. Se a aquisição da mobilidade do trabalho, como afirmamos no início deste capítulo, coincide com a conversão da população em recurso para o capital, a legislação trabalhista parece ser a grade de inteligibilidade movida pelo Estado que já compreende a população como meio a ser gerido para os fins da acumulação. A gestão populacional subjacente a essa política é aquela que responde ao impulso modernizador fundado na centralidade que o trabalho adquire como fundamento da sociabilidade e da capacidade de reposicionar o Brasil na divisão internacional do trabalho.

Observando os efeitos da legislação a partir desse ponto de vista parece possível afirmar que a condição de possibilidade de que o salario pudesse estar aquém do custo de reprodução de força de trabalho indica que sua oferta já era suficiente para mover processos de acumulação rentáveis para o capital. Quando Oliveira (2203) critica Ignácio Rangel por afirmar que os níveis do salario mínimo responderiam a "*níveis institucionais*, acima daquilo que se obteria com a barganha entre trabalhadores e capitalistas" (Oliveira, 2003: p. 36 – grifo do autor) parece evidente que o exército industrial de reserva já era uma realidade populacional antes mesmo da legislação trabalhista criá-la, como sugere Oliveira (2203), forçando os salários para baixo numa livre negociação entre capital e trabalho. O mais importante para nós aqui não é fazer um argumento de cunho "economicista" para discutir os efeitos virtuosos de certa política econômica. A nós interessa muito mais criticar a primazia do político (cf. Pollock, [1941]1982) que informa o esforço teórico de Oliveira, buscando esquadrinhar os fundamentos objetivamente fantasmagóricos de determinadas políticas econômicas, para alcançarmos posteriormente os fundamentos da monetarização da população trabalhadora discutida por Feltran (2014).

Assim, se a legislação pós-1930 estabeleceu tais termos para a acumulação do capital, no qual a legislação trabalhista parece ter jogado um papel central e fundamental na gestação da urbanização por reprodução ampliada da periferização, as políticas modernizadoras implementadas a partir de Juscelino Kubitschek (1956-1961), parecem ter promovido mudanças nos termos da reprodução da classe trabalhadora. Nos referimos a um momento do processo de modernização que Oliveira qualifica de "industrialização tardia" (Oliveira, 2003, p. 67).

A industrializacão tardia refere-se, de maneira sumária, a um processo de modernização baseado na importação de capitais constantes altamente produtivos disponíveis "no nível do sistema mundial como um todo" (2003, p. 67). Segundo o autor, tal industrialização pareceria como um salto temporal num processo de modernização supostamente linear, circunscrito territorialmente. Tal salto temporal teria provocado alterações importantes na relação capital/trabalho no processo de "expansão do sistema capitalista no Brasil" (Oliveira, 2003: p. 54-55). Segundo essa interpretação o que se extrai é um esquema no qual um nível médio da produtividade do trabalho operante externamente à economia brasileira teria sido introduzido em território nacional na forma de "'trabalho morto"' (Oliveira, 2003: p. 67), precipitando-se sobre uma dinâmica endógena de reprodução ampliada do capital. O que pode também ser pensada como o desencadeamento de um salto qualitativo na *relação entre população e trabalho* estabelecida a partir de 1930, o segundo entendido nesta tese como tempo de trabalho socialmente necessário. Todavia, dentre as "várias etapas" que tal importação de capital constante provocou, a mais importante para o autor se refere ao preço da força de trabalho que não precisou se tornar "suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho" (Oliveira, 2003: p. 67). Ao intervir nessa relação a industrialização tardia teria sido responsável por instituir uma distância "irrecuperável" (2003, p. 67) entre os rendimentos do trabalho (os salários) e aqueles do capital (os juros).

De nosso ponto de vista o impulso de industrialização tardia ocorrido a partir de fins da década de 1950, compreendida na bibliografia como de industrialização pesada, e apresentado muito brevemente aqui, não será somente responsável por produzir a tal da distância irrecuperável entre os rendimentos, mas notadamente produzirá uma implosão nos termos da relação entre capital e trabalho e, destarte, população e trabalho. Implosão da relação que sustentava a aparência de que o salário mínimo era o fundamento da autoconstrução e não as relações entre terra, trabalho e capital no processo de modernização nacional. A industrialização tardia consubstanciará precisamente esse momento no qual a relação entre trabalho e capital parecerá e não parecerá prescindir dos termos impostos pela regulação estatal.

Em fins da década de 1970, Lúcio Kowarick retomará as questões sugeridas pelo autor, confirmando sua hipótese acerca da funcionalidade da autoconstrução para a acumulação do capital, mas aprofundando outros aspectos referidos à "industrialização tardia" (Oliveira, 2003: 67), em especial a relevância do exército industrial de reserva no rebaixamento dos salários. Vale recordar aqui que o exército industrial de reserva, é um elemento central na teoria de Marx sobre a "lei geral da acumulação capitalista" (Marx, 1985a : p. 187-259) e não uma excrescência nacional, típica de uma modernização conservadora. Todavia, para este autor, o impedimento à organização política da classe trabalhadora promovida pela ditadura civil-militar também teve importância fundamental na superexploração da força de trabalho, o que corrobora com a teoria de Oliveira sobre o papel central determinante que a esfera política teria na regulação das relações de produção, ainda que em sua função repressiva e não apenas reguladora. Vale notar a presença importante que o debate sobre a "massa marginal" adquiriu neste período (cf. Nun, 1971). Sem adentrarmos no debate específico sobre esse problema, nos interessa pontuar a condição de existência de tal problemática no repertório de estudos sociológicos da época acerca da modernização brasileira e latino-americana em curso naquele momento.

As primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera foram parte deste contingente migrante que chegado em São Paulo a partir de fins da década de 50 em diante se deparou com os constrangimentos particulares desta industrialização tardia, impelida a participar desta população trabalhadora que já figurava como massa marginal com relação às necessidades do capital. Ou seja, além da ditadura civil-militar em curso na época em que escrevia, Kowarick tendeu a circunscrever o problema superexploração das forças de trabalho em âmbito produtivo como uma relação entre o que ele mesmo denomina de superabundância de trabalhadores (cf. Kowarick, 1993) na relação que esta estabeleceu com a demanda gradativamente diminuta devido ao nível de produtividade implementado pela industrialização tardia. Nesse sentido parece possível dizer que o autor oscila entre uma leitura que reconhece o acirramento da concorrência no mercado de trabalho proporcionando condições de rebaixamento dos salários aquém dos custos de reprodução e o fechamento político às reivindicações da classe trabalhadora tendo em vista a melhora de suas condições de vida. Todavia, se a classe trabalhadora pudesse ganhar representatividade política e, por meio desta, reivindicar melhores salários e condições de vida, tal funcionaria como recuperação quantitativa da distância irrecuperável estabelecida entre capital e trabalho desde que a industrialização tardia tomou corpo. O que não necessariamente incidiria na relação qualitativa entre capital constante e variável, ou seja, na dinâmica populacional em curso decorrente da própria industrialização tardia.

A menção ao debate sobre a massa marginal também ganha relevo nas considerações críticas de Oliveira acerca da conhecida noção de "'inchação' do Terciário" (2003: p. 56). Na nota 17 de seu *Crítica à razão dualista* o autor se refere a um estudo de Paul Singer no qual a relação entre a porcentagem de trabalhadores à escala nacional divididos entre os "Serviços de Consumo Individual" e os "Serviços de Produção" entre os anos de 1960-1969 seriam de 15,3% e 13%, respectivamente. Em sua própria formulação

> O tamanho deste, [setor terciário] numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial (Oliveira, 2003: p. 56).

A tese do autor se funda num problema de capitalização do setor terciário, já que este não podia disputar com os setores industriais os "escassos fundos para a acumulação capitalística" (2003: p. 56). A escassez de fundos para a acumulação se chocaria com a necessidade de "uma divisão social do trabalho tanto mais diferenciada quando maior [fosse] a contemporaneidade das indústrias" (2003: p. 67). A escassez de fundos impediria um processo de centralização dos capitais do setor terciário induzindo sua estruturação

> à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidade principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de *pôr fora* dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços (Oliveira, 2003: p. 68 – grifo nosso).

Assim, a dinâmica temporal do capital mencionada anteriormente se fecha. A aparente excrescência de uma modernização conservadora, ou seja, o crescimento horizontal "não-capitalístico" (2003: p. 57) do setor terciário resultante da exiguidade de "fundos disponíveis para a acumulação" (2003: p. 68) e a operação de pôr fora os custos internos dos capitais industriais em fins da década de 60 acusada por Oliveira, parece apenas antecipar historicamente algo também apontado por Kurz, todavia escrevendo em 1995. Contudo o leitor de atentar que estamos qualificando a "inchação" do terciário como resultante da dinâmica temporal específica ao capital e não como uma decorrência da ausência de fundos provocada pela necessidade de garantir maiores taxas de reinvestimento aos capitais urbano-industriais, o que de fato pode ter ocorrido, já que a autonomização formal de trabalhos antes internalizados pelas unidades produtivas teria permitido a redução de custos, aumentando a lucratividade de cada capital individual.

De nosso ponto de vista o que está em causa é notadamente a relação contraditória entre população e trabalho que mediante os desdobramentos da acumulação foi tendencialmente se agravando, já exibindo seus efeitos críticos na década de 1970 naqueles países de modernização retardatária (cf. Kurz, 1993) como o Brasil.

No entanto, a interpretação de Oliveira acerca do setor terciário, ao contrário de Kurz, "*não é obstáculo* à expansão global da economia, [já] que não é *consumidor do excedente*" (2003: p. 57). Em seus próprios termos

> os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, 'mais-valia' em síntese (Oliveira, 2003: p. 57).

Essencialmente Oliveira se refere aqui à realização da mais-valia que envolve a venda de quaisquer tipos de mercadorias, por exemplo, por Max em seu restaurante *Macaxera*. Se a reprodução de Max não custa nada ao capitalista individual, este último ainda se beneficia das transações comerciais agenciadas por Max, vendendo produtos industriais resultantes de processos pretéritos de produção de mais-valia. A despeito de Oliveira pontuar a funcionalidade desses serviços à expansão global da economia, seus exemplos tendem a observar apenas a relação estabelecida entre os ambulantes ou microempreendedores e os capitais responsáveis pela produção das mercadorias por eles comercializadas:

> Quem vai ao estádio de futebol tem de se perguntar se aqueles que estão ali vendendo Coca-Cola, guaraná, cerveja, água mineral, têm alguma coisa a ver com o que a Brahma, a Coca-Cola e a Antártica vendem no Brasil todo. Se vocês disserem que não têm nada a ver, então, como no Irã, eu dou meu braço para vocês cortarem. Para alguns setores produtivos, esse *enorme exército informal tem funcionalidade para reproduzir o capital* (Oliveira, 2006: p. 72 – grifo nosso).

Em outras palavras, Oliveira (2006) não considera o circuito do capital globalmente, pensando a relação entre trabalho produtivo e improdutivo em termos de uma teoria da circulação, como sugere Kurz (1995). Desse ponto de vista seria necessária nos perguntar sobre o cliente desse suposto ambulante e sua posição na divisão social do trabalho. Desse ponto de vista é possível dizer que os trabalhos no terciário já presentes na década de 1960 podem ter se tornados paulatinamente improdutivos à medida que os trabalhadores incorporados pelos setores produtores de mais-valia deixaram de ter centralidade na divisão social do trabalho. Uma segunda observação sobre a passagem de Oliveira (2206) citada é que como bem enfatizou Kurz (1995) quando da apresentação de sua hipótese sobre a relação entre trabalho formal e substancial a partir da unidade empresarial, aqueles compreendidos como improdutivos nunca deixaram de ser funcionais ao capital. Em outras palavras, funcionalidade não é sinônimo de produtividade.

O arco lógico-histórico que delineamos até aqui tinha como intento oferecer um quadro geral dos termos da reprodução ampliada do capital à escala nacional permitindo vislumbrar a que processos as trajetórias de mobilidade do trabalho de nossos interlocutores corresponderam. Mas como de nossa perspectiva teórica tal arco não pode

ser reduzido ao somatório de trajetórias de nossos interlocutores, a tentativa de buscar um encaixe idêntico entre o sentido do processo e cada uma das trajetórias pode ser vã. Se a mobilidade do trabalho e a liberdade contraditória (cf. Gaudemar, 1977) são os fundamentos de trajetórias "errantes", tais são simultaneamente o fundamento da dominação e, portanto, da possibilidade de apreensão de um sentido que transcende os próprios sujeitos empíricos e a própria política. O sentido aqui foi o de apontar, pelo menos até finais da década de 1970, o curso da mobilidade do trabalho a partir de uma relação particular estabelecida entre população e trabalho num contexto de modernização retardatária, buscando pontuar seus saltos qualitativos e críticos. Antes de voltarmos à exposição, tendo como ponto de partida o fim da década de 1970, uma breve amarração crítica nos parece necessária de ser feita.

6.4 Excurso cindido (família e autoconstrução)

Quando recuamos historicamente no processo de formação do Jd. Ibirapuera em busca dos serviços à base de pura força de trabalho em finais da década de 1960, sua presença é inegável (cf. Giavarotti, 2012). Seja nas trajetórias de alguns de nossos interlocutores apresentadas nesta tese, como por exemplo o trabalho de Leonora como costureira ou vendedora de doces, frutas e guloseimas para pedreiros no canteiro de obras do *Centro Empresarial*; seja nos serviços oferecidos por Darci como pedreiro, bem como o trabalho de poceiros, no caso do pai de Rubens, conhecedores da construção de poços antes do aprovisionamento de água encanada ou ainda a presença remunerada de ajudantes de pedreiros para o erguimento das casas em regime de autoconstrução. Ou seja, atividades remuneradas que tendem a problematizar uma ideia de autoconstrução como "mutirão" *sans phrase*, ou seja, uma representação arcaizante do processo que tende a apagar a determinação da forma social da mercadoria no processo de produção da moradia.

Além destes trabalhos, encontramos também os tais serviços com "baixíssimos coeficientes de capitalização" (Oliveira, 2003: p. 55) como a padaria, o açougue, o primeiro taxista do bairro (ou seja, o primeiro morador a ter um automóvel), o boteco no qual os trabalhadores se encontravam para tomar sua biritas depois de uma semana extenuante de trabalho, etc. (cf. Giavarotti, 2012). Todavia, em vista da centralidade (Junior e Santos, 2009) que o Jd. Ibirapuera parece ter adquirido no tecido urbano, em especial a rua Salgueiro do Campo, aqueles primeiros comércios ou serviços movidos à pura força de trabalho ou baixíssima capitalização deixam de parecerem evanescentes indicando uma dinâmica temporal do capital que não condiz com aquela delineada no conhecido Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels. Em outras palavras, a modernização não vem significando a formação da classe trabalhadora, mas sua crise, dada a expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos. Nesse capítulo buscamos refletir sobre esse processo à luz do problema da "terceirização" dos trabalhos improdutivos das unidades empresariais, simultânea ao aumento da produtividade do trabalho. Todavia, quando observamos os tipos de serviço que nossos interlocutores vinham empreendendo à escala local quando do momento em que realizamos nossos trabalhos de campo, outras questões se impõem.

Pensemos aqui sobre o serviço de creche que Leonora vinha oferecendo para os filhos de dez mulheres que majoritariamente trabalhavam em "casa de família" (Leonora), considerando que tal funcionava como um substituto da "escolinha" da *Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera* antes de sua desativação forçada em 2009. Ou ainda no oferecimento de refeições pelo restaurante *Macaxera*, no serviço de Nair na casa de Leonora, os "bicos" de Soraia como faxineira em casas de moradores do Jd. Ibirapuera e

imediações. Cada um destes trabalhos correspondem a atividades que poderiam ser associadas aos conhecidos serviços domésticos: cozinhar, cuidar e dar de comer às crianças, assim como limpar e organizar a casa. Correspondem àquelas atividades que historicamente se encontravam encerradas ao âmbito doméstico. Em outras palavras, se a dinâmica temporal da acumulação envolve a paulatina expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos, desencadeando desemprego estrutural e terceirização das atividades consideradas improdutivas, tal também veio significando uma reconfiguração da unidade familiar. As poucas atividades elencadas nesse item e a possibilidade de que tais se encontrassem sendo remuneradas por moradores do Jd. Ibirapuera e suas imediações que se valiam das mesmas para que pudessem trabalhar sugere um deslocamento de tipo semelhante à externalização dos trabalhos improdutivos das unidades empresariais, assim como uma reconfiguração no mercado de trabalho. Em outras palavras, parecemos estar testemunhando uma espécie de "terceirização" de atividades domésticas que vieram historicamente se tornando mercantilizáveis, portanto passíveis de compra e venda.

De nosso ponto de vista esta dinâmica particular exige uma reconsideração sobre a caracterização que Sader (1995) produziu sobre as famílias trabalhadoras que pesquisou em seu importante livro *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980* ([1988]1995) e a crítica que endereçou àquilo que denominou de abordagem estrutural do marxismo para pensar a reprodução da classe trabalhadora urbana. Inspirado por um anti-vanguardismo, lhe interessou ir em busca dos sujeitos empíricos, reivindicando uma objetividade consubstanciada aos significados atribuídos pelos "atores" envolvidos nas relações sociais. Problemática similar, em certa medida, à relação entre dinheiro e valores, apresentada anteriormente. Baseado em seus trabalhos de campo, a família trabalhadora devia ser compreendida como

> contraposta ao anonimato das relações de troca e da burocratização dominantes na vida urbana, [...] sede de relações que valorizam cada pessoa. Embora submetida aos movimentos dominantes da reprodução capitalista, a família é sede de outros valores e princípios de funcionamento que não lhe são redutíveis (Sader, 1995: p. 101).

> o fim de semana, ou o domingo, que é o verdadeiro "tempo livre", é quase sempre passado com a família. A mulher esmera nos pratos de domingo, o marido fica "sem fazer nada" – e essa gratuidade é o contrário do tempo obrigado de trabalho – ou faz pequenos consertos domésticos, tudo isso entremeado de "bate-papos" com vizinhos – nos bares das redondezas entre os homens. No interior das casas entre as mulheres. Quando saem – o casal e os filhos – o mais frequente são as visitas a parentes ou amigos. E a "ligação com o mundo", permanente, é dada pela televisão ligada, que fornece o tema das conversações (Sader, 1995: p. 103).

Valores, princípios, a valorização de cada membro em suas particularidades, a gratuidade, o cuidado na feitura das refeições por parte das mulheres e o mesmo da parte

do marido com relação aos pequenos consertos domésticos, são aquilo que dão substância às diferenças entre as relações familiares e aquelas do espaço público, conectadas imediatamente ao trabalho e à burocracia, representadas pelo autor quase como que duas totalidades distintas. Embora o autor reconheça a submissão da família aos movimentos dominantes da reprodução capitalista, como isso ocorre, de seu ponto de vista, não é apresentado.

De acordo com Scholz (1992; 2000; 2010) o processo de formação do trabalho e aquisição de sua mobilidade[73], logo, conversão da população em recurso para o capital na forma de proprietários da mercadoria força de trabalho, constituiu historicamente o homem como "sujeito do valor" (cf. Scholz, 1992), porque personificação do trabalho. Tal processo correspondeu simultaneamente à co-constituição da família burguesa [74], produzindo aquilo que a autora (1992; 2000; 2010) definiu como esfera cindida ou dissociada. O conceito de "valor-cisão" ou "valor-dissociação" refere-se aqui ao fato de, para que o capital "se apoie sobre seus próprios pés" (Marx, 1985b, p. 262) e assim se reproduza ampliadamente, exige constituir um campo de relações sociais que não podem ser exatamente "cobertas com o conceito abstracto de trabalho" (Scholz, 2000, p. 4).

> O conjunto do relacionamento social no capitalismo [...] não se determina somente pelo auto-movimento fetichista do dinheiro e pelo carácter de fim em si do trabalho abstracto. Pelo contrário, verifica-se uma "dissociação" (Scholz, 2000).

O que está aqui dissociado é a abstração (prática e teórica) que se faz da distensão temporal imanente ao próprio processo de reprodução do trabalhador e de sua família que consiste, só para elencarmos alguns exemplos, na feitura das refeições, na lavagem das louças, na arrumação da cama, no cuidado com os filhos e seu disciplinamento, na faxina da casa, na varrição diária para que a casa não se torne inabitável, no relacionamento amoroso, na reposição da população trabalhadora disponível ao capital... Poderíamos prosseguir listando simples tarefas domésticas destinadas à manutenção do lugar de moradia e da família que garantem ao trabalhador a recomposição de suas energias para prosseguir se reproduzindo por meio do trabalho ao mesmo tempo que garante a reprodução da família. Em outras palavras, à cesta de consumo e mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador e sua família correspondem certas práticas domésticas particulares que exigem tempo para serem realizadas e que foram historicamente atribuídas

[73] "Essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente" (Marx, 2011, pp. 57-58).

[74] Burguês num sentido das relações de produção modernas e não em sentido sociológico. Ou seja, não em oposição à família proletária.

à mulher. Não basta que o feijão esteja contemplado na cesta de consumo do trabalhador e que o salário recebido pelo trabalho do "chefe de família" permita comprá-lo, se para se alimentar com ele se faz necessária sua preparação e, portanto, alguém que se dedique a isso, enquanto o trabalhador vende seu tempo ao capital. A mobilidade do trabalho, como condição do consumo produtivo da força de trabalho nas unidades empresariais tendo em vista a reprodução ampliada do capital, é expropriação do tempo do trabalhador que lhe aparece na forma de um livre contrato de trabalho. Tempo expropriado que, não obstante parecer se reconciliar por meio da divisão social do trabalho, já que o trabalhador passa a consumir aquilo que antes produzia e muito mais, não é suprimido mas oculta-se na esfera privada da família, sendo geralmente atribuído à mulher. Portanto, à imposição do trabalho e sua constituição como forma de mediação social corresponderá a "cisão" entre duas esferas complementares e contraditórias, aquelas destinadas à produção de valor por meio do tempo de trabalho socialmente necessário e aquelas destinadas à reprodução do trabalhador, atribuída majoritariamente às mulheres. Divisando, portanto, aquilo que socialmente se compreendeu como trabalho e aquilo que não, com implicações não negligenciáveis para um debate acerca do significado da dominação do capital e a questão de gênero.

De nosso ponto de vista Scholz (2000) nos ajuda a pensar nos "comos" da reprodução do trabalhador (questão colocada por Sader (1995)), todavia os lendo como uma forma de dominação. Se, como apresenta Sader (1995), o marxismo de caráter estrutural apenas constata que os trabalhadores se reproduzem, Scholz (1995) vai além e constata que a maneira pela qual os trabalhadores se reproduzem (o que inclui necessariamente a família) envolve uma posição de subalternidade das mulheres perante uma sociedade organizada em torno da produção de mercadorias e acumulação de capital.

> Na modernidade patriarcal são delegadas na mulher, ou seja, são-lhe atribuídas e projectadas nela, não só determinadas actividades, mas também sentimentos e qualidades (sensualidade, emotividade, fraqueza de entendimento e de carácter etc.). O sujeito masculino do iluminismo, que se apresenta como socialmente determinante para a força de se impor (na concorrência), para o intelecto (relativamente às formas de reflexão capitalista), para a força de carácter (na adaptação aos desaforos capitalistas), entre outras, [...] está ele próprio essencialmente estruturado sobre esta "dissociação" (Scholz, 2000, 5)

Num registro crítico que não discorra sobre as condições históricas de surgimento da representação familiar produzida por Sader (1995), a primeira crítica fácil a endereçá-lo diz respeito à naturalização do lugar social da mulher dentro da família trabalhadora, realçado pelo seu elogio ao esmero nos pratos de domingo enquanto os homens gozavam da vida vicinal nos bares das redondezas, renunciando a pensar a família como parte da dominação social. No entanto, a crítica à representação familiar produzida por Sader (1995)

que nos parece mais adequada diz respeito à possibilidade de circunscrever aquilo que descreve como características centrais do universo familiar à forma particular de incorporação da população trabalhadora no contexto de modernização e urbanização de São Paulo e na fusão entre terra e trabalho que caracterizou a reprodução da classe trabalhadora neste contexto.

Enquanto Oliveira (2003) observou o processo de autoconstrução sob a ótica do tempo de trabalho excedente e da regulação estatal do salário mínimo, operando num nível teórico e interpretativo a transformação do qualitativo em quantitativo, Sader (1995) buscou interpretar qualitativamente o envolvimento de vizinhos, parentes e amigos essencialmente como um "reforço dos laços familiares", dado que sua realização "dependeu do esforço conjunto" (Sader, 1995: p. 112), criticando os marxismos que viram na autoconstrução somente "supertrabalho" (cf. Oliveira, 2003).

A maneira como a relação entre o concreto e o abstrato emergem nesse debate, entre de um lado a leitura quantitativa produzida por Oliveira (2003) e aquela de cunho qualitativo apresentada por Sader (1995), parece residir precisamente no caráter não-autonomizado do processo em questão. Em outros termos, quando observamos a autoconstrução através das lentes de Oliveira (2003), figurada como um setor da divisão social do trabalho (daí o desenvolvimento desigual e combinado), deixamos de lado aquilo que há de dissociação nesta prática particular, dada a presença incontornável da família no processo de produção. Quando analisamos o processo através das lentes de Sader (1995), nos detendo nos "movimentos produzidos no interior [da família]" (Sader, 1995: p. 104), o esforço conjunto e o reforço dos laços familiares que envolve a autoconstrução, quase como o "jovem metalúrgico [que] pouco ligou para os significados e movimentos dessa sociedade, seus valores de uso e de troca (Sader, 1995: 104), tendemos a enfraquecer seu nexo mais estritamente quantitativo com a acumulação de capital, reforçando sua dimensão dissociada, que não poderia ser coberta com o conceito de trabalho, como sugere Scholz (2000). O ponto para nós é que tal dualidade não reside nas distintas metodologias que um e outro autor se valeram para pesquisar, mas na própria dimensão contraditória e não-autonomizada imanente à própria prática da autoconstrução. Em outras palavras, a contradição apresentada parece se originar daquela fusão entre as personificações de trabalhador e do proprietário de terra, desdobrando-se numa não autonomização entre produção e reprodução, do ponto de vista da unidade familiar.

Como já dissemos no capítulo 6, uma vez que a aquisição de um lote nu de terra exigiu dos trabalhadores a vinculação de seus salários à transformação do primeiro em espaço construído, tal injunção incidiu simultânea e necessariamente na organização da unidade familiar como um todo, envolvendo uma forma de ser da dissociação que não

parece se adequar perfeitamente às sugestões de Scholz (2000). Em outros termos, a despeito dos salários dos trabalhadores serem o critério quantitativo do argumento de Oliveira (2003) para interpretar o fenômeno da autoconstrução, não eram apenas eles que estavam implicados e coagidos à necessidade de erguerem suas próprias casas, mas suas famílias como um todo. Todos deveriam participar, sob as ordens do pai, da autoconstrução da casa (nem que fosse a pequena ajuda do filho ou filha carregando "ludicamente" os tijolos ou a esposa carregando a areia)[75] e é por isso que afirmamos anteriormente a possibilidade de pensar que a cisão se realizava como trabalho enquanto o último parecia uma sorte de cisão. Ou seja, a família consubstanciada à propriedade da terra parecia funcionar como uma espécie de "unidade econômica camponesa", onde o pai personificava um tipo de patrão, permitindo que mesmo num contexto no qual a "reprodução da força de trabalho [se deu] de maneira atrofiada" (Marx, 1985a: 250) tal não tenha se revertido apenas em fundo de acumulação do capital, mas em fundo de acumulação do trabalho. Nesse sentido, o esforço conjunto e o reforço dos laços familiares, ao contrário de serem tomados como os fins virtuosos de um meio (a autoconstrução), ou ainda como valores positivos em si da família trabalhadora, poderiam ser melhor apreendidos a partir da ideia de "solidariedade forçada" (Maricato, 1982: p. 71), todavia *cun grano salis*. Dizemos isto porque para a autora, salvo engano, a solidariedade forçada se encontrava determinada pela condição de superexploração da classe trabalhadora resultante do caráter conservador da modernização brasileira, assim como para Oliveira (2003), enquanto que as contribuições de Scholz (2000) nos ajudam a pensar tal coerção, ainda que numa forma particular provavelmente desconhecida pela autora, como parte central da forma de ser da dominação do capital.

Em outras palavras, a superação da modernização incompleta, ao menos no aspecto referido à dimensão familiar, parece apenas nos oferecer a nada atraente imagem familiar da mulher confinada ao âmbito privado, responsável somente pelas tarefas reprodutivas, enquanto o marido, trabalhador assalariado, obteria os rendimentos capazes de garantir a reprodução de sua família em casas alugadas ou compradas a prestações. Ou então poderíamos aludir aqui à mulher emancipada do âmbito doméstico, inserida no mercado de trabalho, contratando uma empregada ou faxineira para lhe servir e à sua família. O leitor se recordará que foi precisamente aqui onde iniciamos este item de nossa tese, especulando sobre as razões de um processo de aparente terceirização de atividades

[75] Leonora, em um de nossos trabalhos de campo, não hesitou em qualificar o processo de produção de sua casa como uma "honra", recordando de sua participação assim como de seus filhos na sua feitura. E é interessante pensar como tais memórias eram frequentemente trazidas por nossos interlocutores com um certo saudosismo, quando a autoridade do pai e da mãe eram respeitados e a unidade familiar parecia ter maior coesão.

historicamente encerradas ao âmbito doméstico se tornando mercantilizáveis, ou seja, se tornando trabalho. Ou seja, a modernização foi pouco a pouco transformando as relações que valorizam cada pessoa em serviços que podem ser confiados a terceiros, o que não parece ter extinguido a esfera dissociada, todavia a modificando.

Depois de todo o caminho apresentado nos parece possível delinear a hipótese de que a representação familiar produzida por Sader (1995) não pode ser tomada de forma ahistórica. Tal configuração familiar residiria no processo de não-autonomização entre produção e reprodução desdobrada daquela referida à terra e o trabalho o que, por outro lado, não impediu que algumas mulheres das primeiras famílias moradoras do Jd. Ibirapuera fossem para o mercado de trabalho (cf. Giavarotti, 2012). Contudo o processo de autonomização foi acompanhado, como já apresentamos, de uma piora nas condições de trabalho da força de trabalho masculina, paulatinamente tornada mais redundante, do ponto de vista do mercado, devido ao desenvolvimento das forças produtivas. O aumento da concorrência no mercado de trabalho promovida pela autonomização entre população e trabalho foi também desencadeando uma degradação nos salários impelindo mais e mais mulheres ao mercado de trabalho[76] para, como meus interlocutores diziam em tom patriarcal, complementar a renda das famílias. E talvez não haja forma mais precisa de formular a ida das mulheres ao mercado de trabalho que essa, todavia não pelo coeficiente de verdade que carrega, já que as rendas de muitas mulheres vieram se tornando tão ou mais importantes para a reprodução familiar do que aquelas obtidas pelos homens no mercado. A precisão à qual nos referimos diz respeito ao fato de que a ida das mulheres para o mercado de trabalho, o que aprendemos a compreender como a emancipação das mulheres do patriarcado, não significou e não significa a dissolução do último, uma vez que as mulheres continuam a ganhar salários menores do que aqueles recebidos pelos homens. Não é sem mais, portanto, que Scholz (2010) qualifica negativamente a sociedade capitalista como moderno patriarcado produtor de mercadorias.

[76] Recordemos que a clientela de Leonora eram mães que trabalhavam em casas de família.

6.5 *PCC*: Hegemonia e inconsciência

Uma periferia que se tornou uma "máquina de fazer dinheiro", nos dizeres de Kléber, acaba irremediavelmente tornando-se alvo de investidas de assaltos e roubos. Tais casos aparecem no depoimento de Rubens, Dino e mesmo de Soraia. As mudanças nas práticas de consumo da população trabalhadora, conectados à monetarização e inclusão financeira provocou a substituição do tênis pelo cartão de crédito e celulares como mercadorias cobiçadas pelos assaltantes, segundo Dino. Tanto o incremento inédito de mercadorias que vem sendo consumidas por essa população, bem como a inédita expansão dos microempreendimentos entabulados pelos próprios moradores e empreendedores de fora do próprio Jd. Ibirapuera, foram criando um ambiente favorável às investidas criminosas desse tipo, já que para um assalto ser bem sucedido é necessário que exista o que assaltar. Mas não só, já que um reduzido número de moradores, como nas primeiras década de existência do Jd. Ibirapuera, onde todos se conheciam, como os moradores mais antigos costumam dizer, o reconhecimento mútuo se tornava um dispositivo de controle das práticas desviantes, dentre outros, para bem e para mal[77].

Nesse aspecto em particular, o incremento populacional do Jd. Ibirapuera motivado pela criação de novos loteamentos em seu entorno, como o Jd. Leni, Jd. São Francisco, Jd. Palmira, dentre outros, bem como a formação das favelas da Erundina, Felicidade e Pinhal Velho e, por fim, uma mobilidade cada vez maior promovida pela incorporação destes loteamentos ao tecido urbano, produziu uma situação na qual, como afirmou Francisco, os moradores mais antigos do Jd. Ibirapuera já não mais conhecem as pessoas que utilizam a linha de ônibus que tem como ponto final a rua principal do loteamento. Ou seja, o afluxo populacional que continuou acorrendo ao Jd. Ibirapuera e suas imediações ao longo dos pouco mais de cinquenta anos de sua existência, personificado por exemplo por Soraia, Nair, Paulo, Felipe dentre outros milhares, foi igualmente contribuindo para o enfraquecimento daquela "solidariedade forçada" (Maricato, 1982: 71) que caracterizou a experiência vicinal na aurora do Jd. Ibirapuera, inclusive dentro da família, e fortalecendo relações de anonimato à escala local[78]. A experiência de crescente anonimato e insegurança com relação a possíveis assaltos e roubos também vinham reorganizando o cotidiano da favela onde vivia Felipe, a Pinhal Velho, ao se recordar das portas das casas invariavelmente abertas quando mais jovem e como paulatinamente os portões foram

[77] Benedito, entrevistado por nós para a realização de nossa dissertação (2012), nos afirmou que não se preocupava em retornar à noite com seu pagamento no bolso na forma de dinheiro, dada a segurança que sentia com relação aos assaltos no Jd. Ibirapuera no começo de sua formação.

[78] O que faz com que a história de formação do Jd. Ibirapuera, atualmente, seja algo residual e presente na memória de um grupo muito particular, aqueles que se tornaram prioritariamente nossos interlocutores. Em outras palavras, há uma sobreposição de tempos históricos na experiência dos moradores do Jd. Ibirapuera e suas imediações.

sendo substituídos por paredes, oferecendo maior sensação de segurança e privacidade aos moradores. Pensando ainda sobre a maneira como esse problema igualmente apareceu nas trajetórias de mobilidade do trabalho, vale recordarmos de Jorge, ex-marido de Nair, que no período de nossos trabalhos de campo se encontrava trabalhando como serralheiro, possivelmente atendendo a moradores do Jd. Ibirapuera e imediações. Nesse particular a ironia ácida de Marx ao discutir o problema do trabalho produtivo e improdutivo é muito pertinente, quando aponta que "o delinquente influencia o desenvolvimento da produtividade. Os serralheiros jamais poderiam alcançar sua atual perfeição se não houvesse ladrões" (Marx *apud* Mello, 2007: p. 208). Em outras palavras, a existência de roubos e/ou furtos também promove a necessidade social de mercadorias tendo em vista sua contenção, satisfeita por meio de trabalhos concretos (produtivos ou não), o que do ponto de vista de Jorge é a chance de garantir sua reprodução, mas também de todo o corpo policial, seguranças privados, etc.. No que se refere aos mecanismos de controle de práticas criminosas desse tipo nas periferias é impossível não tematizar a presença do *PCC* pós anos 2000 em seu processo de ampliação para além das penitenciárias (cf. Feltran, 2012), alcançando as periferias.

Segundo Feltran (2010) o *PCC* foi o maior responsável pela diminuição das taxas de homicídio nas periferias entre os anos 2001 e 2006, por meio do controle e hegemonia sobre os pontos de vendas de droga territorializados pelas periferias e, igualmente, por meio da instituição de tribunais populares, os conhecidos "debates" mencionados por Rubens e Dino, que estariam funcionando como um dispositivo de mediação de desavenças entre moradores. Tal organização também foi se tornando um fiador de que roubos e furtos não ocorressem dentro de suas áreas de influência e poder, em especial por moradores destes mesmos territórios, o que incluía a resolução de conflitos que poderiam terminar em morte, como no caso mencionado por Rubens. Não só o *PCC* alcançou tal poder hegemônico como seus procedimentos, aparentemente, foram pouco a pouco acatados pela população que chegava a recorrer aos "debates" para dirimir suas desavenças. Anuência que, todavia, não pode ser apenas atribuída ao consenso mas igualmente à possibilidade de que o desacato poderia implicar em retaliações por parte da organização. Tal controle também se justificava como forma de impedir investidas policiais em locais que pudessem atrapalhar os negócios com a venda de entorpecentes: "você é daqui você não rouba aqui, porque senão você atrapalha o comércio" (Dino).

Se durante o período mencionado o *PCC* parece ter organizado a atividade criminosa, em comparação com as décadas de 80 e 90[79], seja alugando armas para a

[79] Quando a violência era explícita e topar com o corpo de um garoto numa escadaria do bairro todo o final de semana era fato ordinário, como nos afirmou Rubens.

realização de assaltos, hegemonizando o comércio de entorpecentes e congelando seus preços, desarmando os jovens que trabalhavam nos pontos de droga, dirimindo conflitos internamente às "quebradas" e coibindo assaltos e furtos dentro de suas territorialidades por seus próprios moradores, em suma "um crime que tenta colocar uma paz no bairro" (Dino), tal capacidade hegemônica parecia estar perdendo poder durante os anos em que realizamos nossos trabalhos de campo.

Tal hipótese aparece, por exemplo, no caso do furto do carro da sobrinha de Rubens e que em conversa com Vini (gerente de uma "biqueira") descobriu que os mecanismos de controle do *PCC* com relação aos pequenos assaltos e furtos dentro de suas áreas de poder e influência vinham afrouxando. Ou mesmo quando Augusto afirmou que o *PCC* "lavou as mãos desses ladrãozinho, [deixando] os caras roubar". (Augusto).

Se o aumento de roubos e assaltos[80], bem como a sensação de insegurança (o que não necessariamente guarda correspondência imediata com o primeiro, dada a importância da indústria cultural em nossas vidas) parece inconteste, por outro lado parece possível problematizar a hipótese de que tal esteja necessariamente vinculado ao afrouxamento da ação do *PCC* nas periferias. Para tal apresentaremos uma consideração que extrapole a escala local e ajude a apontar para desdobramentos que não podem ser imediatamente vinculados aos agenciamentos dos sujeitos. Ou melhor, que estejam vinculados mas que tem em consideração a dimensão contraditória destes mesmos agenciamentos, como discutido no problema da racionalidade empresarial.

Partindo da hipótese de que o *PCC* foi capaz de conter a reprodução de um circuito de assaltos e furtos no qual vítimas e agressores coexistiam numa mesma localidade, nos parece possível considerar que tal domínio territorial, apesar de existente à escala da região metropolitana de São Paulo, era capaz de ser exercido em e a partir de determinadas áreas do tecido urbano, tornados territorialidades (Raffestin, 1993). O conceito de "território descontínuo" (Lopes, 1995: p. 94) pode nos ajudar a pensar sobre a pergunta que Dino, quando ainda trabalhava no tráfico, fez para o assaltante acerca do local onde este havia roubado a moto que iria ser trocada por seu revólver (apesar de ainda não ser a era *PCC*), sugerindo a existência de uma fronteira entre aquilo que compunha o seu território e o resto da metrópole. Com o *PCC* isto não nos parece ser muito diferente, mesmo considerando sua escala de atuação, o que significa que sua capacidade de domínio territorial sofria de uma debilidade estrutural. Em outras palavras, se a capacidade de contenção dos homicídios e roubos da era *PCC* dependia de uma co-dependência entre

[80] Conferir matéria da Folha de São Paulo publicada no dia 23 de março de 2015: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1606697-roubos-crescem-mais-na-periferia-de-sao-paulo.shtml (Acesso: dia 14 de novembro de 2017).

territorialidades existentes à escala local, as possibilidades de investidas criminais inter-periferias parece uma realidade plausível.

Dentre as mercadorias acessadas pela população moradora das periferias a relevância dos automóveis e motocicletas é inegável para pensarmos no problema que estamos buscando apresentar. Não apenas porque ambos são mercadorias evidentemente cobiçadas por manos e playboys, e nem somente porque se tornaram meios de trabalho para uma grande parcela desta população (seja trabalhando como motorista *Uber* ou motoboy), mas também porque aqueles que vinham e vem se aventurando nas investidas criminais podem estar lançando mão destes meios de locomoção para os realizarem. Ou seja, a hipótese que estamos delineando aqui é que o aumento dos roubos nas periferias pudesse responder também a uma dinâmica de assaltos inter-periferias, produtivizadas por meios de locomoção mais ágeis, conquistados no processo da conhecida ascensão da classe C, já que a capacidade de controle do *PCC* se encontrava reduzida pela própria característica descontínua do território que constituiu, incapaz de garantir um domínio territorial que previna as investidas de desconhecidos em seus territórios, assim como mecanismos de punição destes incógnitos, caso não fossem pegos em flagrante. Apesar da hegemonia e centralização da venda de entorpecentes que o *PCC* pareceu sintetizar em seu processo de expansão para as periferias, no que se refere à sua capacidade de controle de investidas criminais inter-periferias parece valer o mote: "*Aprés moi le deluge*![81] [...] a divisa de todo capitalista e toda nação capitalista" (Marx, 1986a: 215 – grifo do autor).

[81] Depois de mim, o dilúvio!

Capítulo 7 - Do capital ao capital fictício

À luz dos recuos históricos já apresentados acerca da relação entre terra e trabalho a partir das trajetórias de nossos interlocutores, se faz necessário, e possível, uma reconsideração acerca do dinheiro apresentada no segundo capítulo de nossa tese.

Primeiramente o localizamos como meio de circulação a mediar as trocas que vieram se adensando historicamente à escala local entre nossos interlocutores. Enquanto tal, o apresentamos em sua relação contraditória com o valor, o que nos permitiu um novo salto qualitativo alçando-o ao estatuto de capital, ou seja, valor que se valoriza e que na forma da mais-valia deve remunerar os três fatores que compõem a produção de mercadorias: terra, trabalho e capital. Naquele percurso de exposição nos interessou também pontuar a relação não-identitária que se estabelece entre tempo de trabalho e tempo de trabalho socialmente necessário. Ou seja, valor e mais-valia, de um lado, e mais-valia internamente à unidade produtiva e mais-valia global, de outro, tendo em vista definirmos o processo de acumulação de capital como contraditório e não-empírico. Ou nos termos de Marx, fantasmagórico, porque fundado no "caráter fetichista da mercadoria" (cf. Marx, 1985a: 70). Nesta parte de nossa tese buscaremos apresentar a problemática apontada teoricamente no segundo capítulo acerca da não-identidade entre forma-valor e forma-preço (sua representação em dinheiro), todavia considerando o último prioritariamente na sua forma de capital.

Como meio de circulação é possível dizer que as apresentações que fizemos até aqui sobre a centralidade que os negócios com terra adquiriram entre nossos interlocutores, bem como a alusão à expansão dos circuitos de trabalho improdutivo foram capazes de oferecer "materialidade" para a relação essencialmente contraditória entre dinheiro e valor. No primeiro caso porque a propriedade da terra não tem valor, enquanto no segundo porque o dinheiro pode estar remunerando trabalhos que são apenas formalmente abstratos e não substancialmente, nos termos em que Kurz (1995) sugere interpretá-los. Neste capítulo nós buscaremos traçar em linhas gerais um processo que envolve um aprofundamento desta contradição, porque referida à passagem do capital portador de juros em capital fictício (cf. Marx, 1988: p. 285-297). O que novamente reposicionará a noção de dinheiro que utilizamos até agora.

7.1 Duas vezes consumidor

Mesmo considerando os apontamentos que fizemos no que diz respeito à relação contraditória entre valor e preço, consubstanciada na forma-dinheiro como "forma fenomênica do 'valor'" (Kurz, 1995) que mais vela do que revela o processo de produção de valor e de mercadorias, havia um pressuposto naturalizado na apresentação que fizemos dele quando o consideramos como meio de circulação. Tal pressuposto dizia respeito à aparência de que o montante de dinheiro necessário às trocas agenciadas contraditoriamente por nossos interlocutores estivesse sempre disponível em suas mãos. Tal é um falso pressuposto que pode ser repensado a partir de um elemento aparentemente banal, qual seja, a presença do chamado dinheiro eletrônico nas transações comerciais. O que não quer dizer, por outro lado, que transações com papel moeda (o popular dinheiro vivo) não vinham e vêm ocorrendo, já que a cobrança do aluguel ou do serviço de creche por parte de Leonora, até onde pudemos saber, não contava com máquinas de cobrança de débito e crédito, só para ficarmos num exemplo. Todavia, sua presença era notável nas dezenas de microempreendimentos presentes no Jardim Ibirapuera e seu entorno nos quais este pesquisador costumava consumir quando estava em trabalho de campo. Em outras palavras, o dinheiro eletrônico, ao menos no período no qual me dediquei a realizar meus trabalhos de campo, era presença incontornável na vida de nossos interlocutores e, portanto, na própria reprodução dos empreendimentos em expansão.

Uma primeira observação a ser feita com respeito à presença do dinheiro eletrônico é aquela que se refere ao fato de que tais trocas não se encontram circunscritas ao Jardim Ibirapuera e às suas imediações. Esta consideração nós já havíamos apontado anteriormente, todavia analisando a própria forma-dinheiro e seu movimento centrífugo e centrípeto como forma necessária à própria forma contraditória da mercadoria e do trabalho como mediação social. Nesse sentido, a forma eletrônica do dinheiro é apenas um desdobramento da própria forma social, ainda que pontuar sua particularidade importe ao esforço crítico no qual estamos empenhados aqui. A segunda observação diz respeito a uma imagem falsa acerca das condições financeiras de nossos interlocutores, a saber, que as pessoas vêm contando com o montante de dinheiro que necessitam para satisfazer suas necessidades, sejam elas do estômago ou da fantasia. Em outras palavras, a presença do crédito é a evidência empírica de que as pessoas contam com menos dinheiro do que precisam para suas práticas de consumo, sejam quais ela forem.

Num artigo de Sciré intitulado *Uma Etnografia Multissituada das Práticas Populares de Consumo* (2009) a autora estuda as práticas de consumo da população moradora das periferias tendo como ponto de partida os cartões de crédito. Dentre alguns aspectos que a

autora discute, o que nos interessa por agora é a disparidade entre os rendimentos de seus interlocutores e os seus gastos, afirmando que

> os cartões atuam de forma a garantir uma margem maior de manobra no manejamento dos gastos mensais, gerando alterações significativas na gestão do orçamento doméstico e nas relações com a renda e a poupança que se estabelecem no interior da família (Sciré, 2009: p. 101).

Em outras palavras, o crédito estaria oferecendo possibilidades de cobertura dos custos familiares que os rendimentos, provenientes de quaisquer fontes, não eram capazes. Pensando nesse problema particular a partir de nossos interlocutores, devemos recordar a presença da *Morada Viva* que, além de oferecer pequenas reformas como sua atividade-fim, proporcionava um crédito sem juros ao morador para contratar o próprio serviço ofertado. O crédito aparece também no consumo de Soraia, na compra do mobiliário da casa nova de Max e sua esposa ou na reforma do restaurante *Macaxera* para equipá-lo com janelas antirruído. Mas também no relato de Dino, quando diz que os assaltos no bairro se modificaram, estavam "modernos" e que hoje em dia os assaltantes perguntam pelo cartão de crédito de suas vítimas.

Da maneira como Sciré (2009) apresenta o uso do crédito por parte de uma de suas interlocutoras, manejando-o a partir de uma dúzia de diferentes cartões, o que parece se delinear é essencialmente um tipo de consumo no qual "a alienação da mercadoria separa-se temporalmente da realização de seu preço" (Marx, 1985: p. 114). Precisamente o que ocorre quando, por exemplo, a *Morada Viva* faz a reforma de uma casa na favela e recebe o pagamento integral desse serviço apenas depois de 12 meses.

Tal distensão temporal, segundo Marx, envolve uma "mudança de forma" (Marx, 1985a: p. 114) do dinheiro que de meio de circulação torna-se *meio de pagamento*. O que envolve igualmente uma mudança nas personificações que interagem nessas trocas: "o vendedor torna-se credor, o comprador, devedor" (Marx, 1985a: p. 114). No caso em particular pinçado das trajetórias de nossos interlocutores a *Morada Viva* torna-se credora enquanto o comprador da reforma oferecida torna-se devedor, ou seja, "representante de dinheiro futuro" (1985a: p. 114). Contudo, a transformação do dinheiro de meio de circulação em meio de pagamento é apenas aparente, já que a possibilidade de o comprador vir a representar dinheiro futuro repousa no fato de que a compra de uma determinada mercadoria se realiza simultaneamente como uma compra de dinheiro da instituição financeira que forneceu o crédito. Para ser mais preciso, o aluguel de um montante de dinheiro que permitiu ao comprador aparecer socialmente no mercado com poder de compra. Portanto, o comprador move dois negócios ao buscar realizar um. Façamos um breve recuo interpretativo antes de voltarmos a esse problema em particular.

Até agora o esquadrinhamento do processo de formação e reprodução do Jardim Ibirapuera foi pensado à luz do processo de autonomização entre as categorias de terra e trabalho, de um lado, e a relação contraditória entre trabalho e capital, de outro. Nesse sentido as personificações mobilizadas até agora foram os trabalhadores (nossos interlocutores) os proprietários de terra (aqueles que lotearam a propriedade que deu origem ao loteamento) e os capitalistas industriais (donos dos meios de produção) que contratavam trabalhadores tendo em vista a produção de mais-valia e a reprodução ampliada do capital em território nacional a partir do processo de modernização retardatária. Todavia, falta a esta apresentação do processo de reprodução ampliada do capital um setor fundamental que nos permitirá reposicionar a própria industrialização brasileira à escala mundial, compreender a presença do crédito no consumo individual de nossos interlocutores atualmente, e, por fim, elucidar o porque do juro ser o rendimento correspondente ao capital e não o lucro. Nos referimos aqui ao "capital portador de juros" (cf. Marx, 1988), ou seja, "um capital dinheiro, que não se valoriza pela produção de bens, mas se empresta ao 'preço' do juro" (Kurz, 1995). Para que o capital ganhe concretude na forma de uma determinada proporção entre trabalhadores e meios de produção (composição orgânica do capital, segundo Marx) colocados em movimento tendo em vista a produção de mais-valia, ele deve ser antes "capital monetário" (cf. Kurz, 1995) que se concentra no sistema bancário. A aquiescência a essa forma de financiamento por parte do capitalista funcionante

> significa apenas que o capital produtivo tem que dividir com o capital de crédito ou capital que rende juros os "despojos", ou seja, a mais valia. A mais valia divide-se em lucro do empresário e juros, pelo que o juro não é afinal nada mais que uma parte retirada ao lucro do empresário (Kurz, 2003).

A presença do capital portador de juros no processo de expansão do capitalismo foi discutida por Lênin em suas particularidades históricas na passagem do século XIX para o XX em seu livro *O imperialismo – fase superior do capitalismo* (cf. Lênin, 2010 [1916]). Do ponto de vista da produção intelectual brasileira a Teoria Marxista da Dependência representada por autores como Ruy Mauro Marini ([1973]2005) e Theotonio dos Santos (1970; 2011) talvez tenha sido a que se dedicou de maneira mais ortodoxa à aclimatação da interpretação de Lênin acerca deste processo, discutindo-o "desde el punto de vista de los países dependientes" (Santos, 2011: p. 357).

Segundo Theotonio dos Santos em seu artigo *The structure of dependence* (1970) a dependência econômica brasileira seria determinada pela sua inserção na divisão internacional do trabalho:

> By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is conditioned (Santos, 1970, p. 231)[82].

Daí que o "subdesenvolvimento" deva ser compreendido "as a consequence and part of the process of the world expansion of capitalism" (Santos, 1970: p. 231)[83]. Tanto Marini quanto Santos se valem da noção de subdesenvolvimento para desenvolverem a teoria da dependência, inspirados por outro importante ensaio escrito alguns anos antes, ainda na década de 1960, da autoria de Andre Gunder Frank intitulado *El desarollo del subdesarollo* (1967). Tal conceito aponta para as características particulares adquiridas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, resultante de "uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes" (Marini, 1973, p. 140), fazendo com que as nações subordinadas percam o "control over their productive resources" (Santos, 1970, p. 231)[84].

Uma das formas, apesar de não ser a única, por meio da qual as nações subordinadas perderiam o controle sobre seus recursos produtivos seria aquela do capital portador de juros.

> Las relaciones financeiras son, por parte de las potencias dominantes, formas de préstamo y exportación de capital que permiten recibir intereses y ganancias aumentando su excedente interno y profundizando el control de las economias de estos paises. En cambio, por parte de los paises dependientes, estas relaciones se presentan como exportación de ganancias e intereses que llevam una porción del excedente generado en su interior y conducen a una pérdida de control de sus recursos productivos (Santos, 2011: p. 369).

Recordemos. A fórmula com que Marx sintetiza o processo de acumulação no livro I é a seguinte: *D – M – D'* (dinheiro – mercadoria (força de trabalho) – (mais) dinheiro). Ou seja, a transformação do dinheiro em capital se dá por meio da contratação da mercadoria força de trabalho, a realização de um processo de trabalho no qual o seu valor é menor que aquele que o trabalhador é capaz de produzir, dando origem à mais-valia e, destarte, à acumulação. Quando se considera o capital portador de juros a fórmula que sintetiza a relação é ***D*** *– D – M – D'* – ***D'*** na qual os D's (em negrito) representam o capital portador de juros e o miolo da equação é o processo produtivo, destarte reposicionado no processo de reprodução capitalista. Nesse sentido, o capitalista também realiza duas compras ao comprar os meios de produção e contratar os trabalhadores. É isso que faz com que o juro se configure como uma parte retirada ao lucro do capitalista, como

[82] Por dependência nós queremos dizer uma situação na qual a economia de certos países é condicionado pelo desenvolvimento e expansão de outras economias à qual a última é condicionada (livre tradução do pesquisador).
[83] Como consequência e parte do processo da expansão mundial do capitalismo (livre tradução do pesquisador).
[84] O controle sobre seus recursos produtivos (livre tradução do pesquisador).

afirmou Kurz. E a exportação de lucros e juros decorrente da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho é o que teria determinado as condições particulares da modernização nacional. Ou melhor, para os teóricos marxistas da dependência, mas também para Oliveira, abstraída por enquanto suas diferenças, os percalços que envolveram a modernização brasileira e fizeram dela dependente ou conservadora radicam na falta de recursos internos, ou "acumulação prévia necessária" (Oliveira, 2003: p. 74).

Nos termos em que apresentamos o significado da mais-valia, ou seja, não apenas como acumulação, mas como reinvestimento e impulso de novos ciclos produtivos para a produção de mais mais-valia, o problema apontado pelos autores, ao menos nesse aspecto em particular, resultaria de uma subtração do reinvestimento internamente à escala nacional. Ou seja, do ponto de vista destes autores os juros eram fundamentalmente compreendidos, tributários que eram de Lênin, expropriação de excedentes que poderiam ser reinvestidos na própria modernização brasileira e reconfiguração da geopolítica à escala mundial. Kurz, diferentemente, sugere que a emergência do "capital financeiro" (Hilferding *apud* Kurz, 1995) na forma do imperialismo, estava a refletir um processo no qual "o capital empresarial real [começava] a destacar-se estruturalmente da sua própria base, isto é, do trabalho abstracto" (Kurz, 1995).

7.2 A dessubstancialização do capital

No quarto capítulo de nossa tese apresentamos o problema relativo à indiferenciação produzida pela consciência dos agentes imediatos da produção com relação ao capital constante e o capital variável. Naquela ocasião também apresentávamos que tal indiferenciação produzia uma situação contraditória na qual a busca por maiores lucros tendia a expulsar o próprio fundamento da acumulação, a saber, o trabalho vivo. Uma vez que o trabalho vivo aparece como salário, portanto como qualquer outro custo na prática cotidiana da reprodução ampliada da unidade empresarial, como faz questão de ressaltar Marx[85], tal parece tornar-se dispensável diante da racionalidade empresarial. Ou seja, qualquer custo vale a pena ser subtraído para que se aumente o lucro, ainda que isso possa significar a consumação do próprio fundamento da lucratividade, a mais-valia. Todavia, se de um lado a concorrência radicada na própria forma do valor impele os capitalistas a uma prática que serra o galho sobre o qual se assentam, este não produz apenas infortúnios para a população trabalhadora que vai sendo empurrada para condições de vida cada vez piores. Vejamos.

A "expansão interna e externa do capital" (Kurz, 2014: p. 258), significou um secular aumento da composição orgânica dos capitais (Marx, 1985: p. 187) promovida pela concorrência. Em termos mais simples, uma crescente modificação na proporção estabelecida entre a quantidade de trabalho vivo e a maquinaria, seja em termos materiais, seja em termos monetários. Tal processo de expansão do capital, interna e externamente, determinaram, segundo Marx, dois processos simultâneos: concentração e centralização dos capitais.

O primeiro se refere a um "crescimento do capital social [por meio do] crescimento de muitos capitais individuais" (Marx, 1985b: p. 196) enquanto "parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos" (Marx, 1985b: p. 196). De maneira sumária

> A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão entre muitos capitais individuais" (Marx, 1985b: p. 196).

[85] "...o preço de custo da mercadoria não é, de modo algum, uma rubrica que só existe na contabilidade capitalista. A autonomização dessa parte do valor se faz valer o tempo todo praticamente na produção real da mercadoria, pois, por meio do processo de circulação, ela sempre é de novo retransformada de sua forma-mercadoria na forma de capital produtivo, portanto o preço de custo da mercadoria precisa recomprar constantemente os elementos de produção consumidos em sua produção" (Marx, 1988: p. 22)

O segundo processo se refere à maneira como a concorrência vai historicamente incidindo sobre os capitais em constituição e ou fragmentação (bem entendido, a constituição e a fragmentação já são resultado da própria concorrência). O barateamento das mercadorias promovido pela concorrência e destarte o aumento da produtividade do trabalho "termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram" (Marx, 1985b: p. 197). Esse processo de acumulação e centralização, sob o qual a composição orgânica dos capitais aumenta gradativamente dá origem a

> uma potência inteiramente nova, *o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação*, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade às mãos de capitalistas individuais ou associados (Marx, 1985: p. 197 – grifo nosso).

O sistema de crédito nasce como uma necessidade da própria acumulação e, apesar de se insinuar em seus primórdios apenas como um modesto auxiliar da acumulação, vai adquirindo cada vez maior importância no constante movimento de reprodução ampliada dos capitais. Os "capitais em funcionamento" (Marx, 1988: p. 242) devem "recorrer cada vez mais ao capital monetário" (Kurz, 1995), já que os custos relativos ao montante da maquinaria empregada e necessária para alcançar os níveis médios de produtividade instaurados pela concorrência vão paulatinamente aumentando[86]. A articulação entre o processo de concentração e centralização apresentado em linhas gerais, com o item anterior sobre o papel do capital portador de juros no processo de modernização retardatária brasileira, expõe a não-simultaneidade destes processos (cf. Kurz, 1991). Em outras palavras, do ponto de vista da teoria marxista da dependência a aquiescência ao crédito está referida à ausência de acumulação prévia. Do ponto de vista da lei geral da acumulação capitalista o crédito nasce como necessidade imanente da própria acumulação, como um elemento de sua própria crise.

É a hipótese apresentada por Pitta (2016), que buscará situar as condições de possibilidade da modernização retardatária brasileira em sua relação com "uma superacumulação de capital nos países centrais sem alternativas lucrativas de investimento" (Pitta, 2016: p. 161). Desse ponto de vista, a modernização retardatária que ganhou corpo em território nacional durante a década de 1970 responderia a um "esgotamento da capacidade de valorização do valor" (Pitta, 2016: p. 161) herdeiro do *boom fordista* (cf. Kurz, 1995) ocorrido nos países centrais, notadamente depois da Segunda Guerra Mundial até

[86] "Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto" (Marx, 1985b: p. 196-197).

meados da década de 1970. Tal década corresponderá, segundo Kurz, à "terceira revolução industrial" (Kurz, 2014: p. 265) que, baseada na incorporação da microeletrônica nos processos produtivos, deu um impulso extraordinário à substituição do trabalho vivo por capital constante. Os "capitais financeiros ociosos" (2016: p. 162) e superacumulados nos países centrais buscaram novas opções de investimento nos países do "Terceiro Mundo", o que incluiu o empréstimo de capital privado e público, instalação de multinacionais em escala nacional, dentre outras estratégias.

A não-simultaneidade esboçada acima poderia ser delineada como, de um lado, um incremento extraordinário da produtividade do trabalho nos países centrais proporcionada pela revolução microeletrônica e, de outro, a exportação de capitais ociosos, resultantes do mesmo salto produtivo, mas em busca de compensar a queda das taxas de lucro por meio do capital portador de juros. Exportação de capital que, no contexto do chamado "milagre brasileiro" (1968 – 1973) também correspondeu, segundo Pitta, à "substituição de força de trabalho vivo" (2016: p. 198) por maquinaria em todos os departamentos da indústria nacional. Ou seja, as indústrias de base e aquelas de bens de consumo que costumavam absorver a população trabalhadora assentada em loteamentos periféricos como o Jardim Ibirapuera, dentre tantos outros. Se o leitor se recordar, sugerimos no capítulo anterior um salto qualitativo na relação entre população e trabalho à escala nacional, apontando a contenda sobre a existência de uma massa marginal nas economias latino-americanas como um indício desse salto.

A aquiescência aos capitais monetários ociosos como forma de promover a modernização retardatária nacional implicou num crescente endividamento da economia brasileira, não sanado, todavia. Segundo a interpretação de Pitta, as taxas de lucro das unidades implantadas no contexto da modernização retardatária foram incapazes de cobrir os juros das dívidas que moveram o chamado milagre econômico, mesmo à custa da superexploração da força de trabalho. Enquanto os mecanismos de "ficcionalização que permitiam saldar as dívidas anteriores com novos endividamentos" (Pitta, 2016: p. 163) operaram, a incapacidade de pagar as dívidas não aparecia como um problema. Todavia, tais medidas eram problemáticas uma vez davam curso a uma reprodução

> O aparente movimento directo D – D' só se torna 'fictício' em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquilhado, pagando-se créditos que se tornaram malparados com novos créditos (Kurz, 1995).

Ou seja, Pitta (2016) sugere que a própria modernização retardatária estaria fundamentada em mecanismos de ficcionalização do capital que em 1983 revelaram sua própria fragilidade, ao menos em termos de uma acumulação ocorrida internamente ao

território nacional. Em outras palavras, é como se o montante de capital monetário investido, ao passar pelo processo produtivo, não tivesse sido capaz de pagar os juros exigidos pelo capital monetário emprestado, a despeito da superexploração da força de trabalho na qual se fundou a modernização retardatária. Diante dessa situação, os capitais funcionantes solicitariam novos empréstimos para cobrir as dívidas contraídas no ciclo anterior, com a promessa de que o novo ciclo produtivo gerasse lucro suficiente para pagar as dívidas anteriores somadas às últimas, o que, todavia, não ocorreu, manifestando-se como crise de insolvência.

Se, como apresentado no capítulo anterior, o aumento gradativo da produtividade do trabalho, à escala nacional, foi produzindo um acirramento da relação contraditória entre população e trabalho (entendido este último como tempo de trabalho socialmente necessário) a incapacidade de pagamento dos juros tomados de empréstimo ao capital-monetário foi gradativamente acusando uma autonomização entre valor e dinheiro. Vejamos.

A produção de mais-valia se funda numa relação temporal e não apenas numa relação entre custos e lucros, como estamos acostumados a pensar e praticar a racionalidade empresarial ou capitalista. A mais-valia se define pela relação entre o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador e tempo de trabalho excedente, produzido pelo primeiro, mas apropriado pelo dono dos meios de produção. Tal relação temporal ganha concretude à medida que se objetiva nas mercadorias produzidas pelas unidades empresariais, ainda que tal objetivação vele a relação contraditória apontada. Vejamos.

Uma jornada de trabalho de 8h, por exemplo, se objetiva em um dado montante de mercadorias, digamos, fósforos. A quantidade de fósforos produzidas nestas jornadas de trabalho "representa" a relação temporal já mencionada entre aquele tempo destinado à reprodução do trabalhador e aquele tempo de trabalho excedente. Em outras palavras, um certo montante de fósforos "representa" o primeiro enquanto uma outra quantia "representa" o último, definido por Marx como mais-produto (cf. Marx, 1985a). À medida que o desenvolvimento das forças produtivas diminui o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, ou seja, diminui o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias que compõem sua cesta de consumo, transforma a relação entre tempo de trabalho necessário e excedente internamente à unidade empresarial devotada à produção de fósforos, possibilitando um aumento relativo da produção de mais-valia[87].

[87] Importante sublinhar aqui que está subjacente em nosso argumento uma mudança de escala da análise: "No fundo, a produção da mais-valia relativa já é incompatível com um conceito de valor individual. Que o aumento da produtividade, como um dos seus efeitos colaterais, conduza à subida a mais-valia relativa, só

Porém, a diminuição relativa do custo de reprodução da força de trabalho é concomitante com o aumento da produtividade do trabalho nesta hipotética empresa de fósforos, já que esta também está em concorrência com outras empresas deste setor que estão buscando vender mais fósforos por preços mais baixos, o que poderia envolver bancarrota ou centralização pelo capital mais produtivo. Se, tanto a diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução dos trabalhadores, quanto o aumento da produtividade em nossa hipotética empresa de fósforos confluem para um exponencial aumento da mais-valia relativa extraída de cada trabalhador, portanto maiores taxas de acumulação, tal não pode ser dito para a massa de mais-valia no "processo global" considerado. Em outras palavras, o mesmo processo que amplia as taxas de mais-valia produzida por cada trabalhador individualmente, diminui relativamente o número de trabalhadores na proporção global do capital.

O que se vislumbra aqui, a despeito de sua característica não-empírica, é uma diminuição absoluta de valor socialmente produzido, já que a relação entre trabalhadores absorvidos pelos setores produtivos da sociedade foram encolhendo progressivamente Será precisamente essa diminuição global de valor produzido pelo trabalho vivo que determinará a ficcionalização do capital, já que os juros (cobertos com novas dívidas) vão paulatinamente adquirindo maior proeminência na reprodução capitalista, acusando a mencionada autonomização entre trabalho e dinheiro. Porém, tal dessubstancialização não se expressa apenas na reprodução dos capitais particulares que compõem a divisão social do trabalho. Esta também adquire contornos particulares no que diz respeito à atuação estatal e na própria forma de ser do dinheiro, alcançando aquilo que Kurz define como uma "crise de dinheiro" (Kurz, 2015: p. 24).

pode ser explicado se o plano do valor for entendido apenas como o do 'processo global'" (Kurz, 2014: p. 252).

7.3 A crise do dinheiro e o fundo público fictício

Na apresentação das trajetórias de nossos interlocutores bem como da formação do Jardim Ibirapuera, a presença do fundo público adquiria uma centralidade importante, seja na forma das aposentadorias, dos financiamentos angariados pela *Associação Nossa Quebrada* ou a *Morada Viva*, nos Programas de Transferência de Renda que, contudo, não tivemos a oportunidade de mapear, mas também referido ao processo de formação do Jardim Ibirapuera, em especial nos investimentos na produção de sua infraestrutura. Os gastos estatais já estão indicados na parte em que abordamos a crise do dinheiro, na qual Kurz sugere que a consecução das duas guerras mundiais envolveu uma ampliação extraordinária dos custos estatais impulsionando uma inflação de caráter estrutural que historicamente foi se aprofundando. Contudo, se faz necessário voltar um passo atrás nessa problemática e discuti-lo à luz daqueles gastos necessários à reprodução capitalista em tempos de paz.

Num artigo intitulado *A falta de autonomia do Estado e os limites da política* (1998) Kurz vai apresentar criticamente a tese que toma de empréstimo do economista alemão Adolph Wagner, a saber, a "'lei da quota crescente do Estado'" (Kurz, 1998: p. 93). Segundo Kurz (1998) nas economias de mercado modernas as atividades estatais foram se ampliando, alcançando cinco níveis: *a)* o processo de "juridificação" ou codificação jurídica das relações sociais sob a "forma abstrata do Direito" (1998: p. 96); *b)* resolução dos problemas de ordem social e ecológica decorrentes da economia de mercado; *c)* agregados infra estruturais" (1998: p. 99) como rodovias, sistema de tráfego, energia, etc.; *d)* a participação direta do Estado na economia de mercado como produtor de mercadorias e, por fim *d)* na forma de políticas de subsídio e protecionismo econômico. O monopólio do exercício da violência é apresentado pelo autor não como uma função ou nível das atividades estatais, mas como parte da própria ilusão do primado da política (cf. Pollock, 1985), ao afirmar que

> nem os militares são um efetivo 'fator extra-econômico', pois eles também estão submetidos ao meio do mercado, através do problema do seu financiamento (Kurz, 1998: p. 103).

No mencionado artigo Kurz (1998) vai pensar como o aparato estatal se encontra dependente da mediação monetária para financiar e sustentar os cinco níveis de atividades já mencionadas, já que o "Estado não possui nenhum meio primário de regulação" (Kurz, 1998: p. 103). A noção de dependência com relação à mediação monetária aludida ganha maior concretude quando se reconhece que "o Estado não possui nenhuma faculdade de criação de dinheiro" (Kurz, 1998: p. 103). Concretamente isto significa que as possibilidades de que o Estado permaneça garantindo a reprodução de suas atividades em secular ampliação encontram-se dependentes de que "a sociedade civil ganhe uma quantidade suficiente de dinheiro 'no mercado'" (Kurz, 1998: p. 103). Em outra palavras

> O único financiamento 'regular' do estado é a tributação de rendas geradas pelo processo direto do mercado (não importando se na forma de impostos diretos ou indiretos) (Kurz, 1998: p. 104).

Contudo, as atividades de responsabilidade do Estado se expandiram "na medida em que o sistema produtor de mercadorias tomou conta de toda a reprodução social" (1998: p. 104). Tal ampliação dos custos necessários à reprodução do capital podem crescer "mais do que as rendas geradas pelo processo de mercado" (Kurz, 1998: p. 104). Caso a tributação regular deixe de ser suficiente para cobrir "os custos antecipados, os efeitos secundários e os problemas subsequentes da produção de mercadorias" (Kurz, 1998: p. 104) as finanças estatais devem ser granjeadas por meio do "endividamento juntos aos participantes do mercado" (Kurz, 1998: p. 105). Contudo, tal expediente para cobrir os custos estatais em crescente expansão encerra um problema fundamental, que nos remete à nossa apresentação do capital portador de juros.

Quando discutimos o capital portador de juros, "sua forma mais alienada e mais fetichista [...] dinheiro que gera mais dinheiro [...] sem o processo que medeia os dois extremos" (1988: p. 278), à luz de sua presença nos processos produtivos, consideramos a possibilidade do capital a crédito tornar-se fictício devido a uma lucratividade real incapaz de pagar os juros do empréstimo, necessitando aceder a um novo empréstimo, ou seja, pagando dívidas com novas dívidas. Neste caso em particular o feitiço do dinheiro que gera mais dinheiro se ancora num processo de produção de mercadorias e, portanto, produção de mais-valia. Quando o tomador de empréstimo é o Estado, o capital portador de juros não deixa de sê-lo, o que significa que o credor espera de seu empréstimo o recebimento de um juro, não obstante "o crédito do Estado [ser] gasto [sobretudo] não para fins de utilização produtiva, mas justamente para as múltiplas atividades de consumo do [próprio] Estado" (Kurz, 1998: p. 105). Nesse sentido, há uma grande chance dos empréstimos tomados pelo Estado tornarem-se "créditos 'podres'" (Kurz, 1998: p. 105), renegociados pelo Estado com os próprios bancos e impulsionando um processo de ampliação da "poupança social" por meio da transformação do "capital monetário real em meras exigências do Estado" (Kurz, 1998: p. 106). Na formulação precisa do autor "quanto maior o montante de poupança, tanto maior o número de títulos de crédito do erário público" (Kurz, 1998: p. 106), ou seja, promessas de pagamento do Estado que como "'devedor infalível'" (Kurz, 1998: p. 106) pagará suas dívidas nem que seja "ao preço da desapropriação dos seus cidadãos e de um colapso das finanças nacionais" (Kurz, 1998: p. 106).

Ainda na condição de tomador permanente de crédito para financiar suas próprias atividades, o Estado pode acabar por concorrer com os capitais privados o capital portador

de juros concentrado no sistema bancário, produzindo efeitos deletérios ao chamado crescimento econômico e é aí que o "endividamento externo" (Kurz, 1998: p. 107) começa a adquirir importância como expediente de garantir a reprodução do aparato estatal e de suas atividades[88]. A hipótese apresentada em termos mais abstratos da relação entre o Estado e o Mercado, no qual as crescentes necessidades do último podem produzir uma relação absolutamente disparatada entre valor e dinheiro, pode ser apresentada num arco histórico a partir da Primeira Guerra Mundial, alcançando aquilo que Kurz (2015) denomina como uma crise do dinheiro à escala mundial.

Segundo o autor, até a Primeira Guerra Mundial "as moedas dos grandes países capitalistas tinham de ter 'cobertura' em reservas de ouro nos bancos centrais" (Kurz, 2015: p. 24). Contudo, tanto as despesas estatais implicadas na Primeira e Segunda Guerra Mundiais, quanto o *boom fordista* e seus custos estatais adicionais fizeram com que a economia destes países deixasse "de poder ser expressas, mesmo numa circulação acelerada, na 'vinculação ao ouro' do dinheiro" (Kurz, 2015: p. 24). Em outras palavras, a necessidade de expansão da circulação monetária para além da quantidade de ouro foi paulatinamente sendo sentida no "plano do dinheiro" (Kurz, 2015: p. 24) como uma "ininterrupta desvalorização [...] ora galopante (hiperinflação), ora latente" (Kurz, 2015: p. 25).

Kurz (2015) indica dois momentos históricos chave para se compreender esse processo de autonomização entre dinheiro e trabalho, sendo o primeiro deles o acordo de Bretton Woods de 1944, pós-Segunda Guerra Mundial, quando "sob égide da *Pax* Americana" [se acordou] ter por base o dólar como nova moeda de reserva e do comércio mundial" (2015: p. 25). As razões para essa decisão repousavam na "posição industrial incomparável dos Estados Unidos [...], mas também [no] fato de o dólar ser a única moeda convertível em ouro" (Kurz, 2015: p. 25).

A recuperação econômica do Japão e outros países da Europa no pós-guerra e a concorrência que foi se reestabelecendo "começou logo a corroer a dominação econômica dos Estados Unidos" (2015: p. 25). Essa perda relativa da posição econômica dos Estados Unidos manifestou-se também numa perda de força do dólar que "era cada vez mais trocado por ouro" (2015: p. 26), arrancando aos Estados Unidos parte dos "três quartos das reservas mundiais de ouro" (2015: p. 25) guardados então no famoso Fort Knox. Diante da possibilidade real de uma forte descapitalização da economia americana Nixon, em 1973, decide por "revogar a convertibilidade do dólar em ouro" (2015: p. 2). O fim da convertibilidade do dólar em ouro será a expressão empírica irreversível de uma implosão

[88] No caso da modernização retardatária brasileira, como já apresentamos, o endividamento externo esteve presente logo nos seus primeiros esforços, adquirindo maior proeminência a partir do governo JK.

da relação entre trabalho e dinheiro, todavia agora observado a partir das lentes do Estado, ao estimular a liberalização do câmbio, tornando-o flutuante "conforme a situação dos mercados, o que constitui o ponto de partida para uma especulação monetária inteiramente nova" (2015: p. 26). A despeito da perda de convertibilidade do dólar em ouro, manifesta na "crise monetária mundial dos anos 1970" (2015: p. 26) Kurz afirma que foi possível "manter quase intacta a sua função de dinheiro mundial [...] como moeda de reserva e do comércio mundial" (2015: p. 27), porém fundado em algo que já não respondia aos seus fundamentos anteriores:

> a reconstituição do dólar como moeda mundial ocorreu sobre um fundamento completamente novo. Em lugar da substância de valor do dinheiro alicerçada em ouro surgia agora, efetivamente, uma espécie de garantia 'política', contudo não apenas jurídico-formal, mas essencialmente militar (Kurz, 2015: p. 27).

A violência extra-econômica (cf. Marx, 1986) como garantia do poder do dólar como moeda mundial talvez seja uma maneira de compreender aquilo que Kurz (1998) formula como ultima ratio do poder estatal para buscar garantir o financiamento de suas atividades e sua própria estrutura, qual seja, a impressão de dinheiro que o Estado por decreto manda que "o seu Banco Central crie 'dinheiro improdutivo' a partir do nada" (Kurz, 1998: p. 107 – grifo do autor). Em outras palavras, alcançamos uma articulação explosiva que envolve a possibilidade de impressão de dinheiro sem substância, de um lado, e sua "garantia" militar, de outro. O que importa agora é enfatizar que o dinheiro como "forma fenomênica do 'valor'" (Kurz, 1995) foi num processo histórico perdendo sua vinculação com seu fundamento, adquirindo cada vez mais a forma do capital fictício, seja observado do ponto de vista das unidades empresariais, seja observado do ponto de vista do fundo público (cf. Oliveira, 1998).

Iniciamos este capítulo a partir da presença do crédito também como forma de acessar mercadorias por parte de nossos interlocutores e lá sugerimos que ao fazerem uma compra, vamos dizer de uma máquina de lavar roupa, realizavam duas. Em outras palavras, para aparecerem socialmente com poder aquisitivo necessitavam comprar dinheiro, seja por meio de um banco ou um *Private Label* (cartão de consumo oferecido por grandes lojas varejistas que ofertam a seus clientes o acesso a uma determinada quantidade de crédito). Assim, se é possível dizer que o crédito parece funcionar aqui como uma estratégia para lidar com as dificuldades relativas à diminuição dos rendimentos conquistados no mercado por nossos interlocutores, a adesão massiva ao crédito pessoal por parte da população trabalhadora e moradora das periferias nos últimos anos pode ser pensada de outra maneira. Em outras palavras, se a falta de dinheiro disponível para a compra das mercadorias consideradas necessárias por nossos interlocutores é a evidência empírica de

um empobrecimento da população trabalhadora e a persistência da superexploração da força de trabalho (cf. Luce, 2013), de outro, se faz necessário ir além dessa constatação para darmos conta da forma de reprodução social que estamos testemunhando contemporaneamente.

Ribeiro (2014), ao discutir o significado da expansão da presença do crédito dentre a população trabalhadora como parte do processo de ficcionalização do capital, em especial no período Lulista, cita a seguinte passagem encontrada num Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil:

> Os esforços direcionados na divulgação do tema à sociedade e ao sistema financeiro, por sua vez, tiveram foco inicial no microcrédito, depois em microfinanças e, finalmente, sob o espectro da inclusão financeira, vista como um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país (Relatório da Inclusão Financeira, v.1 n.1. *apud* Ribeiro, 2014: p. 43).

Nessa breve citação a pista de Feltran (2014) para pensar a monetarização como "projeto político fundamental" (Feltran, 2014: p. 497) parece ganhar evidência. A inclusão financeira é definida como um direito que proporcionaria uma efetiva inclusão social, qualidade de vida e fortalecimento do país. Todavia, a passagem citada por Ribeiro (2014) não se encerra naquele ponto, revelando outros aspectos importantes de serem levados em consideração:

> Por reconhecer a complementaridade entre estabilidade, integridade e inclusão financeira, o BCB avança no aprimoramento do arcabouço regulamentar e na coordenação dos diferentes atores envolvidos na prestação de serviços financeiros. Há, nessa perspectiva, a convicção de que a busca de mecanismos para inclusão financeira é essencial para redução de desigualdades sociais e para maior desenvolvimento econômico, considerados elementos de um círculo virtuoso: a adequada expansão da inclusão financeira viabiliza o acesso à economia formal, contribuindo para mais crescimento econômico, que, por sua vez, facilita o acesso de mais pessoas à economia e ao sistema financeiro, mobilizando poupança e investimento para o crescimento produtivo (Relatório da Inclusão Financeira, v.1 n.1. *apud* Ribeiro, 2014: p. 43)

Digamos que nesta segunda passagem o "economicismo analítico" (cf. Feltran, 2014) ganha maior proeminência, já que os autores do mencionado relatório tendem a sublinhar os efeitos econômicos virtuosos da política de inclusão financeira[89], dentre os quais a diminuição das desigualdades sociais e um maior desenvolvimento econômico.

[89] "'No anos de 2000 existiam 28,466 milhões de cartões de crédito; em 2010 já são 153,375 milhões, correspondendo a uma variação de 438,8%. Quando aos cartões de débito, existiam 48,045 milhões em 2000, passando para 249,293 milhões em 2010. Isso corresponde a uma variação de 418, 8% no período. (...). Os cartões estão divididos em três categorias: crédito, débito e rede/loja. A última categoria apresentou variação de 434,25% saltando de 42,180 milhões em 2000, para 225,347 milhões em 2010. O total de cartões saiu de 118,249 milhões em 2000, para 628,015 milhões em 2010. Comparando com 2009, a variação de cartões de crédito foi de 378,51% (136, 212 milhões)'". (Neri *apud* Ribeiro, 2014: p. 47).

Alguns dos estudos apresentados pela autora, em especial aqueles tributários da teoria dos dois circuitos da economia de Milton Santos, também acusam que "a maior parte dos empréstimos e créditos destinados a essa população se presta ao pagamento de dívidas" (Ribeiro, 2014: p. 55). Segundo Santos (2007) tais chegariam a "'mais de 50'" (Santos *apud* Ribeiro, 2014: p. 55).

Sciré (2009) apresenta esse processo a partir da diversidade de cartões os quais as "pessoas cativas nos fluxos financeiros" (Sciré, 2009: p. 107) chegam a contar tendo em vista "que se feche o mês gastando o essencial e pagando as prestações de juros dos cartões e dos crediários abertos" (Sciré, 2009: p. 105). Uma de suas interlocutoras contava com oito cartões dentre crédito, débito e rede/loja para cobrir suas despesas mensais, geralmente gastando mais do que ganha, o que significa que "na hora de pagar as faturas dos cartões, não paga o valor integral" (Sciré, 2009: p. 103), mas o suficiente, ou um pouco mais, "para que o cartão seja 'liberado' e ela possa continuar usando-o" (2009: p. 103). Nas descrições que a autora faz neste artigo no qual estamos nos baseando, não aparece o pagamento da dívida de um cartão por meio do crédito de outro cartão, ou seja, outra dívida, sendo a diversidade dos cartões e a possibilidade de contar com créditos distintos aquilo que parece organizar mais marcadamente as práticas de consumo de suas interlocutoras. Contudo, não parece impossível que isso esteja acontecendo, como afirmado por Santos (2007), bem como a pura inadimplência e os perdões ou renegociação das dívidas oferecidas pelas instituições financeiras. Como afirma Sciré "ao que parece, ter o 'nome sujo' já não é uma situação tão alarmante e tampouco uma mácula para muitos" (2009: 106).

As breves descrições que apresentamos aqui e que aludem às práticas de consumo dos nossos próprios interlocutores podem ser observadas a partir de pelo menos três perspectivas distintas. A primeira delas, representada por Sciré (2009), parece afirmar uma espécie de colonização da "organização do orçamento das famílias que passaram a ser regidas a partir de outra lógica, mais mercantilizada" (2009" p. 105). Do ponto de vista da teoria dos dois circuitos a "'creditização do território'" (Montenegro *apud* Ribeiro, 2014: p. 52) operaria uma "ideia de exploração, agora por meio das finanças, do circuito superior sobre o inferior" (Ribeiro, 2014: p. 52), o que também parece guardar semelhanças com a formulação de Sciré, já que

> a finança [para a teoria dos dois circuitos] aparece como algo externo, com caráter dominador, diante de uma economia que apresenta um funcionamento quase *espontâneo*, *equilibrado* (Ribeiro, 2014: p. 51 – grifo da autora).

Em outras palavras, a finança ao se capilarizar por meio das práticas de consumo da população trabalhadora não só imporia uma lógica externa aos termos da reprodução desta população, mas moveria tal transformação como uma estratégia de "drenagem de renda de um circuito a outro" (Ribeiro, 2014: p. 52). Por fim, é possível reconhecer o endividamento como um dispositivo biopolítico (cf. Lazzarato ([2013]2015).

Sem descartar essas três formas de pensar o problema, nos interessa aqui ressaltar que nenhuma delas apreende o crédito como forma de manifestação do capital fictício[90] também na esfera do consumo e não apenas na esfera da produção de mercadorias e do fundo público. Para circunscrever o problema adequadamente é preciso dizer que uma produção ficcionalizada do capital (pensado a partir das unidades produtivas) vem sendo sustentada por um fundo público também fictício, já que sustentado na contração de dívidas internas e externas e na emissão de seus títulos tendo em vista aumentar a capacidade financeira do Estado. Por fim, o consumo também se encontra atrelado ao sistema financeiro, já que as compras de dinheiro que a população trabalhadora vem fazendo para acessar as mercadorias que necessitam implicam em dívidas que estão sendo cobertas com outras dívidas, mas não só isso. A aceleração das trocas possibilitada pela creditização do território também aumentou a capacidade de duplicação de dívidas, aumentando exponencialmente a quantidade de capital fictício disponível para dar continuidade às negociações comerciais, fundada na promessa de pagamentos futuros. Em outras palavras, o capital portador de juros se encontra presente em todas as pontas do processo capitalista, o que nos autoriza a falar em uma *reprodução social fictícia*, com todos os desdobramentos trágicos e concretos para a população submetida a essa fuga para o futuro fundada no endividamento.

[90] Sciré (2009) utiliza o termo fictício para definir o crédito, mas apenas no sentido de um valor que não existe, mas que deve vir a existir, a depender dos rendimentos de suas interlocutoras. A ausência de uma teoria global sobre a reprodução capitalista a impede de reconhecer o sentido que estamos aqui atribuindo ao crédito como forma de manifestação do capital fictício.

Considerações finais: A reprodução do colapso da modernização a partir da periferia

O adensamento das relações comerciais entre os moradores do Jd. Ibirapuera e suas imediações, logo, relações contratuais, será agora reconsiderada à luz da concorrência tendo em vista a conclusão de nossa tese.

O processo de autonomização das categorias discutido até aqui ganhou concretude na consolidação de um mercado imobiliário e fundiário ilegal e informal à escala local, na qual os próprios moradores aparecem ora como proprietários, ora como compradores, ora como locadores, bem como na emergência dos mais diversos microempreendimentos entabulados pela primeira e segunda geração de moradores, mas também por aqueles que representam a mobilidade perfeita do trabalho e da terra no Jd. Ibirapuera. Discutimos o processo de "formação" desse mercado imobiliário e fundiário remetendo à forma particular que a reprodução da classe trabalhadora urbana adquiriu no contexto de modernização retardatária, o que envolveu a "fusão" do trabalhador àquela do pequeno proprietário de terra, que uma vez autonomizados permitiram uma gradual mobilidade da terra. Com relação aos microempreendimentos e serviços à pura força de trabalho entabulados por nossos interlocutores, estabelecemos o sentido de sua expansão articulando-a com o processo de autonomização entre população e trabalho derivada da revolução microeletrônica a nível mundial (o que se expressou à escala nacional como reprimarização da economia e expansão do setor terciário) e a condição de pequenos proprietários herdada da forma particular de reprodução da classe trabalhadora no contexto da modernização retardatária.

Lendo o processo de acumulação do capital às avessas, ou seja, no qual a mais-valia figura não apenas como produção mas como reinvestimento, nos foi possível apreender o processo de valorização do espaço ocorrido à escala local, determinado pelo reposicionamento geográfico do Jd. Ibirapuera na metrópole e inclusive atingido pela bolha imobiliária, como dedução da mais-valia global que, todavia, aparecia para uma parte de nossos interlocutores como possibilidade de aquinhoar alguma renda, enquanto para outros um óbice ao acesso à moradia. Já do ponto de vista da autonomização entre população e trabalho buscamos pensar como a expansão dos microempreendimentos significou, majoritariamente mas não necessariamente, a ampliação de trabalhos improdutivos, a partir de uma teoria da circulação, e que como no caso da renda da terra diferencial, tais também vinham garantindo alguma renda para os nossos interlocutores. O ponto para nós era apresentar que a dedução da mais-valia que tanto a renda da terra como o trabalho

improdutivo representam ao nível global, se apresenta empiricamente aos sujeitos de maneira invertida.

Também buscamos apresentar a transformação de nossos interlocutores não apenas em empreendedores de si próprios e pequenos proprietários de terra, mas em consumidores de dinheiro ou tomadores de crédito, como pressuposto da possibilidade de que pudessem participar socialmente como consumidores de mercadorias. A inclusão financeira destes trabalhadores no mercado de crédito também foi acompanhada pela gradual dependência do capital portador de juros por parte dos capitais produtivos. A revolução microeletrônica, que promoveu um aumento exponencial do capital constante nas unidades produtivas, igualmente se desdobrou numa importância cada vez maior de crédito por parte dos capitais individuais para moverem processos produtivos que, todavia, não alcançavam a lucratividade necessária para pagar os juros, movendo a necessidade de novos endividamentos para pagar as antigas dívidas, num processo que culminou num processo de ficcionalização do capital.

Por fim alcançamos a crise do dinheiro, manifesta como inflação secular e expansão do endividamento estatal para continuar a fazer "funcionar" uma reprodução social inteiramente monetarizada. Isso significou a gradativa constituição de um fundo público baseado em dívidas que também vinham garantindo as aposentadorias, bem como os financiamentos para organizações não-governamentais, que eram parte fundamental da reprodução de nossos interlocutores.

Tal interpretação sumarizada nestes primeiros parágrafos apenas foi possível de ser alcançada por meio de uma articulação entre as escalas local, nacional e mundial. Tal esforço de articulação se fez necessária tendo em vista a superação de uma interpretação que se hegemonizou acerca da crise do trabalho na qual a desativação dos postos de trabalho industriais e o desemprego estrutural, logo, o empobrecimento cada vez maior da população trabalhadora, seria sua forma de ser, enquanto do ponto de vista do capital a acumulação atravessaria a crise do trabalho exitosa e incólume. Com isso, todavia, não estamos sugerindo que a forma como a crise é experimentada e sofrida pela população tornada prescindível pelo capital é comparável com, por exemplo, a perda de capital monetário por parte de grandes investidores. Apenas ressaltamos que a crise do trabalho que assola todos os momentos da reprodução do capital é uma crise da sociabilidade, logo, da incapacidade do sentido tautológico da valorização do valor oferecer coesão social e um aparente sentido progressivo, porque forma de dominação social.

Tendo como ponto de partida uma análise qualitativa sobre o Jd. Ibirapuera e as trajetórias de nossos interlocutores, a ideia simplista de um puro empobrecimento, sem mais, exigiu ser repensado. Não apenas porque a "fusão" entre trabalhador e pequeno

proprietário de terra se desdobrou na possibilidade de que a propriedade, não mais da força de trabalho, mas da terra, adquirisse importância inédita na reprodução da população trabalhadora, mas também porque sua inclusão financeira e a redução do valor das mercadorias desencadeada pelo incremento dos níveis de produtividade, permitiram um consumo de mercadorias incomum por parte desta mesma população. E parece ser precisamente essa qualidade particular, em especial aquela referida à crescente importância da propriedade e da renda da terra que parecem alimentar as quimeras de que o capital poderá novamente se reerguer das cinzas como a fênix. Vejamos.

A autonomização entre população e trabalho já mencionada e discutida implicou num acirramento daquela dinâmica concorrencial já acusada por Kowarick no final da década de 1970, figurada na presença de um exército industrial de reserva a rebaixar os salários dos trabalhadores, e que foi adquirindo cada vez mais importância à medida que a dinâmica temporal do capital foi tornando o trabalho vivo um pressuposto aparentemente antediluviano do capital. Em outras palavras, tal significa considerar que a "formação" dos mercados que se expandiram no Jd. Ibirapuera deve ser compreendida como a crise da acumulação fundada no trabalho substancial e simultaneamente como a forma mais cruenta de ser da concorrência no mercado de trabalho (nada nos autoriza a dizer que tal não possa piorar). O que queremos afirmar com isso é que a crise do trabalho vem se manifestando à escala local como a aparência de formação de centenas de microempreendimentos que estão disputando, aos trancos de barrancos, por meio de expedientes legais/ilegais, formais/informais, lícitos/ilícitos, parte da mais-valia global fictícia não apropriada pelo capital portador de juros, já que as centenas de milhares de empresários de si próprios, pouco ou nada capitalizados, pulverizados pelas periferias de São Paulo, não parecem ainda ter sido centralizados pelo último. Isso significa que as relações comerciais e contratuais que vieram se adensando e estabelecendo à escala local devam ser compreendidas como uma guerra concorrencial silenciosa decorrente da liberação dos moradores daquela solidariedade forçada que envolveu a formação e autoconstrução do Jd. Ibirapuera e todas as periferias que compõem o heterogêneo tecido urbano de São Paulo.

Nesse sentido, a guerra concorrencial silenciosa, segundo a lei da acumulação capitalista, deveria dar ensejo a um processo de centralização desses "capitais", ou seja, derrota de "capitalista" por "capitalista", apontando para a constituição de monopólios ligados ao dito comércio de varejo. Ou seja, expropriação das condições de trabalho destas centenas de milhares de microempresários de si próprios que se expandiram horizontalmente para dar conta da ausência de acumulação no setor terciário, de acordo com Oliveira (2003), no contexto de industrialização tardia. Contudo, esta interpretação particular do problema já perdeu sua validade, considerando que é evidente a centralização

ocorrida no dito comércio de varejos, haja vista a presença de grandes redes de supermercado como *Extra*, *CompreBem*, *WalMart*, *Ricoy*, *Carrefour* presentes nas periferias de São Paulo, dentre tantos outros. Não obstante a evidente centralização e concentração que representam no comércio de varejo, coexistem ao lado das centenas de milhares de microempreendedores de si próprios que "dando seus pulo" e "fazendo seus corre", majoritariamente vendem as mesmas mercadorias que aquelas ofertadas por estas redes de supermercado[91] e frequentemente por preços mais altos, como nos confirmou Leonora, Soraia e Nair.

Em outras palavras, se observarmos a expansão das centenas de milhares de microempreendimentos e empreendedores de si próprios sob a ótica do processo de formação de capital, como um típico estudo de comunidade faria, corríamos o risco de reiterar a ideia de uma formação incompleta, não-realizada. Pelo contrário, estamos testemunhando e experimentando uma "formação" que é, essencialmente, manifestação do colapso da modernização e nesta condição se reproduz. A reiterada abertura e falência de microempreendimentos, verificada na trajetória de uma mesma pessoa, é parte central desse moto contínuo de tentativas de empreender em uma situação na qual a concorrência se tornou agudíssima determinando a profusão de agenciamentos contraditórios entre virarem-se como trabalhadores, de um lado, e a vã esperança de tornarem-se capitalistas (já que o montante de capital e produtividade exigidos para deixar de ser um pequeno patrão, no sentido que lhe dá Marx, e se tornar um capitalista, como no desejo de Max com relação ao restaurante *Macaxera*), se tornou inalcançável, não alçando serem nem um, nem outro. Restaria ainda a anuência a um financiamento qualquer (banco, parente, amigo, agiota) que pudesse capitalizar a iniciativa, já que se é verdade que talvez a centralização dessas centenas de microempreendimentos nunca mais venha, a disponibilidade de capital portador de juros proporcionada pela sua superprodução é abundante. O que, todavia, funcionaria apenas como a compra com juros do tempo futuro deste hipotético empreendedor, com mínimas garantias de êxito, devido à cruenta concorrência na qual estamos afundados. A sugestão de que os processos de concentração e centralização já ocorreram e tais não se desdobraram numa incorporação maciça de trabalhadores ou na falência de tantos outros microempreendimentos ganhe maior plausibilidade se pensarmos que as relações comerciais e contratuais arroladas e discutidas nessa tese, não resultaram de processos de reprodução ampliada das centenas de milhares de microempreendimentos espalhados pelas periferias, mas pela injeção de capital fictício na reprodução social, seja na

[91] Ao lado destas redes de supermercado existem também os atacadões que vendem as mercadorias que garantem o abastecimento dos próprios microempreendimentos que os revenderão aos moradores. Ou seja, os microempreendedores são também consumidores dessas redes de supermercado centralizadas enquanto concorrem, em completa desvantagem, com elas.

forma de subsídios, microcréditos, programas de transferência de rendas, entre outras, proporcionada pelo *boom das commodities* (Pitta, 2016), todas utilizadas pelo Lulismo.

Portanto, se a expansão de microempreendimentos não deve ser compreendida como um processo de formação de capital, sua presença ao "produtivizarem" o ambiente autoconstruído e suas pequenas propriedades, devido ao processo de autonomização entre as categorias e o reposicionamento do Jd. Ibirapuera no tecido urbano, vem constituindo novos pontos comerciais, logo, possibilidades de apropriação do capital fictício em circulação na forma da renda da terra diferencial. Esteja esta na forma do aluguel do imóvel, da compra e venda do ponto comercial, ou ainda, no caso de um microempreendedor proprietário do imóvel onde tem seu negócio, como a loja de materiais de construção de Nelson estabelecida em sua garagem, transformando sua moradia na promessa de um ativo financeiro no futuro, diante do que a renda que pudesse aquinhoar por meio da venda dos materiais de construção fosse menos importante. Nesse aspecto sua estratégia de comprar os materiais de construção de si próprio para reformar os imóveis dos quais é proprietário é digna de nota. Essencialmente, produção do espaço que vem reforçando um processo de naturalização da crise do trabalho em curso. E talvez seja precisamente isso que faça com que a centralização dos capitais do comércio varejista não tenha significado necessariamente a extinção dos microempreendimentos em expansão, uma vez que ser proprietário de terra se tornou mais promissor que proprietário de força de trabalho e/ou revendedor de mercadorias.

No que toca a propriedade da terra e as rendas que podem ser "geradas", é importante ressaltar que em algum momento de suas trajetórias nossos interlocutores experimentaram dificuldades financeiras derivadas do gradativo aumento dos preços dos aluguéis. Seja como decorrência da mobilização da terra derivada de sua autonomização do trabalho e o reposicionamento geográfico do Jd. Ibirapuera na metrópole, seja diante daquilo que Rubens muito corretamente denominou de uma bolha imobiliária. Nos referimos aqui, por exemplo, ao aumento do aluguel de R$ 300 para R$ 600 do segundo andar daquele imóvel que foi a primeira sede da *Associação Nossa Quebrada*. Sem esquecer, igualmente, o aumento de R$ 2.000 para R$ 4.000 requerido pelo proprietário do imóvel onde se encontrava estabelecido o restaurante *Macaxera*, no ano de 2014, assim como o imóvel próximo à residência de Rubens que havia alcançado o preço de compra de R$ 370.000. Ou ainda a garagem da casa da mãe de Dino pela qual um morador ofereceu R$ 100.000 tendo em vista a construção de um bar. Os resultados dessas oscilações de preço dos imóveis tiveram e tem consequências distintas para cada uma das gerações que apresentamos, todavia a provocação feita por Rubens em uma de nossas conversas é de suma importância: quem personificaria a demanda por tais imóveis a esses preços?

De um lado há um grande número de trabalhadores, em especial da geração que representa a mobilidade perfeita do trabalho e da terra, que são inquilinos ou então potenciais inquilinos, que sofreram com o aumento dos aluguéis provocado pela bolha imobiliária, sendo a ocupação *Ayrton Senna* um fenômeno importante dessa problemática. Do ponto de vista dos proprietários a bolha provocou uma inflação dos preços de suas moradias que lhes apareceu como uma oportunidade inédita de auferir uma boa renda, todavia não consumada, pelo menos até o fim da realização de nossos trabalhos de campo. Dizemos isto pois como insinuou Dino, a oportunidade de venda do imóvel de sua mãe, não obstante não tivesse qualquer poder sobre isso, se encontrava obstruída devido à sua condição irregular. Ou seja, nenhum banco financiaria a compra de um imóvel sem planta para um trabalhador que, como ele, talvez encontrasse extrema dificuldade em comprovar uma renda mensal. Acrescente-se a isso que os imóveis supervalorizados também não encontraram liquidez pela ausência de mecanismos institucionais que permitissem a seus proprietários hipotecarem suas propriedades e acessarem crédito, que como na crise de 2008 também não resultou em solução para a crise sistêmica do capital, pelo contrário aprofundando-a, produzindo expropriação em massa. Portanto, de um lado, os rendimentos de nossos interlocutores inquilinos ou microempreendedores locadores vinham sendo pressionados pelo aumento dos preços dos aluguéis (o que envolvia a chamada expropriação branca e a fuga destes moradores para lugares mais baratos), e de outro, nossos interlocutores proprietários se viam diante da chance de fazerem algum dinheiro com suas moradias, represada.

Nesse arranjo territorial tão crítico quando aquele do trabalho e tendo como parâmetro o relato de Francisco, talvez apenas pequenos e médios "incorporadores" estivessem oferecendo liquidez às moradias inflacionadas, provavelmente por preços abaixo do que a média do mercado estava prometendo, e transformando as antigas moradias em apartamentos para locação ou mesmo as negociando, como o próprio PCC, de acordo com Rubens. Neste particular se faz necessário um breve comentário que retoma o problema já apresentado relativo à cruenta concorrência instalada no mercado de trabalho e materializada nas centenas de milhares de microempreendimentos estabelecidos nas periferias. A venda de entorpecentes, como um negócio dentre outros, mas gozando do privilégio da completa ilegalidade de sua mercadoria, talvez tenha sido o único empreendimento surgido nas periferias que pôde alcançar graus de capitalização inauditos. Quando dizemos privilégio é evidente a ironia, já que a guerra concorrencial nada silenciosa que caracterizou o processo de expansão e territorialização dos pontos de droga nas décadas de 1980 e 1990, da qual Dino fez parte, envolveu a morte de muitos jovens, seja por dívidas, seja pela disputa por territórios. O outro lado da moeda é que o número

escasso de pontos de venda de entorpecentes permitiu um grau de acumulação de capital que efetivamente culminou num processo de centralização, consubstanciado na existência do *PCC*[92]. Uma instituição que de tão forte e hegemônica (no sentido Gramsciano), usando de coerção e consentimento, alugava armas para assaltantes, negociava imóveis e foi capaz de diminuir os índices de homicídio nas periferias a partir dos anos 2000.

Se, do ponto de vista da concorrência no comércio de varejo, a profusão de microempreendimentos em concorrência não parecem mais apontar para um processo de centralização, tal pergunta se faz necessária considerando o mercado imobiliário. Considerando a breve apresentação que fizemos com relação aos óbices legais à potencial circulação dos ativos imobiliários existentes no Jd. Ibirapuera e imediações, resta enfrentarmos a proposição de Rolnik (2015) sobre a possibilidade de que o informal do terceiro mundo seja a nova fronteira do capital financeiro, ou ainda, que o Jardim Ibirapuera e as periferias em geral estariam sujeitas a uma "acumulação primitiva do espaço" (Damiani, 2004). Tal consideração exige um deslocamento das relações de violência econômica (as relações comerciais e contratuais) para aquelas de caráter extra-econômico, já que em toda acumulação primitiva uma boa dose de violência se faz necessária, e exemplos de seu uso não faltam.

Tanto a representação do informal como fronteira do capital financeiro, quanto aquela de acumulação primitiva do espaço, aludem à ideia de que a crise do capital que viemos apresentando, logo, de sua dessubstancialização decorrente da crise do trabalho (que também se manifesta como capital portador de juros excedente e ocioso no encalço de estratégias para sua valorização), pudesse ser superada por meio de uma nova rodada de expropriações e a injunção de novos processos de produção do espaço fundados na exploração do trabalho alheio, contrariamente à maneira como a própria periferia do Jd. Ibirapuera historicamente se constituiu. Se mais um processo desse tipo vier a ocorrer, tendo como alvo o Jd. Ibirapuera e ou suas imediações, fazendo das relações sociais que ali existem terra arrasada, expropriando a preço de banana ou mesmo a preço algum todo o ambiente construído e promovendo um deslocamento forçado dessa população, restaria ainda a pergunta sobre as condições de que o investimento feito pudesse ser pago pelos processos de trabalho postos em movimento. Nesse aspecto em particular o mesmo problema apresentado por nós sobre a dependência estrutural dos processos produtivos com relação ao capital portador de juros se repõe, ao contrário de ser solucionado. Ou seja, a possibilidade de que um processo de expropriação massiva movida pelo capital portador de juros venha a produzir um novo surto de acumulação só pode se realizar como

[92] Ainda que sua forma de existência não seja a de um cartel (cf. Feltran 2012), e talvez estejamos testemunhando uma nova forma de ser da centralização de capitais, o que não faremos nessa tese.

espetáculo, em sentido Debordiano (1997) de acumulação primitiva, logo, apenas adiamento de uma crise que, todavia, já é colapso. Nas palavras de Kurz

> Todo este atarefado festival laboral [de produção do espaço] tem de se revelar como fundamentalmente nulo, visto ter partido de pressupostos errados. Quem não tem dinheiro (valor) para os custos de produção não pode, de facto, produzir, e quem não tem dinheiro (valor) para a procura não pode, de facto, consumir. Se o poder de compra correspondente dos dois lados foi pretensamente financiado por créditos que já nem podem ser honrados ou por bolhas financeiras, o jogo de sombras tem de se desfazer (Kurz, 2014: 306).

E é igualmente colapso porque num contexto de prescindibilidade relativa da população trabalhadora por parte do capital, a concorrência cruenta parece ter se metamorfoseado de morte social em morte real da população. O encarceramento em massa, da qual uma das filhas de Soraia foi vítima, e a violência policial que incide sobre a população jovem e negra moradora das periferias, como no caso de Rafael, Felipe e tantos outros, culminando naquilo que movimentos sociais estão denunciando como o genocídio da população jovem e negra, parece ter se tornado a forma de ser da concorrência num contexto de reprodução do colapso da modernização. E é digno de nota que sua incidência direta sobre a disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho, o que interferiria irremediavelmente em sua oferta, podendo se transformar num problema para o capital, é nula, enquanto é uma experiência absolutamente trágica para os milhões de encarcerados e suas famílias, ou mães que perderam seus filhos. Todavia uma ressalva se faz necessária, pois esta forma de ser da concorrência é territorialmente circunscrita, além de ter clivagem racial, o que significa que se tal parece ressoar os ecos do escravismo, estamos convencidos que a ruptura histórica que encerra é inequívoca, e precisamente neste registro é que deve ser criticamente enfrentada.

Talvez a categoria e o estatuto da concorrência desencadeada pela reprodução do colapso da modernização seja uma pista para pensarmos na coexistência das duas figurações aparentemente contraditórias presentes nos estudos de sociologia apontados por Feltran (2014). E de maneira mais geral, talvez seja precisamente a articulação entre a expansão das relações comerciais e contratuais no Jd. Ibirapuera e imediações, num contexto de prescindibilidade relativa da população trabalhadora e concorrência exacerbada que dê sustentação à proliferação dos mais diversos dispositivos biopolíticos legais/ilegais, formais/informais e lícitos/ilícitos em busca de alguma apropriação do capital fictício em circulação entre os operadores dos diversos mercados secundários constituídos nos territórios periféricos, mesmo que isso compreenda a morte violenta dos envolvidos.

E diante deste cenário trágico, no qual o aniquilamento populacional, também sob a forma do encarceramento em massa, parece ter se tornado a forma de ser da concorrência, sem qualquer tipo de implicação para a oferta de trabalhadores disponíveis, é que a

superexploração da força de trabalho não pode mais ser remetida à funcionalidade que tivera no processo de modernização retardatária nacional ou como produto do imperialismo. Se é verdade que a contínua depreciação dos salários, piora em suas condições de trabalho, precarização e informalidade comportada pelo aumento da concorrência diminui os custos de produção das unidades capitalistas, nada nos autoriza a dizer que o aumento das taxas de mais-valia proporcionado por tal rebaixamento esteja sendo suficiente para pagar o capital portador de juros que as financia. E nesse sentido a superexploração já não pode ser mais compreendida na chave da formação nacional incompleta, mas da crise do trabalho, que definitivamente não guarda afinidade com as teorias do fim da centralidade do trabalho ou ainda com uma incauta ideia de que tal signifique a desnecessidade de trabalhar. Muito pelo contrário, a crise do trabalho significa o horror para a população trabalhadora, ainda que a reconstituição do "trabalho supérfluo" em "trabalho necessário" (cf. Postone, 2014) possa ser experimentado, cínica ou sadicamente, como o velho e empoeirado orgulho de ser trabalhador, mesmo que para isso seja necessário dar mais uma volta no parafuso da autoridade familiar, como almejava Paulo, ou da autoridade estatal, na forma de maior policiamento, como nos revelou Dino, o que todavia não freará a reprodução do colapso, mas será parte dele.

Bibliografia

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

BAENINGER, Rosana. "Crescimento da população na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX". In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo. *São Paulo, novos percursos – Sociedade, cultura e política*. Editora 34 e Centro de estudos da metrópole, São Paulo, 2011.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2011.

_____ e ROLNIK, Raquel. *Periferias, Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*. Programa de Estudos em Demografia e Urbanização – PRODEUR – Cadernos de Estudo e Pesquisa n. 2, FAU-USP, 1979

BOECHAT, Cássio de Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2013.

BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2007.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa. "A crise da cidade: os termos da urbanização". In: DAMIANI, Amélia Luisa e CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim de século – a nova raridade*. São Paulo, Ed. Contexto, 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. "A propósito do Espaço e do Urbano: algumas hipóteses". In: Cidades, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 79-96, 2004.

FELTRAN, Gabriel. "O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo". In: Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set/Dez. 2014.

_____, Gabriel. "Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 - 2011)". In: Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, Ago./Set. 2012.

_____, Gabriel. "Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo". In: Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Jan./Abr. 2010.

FERRO, Sérgio. "A produção da casa no Brasil". In: ARANTES, Pedro Fiori (org.). *Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre*, CosacNaify, São Paulo, 2006.

FRANK, Andre Gunder. "El desarollo des subdesarollo". In: *Pensamiento Crítico*, n. 7, p.

159-172, Havana, 1967.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa: Lisboa, 1977.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação de mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2012.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Antígona: Lisboa, 2008.

JUNIOR, Wilson Martins Lopes e SANTOS, Regina Celia Bega Dos. "Novas Centralidades na Perspectiva da relação Centro-Periferia". In: Sociedade de Natureza, v. 21, n. 03, p. 351-359, Uberlândia, Dez. 2009.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.

KLUCK, Erick Jones Gabriel. *Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico*. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2016.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro 1993.

_____. "A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulamentação política". In: *Os últimos combates*. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

_____. "O fim da cultura de diversão". In: *Caderno Mais*, *Folha de São Paulo*, 07 de setembro de 2003. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0709200309.htm>. Acesso em: 20 de outubro 2017.

_____. "A ascensão do dinheiro aos céus – os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global". In: In: *Revista Krisis*, n. 16/17, 1995. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>. Acesso em: 5 de outubro 2017.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor, linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Editora Antígona: Lisboa, 2014.

KURZ, Robert. "Poder Mundial e dinheiro mundial: a função econômica da máquina militar dos Estados Unidos no capitalismo global e os motivos ocultos da nova crise financeira". In: *Poder Mundial e Dinheiro Mundial, crônicas do capitalismo em declínio*. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

LAZZARATO, Mauricio. Governing by Debt. Editora Semiotext(e) Intervention Series: Estados Unidos, 2015.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequtinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2015.

LUCE, Mathias Seibel. "Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?". In: *Trab. Educ. Saúde*, v. 11, n. 1, p. 169-190. Rio de Janeiro, Mar. 2013.

MARICATO, Ermínia. "Autoconstrução, a arquitetura possível". In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, Editora Paz e Terra: São Paulo, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. "A dialética da dependência". In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini, Vida e Obra,* Editora Expressão Popular: São Paulo, 2005.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política.* Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série "Os economistas"): São Paulo, 1985a.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política.* Livro I, tomo II (volume I). Abril Cultural (Série "Os economistas"): São Paulo, 1985b.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política.* Livro III, tomo II (volume V) (volume I). Abril Cultural (Série "Os economistas"): São Paulo, 1986.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política.* Livro III, tomo I (volume IV). Abril Cultural (Série "Os economistas"): São Paulo, 1988.

_____. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858, Esboços da crítica da economia política.* Boitempo editorial: São Paulo, 2011.

MELLO, Caio Roberto Bourg de. *Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O Capital de Karl Marx.* Tese de Doutorado. Depto. de História Econômica, FFLCH-USP, 2007.

NUN, José. "Superpoblación relativa, Ejercito industrial de reserva y masa marginal". In: *CELADE, Centro Latinoamericano de Demografia*, série D, n. 66, Buenos Aires, Argentina, 1971.

OLIVEIRA, Francisco de. "Prefácio". In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, Editora Paz e Terra: São Paulo, 1982.

_____. "O surgimento do antivalor – Capital, força de trabalho e fundo público". In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.* Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.* Boitempo Editorial: São Paulo, 2003.

_____. "O vício da virtude, autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil". In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 74, p. 67-85, São Paulo, Mar. 2006.

PAOLI, Maria Célia. "O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política". In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação.* Boitempo Editorial: São Paulo, 2007.

PITTA, Fábio Teixeira. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2016.

POLLOCK, Friedrich. "State Capitalism, Its Possibilities and Limitations". In: ARATO, Andrew and GEBHARDT, Eike (orgs.). *The Essential Frankfurt School Reader*. The Continuum Publishing Company:, New York, 1982.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Boitempo editorial: São Paulo, 2014

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Sylvia Maris. "'Vai Crédito hoje?': do 'curto-circuito' ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo". Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2014.

RIZEK, Cibele. "Trabalho, moradia e cidade, zonas de indiferenciação?". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 78, p. 41 – 49, São Paulo, fev. 2012.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares, a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "Territórios do uso: cotidiano e modo de vida". In: *Revista Cidades*. v. 1, n. 2. Presidente Prudente, São Paulo, 2004a.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). *Geografias de São Paulo 1 – Representação e Crise da Metrópole*. Editora Contexto: São Paulo, 2004b.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e Fragmentação – Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Livre Docência. PPGH, 2003, FFLCH-USP.

SANTOS, Milton. "O dinheiro e o território". In: GEOgraphia, ano 1, n. 1, São Paulo, 1999.

SANTOS, Sales Augusto dos. "Deus-Dinheiro: O equivalente para tudo a para todos?". In: Sociedade e Cultura, Revista da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, v. 4, n. 02, p. 149-170, Goiás, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. "The structure of dependence". In: *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, Pensilvânia, Maio 1970.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y Dependencia*. Fundación Biblioteca Ayacucho: Caracas, 2011.

SCIRÉ, Cláudia. "Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo". In: Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v. 16, n. 01, p. 93-109, São Paulo, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CORRÊA, Roberto Lobato, CASTRO, Iná Elias de e GOMES,

Paulo Cesar da Costa (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2000.

SCHOLZ, Roswitha. "Forma social e totalidade concreta". In: *Revista Exit!*, n. 6, 2009. Disponível em <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>. Acesso em: 5 dezembro de 2014.

_____. "Sobre o conceito de valor e de valor dissociação". In: *Das Geschlecht des Kapitalismus – Feministische Theorien und die postmoderne Metamorphose des Patriarchats*. Horlemann: Berlin, 2000, pag. 13-23. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz6.htm>. Acesso em: 10 outubro de 2017.

SCHWARZ, Roberto "Um livro audacioso". In: KURZ, Robert. *O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, São Paulo, Paz e Terra: 1993.

TELLES, Vera da Silva. "Mutações do trabalho e experiência urbana". In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 173-195, São Paulo, Junho 2006.

TELLES, Vera da Silva. "Transitando nas linhas de sombra, tecendo as linhas da cidade". In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2007.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010

TELLES, Vera da Silva e HIRATA, Daniel. "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo. *São Paulo, novos percursos – Sociedade, cultura e política*. Editora 34 e Centro de estudos da metrópole, São Paulo, 2011.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2008.

VAINER, C. B. Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória. Cadernos IPPUR, v.l, n. 1, 1984, p. 6-43.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.